

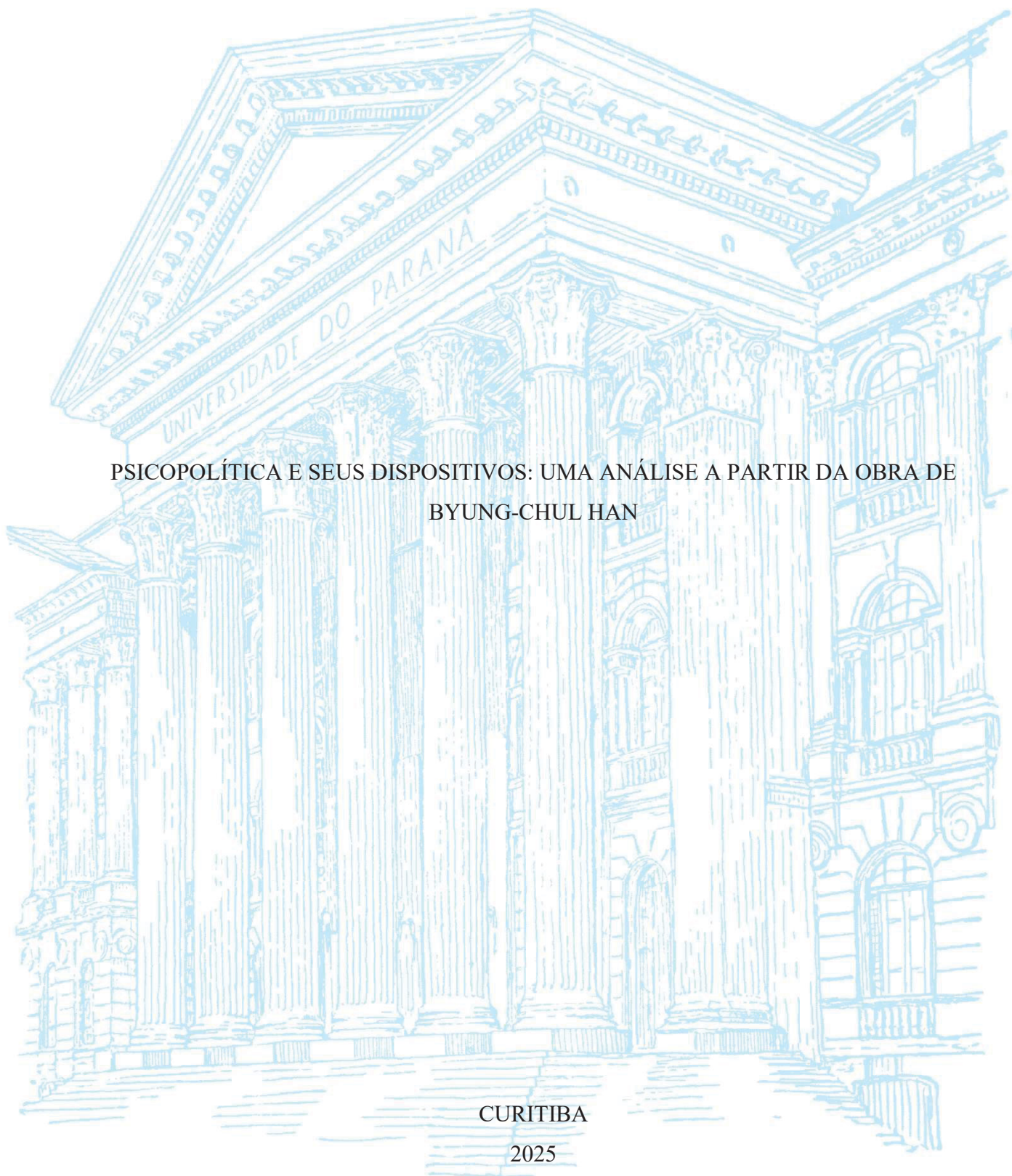
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL BONESI FERREIRA

PSICOPOLÍTICA E SEUS DISPOSITIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA DE
BYUNG-CHUL HAN

CURITIBA

2025



GABRIEL BONESI FERREIRA

PSICOPOLÍTICA E SEUS DISPOSITIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA DE
BYUNG-CHUL HAN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Filosofia, no Setor de Ciências Humanas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. André de Macedo Duarte

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ferreira, Gabriel Bonesi

Psicopolítica e seus dispositivos: uma análise a partir da obra de
Byung-Chul Han. / Gabriel Bonesi Ferreira. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese – (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. André de Macedo Duarte.

1. Han, Byung-Chul, 1959-. 2. Poder (Filosofia). 3. Liberdade -
Filosofia. I. Duarte, André de Macedo, 1966-. II. Universidade Federal
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **GABRIEL BONESI FERREIRA**, intitulada: **Psicopolítica e seus dispositivos: uma análise a partir da obra de Byung-Chul Han**, sob orientação do Prof. Dr. ANDRÉ DE MACEDO DUARTE, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 19 de Setembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

23/09/2025 10:41:47.0

ANDRÉ DE MACEDO DUARTE
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

22/09/2025 16:10:28.0

LEANDRO CHEVITARESE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

22/09/2025 14:59:28.0

JOSÉ FERNANDES WEBER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica

22/09/2025 17:18:08.0

CASSIANA LOPES STEPHAN

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

22/09/2025 15:31:13.0

LUCAS NASCIMENTO MACHADO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE VERONA - ITALIA)

À minha filha Catarina e minha esposa Mayara.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e cúmplice ou, como ela prefere, “dupla”, Mayara Dionizio. Por ter apoiado e participado da saga da minha pesquisa e mesmo das correções, com apontamentos e discussões. Seu apoio diário, como companheira e pesquisadora, foi fundamental para esse trabalho. Sou muito grato pela relação que construímos e imensamente feliz por nossa jornada já de tantos anos, compartilhando nossas cruezas, dificuldades e conquistas e, de modo mais fundamental, nossas vidas. Obrigado por sua dedicação incondicional a nós e à nossa família. Mayara, você é meu amor e minha companheira de vida.

À minha filha Catarina, que era “mon bébé” quando comecei este trabalho e, agora, já é uma menina linda. Ao contrário do que você já me disse, eu tenho muito a agradecer a você e, inclusive, pedir desculpas pelas minhas ausências e pelos momentos de desolação pelos quais passei. Além do vasto conhecimento que você me transmitiu sobre K-pop (por ser a maior *stan* do Stray Kids), também aprendi e continuo aprendendo muito com seu senso de justiça e com seus olhos de águia, aliados à sua percepção de mundo sempre afinada e afiada. Cata, você transformou as nossas vidas e se tornou ela. Eu te amo!

Ao professor André Duarte, um pesquisador e professor por quem guardo profundo respeito e admiração. Agradeço por ter me acolhido na UFPR e aceitado a orientação deste trabalho, bem como por sua paciência e por sua atenta leitura. E, evidentemente, pelo conhecimento transmitido. Agradeço também por ter nos ajudado em todos os trâmites administrativos, e pessoais por extensão, nas diversas jornadas que eu e minha família fizemos neste período.

À professora Estelle Ferrarese, por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa durante meu período doutoral na UPJV. Foi um prazer conhecê-la, assim como ao seu competente trabalho. Agradeço por sempre ter sido uma pessoa gentil e generosa. Estendo também esse agradecimento às suas orientandas e colegas do grupo de pesquisa, que foram igualmente simpáticas e acolhedoras, e a quem tive o prazer de conhecer e de ouvir sobre suas pesquisas.

Ao professor Christophe Bident, cuja lista de agradecimentos tomaria mais do que um parágrafo, mas cito alguns: por ter viabilizado o contato e a possibilidade do período doutoral na UPJV; por ter acolhido minha família desde o início de nossa mudança, durante um período pandêmico que tudo dificultou — e muitas outras vezes depois. Como dizemos aqui em casa: “você é o cara”.

Aos membros da banca, professora e professores Cassiana Stephan, José Weber, Leandro Chevitarese e Lucas Machado. Individualmente, à profa. Cassiana Stephan, a quem agradeço pela competente leitura e pelas sugestões no exame de qualificação, que foram essenciais para a reestruturação e finalização deste trabalho. Ao professor Weber, “eterno mestre” e excelente professor, com quem aprendi muito durante a formação acadêmica, desde a graduação até este momento. Ao professor Leandro Chevitarese, que conheci durante meu doutoramento e cuja leitura e aulas, das quais pude participar, sobre Byung-Chul Han colaboraram imensamente para este trabalho. Agradeço também por sua confiança neste trabalho, bem como por sua disponibilidade e pelas sugestões de textos para a feitura desta tese. Ao professor Lucas Machado, a quem conheci mais recentemente, por ter aceitado participar da banca de defesa e cujo trabalho tive o prazer de conhecer e ouvir algumas vezes durante meus estudos. E, claro, por ter traduzido grande parte da obra de Han para a língua portuguesa, o que foi essencial para esta tese.

Aos meus pais, Carlos e Soraya, pelo apoio durante isso que, para mim, foi uma epopeia, e que não começou agora, por me apoiarem nos estudos e nos movimentos entre profissões, entre estudos, entre mudanças, num delicado e atabalhado (des)equilíbrio entre os senhores da Filosofia e da Advocacia. Aos “felas” dos meus irmãos, Matheus e Lucas, por serem esses “felas” de sempre.

À minha sogrinha Rose, sempre trabalhando, limpando ou cozinhando, e ao Varcedi, o maior corinthiano de todos os tempos, pelo apoio e carinho.

Aos grandes amigos e amigas: André, Jaque e Helena; Alisson e Luíza; Rodrigo, Juliana e Mari; Jemima e Beto, pessoas com quem tenho o prazer de conviver e compartilhar momentos de ruptura na vida.

Por fim, agradeço às minhas filhas caninas Atena Pocalia e Julie Cassolino por compartilharem conosco essa existência e por serem sempre o que são.

...basta um único limite para negá-lo.

Albert Camus.

RESUMO

Esta tese aborda a psicopolítica e seus dispositivos como um modelo de relação de poder que emerge com a ascensão do capitalismo neoliberal. A abordagem da pesquisa tem natureza interpretativo-conceitual, tendo como principal referência a obra de Byung-Chul Han. Propõe-se, inicialmente, uma análise histórico-filosófica que apresenta a transformação dos regimes de poder a partir das obras de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Byung-Chul Han, reconstruindo argumentos, examinando pressupostos teóricos e identificando convergências e tensões em seus textos filosóficos. A partir dessa análise, conclui-se pela continuidade dessas filosofias, expressa por uma evolução conceitual e histórica dos regimes de poder, que parte do modelo disciplinar-biopolítico de Foucault, tem na sociedade de controle de Deleuze uma mediação, e culmina no modelo de poder psicopolítico de Han, considerado o prevalecente nas sociedades neoliberais, cuja característica principal é a exploração da liberdade que mobiliza os sujeitos à sua própria autoexploração. Na sequência, recorre-se ao conceito foucaultiano de dispositivo de poder para, a partir da obra de Han, analisar três dispositivos que se interpretam como paradigmáticos e agregadores de técnicas de poder de natureza psicopolítica: os dispositivos da transparência, da informação e do desempenho. O exame desses três dispositivos é realizado a partir de um mesmo modelo interpretativo, segundo o qual eles são inicialmente conceituados e analisados com base na própria obra de Han e em outros pensadores e pensadoras que são seus interlocutores ou que tratam de temas afetos à discussão proposta. Ao final dessa caracterização, apresenta-se uma análise de natureza mais empírica, identificando como esses dispositivos se manifestam a partir de cinco categorias de análise do poder identificadas por Foucault: sistemas de diferenciação; tipos de objetivos; modalidades instrumentais; formas de institucionalização; graus de racionalização. Por fim, apresenta-se uma breve discussão sobre os limites do conceito de psicopolítica e possíveis aberturas para pesquisas futuras.

Palavras-chave: psicopolítica; relações de poder; dispositivo; liberdade.

ABSTRACT

This thesis examines psychopolitics and its devices as a model of power relations that emerges with the rise of neoliberal capitalism. The research adopts an interpretative-conceptual approach, taking Byung-Chul Han's work as its primary reference. It begins with a historical-philosophical analysis that traces the transformation of power regimes through the works of Michel Foucault, Gilles Deleuze, and Byung-Chul Han, reconstructing arguments, examining theoretical assumptions, and identifying convergences and tensions in their philosophical texts. From this analysis, the thesis argues for a continuity among these philosophies, expressed in a conceptual and historical evolution of power regimes: beginning with Foucault's disciplinary-biopolitical model, mediated by Deleuze's society of control, and culminating in Han's psychopolitical model of power, considered predominant in neoliberal societies and characterized by the exploitation of freedom, whereby individuals are mobilized toward their own self-exploitation. Subsequently, the thesis draws on Foucault's concept of *dispositif* (apparatus) to analyze, through Han's work, three devices interpreted as paradigmatic and representative of psychopolitical power techniques: transparency, information, and performance. These devices are examined through a common interpretive framework, in which they are first conceptualized and analyzed based on Han's own writings, as well as other thinkers who engage with his work or address related themes. Following this characterization, the thesis presents a more empirical analysis by identifying how these devices manifest through five categories of power analysis proposed by Foucault: systems of differentiation; types of objectives; instrumental modalities; forms of institutionalization; and degrees of rationalization. Finally, the thesis offers a brief discussion on the limitations of the concept of psychopolitics and outlines possible directions for future research.

Keywords: psychopolitics; power relations; *dispositif*; freedom.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
PARTE I – PSICOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-FILOSÓFICA DA		
FORMAÇÃO DO CONCEITO		
2	AS RELAÇÕES DE PODER NA OBRA FOUCAULT.....	21
2.1	PODER DISCIPLINAR.....	32
2.2	A BIOPOLÍTICA.....	41
2.3	GOVERNAMENTALIDADE	50
2.3.1	<i>O homo oeconomicus</i>	55
3	A SOCIEDADE DE CONTROLE DE DELEUZE	61
3.1	<i>LOCUS</i> HISTÓRICO-FILOSÓFICO DA SOCIEDADE DE CONTROLE DE DELEUZE	61
3.2	A SOCIEDADE DE CONTROLE DE DELEUZE	63
3.3	O CONTROLE: UMA MEDIAÇÃO ENTRE OS MODELOS DISCIPLINAR-BIOPOLÍTICO E A PSICOPOLÍTICA	68
4	A ESTRUTURA DE PODER NA OBRA DE BYUNG CHUL-HAN.....	73
4.1	O <i>SELF</i> E O <i>ALTER</i>	74
4.2	HÁBITO, COTIDIANIDADE E A ESTABILIDADE DAS RELAÇÕES DE PODER.....	81
5	A PSICOPOLÍTICA	103
5.1	DUAS CONCEPÇÕES DE PSICOPOLÍTICA	103
5.2	O MODELO DA PSICOPOLÍTICA SEGUNDO BYUNG-CHUL HAN	109
5.2.1	Do modelo disciplinar-biopolítico à psicopolítica	110
5.2.2	Psicopolítica e a exploração da liberdade.....	113
PARTE II – DISPOSITIVOS PSICOPOLÍTICOS.....		
6	DISPOSITIVO DA TRANSPARÊNCIA	121
6.1	POSITIVIDADE E TRANSPARÊNCIA.....	122

6.2	TRANSPARÊNCIA, SUBJETIVIDADE E UMA NOVA FORMA DE VALOR .	128
6.3	TRANSPARÊNCIA E AS CATEGORIAS FOUCAULTIANAS	134
7	DISPOSITIVO DA INFORMAÇÃO.....	145
7.1	DISPOSITIVO DA INFORMAÇÃO E A CRISE DA VERDADE	146
7.1.1	Uma condição pós-moderna da verdade	146
7.1.2	Factualidade e narratividade: duas características da verdade	149
7.1.3	Tecnologias da informação e crise da verdade.....	158
7.1.4	A crise da verdade	162
7.2	UMA LEITURA SOBRE O BIG DATA.....	174
7.3	DISPOSITIVO DA INFORMAÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS FOUCAULTIANAS.....	181
8	DISPOSITIVO DO DESEMPENHO	189
8.1	CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPENHO	197
8.2	O DESEMPENHO E A INTERNALIZAÇÃO DAS COAÇÕES	216
8.3	DISPOSITIVO DO DESEMPENHO A PARTIR DAS CATEGORIAS FOUCAULTIANAS.....	227
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
9.1	PSICOPOLÍTICA E O PROBLEMA DA NEGATIVIDADE DO PODER	238
9.2	PSICOPOLÍTICA E A RESISTÊNCIA AO REGIME NEOLIBERAL	243
	REFERÊNCIAS	246

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por períodos em que civilizações e povos conseguiram, por meio de conquistas ou supremacia bélica, um certo tipo de hegemonia sobre os adversários conhecidos, dentre os quais é possível citar a *Pax Romana*, a *Pax Mongólica* e, mais recentemente, a *Pax Britânica*. Ainda que não signifiquem efetiva “paz”, são processos históricos que descrevem relativa estabilidade e continuidade de poder. A derrocada da União Soviética parece também ter estabelecido uma nova hegemonia, se não de poder, de uma racionalidade de poder, uma vez que representou a derrota de uma proposta contrária ao capitalismo, ainda que não fosse a única. Esse processo não causou o enfraquecimento apenas do socialismo e do comunismo como contrapontos ao modelo capitalista, mas também de propostas internas ao próprio capitalismo que fazem frente a desafios e contradições que marcam o sistema capitalista, tendo o keynesianismo como seu principal exemplo. Com isso, o modelo neoliberal, ainda que tenha começado a ser implementado por volta dos anos 1970-1980, ganha força exponencial como racionalidade de organização social.

O neoliberalismo não pode absolutamente ser tomado apenas como um modelo econômico, como bem sintetizam Dardot e Laval (2016, p. 16) ao afirmarem que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. O neoliberalismo, como ideologia ou modelo econômico, sequer pode ser deduzido das obras dos autores neoliberais, a exemplo de Ludwig von Mises (2010), que escreve sobre uma “teoria da ação humana” e dela deduz características dos seres humanos como ponto fundamental para sua teoria econômica. Ao fazer isso, Mises propõe efetivamente muito mais do que uma mera teoria econômica. Por sua vez, Friedman (2016, p. 107) defende o investimento em capital humano em sua preparação vocacional e profissional, e garante que o ser humano que “se tornar produtivo, será recompensado, numa sociedade de empresa livre”, colocando a competição como uma das causas motrizes do desenvolvimento. A partir desses exemplos, vemos que a doutrina neoliberal diz respeito a fatores que extrapolam a esfera econômica ou mesmo ideológica, na medida em que se inscreve sobre a ação, sobre as relações sociais, de modo a criar modelos e concepções que abrangem as formas das relações produtivas, formas de subjetivação e de poder, e com isso também modelos éticos e estéticos.

O neoliberalismo, então, se apresenta como um modelo que prega a centralidade da liberdade como base para o desenvolvimento humano a nível individual e social. Mises (2010, p. 343), por exemplo, afirma que “não há outro tipo de liberdade e autonomia diferente daquela proporcionada pela economia de mercado” e centra a sua defesa da liberdade na limitação do poder do Estado, na medida em que governo “significa sempre coerção e compulsão”, defendendo que o governo deve existir apenas como “um garantidor da liberdade e só é compatível com a liberdade se seu campo de ação é adequadamente restringido à preservação do que chamamos de liberdade econômica” (MISES, 2010, p. 345). Problematicamente, a ideia de mercado e liberdade são associadas, e o “interesse pessoal” adquire uma esfera ética, uma vez que impede “tendências inatas à malignidade e ao arbítrio” (MISES, 2010, p. 342). De modo que a liberdade é associada aos interesses pessoais e aos desejos, aos planos e ao projeto que o indivíduo cria para si: “um homem é livre na medida em que possa moldar a sua vida segundo seus próprios planos” (MISES, 2010, p. 347). É por isso que o consumidor é um “homem livre”: “na qualidade de consumidor, o homem não é menos livre. É ele quem resolve o que é mais e o que é menos importante para si mesmo. Escolhe a forma de gastar o seu dinheiro de acordo com a sua própria vontade” (MISES, 2010, p. 346).

Portanto, o neoliberalismo coloca a liberdade e a competição como fundamentos da ação, pois os indivíduos lutam socialmente por “recursos escassos”. O desenvolvimento pessoal como capital humano é estimulado como meio para atingir os interesses individuais e, com isso, acaba gerando, por consequência, um processo de desenvolvimento coletivo. Qualquer obstáculo ao fluxo de ações e desejos deve ser superado; o indivíduo deve lançar-se como um projeto a ser desenvolvido constantemente em um mundo competitivo. Portanto, a liberdade significa a eliminação das coerções externas, como classicamente se pensou, acrescida do elemento da competitividade e do interesse individual como fundamentos centrais dos preceitos neoliberais.

Se o indivíduo é visto como um sujeito de interesse sobre o qual não se deve intervir, senão para resguardar sua liberdade, existe uma aparente contradição entre neoliberalismo e as relações de poder. Isso, porém, não significa a inexistência dessas relações, uma vez que grande parte dos teóricos neoliberais defendem a existência do Estado com intervenção mínima sobre o indivíduo e a sociedade. O papel do Estado, nesse modelo, se limita à defesa das liberdades, da concorrência e da viabilidade do projeto individual. Milton Friedman (2016, p. 41), por sua vez, admite que “não há possibilidade de evitar o uso de algumas medidas paternalistas” àqueles

que chama de irresponsáveis, mas que “não há nenhuma fórmula que nos ensine onde parar”. Ou seja, qualquer tipo de intervenção deve ser reduzida ao mínimo.

Logo, o neoliberalismo não defende a eliminação dos meios clássicos de coerção, como as forças de segurança ou a legislação, mas que esses mecanismos existam apenas no limite da garantia das regras do jogo. Longe de eliminar as relações de poder, esse modelo representa uma forma de intervenção em favor do mercado, como interpreta Michel Foucault, pois traria prosperidade aos indivíduos que, ao buscarem seus interesses pessoais, promoveriam também a prosperidade social.

Entretanto, seria essa uma forma mais branda de intervenção? Considerando que se baseia em um modelo de intervenção social mínima, especialmente no direcionamento dos desejos e papéis sociais dos indivíduos, tal intervenção pode ser ainda mais profunda em suas consequências.

Assim, o problema da liberdade, tal como recolocado pelos neoliberais, enfrenta dificuldades já clássicas da filosofia: seja no que diz respeito à necessidade de conquista da liberdade como autodeterminação, seja quanto à possibilidade objetiva ou material da liberdade. A liberdade defendida pelos neoliberais, entendida como simples ausência de impedimentos externos, ignora os processos que conduzem à formação dos desejos e interesses, os quais são resultados de dinâmicas de subjetivação. Portanto, eles consideram irrelevante a construção social e política do "interesse pessoal", bem como a existência de uma interpretação pública da verdade no processo de formação dos desejos individuais, o que torna evidente que a ação livre não se resume à possibilidade de escolha. Há, assim, um erro fundamental no conceito de liberdade proposto por essa doutrina.

Entretanto, existe uma nova forma de relações de poder na sociedade neoliberal, à medida que essa racionalidade avança no processo de eliminação de coações externas, focando no individualismo e nas liberdades individuais. Ou seja, é relevante reconhecer por quais meios as relações de poder se formam e se desenvolvem nas sociedades neoliberais, à medida que o Estado perde força como interventor social em diversos âmbitos, como pela ideia de não intervenção na educação, na saúde, na previdência social, entre outros, transferindo-os para a responsabilidade individual, como decorrência de um ideal de liberdade. Principalmente porque o neoliberalismo é hegemônico como racionalidade e paradigma das relações de poder, desde o fim do século XX e início do século XXI, criando uma nova forma de organização social que podemos adjetivar como sociedade neoliberal. Ainda que o conceito de globalização possa ser aplicado retroativamente, a globalização neoliberal é, sem dúvidas, mais hegemônica do que

qualquer outro processo histórico anterior, cujos efeitos tendem à expansão e à aceleração. Por isso, podemos dizer que a Pax do nosso tempo é a Pax neoliberal.

Nos períodos de grandes hegemonias, um sentimento comum é o de “fim da história”¹, isto é, de que não existe outro modo de vida possível, de que os sistemas e os hábitos são todos autoevidentes e tendem à imutabilidade. Foi, por exemplo, apenas sintomática — e até mesmo um tanto burlesca — a afirmação de Francis Fukuyama (1992, p. 64) de que “é difícil imaginar um mundo que seja radicalmente melhor do que o nosso ou um futuro que não seja essencialmente democrata e capitalista”, errando no prognóstico e na associação necessária entre democracia, capitalismo e liberdade, como fez ao longo de sua obra, na medida em que a sociedade neoliberal possui seus próprios modos de poder e, portanto, de submissão a uma racionalidade e modo de vida.

Em vista das mudanças que passaram a se enunciar decorrentes do pensamento neoliberal são relevantes os estudos de Foucault, em especial porque mostraram o tensionamento entre poder e liberdade, bem como a emergência do que chamou de uma nova forma de governamentalidade associada ao pensamento neoliberal. A partir desses estudos, já é possível concluir a inexistência de correlação necessária entre democracia, capitalismo e liberdade. No centro desse debate está a concepção de Foucault sobre o poder que, segundo Gilles Deleuze (2013, p. 34), revelou-se como a “nova concepção de poder, que buscávamos, mas não conseguíamos encontrar nem enunciar”.

Se, por um lado, essa concepção permite visualizar o poder de um modo muito mais fluido, ao quebrar vários paradigmas que Deleuze chama de “postulados” (da propriedade, da localização, da subordinação, da essência ou atributo, da modalidade e da legalidade), tornou-se, de certo modo, mais difícil pensar o problema da liberdade, por alguns motivos:

1) Se o poder não é uma propriedade, mas uma estratégia, a “tomada” de poder significa a formação, por ato contínuo, de um novo estado de submissão. Além disso, como não existem apenas relações verticais únicas de agentes e sujeitos de poder, na medida em que o poder é composto “pelos pontos singulares de onde passa”, aqueles que estão submetidos ao poder também estão inseridos em outros tipos de relação nas quais são agentes e exercem

¹Conceito primeiramente cunhado por Friedrich Hegel (2003), em *Fenomenologia do Espírito*, para quem a História consiste no progresso da consciência da liberdade, o que conduziria a humanidade ao Fim desta mesma História. Antes de Fukuyama, esse conceito foi aprofundado por Alexandre Kojève (2002) que enxergava na obra hegeliana que a Revolução Francesa (1789) e o Estado napoleônico seriam o enlace deste fim, uma vez que os ideais que conduziram a sociedade francesa a este momento ápice foram os de liberdade e igualdade.

também poder sobre os outros. Disso decorre que a liberdade deverá ser pensada a partir de vários pontos singulares e não rigorosamente relativa a apenas uma ou outra relação;

2) O que está ligado ao postulado da localização do poder: se não há um centro do poder, pois as relações são difusas, a liberdade tem que se achar em meio a diferentes formas de poder e, de certo modo, em oposição a diferentes agentes, instituições e indivíduos;

3) Ademais, não existe uma subordinação piramidal e uma continuidade linear e global que permita ver o exercício de fora para dentro nas relações de poder. Não há exterioridade no poder: ele age no interior das relações por meio de determinados mecanismos e técnicas. Por isso, a liberdade deverá encontrar lugar em meio ao detalhamento das formas de exercício de poder;

4) Deleuze, a partir de Foucault, destaca, ainda, que o poder não é um atributo, mas constituído de forças relacionais. Por isso, a relação de poder perpassa dominantes e dominados, sendo que os dominados também se apoiam em pontos e sustentam os dominantes, não sendo meros objetos de poder. Logo, há servidões voluntárias, apoios à sujeição. Assim, a servidão voluntária pode ser considerada um tipo de liberdade?

5) Se o poder é exercido por diferentes modalidades e se, antes de tudo, ele cria realidades e verdades antes de agenciar dispositivos de repressão e ideologia, que, na realidade, “não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate” (DELEUZE, 2013, p. 38-39), a liberdade exigirá o questionamento sobre o que há de anterior aos mecanismos de repressão e ideologia. Isto é, envolve o processo de formação da verdade e do discurso, de modo a reconhecer o processo de produção de realidade em relação ao qual os dispositivos de poder são meros resultados;

6) Por fim, se a lei é mais um dos dispositivos que recobre o mapa estratégico (DELEUZE, 2013, p. 40), não será a garantidora final da liberdade, posto que, ao passo que pode promover alguns tipos de liberdade, direciona estrategicamente efeitos desejados e indesejados por meio de classificações e exclusões.

A partir desse mapa conceitual, Foucault descreveu, genealogicamente, formas paradigmáticas diferentes de exercício de poder, com base em forças, estratégias e cálculos para cumprir os objetivos esperados. Disso, é possível reconhecer que as relações de poder — e, principalmente, os modos pelos quais o poder é exercido — são temporários e resultam de determinadas urgências e processos sociais que se estabelecem gradualmente. Com base nisso, Foucault identificou determinados modelos paradigmáticos de exercício de poder que foram

construídos sucessivamente e passaram a coexistir de modo sobreposto uns aos outros, reconhecendo, contudo, que há modelos paradigmáticos próprios de cada época e relativos a uma determinada sociedade.

Tal cenário culmina com os cursos ministrados por Foucault, no final da década de 1970, no *Collège de France*, que tratam do neoliberalismo, alguns de maneira mais específica que outros, como uma nova racionalidade ou governamentalidade que se impunha. Além disso, nesses cursos é posto o problema do neoliberalismo e das novas formas de relação de poder que se formam a partir dele. Esse rastro deixado por Foucault foi desenvolvido por outros autores e autoras que o sucederam, inclusive porque a morte prematura de Foucault não lhe permitiu ver a hegemonia neoliberal, nem mesmo as novas técnicas e mecanismos dessa racionalidade.

Byung-Chul Han, cujo trabalho orientará esta tese, é um dos filósofos que fornece um diagnóstico da sociedade neoliberal, considerando os novos modelos de poder e os dispositivos que se instituem a partir dela. Para Han, os conceitos de poder disciplinar e biopolítica são insuficientes para descrever o modelo de poder prevaiente da sociedade neoliberal. Em sua obra, ele argumenta amplamente que o exercício de poder neoliberal não tem mais os corpos como foco, como argumentava Foucault, mas a psique. Por isso, estaríamos vivendo o que ele nomeia de “psicopolítica”, isto é, uma nova forma paradigmática de relação de poder da sociedade neoliberal na qual o objeto de manipulação do poder está sempre atrelado aos objetivos e ao modo de ação. Assim, se a sociedade disciplinar-biopolítica precisou criar um corpo para operar em um mundo urbano e industrial, a sociedade psicopolítica precisa formar indivíduos para um período de produção imaterial e digital, no qual a ideia de liberdade individual é estimulada. A proposta neoliberal ressoa como liberdade porque se contrapõe às técnicas disciplinares e biopolíticas, na medida em que prega a eliminação da coação e da intervenção externa. E, como veremos, a psicopolítica se revelará como um modo de poder ainda mais amplo e estável enquanto relação de poder.

A inteligência da psicopolítica reside na capacidade de substituir as coações externas pelas internas, o que ocorre ao fazer com que os próprios indivíduos assumam um papel ativo na relação de sujeição, explorando a si mesmos. Essa exploração da liberdade utiliza dispositivos que atuam sobre os desejos e vontades, ou seja, justamente sobre os interesses dos indivíduos que precedem as suas ações. Assim, agindo sobre a psique, os dispositivos psicopolíticos atuam até em nível pré-reflexivo, sem que os indivíduos tenham efetiva consciência de que as suas ações são coagidas, na medida em que decorrem da relação de poder que se estabelece. Como ressaltamos, o neoliberalismo coloca o sujeito de interesse como

elemento fundamental no exercício da liberdade, uma vez que é considerado livre aquele que age segundo seus interesses, sem coações internas. Porém, há um problema basilar nessa argumentação, que ressoa na questão: quais interesses? O que Han diagnostica por diferentes vertentes é que os interesses do que ele chama de *sujeito de desempenho*, entendido como o sujeito produzido pela sociedade neoliberal, já são, desde o início, orientados. Não há interesses livres, mas interesses que são autocoagidos graças aos dispositivos neoliberais. Com isso, as formas de exercício de poder se complexificam e tornam-se mais sutis, com a finalidade de promover um processo de internalização e repetição das coerções como se fossem escolhas e desejos do próprio sujeito. Essas não são escolhas livres, pois, como Han irá mostrar, as relações de poder de tipo neoliberal possuem objetivos ligados ao desempenho e à produção. Por isso, qualquer ruído ou oposição é eliminado por absorção e digestão sistêmica ou empurrado para as margens. Por outro lado, a prova da existência de coerções se expressa também nos efeitos sintomáticos ligados ao aparecimento ou aumento de determinadas patologias — denominadas neurais — como depressão, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), burnout, *information fatigue syndrome* (IFS), dentre outros — como resultado das violências das coerções internas.

A partir de premissas como essas, Han reconhece que a psicopolítica se constitui como um modelo de poder com grande capacidade de ação e adaptação, além de ser pouco aparente, tendo em vista que é acompanhada por uma sensação de liberdade. Desse modo, os dispositivos neoliberais atuam não mais por meio da proibição, das normas, das regras e dos hábitos, mas propondo, em seu lugar, possibilidades infinitas de ação, de identidade, de desempenho e de desenvolvimento. Com isso, eliminam a oposição entre liberdade e poder, isto é, coação e liberdade passam a coincidir.

É a partir desse contexto da psicopolítica que desenvolveremos os objetivos desta tese. A primeira parte tem como objetivo apresentar a concepção de Han sobre o poder e o que significa, para ele, a psicopolítica como um novo modelo de poder em substituição ao disciplinar-biopolítico. Para isso, partiremos das análises das relações de poder de Foucault e de suas adaptações e ganhos conceituais sobre o tema, passando pelos modelos paradigmáticos de poder disciplinar, biopolítico e de governamentalidade. Esse trajeto segue os passos de Han que, de um lado, rejeita o modelo disciplinar-biopolítico e, de outro, reconhece que já foi o modelo de poder prevaiente, além de se apropriar de diversos elementos do pensamento foucaultiano sobre o poder. Também nessa primeira parte, analisaremos a argumentação de Deleuze sobre a sociedade de controle, por estar localizada de modo intermediário entre os

modelos disciplinar-biopolítico e psicopolítico, bem como porque Han identifica que a sociedade de controle proposta por Deleuze já descrevia, ainda que de modo incipiente, a psicopolítica. As últimas seções da primeira parte deste trabalho objetivam apresentar a concepção do poder de Han e a definição e características da psicopolítica como um modelo prevalecente em relação ao disciplinar-biopolítico na sociedade neoliberal. Com isso, estará formada a via de acesso para a descrição do modo de exercício de poder neoliberal, caracterizado como psicopolítica.

A segunda parte tem como objetivo a descrição dos dispositivos, tecnologias e instituições próprias da psicopolítica, de modo a evidenciar como o psicopoder é exercido. Nessa segunda parte, analisaremos três dispositivos que compreendemos como fundamentais para a psicopolítica: a transparência, a informação e o desempenho. Não se trata de uma lista exaustiva, porém essas três frentes de ação de poder nos mostram a consolidação da psicopolítica como um modelo autônomo de poder, sendo possível, por meio delas, identificar seus principais modos de ação. Ademais, ainda que existam outras possibilidades e que seja possível apontar outros dispositivos de poder, é provável que estejam relacionados, em alguma medida, com ao menos um desses três dispositivos. Isso, inclusive, considerando que, apesar de serem metodologicamente descritos de modo separado, eles próprios interagem entre si e permitem o estabelecimento do que aqui se nomeia por psicopolítica. A estrutura de análise desses três dispositivos será a mesma em três grandes subseções da última e segunda parte do trabalho: primeiro, caracterizaremos cada um dos dispositivos; em segundo lugar, apresentaremos a sua forma de ação, isto é, o seu funcionamento interno; por fim, utilizando o instrumentário teórico foucaultiano, apresentaremos como esses dispositivos se materializam na realidade, a partir de cinco características: 1) sistemas de diferenciação; 2) tipos de objetivos; 3) modalidades instrumentais; 4) formas de institucionalização; 5) graus de racionalização.

A partir das exposições precedentes, nas considerações finais, apresentaremos um balanço sobre a psicopolítica na obra de Han, reconhecendo os ganhos e os limites da caracterização desse novo modelo de poder.

PARTE I – PSICOPOLÍTICA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-FILOSÓFICA DA FORMAÇÃO DO CONCEITO

2 AS RELAÇÕES DE PODER NA OBRA FOUCAULT

Em sua obra, Han incorpora, em grande medida, a mesma sistemática ou elementos de análise do poder com os quais trabalha Foucault. "Incorporar", no sentido de se apropriar e, principalmente, reconhecer em sua análise algumas das características já demarcadas por Foucault ao tratar das relações de poder. A partir da análise genealógica, Foucault apresenta um caráter dinâmico das relações de poder alinhado a e decorrente de determinados processos históricos. Com isso, a genealogia foucaultiana analisa instituições, dispositivos², técnicas,

² Provavelmente é na entrevista que ficou conhecida como *Le jeu de Michel Foucault* (Bulletin Périodique du champ freudien, n° 10, juillet 1977, pp. 62-93) que Foucault fornece, de um modo mais direto, o conceito de dispositivo: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2004, p. 244). Portanto, por dispositivo, entende-se a rede que liga diferentes elementos: práticas, técnicas, instituições, discursos etc. Por exemplo, ao se falar em dispositivo carcerário, poderão ser incluídos elementos como práticas de vigilância, técnicas arquitetônicas, leis etc., que compõem a complexidade carcerária/prisional. No mesmo sentido, é cabível incluir esses elementos no que se denomina por dispositivos disciplinares, como sendo os elementos relacionados ao poder disciplinar, que, por sua vez, é composto por outros dispositivos e técnicas. Assim, dispositivo designará a reunião de elementos heterogêneos que compõem uma forma específica de exercício de poder. Então, dispositivo é tanto os elementos heterogêneos quanto o nexo que se estabelece entre eles (CASTRO, 2016, p. 124; FOUCAULT, 2004, p. 244). Ademais, como o poder não comporta uma forma geral, essencial e fixa, os dispositivos que compõem a relação de poder descrita também não serão fixos. Por isso, o exercício do poder é descrito por meio dos dispositivos de poder, que representam o modo pelo qual a forma de poder se exerce. Ou seja, o dispositivo pode ser considerado a forma instrumental de uma ação estratégica de exercício de poder. Foucault reconhece também que os dispositivos se definem por sua gênese e que possuem dois momentos essenciais: um, em que há o predomínio do objetivo estratégico; e outro, em que ocorre a constituição do dispositivo enquanto tal (CASTRO, 2016, p. 124). A constituição do dispositivo ocorre em resposta a uma urgência e, portanto, tem como meta um objetivo estratégico (1º momento). Ainda segundo Castro (2016, p. 124), a aplicação do dispositivo e sua constituição como tal (2º momento) importam em um processo de sobredeterminação funcional, que significa o seu ajuste e adaptação, levando em consideração os resultados de sua aplicação prática em efeitos positivos e negativos, desejados ou não, e de sua adequação ou contradição com outros elementos do sistema. Além disso, os dispositivos passam por um processo de preenchimento estratégico, que é a utilização de seus efeitos — ainda que inesperados — para outras finalidades (CASTRO, 2016, p. 124). Desse modo, os dispositivos representam o modo pelo qual os modelos de relação de poder são exercidos. Por isso, esse conceito será utilizado tanto para descrever os dispositivos de poder apresentados por Foucault como também servirá de referencial teórico para a análise dos dispositivos psicopolíticos, principal objetivo da segunda parte desta tese.

saberes etc., especialmente com a premissa de descrever como o poder se exerce e como se constituem as mudanças nos modelos de poder pouco a pouco nas sociedades.

Isso significa que, ao analisar determinados processos históricos, Foucault reconhece mudanças nos modos de exercício do poder, mas sem que isso implique no desaparecimento completo de modelos anteriores ou a exclusão de um pelo outro. Na realidade, o que ocorre são sobreposições de formas de poder, de tal modo que, ainda que um modelo se torne prevaiente, aspectos e elementos de modelos anteriores ainda podem coexistir. Tendo isso como pressuposto, inicialmente reproduziremos os principais argumentos de Foucault sobre as relações de poder, com o objetivo final de reconhecer os principais elementos e categorias utilizadas por ele que são apropriados por Han, bem como para demonstrar o surgimento de uma nova forma paradigmática de exercício de poder, denominada por Han de psicopolítica. Esta se impôs a partir dos regimes neoliberais da segunda metade do século XX e teria substituído o modelo disciplinar-biopolítico como a nova forma prevaiente de exercício de poder.

A respeito das análises de Foucault, tradicionalmente diversos intérpretes identificam três fases em sua obra: a arqueológica do saber, a genealógica do poder e a ética — cujos temas se relacionam mais especificamente, e respectivamente, ao saber, ao poder e ao sujeito. Isso, notadamente, não significa que haja uma separação rígida entre esses campos em sua obra, pois tais temas se entrelaçam e a permeiam. Por outro lado, é também verdade que existe uma operacionalização de conceitos e alterações na crítica foucaultiana, a partir de descobertas que ele faz ao longo de suas produções, de modo que alguns elementos que se encontram implícitos ou pouco elaborados passam por transformações e aprofundamentos. Deve-se considerar que o próprio Foucault incentiva uma leitura retrospectiva de seu trabalho, projetando

a totalidade de seus últimos temas de interesse sobre a totalidade do percurso teórico até então perseguido por ele. [...]. Em uma palavra, a leitura retrospectiva corre o risco de embaralhar e descaracterizar o potencial crítico da genealogia foucaultiana do poder, pois então se torna difícil de distinguir entre os movimentos de captura e constituição do sujeito assujeitado dos movimentos de resistência que voltam a potência criadora da vida contra os processos de assujeitamento. (DUARTE, 2010, p. 205-206).

Feitas essas ressalvas, de início, apresentaremos uma caracterização geral do que Foucault entende por relações de poder e como elas devem ser analisadas, de modo a demonstrar que o conceito de relações de poder serve de base para explicar o "como" o poder é exercido. Em um segundo momento, caracterizaremos os conceitos de poder disciplinar, biopolítico e governamentalidade na obra foucaultiana, destacando as diferenças entre essas formas paradigmáticas e os ganhos argumentativos no sentido de explicar o fenômeno do poder

na sociedade a partir dos séculos XVII e XVIII. Portanto, essa exposição visa os seguintes objetivos: 1) demonstrar que o poder possui diversas modalidades; 2) que, historicamente, há uma mudança paradigmática nas modalidades mais prevalentes de exercício de poder; 3) que as mudanças nos tipos paradigmáticos de poder estão ligadas a novas estratégias e, portanto, à eficiência; 4) que os modelos de Foucault não são definitivos, na medida em que novas formas paradigmáticas de exercício de poder já foram apresentadas — a exemplo do modelo da sociedade de controle deleuziana — e que ressoam nas análises de Han; 5) evidenciar que Han se apropria de diversos elementos foucaultianos para apresentar o modo de exercício de poder que considera prevalente na atualidade, isto é, o psicopoder; 6) utilizar elementos foucaultianos sobre o poder para identificar a psicopolítica a partir de suas técnicas, dispositivos, instituições etc.; 7) e apontar diferenças entre os modelos disciplinar-biopolítico e a psicopolítica.

Com base nessas premissas, a respeito das noções de relações de poder de Foucault, Machado (2004, p. X) afirma que "não existe em Foucault uma teoria geral do poder", isto é, uma "essência que ele procuraria definir por suas características universais", mas sim uma prática socialmente construída. Isso significa que o poder deve ser compreendido pelos mecanismos pelos quais é exercido. Para isso, Foucault analisa as relações de poder sem supor a ideia de um poder fundamental (FOUCAULT, 2009, p. 242). Os ganhos metodológicos e teóricos desse ponto de partida são diversos. Por exemplo, permite o reconhecimento de que toda teoria sobre o poder será sempre provisória, como afirma Machado (2004, p. XI), pois descrever relações de poder, isto é, "como" o poder é exercido, significa demarcá-lo em uma circunscrição temporal e espacial. Portanto, são relações dinâmicas, maleáveis, que se alteram ao longo do tempo. Isso pode ser verificado de imediato na obra foucaultiana em razão da existência de diferentes modos de poder descritos por ele.

Por outro lado, a recusa de uma essência do poder não impede a definição de como ocorrem as relações de poder ou mesmo do que significa exercer o poder. Nesse sentido, Foucault (2009, p. 242) afirma que o exercício do poder não deve ser visto meramente como uma "relação entre 'parceiros' individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre os outros". Portanto, o poder envolve necessariamente uma relação assimétrica, que pode ser estabelecida a partir de diferentes causas. Entretanto, sem que exista uma centralidade ou "posse" do poder, visto que este não é uma propriedade natural, mas é exercido em redes de relações, inclusive em âmbitos periféricos e esparsos, que não necessariamente decorrem de um poder estatal ou que se baseiem nele. O poder é então definido como

um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir (FOUCAULT, 2009, p. 243).

A partir de alguns verbos (incitar, induzir, facilitar) utilizados por Foucault nesse trecho, é possível reconhecer outro elemento importante do poder: sua capacidade produtiva. Isto é, o poder não é exercido apenas como repressão, pois também cria resultados, condutas, modos de ser, verdade. Inclusive, as técnicas não são apenas repressivas, na medida em que visam também incitar, persuadir, direcionar a um comportamento sem o uso necessário de violência, apesar de poder se valer dela. A produtividade do poder significa também a “produção de realidade” e de verdade, mais essenciais e fundamentais do que a repressão (DELEUZE, 2013, p. 38). Nesse sentido, Foucault (1999, p. 218) afirma que “temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade”. Também nesse sentido, ele afirma que “se digo a verdade sobre mim mesmo como eu o faço, é porque, em parte, me constituo como sujeito através de um certo número de relações de poder que são exercidas sobre mim e que exerço sobre os outros. Isso para situar o que é, para mim, a questão do poder” (FOUCAULT, 2000, p. 327). Assim, o caráter “positivo”³ do poder decorre de sua produtividade de verdade, de saberes, de condutas, de corpos, etc.

O subcapítulo intitulado “Método”, da obra *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, também é importante para compreender a concepção de poder foucaultiana, na medida em que sintetiza elementos presentes em obras anteriores e estrutura suas teses sobre o poder, com elementos que são retomados direta ou indiretamente em produções posteriores. No referido texto, Foucault (1988, p. 88) ressalta que o poder tem um caráter de onipresença “não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro”. Isso significa que as relações de poder atravessam o corpo social e que, por isso, estão tanto nas relações de soberania classicamente pensadas na figura do Estado e do governante, como

³ É importante ressaltar que Han interpreta os modelos foucaultianos de poder disciplinar e de biopoder como modos repressivos de exercício de poder, cada qual a seu modo, considerando-os ligados a uma negatividade dentro do binômio conceitual negatividade-positividade. Por isso, o uso do termo “positividade” para tratar de Foucault está relacionado à ideia de produtividade, mas não no mesmo sentido da positividade empregada por Han.

também nas pequenas relações, a exemplo das relações familiares, dispersando-se por diversas instituições — das quais os exemplos mais lembrados são as escolas, os hospitais e os quartéis militares. Portanto, as relações de poder são difusas, sem uma só localidade, com diferentes origens e fontes, como abordamos na introdução. Além disso, a onipresença do poder se justifica por sua presença nos detalhes, nas pequenas relações. Por isso, Foucault fala sobre uma microfísica do poder.

Com isso, a difusão das formas e fontes de poder, sejam elas centralizadas ou periféricas, revela sua onipresença e garante uma produção constante, que induz estados de poder e, portanto, uma continuidade e constância sempre localizadas e instáveis (FOUCAULT, 1988, p. 88). Assim, nas relações de poder, existe uma tensão entre a instabilidade que lhes é inerente e uma tendência ou esforço de continuidade e repetição. Tendo isso em vista, Foucault (1988, p. 88) afirma: “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. Ainda que estruturas e instituições definam as relações de poder como tal, isso não significa que elas não participem das redes de relações de poder ou mesmo que não haja sistemas organizacionais que operem em conjunto.

São também características do poder, segundo Foucault (1988, p. 89-91): 1) o poder não é alguma “coisa” que se possua, adquira ou perca, mas se exerce (postulado da propriedade); 2) o poder não possui uma centralidade, é exercido a partir de diferentes pontos, isto é, tem partes distintas e dispersas; 3) envolve relações desiguais e móveis, o que significa que existe assimetria entre as partes envolvidas em um tipo específico de relação de poder, bem como que nenhuma relação é absoluta — existe uma tensão e uma dinâmica que lhe são próprias (postulado da localização); 4) as relações de poder ocorrem em meio a outras relações, não são exteriores, por exemplo, aos processos econômicos e aos processos de conhecimento, de modo que são tanto efeitos como causas de outros processos, de outras circunstâncias que criam e mantêm desigualdades e desequilíbrios. Por isso, as relações de poder podem aparecer tanto de modo proibitivo (sancionando, limitando etc.) quanto de modo produtivo (produzindo relações, promovendo, caucionando técnicas etc.) (postulado da subordinação piramidal); 5) as relações de poder atravessam o conjunto do corpo social, o que é consequência da ausência de “posse” do poder e da assimetria de partes no exercício de poder. O poder é exercido em redes, em correlações de forças, produzindo múltiplas forças e relações que se alinham, se redistribuem, se aglutinam, formam sistemas etc. Contudo, Foucault não nega as relações de dominação, afirmando que as grandes dominações decorrem da convergência e continuidade de múltiplos

fenômenos e confrontamentos em um mesmo sentido (postulado de que o poder não é um atributo); 6) as relações de poder são intencionais e não subjetivas. Há, então, dois elementos: o primeiro é que são intencionais, ou seja, não são contingentes ou sem propósito; existe uma intencionalidade no sentido de haver objetivos nas relações de poder. Portanto, existe uma racionalidade que rege as relações de poder, mas que não decorre da escolha de um sujeito ou grupo de pessoas em qualquer aspecto; por isso, não são subjetivas. Por um lado, não é possível encontrar um centro de racionalidade do poder, um sujeito ou sujeitos que controlem tal racionalidade. Por outro lado, existem objetivos ou urgências que são respondidos por meio de estratégias de poder mais ou menos explícitas, nem sempre sendo possível identificar — se é que existe o tempo todo — o sujeito que elabora a estratégia de poder⁴; 7) Por fim, “que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 90). Portanto, há um elo necessário entre relações de poder e resistência. A resistência nem sempre pode ser definida como um grande contraponto revolucionário, isto é, de uma aglutinação de forças estratégicas em um sentido, capaz de tornar possível uma revolução. Na maioria das vezes, a resistência aparece como contrapontos móveis e transitórios, que dissociam, promovem reagrupamentos, criam relações, modificam regiões etc. Foucault observa que, do mesmo modo que as relações de poder atravessam o corpo social, as resistências aparecem também de modo pulverizado, difuso, atravessando relações e instituições. Portanto, as resistências também não podem ser definidas exclusivamente como oposições às relações de poder no sentido binário de negativo e positivo — apesar de poderem apresentar essa forma — ou como meros efeitos das relações de poder. Com isso, pode-se concluir que tanto as relações de poder quanto a resistência possuem um caráter produtivo, na medida em que cada uma, a seu modo, realiza técnicas de

⁴ Nesse aspecto, parece haver uma desnecessidade de sujeito na elaboração das relações de poder. Foucault parece querer desvincular da relação de poder a exigência de um sujeito estratégico perfeitamente evidente. Isso não significa que não haja partes nas relações de poder — elas são sempre necessárias, porque o poder somente existe enquanto exercido, isto é, é sempre uma relação assimétrica entre partes. Mas a estratégia de poder nem sempre possui um estrategista. Essa questão chamou atenção à época, na entrevista publicada no Brasil sob o título *Uma estratégia sem estrategista* (FOUCAULT, 2004, p. 251-258), e *Le jeu de Michel Foucault* (FOUCAULT, 1994a, p. 306), na publicação francesa, que busca explicar o que seria uma “estratégia sem sujeito” — termo utilizado por sua interlocutora Catherine Millot a partir de uma passagem de *História da Sexualidade I*. Nessa entrevista, por meio de exemplos, Foucault defende a inexistência de sujeitos estrategistas em diversas situações, ressaltando que as estratégias de poder estão mais necessariamente ligadas a necessidades ou “urgências” do que propriamente a interesses de sujeitos que exercem seu poder sobre outros. Foucault resalta também que as grandes estratégias são “sutis, flexíveis e coerentes”. Com isso, retira-se a necessidade de supor a existência de um sujeito (ou uns) estrategista que rege as relações de poder, ainda que a níveis localizados. Sem que isso signifique que as estratégias não possam ter sujeitos bem definidos, mas apenas que a existência de uma estratégia de poder não exige o interesse de um sujeito. A ideia de uma estratégia sem estrategista pode ser interessante para pensar a ideia de psicopoder, na medida em que todos os indivíduos, mesmo os mais poderosos, parecem estar inseridos em uma lógica estratégica que ninguém detém.

subjetivação. A resistência está associada à ideia de insubmissão da liberdade, visto que existe resistência porque há a insubmissão da liberdade de modo indissociável às relações de poder (FOUCAULT, 2009, p. 244). De diferentes formas, Foucault busca desassociar os binarismos relações de poder–resistência e relações de poder–liberdade como positivo e negativo, como mera oposição que implica a anulação de um ou de outro, em favor de uma interpretação que os coloca em provocação permanente, em luta, em tensão. Portanto, nessa relação, não se deve excluir as influências mútuas, de modo a alterá-las por transformação, evolução, incorporação e reorganização decorrentes dos tensionamentos e provocações mútuos. Como liberdade e poder coexistem, o exercício do poder como um conjunto de ações sobre ações não significa necessariamente a existência exclusiva de consentimento ou de violência. Mas, “nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e frequentemente os dois ao mesmo tempo” (FOUCAULT, 2009, p. 243). Logo, o consentimento e a violência são instrumentos pelos quais se exerce o poder: o primeiro, como ato de liberdade; o segundo, como coação. A ocorrência de um ou de outro, ou ainda de ambos, pode ser observada a partir do emprego de diferentes mecanismos e dispositivos de poder que variam entre práticas repressivas e produtivas.

A partir dessas proposições, alguns aspectos do poder merecem destaque. Deleuze, em sua obra *Foucault* (1995), sintetiza diversos conceitos de poder desenvolvidos por Foucault. Deleuze (2013, p. 36) ressalta que “o funcionalismo de Foucault corresponde a uma topologia moderna que não assinala mais um lugar privilegiado como fonte do poder e não pode mais acertar a localização pontual”, ou seja, o poder não tem fonte única, ele está disperso. No poder, existe uma tensão entre sua permanência e impermanência, na medida em que, ao passo que ele somente pode existir enquanto exercício — o que implica singularidade, pontualidade e, de certo modo, efemeridade —, anseia-se uma continuidade: a relação de poder quer manter-se. Mas trata-se de uma continuidade sem centro, sem unificação à qual tudo se direciona: “‘o’ poder tem como características a imanência de seu campo, sem unificação transcendente, a continuidade de sua linha, sem uma centralização global, a continuidade de seus segmentos sem totalização distinta: espaço serial” (DELEUZE, 2013, p. 37).

Assim, o poder é descrito por sua dispersão e singularidade, e não por sua homogeneidade (DELEUZE, 2013, p. 35), sem que isso signifique falta de intencionalidade e racionalidade. Apesar de as relações de poder não existirem como lei natural, existe uma interconexão de forças e saberes que formam uma rede de modo a permitir a ação de uns sobre os outros. As relações de poder, como relações assimétricas e estratégicas, pressupõem a

existência daqueles que exercem o poder e daqueles sobre os quais o poder é exercido. Portanto, a existência de racionalidade significa colocar estrategicamente em operação um conjunto de posições, ações, técnicas e saberes que garantam o exercício do poder.

Como a racionalidade faz parte das relações de poder, o êxito estratégico adotado envolve sua dinamicidade, no sentido de sua capacidade de transformação, organização e reorganização, ou seja, de sua adaptabilidade à realidade que se apresenta. Haja vista que as relações de poder também estabelecem mútuas práticas de incorporação e reprodução, ou seja, acumulam-se práticas, técnicas e saberes:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 87-88).

O modelo foucaultiano considera, ainda, que o poder não possui fontes e estruturas únicas, na medida em que situa as relações de poder em outras instituições não estatais, a exemplo de hospitais, escolas, igrejas e fábricas, que também criam e desenvolvem sistemas de organização, por práticas de incorporação, interação etc., que podem ser caucionadas, legitimadas, emuladas ou absorvidas pelo Estado ou umas pelas outras. Portanto, não existe um princípio fundamental ou uma única fonte de poder que domina, dá origem ou da qual derivam todas as relações de poder observáveis no conjunto social. Como se trata de fontes distintas, os objetivos e modos de organização também não são idênticos; por isso, há diferentes racionalidades provenientes das diferentes fontes. Tendo em vista que não há uma identidade geral em objetivos e formas de ações, as instituições estabelecem relações entre si de diferentes modos, isto é, se reforçam, se inter cruzam, se sobrepõem e até mesmo se anulam (FOUCAULT, 2009, p. 247). Mas Foucault (2009, p. 247) também ressalta que, apesar de o Estado não ser a única fonte de relações de poder, ele é a “forma e o lugar” mais importante dessas relações e que “todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem”. Porque há uma “estatização contínua das relações de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 247), que ocorre quando o Estado aglutina em si funções que existiam no âmbito das relações privadas — por exemplo, com a criação das escolas e do ensino público, ou por meio da regulamentação dos modelos, objetivos e conteúdos educacionais; também por meio da criação da rede de saúde, da existência de programas públicos que tenham como objeto a população (biopolítica).

Inclusive, é importante reconhecer que, mesmo que Foucault não tenha vivido o suficiente para observar a hegemonia do neoliberalismo como a nova racionalidade de poder mundial, reconheceu, no curso que deu origem à obra *Nascimento da Biopolítica*, a centralidade do Estado nas relações de poder, ainda que utilize terminologias distintas (FOUCAULT, 2008). Por exemplo, ao considerar que o neoliberalismo pretende a lógica da empresa aplicada ao Estado e que a mudança do neoliberalismo não é a ausência de Estado, mas a redefinição dos objetivos pelos quais se governa. É por isso que Foucault afirma que “ao nos referirmos ao sentido estrito da palavra ‘governo’, poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (FOUCAULT, 2009, p. 247).

Portanto, a racionalidade é essencial em qualquer modelo de relações de poder, pois indica amplamente os objetivos e os meios adequados para atingi-los, referindo-se, por consequência, a uma visão estratégica. Logo, refere-se à escolha de meios, de metas e objetivos nas relações de poder com vistas à perpetuação da relação, à sua continuidade. Tal continuidade do poder depende, portanto, dos meios e estratégias adequados, na medida em que as relações de poder são consideradas temporárias e instáveis em maior ou menor grau.

O conceito de estratégia é definido por Foucault (2009, p. 247) em três acepções, em texto também utilizado por Castro (2009, p. 151-152) ao sintetizá-lo: a) a primeira, e talvez a mais corrente, define a estratégia como a escolha dos meios mais adequados para atingir um fim, o que significa a escolha da racionalidade que será empregada com vistas ao objetivo almejado; b) maneira pela qual tentamos “ter uma vantagem sobre o outro”, que se dá por meio da antecipação da ação alheia e da previsibilidade de ações mútuas; c) por fim, como os meios que se utilizam para obter a vitória, e que implicarão em um conjunto de ações e procedimentos para privar o adversário dos meios de combate, forçando-o a renunciar à luta. Assim, ao passo que a estratégia envolve necessariamente um objetivo, até porque as relações de poder são sempre intencionais, isso não significa a previsibilidade completa do resultado nem a existência de um fim último que não seja a finalidade ou o objetivo almejado com a estratégia, pois não há termo final nas relações de poder, no sentido de que, cumprido o objetivo, encerra-se a relação.

Portanto, existe uma relação necessária entre estratégia e poder. Desse modo, “estratégia de poder” designa os meios empregados para manter uma relação de poder. Então, se o poder pode ser definido como uma ação sobre as ações dos outros, a estratégia é o emprego dos meios para tanto, inclusive no sentido de antecipação da ação dos outros, encontrando

mecanismos para, de antemão, agir sobre ela. As estratégias de poder devem levar em consideração a efemeridade e a mutabilidade das relações de poder, realizando ajustes nas formas de ação para que seja possível manter a estabilidade da relação.

Tais estratégias são necessárias porque existe uma constante “provocação” entre relações de poder e a insubmissão da liberdade. Para Foucault, uma relação de poder somente existe entre sujeitos, individuais ou coletivos, livres, pois somente assim é possível pressupor campos de possibilidade de ação e conduta que podem ou não ser conduzidos pelas relações de poder (FOUCAULT, 2009, p. 244). É por essa razão, por exemplo, que a relação de escravidão não é considerada uma relação de poder, mas de pura dominação por meio da violência, na qual não há reciprocidade, mas apenas coerção pela força. Assim, a ação sobre a ação demanda uma teia estratégica que permita a sustentação das relações de poder, na medida em que existe uma insubmissão ou intransigência da liberdade que se põe em contraponto às relações de poder: “mais do que um ‘antagonismo essencial’, seria melhor falar em ‘agonismo’, de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provação permanente” (FOUCAULT, 2009, p. 244).

Assim, liberdade e relação de poder somente existem conjuntamente, não há uma sem a outra. De modo que, da derrocada de uma relação de poder, em razão da ineficiência de sua estratégia, emergem outras relações e, portanto, estratégias que sejam capazes de responder à emergência da situação. Nesses casos, o grau de sofisticação é menos relevante do que o grau de eficiência da nova estratégia. Mas isso não significa que se possa igualar todas as relações de poder, pois há dominações que podem ser consideradas maiores ou menores, isto é, as grandes dominações correspondem a situações em que as estratégias são capazes de impor determinados tipos de relações abrangentes, a partir de diferentes mecanismos e instituições.

Tendo em vista que as relações de poder e a liberdade são concomitantes, estas não são exclusivas das relações de poder. A insubmissão da liberdade faz com que algo sempre escape da relação de poder, que resista. Ou seja, a relação de dominação nunca é absoluta. Desta forma, a continuidade da relação de poder é marcada por lutas e por estratégias de confronto contra as relações de poder que estão colocadas, podendo haver inversões, tensionamentos, absorções e sobreposições, ainda que nem sempre o confronto resulte em uma inversão. Os confrontos têm fim quando se formam mecanismos estáveis, isto é, que sejam capazes de produzir efeitos de constância e certeza da conduta dos outros, o que estabiliza a relação. Portanto, as estratégias de confronto existem de ambos os lados até a estabilização da relação.

Estável, mas tensionada, posto que as relações convivem com os limites de poder que são dados pela insubmissão da liberdade. De forma que “toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora” (FOUCAULT, 2009, p. 248).

Com isso, Foucault (2009, p. 248) ressalta o que chama de “atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua” entre relação de poder e estratégia de luta, justamente marcando esse tensionamento que é próprio do binômio poder-liberdade. Assim, se de um lado as relações de poder possuem onipresença, de outro, as lutas no interior do corpo social também são “onipresentes”, na medida em que o embate ou provocação entre poder e liberdade é constante. Desse modo, as relações de poder, ainda que em suas periferias, estão sempre a ponto de se tornarem confronto entre adversários, de se desestabilizarem, o que pode gerar novos mecanismos de poder com vistas à estabilização das relações ou promover inversões e sobreposições que tenderão à estabilidade, mas a partir de novas relações. Logo, as relações de dominação decorrem de lutas e do afrontamento entre relações estratégicas que se manifestam no corpo social. É nesse sentido que as relações estratégicas e as relações de poder possuem um encadeamento recíproco: elas se constroem por tensionamentos e lutas de forças, assim como as resistências e revoltas fazem parte desse movimento perpétuo e cujas forças se provocam e se influenciam mutuamente.

Com base nisso, é possível verificar que Foucault utiliza o conceito de relações de poder para descrever as formas pelas quais o poder foi exercido, a partir de suas características e forças estratégicas. Dessa forma, é possível descrever o fenômeno do poder em sua mutabilidade. Portanto, o fenômeno do poder é cognoscível e melhor explicado como relações. E é possível descrever formas paradigmáticas ou prevaletentes de poder em uma determinada sociedade — tanto é que o próprio Foucault descreveu formas de poder que foram sendo substituídas como modelos paradigmáticos prevaletentes, ainda que sobrepostos aos anteriores.

Considerando essa premissa, Foucault (2009, p. 246-247) sistematiza algumas características ao tratar da concepção de relações de poder que podem ser consideradas como elementares, na medida em que servem de modelo para uma análise sistemática do modelo de poder e da comparação com outros. São elas:

1) Sistemas de diferenciação: as relações de poder, por serem relações assimétricas, pressupõem como condição e efeito a existência de sistemas de diferenciação que permitam o exercício do poder. O sistema de diferenciação irá variar de acordo com a relação analisada,

sendo exemplos: as diferenciações econômicas, no sentido de posse ou não de recursos, ou do meio de apropriação de riquezas; é possível pensar em diferenças étnicas, culturais, de gênero, de competências etc.;

2) Tipos de objetivos: o exercício de poder não é uma prática despropositada, ela envolve objetivos e metas a serem estrategicamente elaborados. Portanto, trata-se, sinteticamente, dos objetivos almejados com a prática de poder. Dentre os objetivos possíveis, “a manutenção de privilégios, acúmulo de lucros” são alguns dos exemplos de Foucault;

3) Modalidades instrumentais: refere-se aos meios empregados na prática para o exercício do poder. Exemplos: a força das armas, o uso de palavras e argumentos, disparidades econômicas, sistemas de vigilância etc. Enfim, são os meios instrumentais utilizados, as técnicas e mecanismos que colocam em prática o exercício de poder;

4) Formas de institucionalização: são as instituições envolvidas nas relações de poder. Elas podem ser diversas e agir de modo mais ou menos isolado; por isso, pode existir entre elas interação, absorção, atuação em conjunto etc. O Estado é um exemplo de institucionalização que envolve diversos sistemas complexos que foram centralizados em sua atuação direta ou que continuaram a ser praticados sob seu caucionamento e regulamentação;

5) Graus de racionalização: refere-se ao grau de sofisticação e funcionamento das relações de poder, isto é, das estratégias utilizadas que dão estabilidade às relações. Essa análise passa pela eficácia dos meios e dos resultados e/ou pelos custos eventuais, entendidos tanto no sentido material (dos meios utilizados) quanto como reações ou efeitos da prática de poder.

A partir dessa apresentação geral do conceito de relações de poder para Foucault, passarei à análise das formas de poder disciplinar, biopolítica e do conceito de governamentalidade. Isso com o objetivo de demonstrar as características de cada modelo, além da passagem (como sobreposição) de um ao outro. Para, com isso, em um segundo momento, evidenciar a passagem dessas formas de poder ao modelo psicopolítico.

2.1 PODER DISCIPLINAR

Como ressaltamos anteriormente, ainda que Foucault não tivesse o objetivo de elaborar uma teoria geral do poder, ao descrever as formas paradigmáticas de exercício de poder, ele

apresentou o funcionamento das relações de poder, fornecendo um modo pelo qual relações singulares e suas transformações podem ser explicadas.

Em relação aos tipos de relações de poder, há aquelas que são características de um tempo e de um determinado contexto humano, sem que se excluam outras formas que as antecederam. Por exemplo, as relações de poder baseadas no poder pastoral não foram integralmente substituídas pelo poder disciplinar, nem o poder disciplinar pelo biopoder, pois são modelos que se sobrepõem no tecido social. No entanto, há formas que se tornam prevaletentes em relação às demais, ainda que possam ser complementares ou até mesmo opostas a modelos anteriores. Tanto é que o próprio Foucault utiliza a expressão “sociedade disciplinar” para designar um tipo de sociedade cujo poder disciplinar se torna o modo paradigmático de relação de poder, situando a formação desse modelo nos séculos XVII e XVIII. Em *Vigiar e Punir*, lemos:

Pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de “quarentena” social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do “panoptismo”. Não que a modalidade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-as às vezes, mas servindo-lhes de intermediária, ligando-as entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder (FOUCAULT, 1999, p. 239).

Portanto, há pertinência em questionar se o poder é exercido hoje da mesma forma que antes, pois, como Foucault demonstrou, as relações de poder têm uma história marcada por novas estratégias e formas que se moldam à emergência de cada tempo. Tendo isso em vista, e com base na obra foucaultiana, é possível reconhecer as diferenças entre o poder disciplinar e o biopoder, bem como compreender que a biopolítica — entendida como uma relação de poder que tem a população como objeto de manipulação — desenvolve-se a partir de determinadas técnicas e tecnologias que emergem com o poder disciplinar, como o registro de informações e a elaboração de estatísticas.

Essas duas formas de poder são centrais para este trabalho por diversos motivos: por serem as formas paradigmáticas mais próximas da atualidade, ainda que tenham começado a se constituir na modernidade; por serem formas de exercício de poder ainda observáveis nas sociedades contemporâneas; e por apresentarem elementos comuns, especialmente pela derivação do biopoder a partir do disciplinar. Ademais, é com base nessas duas formas, ou para além delas, que Han enuncia a psicopolítica como o modelo que melhor descreve as relações de poder nas sociedades neoliberais.

O poder disciplinar, conforme conceituado por Foucault, evidencia em grande medida a onipresença do poder, ao pulverizar as relações de poder em um nível bastante amplo. As relações de poder passam a ser analisadas a partir de instituições distintas do Estado e em relativa independência dele, ainda que possam eventualmente ser absorvidas ou caucionadas por ele. Com base nas noções de saber-poder, Foucault descreve a evolução dessas instituições, reconhecendo que se formam e se modificam historicamente por meio do exercício de poder e da criação de saberes que se retroalimentam. Essa dinâmica é capaz de transformar tanto a instituição quanto seus objetivos.

A partir dessa dinâmica, Foucault reconhece uma história das relações de poder, ou seja, uma formação progressiva de determinadas formas de exercício de poder. Progressiva no sentido de uma otimização estratégica para alcançar seus objetivos primários, assim como outros que surgem ao longo do processo. Assim, as técnicas se aprimoram para responder a novas emergências e resistências.

Os quartéis, as escolas, as fábricas e as prisões são as instituições que Foucault analisa como representações do poder disciplinar. Essa forma de poder surge e se desenvolve entre os séculos XVII e XVIII, como resposta a determinadas urgências e transformações sociais oriundas da substituição do modelo de produção feudal pelo industrial. Dessa mudança resultaram outros fenômenos sociais significativos, como a urbanização e o êxodo rural, a revolução tecnológica, a consolidação do conhecimento científico moderno, e a formação das classes burguesa e proletária. Tais transformações estão relacionadas à criação de novas instituições e relações de força, sendo, ao mesmo tempo, causas e consequências desse processo.

Com a exposição do poder disciplinar, o corpo emerge como lócus privilegiado do exercício do poder em Foucault, o que permanece válido mesmo nas obras que sucedem sua análise sobre a disciplina, ainda que com deslocamentos importantes. Dreyfus e Rabinow (2009, p. 126) observam que, mesmo em *História da Loucura e Nascimento da Clínica* — obras anteriores ao período em que Foucault se dedica diretamente ao tema do poder —, ele já demonstrava interesse pelo corpo como objeto de estudo e manipulação em instituições especializadas. Contudo, é a partir da fase genealógica que o corpo, em sua realidade concreta, passa a ser o lugar e o objeto das práticas de poder.

Nesse sentido, ter o corpo como objeto do poder disciplinar representa uma especialização da ação e uma atuação em níveis e realidades mais elementares. Isso significa intervir nos espaços particulares do corpo individual. Para tanto, ocorre um refinamento das

técnicas em nível microfísico, de modo a agir sobre detalhes cada vez mais minuciosos da vida: gestos, posturas, comportamentos, forma física dos corpos e hábitos. Trata-se, portanto, de uma ação extremamente detalhista, que exige a constituição de técnicas cada vez mais sofisticadas.

No texto *Nietzsche, a genealogia e a história* (1971), que antecipa temas aprofundados em *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*, Foucault (2004, p. 22), interpretando Nietzsche, descreve o corpo como “superfície de inscrição de acontecimentos [...], lugar de dissociação do Eu [...], volume em perpétua pulverização”, de modo que a genealogia deverá mostrá-lo como “inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”. Logo, é no corpo que se inscrevem as práticas e técnicas de poder, por meio de “cuidadosos procedimentos”, de “rituais” que não possuem localizações históricas específicas nem seguem um desenvolvimento linear. Conforme Dreyfus e Rabinow (2009, p. 122-123), “as regras e obrigações que surgem destes rituais estão inscritas na lei civil, nos códigos morais, nas leis universais da humanidade, que tentam prevenir o homem contra a violência supostamente existente na ausência de coerções impostas pela civilização”. Foucault descreve as relações sobre o corpo como uma luta de forças, revelando uma sociedade marcada por processos permanentes de conflitos e oposições, nos quais se instalam sistemas sucessivos de regras, compondo, assim, uma história da humanidade como “história de dominação em dominação” (FOUCAULT, 2004, p. 25).

Com isso, dá-se um deslocamento na forma como o poder atua: seu alvo não é mais apenas o súdito, a classe ou o grupo, mas o corpo. Isso permite identificar um caráter até não-reflexivo ou pré-reflexivo nos efeitos do poder, na medida em que ele é exercido sem que o sujeito tenha plena consciência disso. Além disso, o poder adquire contornos mais sutis e menos aparentes, por estar ligado de forma simbiótica ao corpo, a dimensão mais concreta e particular do indivíduo. Ainda que as técnicas de ação do poder sejam distintas, todas têm o corpo como objeto de regulação. Por exemplo, embora o suplício e a disciplina da prisão representem violências qualitativamente distintas, ambas tomam o corpo como lugar de exercício de poder. Foucault (1988, p. 28) observa que, nas formas mais sangrentas ou mais suaves de punição, “é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua partição e de sua submissão”.

O corpo é, então, considerado em sua plasticidade, por ser manipulável. Por isso, ao descrever as relações de poder, Foucault interessa-se em saber como o corpo pode ser “dividido, reconstituído e manipulado pela sociedade” (DREYFUS; RABINOW, 2009, p. 124). O que ocorre porque o corpo está “mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos,

obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1988, p. 29). A manipulação dos corpos possui objetivos que são, em grande medida, ligados à sua utilização econômica como força de trabalho, isto é, de modo a torná-lo útil e utilizável para o trabalho: “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1988, p. 29). A submissão implica produzir limitações por meio de proibições e sanções, mas também estimular e produzir condutas desejáveis. De tal modo, a submissão está inscrita no objetivo de explorar as potencialidades do corpo em vista de sua utilidade. Trata-se de uma tecnologia política do corpo, destinada a adestrar suas forças para explorá-las ao máximo.

Desse modo, segundo Dreyfus e Rabinow (2009, p. 126), a tecnologia política do corpo representa o cruzamento entre relações de poder, saber e corpo, reunindo esses três elementos centrais da obra foucaultiana. O saber e o poder se retroalimentam num processo inscrito no exercício do poder sobre os corpos. As tecnologias que atuam sobre os corpos operam em nível microfísico e representam o entrelaçamento de diversas formas de micropoder, mais ou menos organizadas, que atravessam o corpo e nele atuam de forma atômica e estrategicamente calculada.

A relação corpo-poder-saber não foi criada pelas técnicas disciplinares dos séculos XVII e XVIII. Por exemplo, Foucault aponta para a oposição entre os “corpos” do rei e do condenado ao descrever o suplício do Antigo Regime, e o emprego de atos visando à “eficiência” do suplício como técnica de poder. Contudo, é a partir desse período que emergem relações de poder distintas daquelas baseadas na soberania, estabelecendo-se em instituições modernas, nas quais se reconhece uma modalidade específica de exercício de poder: o poder disciplinar. O corpo passa a ser descoberto como objeto de manipulação, como aquilo que “se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1988, p. 163).

A relação corpo-poder-saber não foi criada pelas técnicas disciplinares do século XVII e XVIII, visto que, por exemplo, Foucault, ao analisar o suplício do Antigo Regime, descreve os “corpos” do rei e do condenado em oposição um ao outro e o uso calculado das técnicas de suplício, visando sua máxima eficiência. Contudo, a partir dos séculos XVII e XVIII começam a surgir relações que diferem da daquela de soberano-súditos que se dão em instituições modernas nas quais é possível identificar a mesma modalidade de exercício de poder, denominado de poder disciplinar. Com isso, o corpo é descoberto como objeto de manipulação, que “se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1988, p. 163).

Com base nisso, Foucault (1988, p. 163-164) elenca alguns elementos que definem os novos esquemas de docilidade e dominação dos corpos surgidos a partir do século XVIII, os quais caracterizam o poder disciplinar: 1) *Escala do controle*: o poder disciplinar atua em nível microfísico, ou seja, o corpo não é manipulado de maneira grosseira, mas por meio de coerção constante sobre seus mínimos gestos e detalhes. Em outras palavras, trata-se de um “poder infinitesimal sobre o corpo ativo”; 2) *Objeto do controle*: vincula-se aos objetivos do poder disciplinar, buscando a economia e a eficácia dos movimentos corporais. Os sinais e significados do comportamento são secundarizados em prol do controle dos movimentos, da postura, da rapidez e da eficácia dos gestos: o principal objeto das coações são as forças, não os sinais; 3) *Modalidade do controle*: o controle se dá por coerção ininterrupta. Mais do que apenas os resultados, valoriza-se a racionalização dos processos, isto é, o “como” do exercício de poder, visando à sua continuidade. Trata-se de ocupar e esquadriñar ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos, eliminando os intervalos livres. Como ressalta Foucault (1988, p. 164): “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”.

As disciplinas que surgem nos séculos XVII e XVIII são herdeiras de processos anteriores de controle corporal, mas se distinguem por sua sofisticação e aprofundamento. Como explica Foucault (1988, p. 167), a disciplina diferencia-se da escravidão, pois não implica a pura apropriação dos corpos e tende a prescindir da violência, ainda que produza efeitos de utilidade no mínimo equivalentes. Enquanto a escravidão gera obediência por meio da força direta, instável e onerosa, a disciplina atua de maneira mais refinada, econômica e duradoura. A disciplina prepara os corpos para o trabalho, explora seus movimentos e potencializa suas forças de forma estratégica, com menor resistência e maior rendimento.

Além disso, a disciplina não depende necessariamente da oposição explícita entre dominante e dominado; com frequência, suas técnicas são “anônimas”, de origem e autoria difusas. Ela distingue-se também da vassalagem, que é uma forma de submissão altamente codificada, sustentada por rituais simbólicos de obediência mais do que por técnicas corporais diretas. Por fim, a disciplina moderna difere do ascetismo religioso e das disciplinas monásticas, as quais operam por meio da negatividade da renúncia e do autodomínio, mesmo que decorram de uma obediência a outrem (FOUCAULT, 1988, p. 164), sendo orientadas à negação do corpo, e não à sua produtividade.

Já as disciplinas dos séculos XVII e XVIII criam o que Foucault chama de “arte do corpo humano”, que objetiva o aumento das habilidades, o fortalecimento da sujeição e a conjugação dos elementos obediência e utilidade como grandezas diretamente proporcionais: o aumento de uma implica o aumento da outra. Foucault (1997) utiliza a expressão “anatomia política” (*anatomie politique*) para denominar o processo de apropriação e manipulação dos corpos. Esse processo parte da mesma racionalidade da engenharia de máquinas de produção aplicada aos corpos, por isso não é uma coincidência a identidade entre os objetivos na produção de máquinas e de corpos, dentre os quais é possível destacar: a eficiência (quanto uma máquina produz em menos tempo e com menos custos); a utilidade (evitar o gasto energético desnecessário e desvinculado à produção); a compreensão detalhada dos pequenos mecanismos de funcionamento com vistas à sua melhoria, o que implica numa desmontagem e rearranjo de peças; o funcionamento coordenado e harmônico entre as peças e partes que os integram, evitando contradições.

Logo, a disciplina é uma técnica “industrial” dos corpos, tanto que Foucault (1997, p. 162-163) compara a técnica disciplinar à engenharia e construção de máquinas, por exemplo, ao afirmar que “os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo; eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder” (1997, p. 163); ao recorrer à noção de homem-máquina como “uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento” que representa as noções de “corpo analisável” e corpo manipulável (p. 163); ou ainda ao descrever a disciplina como a responsável por fabricar corpos. Por isso, a “anatomia política” é também uma “mecânica de poder”, ao produzir corpos segundo a racionalidade de eficiência e utilidade. Desse modo, a operação disciplinar objetiva a fabricação de corpos dóceis, o que não significa deteriorar os corpos, mas submetê-los e aumentar suas capacidades e potencialidades. Então, os objetivos são econômicos no sentido de aumentar as forças do corpo e a sua utilidade, e também evitar contrariedades em relação ao poder exercido, isto é, “reduzir o potencial de revolta e neutralizar os efeitos de contrapoder” (DUARTE, 2010, p. 219).

A anatomia política, como técnica propriamente disciplinar, não foi criada subitamente, nem mesmo possui uma só fonte. Na verdade, segundo Foucault, seu surgimento ocorreu de modo esparso e derivado de diversas técnicas que se complementaram e aprenderam umas com as outras, formando uma complexa teia disciplinar. Com isso, Foucault situa o poder disciplinar na passagem da sociedade feudal à industrial. Assim, ele também demarca a produção do sujeito a partir de novas práticas que respondem a urgências sociais específicas do

período, no sentido de que as novas relações de poder são tanto causa como consequência da modernidade.

Dito isso, as instituições analisadas por Foucault, como a escola, a fábrica e as prisões, devem ser consideradas exemplos de um contexto maior, no qual é possível observar de modo paradigmático relações de poder de tipo disciplinar. Nessa rede de relações disciplinares, não existe uma grande coordenação central, mas Foucault reconhece uma certa articulação complexa entre os “agentes da política do corpo”, isto é, de diferentes formas e fontes de disciplina que interagem entre si e se complementam umas às outras em “um conjunto extremamente complexo sobre o qual somos obrigados a perguntar como ele pode ser tão sutil em sua distribuição, em seus mecanismos, seus controles recíprocos, seus ajustamentos, se não há quem tenha pensado o conjunto. É um mosaico muito complicado” (FOUCAULT, 2004, p. 151).

Portanto, pouco a pouco, as técnicas vão se tornando mais sutis, meticulosas e, conseqüentemente, mais eficazes. Isso lhes garante uma atuação nos âmbitos mais íntimos, a ponto de gerar uma automaticidade, sem que se compreenda bem a sua origem. Os comportamentos produzidos tornam-se “naturais”. Desse modo, a astúcia e o alcance do poder disciplinar estão em sua configuração como “uma anatomia política do detalhe”, que se dá por meio de “arranjos sutis”, “aparências inocentes”, “economias inconfessáveis”, “coerções sem grandeza” (FOUCAULT, 1988, p. 166). Para tanto, o poder disciplinar faz uso das seguintes técnicas: as distribuições, a organização e o controle espaço-temporais; a vigilância hierárquica; a sanção normalizadora; e o exame.

As técnicas de controle e organização espaço-temporal dispõem os espaços e o tempo segundo uma perspectiva objetiva de eficiência. Isso inclui a organização e disposição dos espaços físicos por meio de técnicas arquitetônicas e funcionais, das quais faz parte a viabilização da vigilância e do controle hierárquico. Por conseguinte, o espaço e o tempo são dispostos, divididos e controlados, essencialmente por meio de codificações e objetivos próprios.

O controle do tempo e do espaço se conectam, uma vez que se influenciam mutuamente e se organizam por diversas técnicas, seja pelo estabelecimento de horários para trabalho, alimentação, descanso etc.; do mesmo modo, no controle das atividades particulares, dando-lhes uma cadência, um ritmo e uma organização dos pequenos movimentos envolvidos, com vistas a desenvolvê-los para que sejam executados de modo eficiente e no menor tempo possível; pela otimização geral do corpo, capacitando-o a realizar as atividades de produção; a

partir de uma definição da relação corpo-objeto, em que cada um dos gestos e atitudes é ajustado minuciosamente em relação aos objetos manipulados, correspondendo cada parte do corpo aos respectivos objetos. Também por meio da utilização exaustiva: define-se como princípio geral a não ociosidade, que se instrumentaliza pelo fracionamento do tempo em sua utilização máxima, descobrindo, pouco a pouco, a manipulação orgânica do corpo natural e sua operacionalização a partir de sua realidade fisiológica.

São, portanto, técnicas espaço-temporais que objetivam a manipulação espacial dos corpos, também mediante o auxílio de tecnologias e objetos inseridos na realidade espacial. Por exemplo, as máquinas semiautônomas e de produção, que demandam determinados movimentos espaciais dos corpos em uma cadência temporal; os aparelhos e exames físico-químicos das funções corporais; os alarmes, as sirenes, os relógios, os transportes, dentre outros. Enfim, há um emprego tecnológico que se inscreve na realidade espaço-temporal dos sujeitos.

Portanto, são processos sistematizados, não aleatórios, que se definem a partir de uma ordem que esquematiza, cria processos progressivos, divide espaços, tempos e funções, estabelece organizações seriadas, promove um contínuo processo de classificações e avaliações e concebe exercícios regulados e intencionais. Isto é, em resumo, a gestão espaço-temporal é permeada por estruturas organizacionais que tendem a definir até os menores detalhes dos processos. Com isso, promove-se um caráter individualizante de controle, que opera nos corpos não como uma coletividade, mas por intermédio de ações singulares e individuais. Além disso, corpos singulares são dispostos organizadamente em relação aos objetos e aos demais indivíduos. Trata-se, então, de articular o indivíduo como uma peça no corpo social, em um processo que pressupõe também seu ajustamento à utilidade social, como força social, combinando as forças individuais para um processo coletivo. Dessa forma, as técnicas de coerção adquirem dimensões individuais e coletivas.

Outra técnica disciplinar é a vigilância hierárquica, cujo objetivo, como o nome indica, é a vigilância e a sensação de vigilância individual. Essa técnica permite a visibilidade dos efeitos da disciplina, ao possibilitar tanto a inspeção dos sujeitos por um observador, quanto o desenvolvimento de um mecanismo que se volta a si mesmo como autovigilância, em razão da vigilância exercida pelo outro. Tal vigilância não é considerada unidirecional, na medida em que todos se vigiam mutuamente, confundindo os papéis de vigilante e vigiado, em “uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ‘sustenta’ o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados” (FOUCAULT, 1988, p. 201).

A terceira técnica disciplinar é a sanção normalizadora, e tem como objetivo conferir estabilidade à relação de poder disciplinar. A partir de critérios de organização, docilidade e utilidade, são criados padrões de “normalidade” e “anormalidade”. Com isso, as punições passam a funcionar em caráter essencialmente corretivo, como sanção normalizadora. Seu principal propósito é corrigir condutas e promover a adequação ao que se considera normativo. Para tanto, são estabelecidas classificações que servirão como critérios definidores dos desvios e das qualidades desejáveis e, conseqüentemente, do que se deve castigar ou recompensar.

Por fim, o exame, como técnica disciplinar, permite a combinação da vigilância e da sanção, instrumentalizando e conjugando o binômio poder-saber das técnicas disciplinares. Os exames constroem saberes e métodos de análises práticas sobre o cumprimento dos objetivos das técnicas de vigilância e sanção. Por meio de classificações, também suscitam conclusões sobre a necessidade dessas sanções e estabelecem critérios de normalidade e efetividade das técnicas empregadas.

O exame é uma técnica “altamente ritualizada”, pois “manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (FOUCAULT, 1988, p. 209). A construção de saberes como um dos objetivos do exame é reforçada pela constituição de registros escritos e documentos sistematizados, que demandam sistematizações e organizações, viabilizando o levantamento de dados, comparações e analogias. Com isso, passam a existir parâmetros de análises comparativas a nível individual e coletivo, de um indivíduo em relação a um grupo e de grupos entre si.

A partir dessas características, verifica-se que o poder disciplinar possui um caráter individualizante, marcado pelo exercício microfísico de poder. Desse modo, favorece a formação de uma nova forma social emergente, que exige novas configurações de força de trabalho ou, mais especificamente, um novo tipo de indivíduo que atenda às exigências de utilidade e docilidade impostas por esse novo contexto histórico. É também a partir dessas análises que Foucault observa o aparecimento de um novo tipo de poder, que será explicado a partir do conceito de biopolítica, tema da próxima seção deste trabalho.

2.2 A BIOPOLÍTICA

O conceito de biopolítica utilizado por Foucault exerceu grande influência na filosofia política do final do século XX e neste início do século XXI. Ainda que se reconheça que o

conceito de biopolítica tenha ao menos cem anos e que, portanto, seja anterior a Foucault, como explica Lemke (2011, p. 9), foi ele quem “repôs e requalificou o conceito” e, com isso, “todo o quadrante da filosofia política se viu profundamente modificado” (ESPOSITO, 2010, p. 29). A partir dele, os conceitos políticos clássicos como “direito”, “soberania” ou “democracia” mostram-se insuficientes, por si sós, para explicar os fenômenos políticos, exigindo “qualquer coisa” fora dessas dimensões e designações sociais — que é objeto da biopolítica — para uma análise com “real capacidade interpretativa”, como complementa Esposito (2010, p. 29-30)⁵. Inclusive, o conceito de biopolítica aparece na obra foucaultiana de diferentes maneiras, ora descrevendo processos de fomento à vida, ora como processos relacionados a políticas de morte. A partir dele, surgem também outros conceitos desenvolvidos por diferentes autores e autoras, voltados à descrição de processos vinculados à gestão da vida e/ou da morte.

O surgimento da biopolítica é situado por Foucault entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, e designa uma forma de poder que tem como objeto o conjunto de seres humanos, isto é, a população. Segundo Foucault (1994a, p. 730), o conceito de população — que surge entre os séculos XVII e XVIII — comporta dois sentidos: o mais

⁵ Esposito caracteriza três tipos de conceituação de biopolítica anteriores a Foucault, os quais são retomados “sob a forma de simultânea reproposição e desconstrução crítica” (ESPOSITO, 2010, p. 32). Os três conceitos de biopolítica são organizados por Esposito (2010, p. 32-44) da seguinte maneira:

1) Tipo organicista (elaborado a partir de 1905, com diferentes contribuições nos anos 1920 até a derrota da ideologia nazi-fascista na Segunda Guerra Mundial): o Estado é visto metaforicamente como um corpo vivo, orgânico, e que se comporta como tal. É interpretado como um conjunto integrado de seres humanos que funcionam como partes de um indivíduo-Estado, reunindo elementos que podem ser descritos como espirituais e corporais, da ordem da vida natural e cultural. Ao se comportar como um organismo, o Estado deve também crescer e se desenvolver, o que abre espaço para formulações eugenistas, racistas, imunológicas e higienistas sociais — muitas das quais foram incorporadas pelo nazi-fascismo.

2) Tipo antropológico (desenvolvido especialmente na França durante os anos 1960): tem como contexto histórico a necessidade de uma reformulação semântica da biopolítica após a derrota do nazi-fascismo. Com o objetivo de se distanciar das teses eugenistas associadas ao regime, busca-se conciliar a biopolítica com outros valores, considerados por Esposito (2010, p. 38-39) como metapolíticos, intrapolíticos e suprapolíticos. Isso acaba por, de certo modo, descaracterizar o conceito de biopolítica, aproximando-o de um humanismo tradicional e relegando-o a uma “genericidade categorial que acaba por reduzir nitidamente o seu alcance hermenêutico” (ESPOSITO, 2010, p. 39).

3) Tipo naturalístico (desenvolvido por teóricos de escolas anglo-saxônicas nos anos 1970 e 1980): parte de um tipo de determinismo biológico para explicar os comportamentos políticos que se repetem na história. Para tanto, baseia-se na teoria evolutiva darwiniana, em conceitos e técnicas biológicas, para descrever o que se entende por comportamento político. Com isso, os pensadores dessa vertente defendem que a explicação dos acontecimentos sociais tem mais relação com padrões instintivos e necessidades evolutivas da espécie do que com fatos e questões históricas complexas. Ao fazerem isso, segundo a crítica de Esposito, esses autores promovem o aprisionamento da história da humanidade a uma natureza inelutável, de tal modo que “já não é a teoria a interpretar a realidade, mas a realidade a ditar uma teoria destinada a confirmá-la. A resposta é dada antes ainda de se iniciar o processo de análise: os homens não podem deixar de ser aquilo que sempre foram. Reconduzida ao seu fundo natural, a política fica presa no torno da biologia sem possibilidade de réplica” (ESPOSITO, 2010, p. 44).

tradicional, como sendo um conjunto de indivíduos que habitam um território, uma circunscrição geográfica específica; e um segundo sentido, no qual a população é concebida como um conjunto de indivíduos em coexistência relacional, sobre os quais se ajuízam realidades específicas (taxas de crescimento, mortalidade, morbidade) e suas condições de existência (elementos necessários para sobrevivência e desenvolvimento). A população torna-se objeto do poder quando deixa de ser considerada a mera soma de indivíduos e passa a ser compreendida a partir de traços constantes, variáveis e distintivos entre diferentes grupos, os quais exigem, por isso, formas de atuação distintas (FOUCAULT, 1994a, p. 730-731).

Ao analisar a obra de Foucault, é possível verificar que a descoberta do poder disciplinar parece ter aberto os caminhos para pensar a biopolítica, conceito que também passa por transformações e aprofundamentos ao longo de sua obra. Por exemplo, ao tratar do exame como uma das técnicas do poder disciplinar, Foucault (1988, p. 214) afirma: “a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa ‘população’”. Assim, ainda que se descreva uma prática de caráter eminentemente individualizante, visto que tem os indivíduos como objeto, há um contexto comparativo entre indivíduo e grupo, do qual dependem saberes relacionados a fenômenos e fatos “globais”. Isso demonstra que mesmo as práticas disciplinares contribuem para a emergência de uma racionalidade que transcende o indivíduo e alcança a população. Apesar disso, sem dúvidas, a biopolítica irá descrever práticas distintas de poder.

Em 1974, em uma conferência realizada no Rio de Janeiro e publicada sob o título *O nascimento da medicina social*, Foucault (2004, p. 80) utiliza pela primeira vez o termo biopolítica, ao afirmar que “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” e trata, já nesse texto, das preocupações que começaram a emergir nas sociedades acerca de uma política cujos grupos humanos, em sua coletividade, passam a ser objeto de estratégias de poder, o que se evidencia a partir da criação de técnicas específicas para isso, como as estatísticas de nascimento e mortalidade e índices de saúde. Com isso, emerge um novo modo de ação política voltado a grupos humanos em sua coletividade, não de forma genérica ou indiferenciada, mas a partir da identificação de elementos, de determinadas classificações e objetivos.

A partir do conceito de biopolítica, Foucault reúne e estabelece novos elementos que farão parte do que chamamos hoje de relações de poder. Por meio desse conceito, ele afirma a

onipresença das relações de poder, nega que o poder seja uma propriedade e rejeita o modelo unidirecional de seu exercício. Isso ocorre porque Foucault reconhece um certo tipo de cruzamento e hibridização entre lei e poder, de modo que o real funcionamento do mecanismo da soberania “não é o da regulação entre indivíduos, no entre eles e o poder, mas sim o da sua sujeição a um determinado ordenamento ao mesmo tempo jurídico e político” (ESPOSITO, 2010, p. 47). Esse movimento ocorre a partir da modernidade, enquanto tempo e lugar nos quais se constitui uma relação direta entre política e vida. Esse novo regime já não se baseia na “abstração das relações jurídicas, mas sim no facto de que toma conta da vida no próprio corpo daqueles que são portadores dela” (ESPOSITO, 2010, p. 49).

Esse processo de apoderamento sobre a vida envolve as técnicas disciplinares e biopolíticas em uma relação de sobreposição, complementaridade e interseção, ou seja, não como técnicas opostas, mas que se inter cruzam e se reforçam mutuamente. Portanto, são dois polos ou duas modalidades de poder de gestão da vida, que foram analisados com enfoques distintos e divididos em (FOUCAULT, 1988, p. 130): 1) Técnicas disciplinares: caracterizam uma anatomia política do corpo que, por sua vez, se centra na individualidade corporal. Desse modo, são as técnicas que objetivam a construção do corpo-máquina, adestrado, útil e dócil, para que seja inserido no sistema econômico-produtivo; 2) Técnicas biopolíticas da população: com ênfase em técnicas que têm como objeto de manipulação uma coletividade de indivíduos, denominada por Foucault de corpo-espécie.

Portanto, o domínio e a gestão da vida possuem dimensões ou níveis distintos: uma dimensão individualizante, administrada por técnicas disciplinares e voltada ao desempenho do corpo individual, que adestra a multiplicidade dos corpos por meio de práticas como treinamento, vigilância, punição, entre outras; e outra, especificamente massificante, isto é, que apreende os seres humanos como espécie a ser gerida por meio da ação sobre os processos vitais. Logo, a biopolítica tem como objeto uma massa global, uma multiplicidade reunida a ser gerida em sua totalidade.

A biopolítica de Foucault, segundo Esposito (2010, p. 52-54), traz novidades radicais ao considerar a vida como um indicador epistemológico, possibilitando o cruzamento entre os paradigmas biológico e histórico, considerando tanto suas aproximações quanto suas tensões. Com isso, a vida é dissociada de um molde meramente natural para ser considerada também sob um molde histórico, mas de forma não excludente, em um processo que é ao mesmo tempo apropriativo e dissociativo. Isso ocorre porque a vida e seus mecanismos passam a ser objeto de cálculo e gestão, ou seja, integram a esfera do poder-saber como fatores modificadores da

vida humana (paradigma biológico), ao mesmo tempo em que fazem parte do paradigma histórico, em um movimento de interferência recíproca entre vida e história (FOUCAULT, 1988, p. 135). Portanto, a vida é reconhecida como um dado simultaneamente histórico e natural, como dois processos que interferem um no outro:

História e natureza, vida e política, entrelaçam-se, solicitam-se, violentam-se segundo um ritmo que faz duma ao mesmo tempo matriz e resultado provisório da outra. Mas também um olhar penetrante que lhes cora pretensa integridade, qualquer presunção de domínio sobre todo o campo do saber. [...] [De forma que,] a vida, enquanto tal, não pertence nem à ordem da natureza nem à da história - não pode ser simplesmente ontologizada nem inteiramente historicizada - mas inscreve-se na margem móvel do seu cruzamento e da sua tensão (ESPOSITO, 2010, p. 53-54).

Entretanto, a apreensão conceitual de biopolítica e seu funcionamento não são descritos de forma uniforme na obra de Foucault, especialmente em relação aos seus efeitos sobre o corpo social. Tendo em vista que a biopolítica possui tanto uma dimensão “positiva” — que ocorre por meio de processos de “promoção” da vida, por exemplo, pelo desenvolvimento de políticas públicas de natalidade e de saúde — quanto uma dimensão “negativa”, isto é, relacionada a políticas de morte, no sentido de que seu objetivo central é a eliminação da vida, como no extermínio massificado de grupos populacionais. Foucault denomina esse modelo de biopolítica de “tanatopolítica”.

Ao demarcar temporalmente as formas de exercício do poder, ou seja, ao identificar a forma paradigmática predominante em cada período histórico, Foucault permite que se compare o modelo anterior ao modelo posterior a partir das mudanças promovidas nas relações de poder. Assim, o paradigma biopolítico aparece como substituto do paradigma soberano, e o próprio Foucault (1988, p. 127-128, grifo do autor) estabelece a comparação entre ambos: o poder soberano é marcado essencialmente pelo “direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver”. Ou seja, o poder do soberano sobre a vida dos súditos só se concretiza plenamente se ele for capaz de causar-lhes a morte, e se baseia nessa possibilidade. Um soberano incapaz de causar a morte de seus súditos não detém autoridade sobre eles.

Portanto, o poder soberano opera em uma lógica essencialmente repressiva, na qual exercer o poder significa retirar algo do súdito, em diferentes níveis: desde o confisco de bens materiais (produtos, riquezas), de direitos (liberdade, obrigação de prestação de serviços ou trabalho), até, no limite, da própria vida, ao promover a morte. Trata-se, portanto, de uma relação de poder literal e punitiva, pois a sanção é a principal forma de sua expressão. Não há outra forma de exercer o poder que não seja por meio da repressão. Por outro lado, a biopolítica opera sob um paradigma diferente e, de certo modo, modifica a figura do soberano, visto que promove a inversão de sua lógica fundamental. Foucault (1988, p. 129, grifo do autor) afirma:

“o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte”.

Diante disso, se por um lado o poder soberano se expressa e tem como objeto a vida do súdito enquanto possibilidade de lhe causar a morte, por outro, na biopolítica, o poder se expressa pela capacidade de gerir a vida, aumentá-la, promovê-la — e a possibilidade de fazer morrer só se manifesta nos limites do poder biopolítico. Considerando que a gestão da vida envolve a aplicação de diferentes práticas orientadas à produtividade, essas práticas podem incluir tanto técnicas repressivas quanto incentivadoras.

Enfim, causar a morte pode até estar no horizonte possível de ação da biopolítica, mas essa possibilidade não a define: o que se busca é gerir e organizar os processos da vida, orientando os corpos vivos conforme as necessidades políticas e sociais de um tempo e de um contexto. Portanto, enquanto a expressão do poder soberano se encerra na prática repressiva, na biopolítica, o uso de uma técnica repressiva é apenas parte de uma estratégia mais ampla, voltada à regulação da vida, e não à sua supressão como fim em si.

Quanto ao processo de formação da biopolítica, Foucault já havia destacado em *Vigiar e Punir* que as técnicas disciplinares se desenvolvem em um âmbito institucional, como um dos *locus* privilegiados para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de poder-saber. Com isso, é também no interior das instituições que surgem as condições ideais para as técnicas biopolíticas, pois nesse ambiente já se encontram conjugados determinados saberes e técnicas de reunião, compilação e classificação de dados individuais e de grupos. Assim, os novos modelos de assujeitamento agregam técnicas disciplinares e biopolíticas. Não por acaso, as primeiras menções ao tema da biopolítica na obra de Foucault decorrem de suas análises sobre o surgimento da medicina social, isto é, quando a medicina passa a se ocupar de promover técnicas gerais de “saúde” coletiva, aplicáveis a grupos de pessoas, inclusive de modo preventivo, o que significa ir além da “cura” individual.

Dessa forma, Foucault parece descobrir a biopolítica a partir dos estudos sobre o poder disciplinar e das transformações percebidas a partir dele. Em análises que dão origem a textos como *Nascimento da Medicina Social* e *Crise da Medicina ou da Antimedicina?*, Foucault descreve como as técnicas medicinais se expandiram a nível coletivo, tornando-se, portanto, biopolíticas. Para isso, surgiram técnicas e tecnologias capazes de promovê-las, incluindo aspectos arquitetônicos, a criação de autoridades estatais para gerir a saúde, o estabelecimento de processos de medicação coletiva, além de estratégias de gestão com finalidades higienistas e mecanismos de registro de dados com fins estatísticos, dentre outros. Portanto, essas técnicas

medicinais reúnem-se nesses processos, que são tanto disciplinares quanto biopolíticas. A partir da medicina social, é possível constatar também o caráter dual da biopolítica, que, por um lado, implica aspectos considerados positivos, como a eliminação de doenças e a melhora da saúde de uma população; e, por outro, envolve efeitos negativos relacionados à sujeição, ao controle populacional, ao treinamento dos corpos e ao estabelecimento de critérios normativos de normalidade e anormalidade, dentre outros. Desse modo, a medicina social acaba expressando uma máxima biopolítica: “para ‘*cuidar*’ é necessário *controlar*”.

Assim, em um primeiro nível, os poderes disciplinares e biopolíticos possuem os mesmos objetivos: maximizar as forças e extrair seus resultados. No entanto, alcançam tais objetivos por caminhos distintos (FOUCAULT, 1999, p. 294). Enquanto o poder disciplinar atua a nível individual, se esgueirando pelos detalhes dos corpos e operando diretamente sobre eles, a biopolítica atua por meio de mecanismos globais, por controles generalistas implantados sobretudo através de estatísticas e previsões, que, por sua vez, promovem padrões e classificações para orientar a atuação das técnicas específicas. Sob outro aspecto, as técnicas disciplinares e biopolíticas também compartilham o uso de uma tecnologia sobre o corpo, embora de maneira diferente: enquanto a primeira individualiza o organismo, a segunda reinsere os corpos em processos biológicos coletivos, nos quais passam a ser tratados como parte de um conjunto (FOUCAULT, 1999, p. 297).

Mas há ainda um outro aspecto da biopolítica identificado por Foucault: aquele relacionado às políticas de morte em massa que marcam o século XX. Como vimos, no paradigma do poder soberano, a vida estava submetida à possibilidade de causar a morte, um poder essencialmente negativo e repressivo. Por outro lado, essa possibilidade de causar a morte não desaparece do horizonte de possibilidades da biopolítica. Como afirma Esposito (2010, p. 63-64), “é como se o próprio Foucault não ficasse satisfeito de todo com a própria reconstrução histórico-conceitual ou a considerasse parcial, inadequada a esgotar o problema”, pois, à primeira vista, parece paradoxal que “nunca se registaram guerras tão sanguinárias e genocídios tão extensos como nestes dois últimos séculos, ou seja, em plena era biopolítica”. Esse aparente paradoxo Foucault (1988, p. 127-128) reconheceu em *Vontade de Saber*:

O direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos. [...] jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações. Mas esse formidável poder de morte — e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites — apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício,

sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver.

A partir disso, Foucault reconhece que as políticas de morte em massa não são contraditórias à biopolítica, mas que a promoção da vida está, paradoxalmente, vinculada à promoção da morte. Isso significa que a biopolítica é uma nova forma de poder que, se não substituiu plenamente o poder soberano, ao menos reconfigura a forma de agir sobre a vida e a morte. Ou seja, a biopolítica mantém no horizonte do poder a possibilidade de causar a morte ou deixar morrer.

A aparente contradição entre uma política voltada à intensificação da vida e a ação de causar a morte deliberada é resolvida por Foucault ao reconhecer o racismo como um mecanismo e técnica passíveis de incorporação pelo Estado. Isso significa que, por meio do racismo, promove-se a classificação e a cisão entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer.

Desta forma, racismo pode ser conceituado como ódio e discriminação em relação ao que é considerado exógeno, com base em preceitos de raça, religião, origem, e elementos sociais e econômicos. O racismo, portanto, não é uma criação da biopolítica, mas adquire centralidade como instrumento das políticas de morte em sistemas biopolíticos, ao passar por modificações e ser incorporado como política de Estado. Segundo Foucault (1999, p. 73), houve um deslocamento no qual o racismo deixou de ser “um instrumento de luta de um grupo social contra outro” para se tornar “estratégia global de conservadorismos sociais”. Desse modo, o racismo deixa de se apresentar de forma descentralizada ou sem um princípio normativo para ser incorporado como “um racismo de Estado”: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 1999, p. 73).

Assim, aparentemente, o racismo sequer pode ser considerado um mecanismo marginal ou acidental da biopolítica, mas constitui um de seus elementos estruturantes, e se inscreve em um contexto de constituição de uma normalização social. Se Foucault (1999, p. 302) identifica a “norma” como o elemento que circula entre os efeitos disciplinares (poder disciplinar) e os efeitos regulamentadores (biopoder), então “a sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

A partir disso, Foucault (1999, p. 304-306) ressalta dois modos pelos quais o racismo opera: 1) ao estabelecer a divisão entre o quem deve viver e o quem deve morrer por meio da subdivisão a nível biológico da espécie humana em grupos (raças) de modo a dirigir as políticas de “vida” e de “morte” a partir dessas subdivisões; 2) e, ao estabelecer uma “relação positiva” em relação à morte do outro, ao se afirmar que a própria vida será preservada com a morte do outro e que: a eliminação do outro, considerado de raça inferior, vai “deixar a vida em geral mais sadia e pura”.

A partir da conjugação desses elementos, a morte torna-se possível — ou justificável — nos sistemas biopolíticos: a morte do outro não é mais a vitória sobre um adversário político, mas a eliminação de um perigo biológico interno, o que se justifica por meio do racismo e é, ao mesmo tempo, reforçado por ele. Com isso, o sentido de morte e eliminação do outro pode se multiplicar em suas formas, não necessariamente significando assassinato direto, pois há outras maneiras de expor alguém à morte ou de fazê-lo morrer, como suprimir os meios materiais de subsistência, condenar à morte política, segregar, excluir, inviabilizar aspectos específicos da vida, entre outros.

Assim, o racismo enunciado por Foucault é resultado da incorporação política de noções biológicas evolucionistas e de sua aplicação às relações de poder. Ele não se limita à segregação ou inferiorização étnica, tendo em vista que inclui outros tipos de racismo, derivados de fenômenos ligados à criminalidade, às classes sociais, aos discursos sobre doenças físicas e mentais, entre outros. Dessa forma, o racismo, em suas diferentes configurações, se desenvolve de maneira articulada, apoiando-se mutuamente e sustentando práticas concretas, como o extermínio de populações pela exploração colonial, por meio de guerras, de isolamento ou de morte de indivíduos classificados como “desviantes” ou “anormais” (criminosos, doentes mentais, loucos etc.).

Em suma, o racismo viabiliza e justifica as políticas de morte nos sistemas biopolíticos, atuando como uma técnica de poder. Ou seja, para que o Estado exerça o poder de morte, é necessário que o racismo seja incorporado como meio de legitimação. Logo, mais do que uma ideologia ou expressão de ódio entre raças, o racismo, quando incorporado pelo Estado, reconfigura-se como uma tecnologia de poder e se inscreve na dinâmica do saber-poder como elemento-chave para resolver a aparente contradição entre promover a vida e produzir a morte no esquema biopolítico. Por isso, o “velho poder soberano” de matar não foi, de fato, plenamente extinto ou substituído, mas reconfigurado, ao fundamentar o “direito” de matar não

mais na soberania em si, mas no perigo biológico representado por outra raça, e no dever de proteger biopoliticamente uma população específica.

2.3 GOVERNAMENTALIDADE

Nas análises de Foucault sobre o poder, podemos constatar sua recusa em apontar o Estado como a fonte da qual emana o poder. Isso pode ser exemplificado pela noção de microfísica do poder e pela existência de poderes disciplinares que operam em rede, sem centralização e sem a figura de um organizador único do sistema.

Por outro lado, ao descrever a biopolítica, há uma tendência à sua centralização na figura do Estado, tendo em vista a necessidade lógica e prática da existência de um sujeito com capacidade de exercer poder de modo proporcional à tarefa, isto é, um sujeito político suficientemente estruturado para exercer poder sobre toda uma população. De fato, gerir uma população exige técnicas complexas e grande capacidade de ação, que dificilmente poderiam ser realizadas isoladamente por instituições dispersas. Assim, torna-se difícil descrever a biopolítica sem considerar o Estado como o principal agente de sua implementação, ainda que ele possa ser apoiado, de forma esparsa, por outras instituições.

Desse modo, os desdobramentos da obra de Foucault revelam a necessidade de um conceito capaz de descrever o exercício do poder sobre a população — isto é, a biopolítica — “sem ter que recorrer a qualquer conceito de Estado ou mesmo ‘intuições do governo’, os quais supõem a existência de uma estrutura política institucionalizada, pronta e acabada, organizada para visar fins claramente determinados e hierarquicamente coordenados” (DUARTE, 2010, p. 255-256). Essa lacuna é preenchida pelo conceito de *governamentalidade*.

Não reconstruiremos exaustivamente o conceito de governamentalidade nem o reconstituiremos de modo genealógico, como faz Foucault, especialmente no curso *Segurança, Território, População* (1977-1978), publicado sob o mesmo título. No entanto, retomaremos alguns elementos do conceito que, para a elaboração do presente trabalho, são importantes para manter a linha reconstrutiva das relações de poder na obra de Foucault, bem como para, enfim, concluir a exposição sobre uma última forma biopolítica apresentada no curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979).

Em linhas gerais, governamentalidade se refere “ao objeto de estudo das maneiras de governar” (CASTRO, 2016, p. 190). Por sua vez, ainda conforme Castro (2016, p. 190), o conceito de governar é empregado em dois eixos: 1) No primeiro, como uma relação de poder, isto é, como o conjunto de ações sobre as ações possíveis de um (ou mais) sobre outro(s). Governar refere-se, portanto, à ação que tem como objeto a conduta de um indivíduo ou de um grupo. 2) No segundo sentido, se desdobra na fase ética do pensamento de Foucault, relacionando-se ao governo de si, isto é, à relação que o sujeito estabelece consigo mesmo.

Para estruturar o conceito de governamentalidade, Foucault compara as novas formas de poder moderno às técnicas de soberania que prevaleceram até o século XVII. Enquanto o poder soberano sobre um território e seus habitantes era exercido por intermédio de leis e proibições, as formas de exercício de poder que surgem a partir do século XVII se exercem sobre os seres humanos e sobre as coisas. Isso significa expandir os objetos de governo, passando a considerar como objeto do governar os indivíduos, suas relações e vínculos, e as implicações entre eles em relação às riquezas e aos meios de subsistência. Portanto, na equação do governar, entram novos elementos, como os costumes, os hábitos, as formas de pensar, a saúde e a doença dos governados; do mesmo modo, os meios de produção de riquezas (indústrias, a terra, etc.), o comércio e as rotas comerciais, as frotas, os diversos meios necessários à sobrevivência (água, alimentos, vestimentas etc.), a disposição arquitetônica das cidades. Enfim, trata-se do governo dos sujeitos e das coisas (FOUCAULT, 2008, p. 130).

Dessa forma, as finalidades do governo se multiplicam. O poder soberano se baseia no bem comum e na salvação de todos, mas apenas de modo circular: o bem comum é atingido mediante a obediência à lei do soberano, e a finalidade da soberania é a obediência a essa lei. Já no caso do governo dos sujeitos e das coisas, não há mais um único bem comum, mas múltiplos interesses e finalidades. Por serem múltiplos, diferentes meios e estratégias são mobilizados, considerando a diversidade de fins. Ou seja, o foco deixa de ser apenas a obediência à lei, como no caso do poder soberano, e passa a incluir metas como multiplicar riquezas, controlar a produção de bens essenciais à sobrevivência, garantir a existência de um número suficiente de indivíduos aptos ao trabalho, entre outras.

Por isso, abre-se espaço para uma nova forma de atuação governamental, não mais restrita às técnicas do poder soberano em sentido estrito, diante do surgimento dessas novas necessidades e objetos de intervenção. Mais uma vez, isso não significa que o poder soberano tenha deixado de existir, mas que, a partir do novo léxico da governamentalidade, Foucault

condensa e ajusta algumas de suas análises precedentes relativas ao aparecimento sucessivo das técnicas disciplinares e biopolíticas, que se sobrepõem umas às outras.

A partir das técnicas de *governo*, Foucault explica a expansão na forma de ação do Estado, superando o papel tradicional da soberania. As técnicas de governamentalidade visam à administração dos sujeitos e das coisas, como vimos, mas dos sujeitos considerados enquanto população. Desse modo, Foucault articula esse novo conceito de governo às suas análises prévias sobre a formação de técnicas que tinham como alvo o corpo social em seu conjunto, a partir de suas constâncias e variabilidades. Diversos processos permitiram a emergência do problema da população, abrindo espaço para a transformação do conceito de economia: antes restrito à administração da casa (*oikonomía*), passa a ser entendido como economia política, voltada à administração da população. Com isso, conclui Foucault (2008, p. 140-141):

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente ‘economia’. Eu dizia a vocês na última vez que a economia política pode se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada ‘economia política’ e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo que agora vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política.

Com base nas técnicas de governo, Foucault faz a costura entre o poder disciplinar (anatomopolítica do corpo), a biopolítica (da população), e a dimensão econômica, ligada à gestão dos recursos disponíveis, dos bens materiais e imateriais (costumes, hábitos, relações etc.) na intervenção sobre as populações. Tal gestão estatal inclui o modelo de economia como um cálculo de relações entre custos e resultados, decorrentes de intervenções realizadas tanto em nível individual quanto populacional.

Assim, não se trata de técnicas que se excluem mutuamente: as intervenções do poder soberano e as técnicas disciplinares e biopolíticas são reunidas sob o conceito de governamentalidade. Portanto, Foucault, na realidade, integra os elementos de intervenção e as técnicas já descritas anteriormente, o que, de fato, não constitui uma novidade, na medida em que, em momentos precedentes de sua obra, Foucault já havia afirmado, por exemplo, que as técnicas biopolíticas não excluem as técnicas disciplinares, bem como que a biopolítica não elimina o poder soberano, mas o modifica. Porém, é com o conceito de governamentalidade

que esse processo integrativo das pesquisas sobre o poder se realiza de maneira mais precisa e sistemática. Não é sem razão, portanto, que Foucault (2008, p. 142-143) conclui que não se trata da “substituição de uma soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade de disciplina por uma sociedade, digamos, de governo. Temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental”.

Sob o eixo da população, Foucault passa a reconhecer diferentes técnicas de governo, integrando o cálculo econômico e a gestão das coisas às técnicas biopolíticas, que, lembremos, já eram consideradas técnicas de gestão da população. Assim, a noção de população também compõe o centro do movimento que “isola a economia como domínio específico de realidade e a economia política, ao mesmo tempo, como ciência e como técnica de intervenção do governo nesse campo de realidade” (FOUCAULT, 2008, p. 143). Desse modo, a economia é incluída no campo de atuação estatal, tornando-se elemento estratégico da intervenção governamental, e, portanto, deve ser considerada na gestão das populações. Com isso, conclui Foucault que a constituição do Estado moderno e dos mecanismos de intervenção se estruturam em torno do governo, da população e da economia política, como elementos inter-relacionados, que se constituem e se mantêm indissociáveis a partir do século XVIII.

Foucault nomeia essa integração e inter-relação de elementos de “governamentalidade”, atribuindo ao termo dois sentidos distintos:

Por esta palavra ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’.

Assim, em um primeiro sentido, por governamentalidade, Foucault descreve o conjunto de práticas de exercício de poder que articula diversas instituições, procedimentos e técnicas com foco na população. Para isso, elaboram-se novas formas de saber e de intervenção, cuja principal expressão é a economia política, na medida em que ela congrega a gestão de pessoas e de coisas, utilizando dispositivos de segurança que, por sua vez, incluem práticas individuais e coletivas que atuam diretamente sobre a vida dos indivíduos e têm como material os corpos e os objetos em múltiplas composições de relações. No segundo sentido,

governamentalidade descreve a tendência histórica e o processo de constituição do Estado moderno a partir da emergência do governo como forma central de racionalidade política, sustentado por aparelhos e técnicas de intervenção, em um processo gradativo e histórico.

O conceito de governamentalidade permite, em grande medida, a elaboração do último movimento mais incisivo em torno da biopolítica, realizado no curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), que se concentra na análise das técnicas de governo neoliberais. Nessa análise, Foucault percebeu diversos movimentos de poder que começavam a ganhar espaço com a doutrina neoliberal⁶ em sua época — movimentos que se consolidariam poucos anos depois. No curso anterior, Foucault havia afirmado que, antes da formação do Estado moderno, a economia não era concebida como um campo direto de intervenção estatal, isto é, não havia uma conexão explícita entre economia e os demais domínios de governo.

Desse modo, o governo das populações — ou a constituição dessa nova racionalidade governamental — passou pela construção de um saber específico e de técnicas de intervenção, que passaram a ser denominadas economia política. É nesse contexto que Foucault chega à

⁶ A definição de “neoliberalismo” não é simples, uma vez que essa temática pode ser abordada a partir de diferentes enfoques e referenciais teóricos. Não é possível formular um único conceito de neoliberalismo sem excluir contribuições relevantes de outras concepções que analisaram a doutrina neoliberal — ou seja, qualquer definição unívoca implica em um reducionismo temático.

Sobre esse assunto, Andrade (2009, p. 235-236) identifica quatro abordagens teóricas principais do tema, com base no que denomina de teorias marxista [1], foucaultiana [2], bourdieusiana [3] e weberiana [4]: “[1] A primeira dimensão é a econômica globalizada, definida por um regime de acumulação financeirizado, por reconfigurações geográficas da produção, por formas de acumulação por espoliação e pela centralização da tomada de decisão nas mãos de um número reduzido de agentes transnacionais capitalistas, colocando no centro do embate a luta de classes em âmbito internacional e as resistências às formas de espoliação. [2] A segunda dimensão é a da luta antidisciplinar contra os modos de regulamentação e/ou dispositivos de governamentalidade, principalmente contra as formas de gestão derivadas da concorrência e da empresa privada, lutas que podem ser travadas tanto no âmbito local como nacional e que disputam as formas institucionais, o direito, a administração e as políticas públicas. [3] A terceira dimensão é a teórica e a simbólica, a ser travada por intelectuais e ideólogos, alcançando níveis propagandísticos, de modo a desconstruir a hipótese do mercado eficiente e desfazer o valor da competitividade e da economização na política. Desafia-se assim a legitimidade das autoridades e das técnicas de avaliação e ranqueamento neoliberais em nome de valores substantivos como os da solidariedade, da igualdade, da participação democrática e da emancipação. [4] A quarta dimensão é a das disposições subjetivas, definida em nível microsocial e intraindividual, na relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo em conexão com os outros, de modo a buscar novo imaginário e novas práticas de si fora da lógica do capital humano, do empreendedorismo e da visão economicista de mundo”.

Como se observa, ainda que seja possível analisar o neoliberalismo com enfoque nos elementos centrais de cada concepção, elas são permeáveis entre si. Ao abordar o neoliberalismo a partir da ação e dos efeitos de poder, é necessário reconhecer os dispositivos envolvidos, seus modos de subjetivação, bem como as dimensões teóricas e simbólicas que os sustentam, sem também perder de vista a importância de discutir as formas possíveis de resistência. A relevância do tema se impõe, pois, como escreveram Dardot e Laval (2016, p. 15, grifo do autor): “com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que *a forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’”.

conclusão de que exercer o governo implica na “arte de exercer o poder na forma de economia”, fazendo com que a palavra “economia” passe a designar “um nível de realidade, um campo de intervenção para o governo, através de uma série de processos complexos” (FOUCAULT, 2008, p. 127).

2.3.1 O *homo oeconomicus*

A partir desses precedentes, Foucault retoma, em *Nascimento da Biopolítica*, a análise da biopolítica a partir da racionalidade governamental neoliberal — ou governamentalidade neoliberal. A hegemonia do pensamento neoliberal que observamos na atualidade é fruto de um processo gradativo; dificilmente se pode indicar um ponto histórico preciso dessa virada, pois ela se caracteriza mais por práticas progressivamente implementadas do que por um evento único. Assim, a problemática do neoliberalismo é alocada como um modo de governo: o neoliberalismo não é apenas um modelo econômico, mas uma prática, como afirma Foucault (1997, p. 97), e deve ser analisado enquanto prática governamental.

Deste modo, as análises de Foucault sobre o neoliberalismo interessam particularmente a este trabalho porque o sujeito-objeto das técnicas de poder começa a ser reconhecido de modo mais ativo. Ou seja, embora nas análises precedentes Foucault já tenha afirmado uma certa positividade do poder — no sentido de que ele é também produtivo, e não apenas repressivo —, há aqui uma distinção mais sutil quanto ao papel do sujeito sobre o qual o poder é exercido. Esse sujeito pode ser compreendido, por um lado, como receptor passivo de intervenções (um “objeto” do poder), ou, por outro, como alguém que adere à racionalidade hegemônica, tornando-se agente da própria sujeição. É nesse ponto que se torna possível traçar uma continuidade — ou uma evolução — das técnicas de poder em Foucault até o pensamento de Byung-Chul Han.

É possível ler *Nascimento da Biopolítica* de forma prospectiva, observando a evolução dessa técnica de poder descrita por Foucault até os dias de hoje. Na referida obra, Foucault analisa o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense. O primeiro pode ser considerado “simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental”, enquanto o segundo representa “toda uma maneira de ser e de pensar” (FOUCAULT, 2008, p. 301).

Na atualidade, o neoliberalismo estadunidense tornou-se o modelo hegemônico, transferindo a racionalidade de mercado — ou racionalidade econômica — para os demais

âmbitos da vida, incorporando novos dispositivos e técnicas. Apesar disso, não se deve ignorar que ambas as correntes contribuíram para a formação do neoliberalismo como racionalidade governamental contemporânea. Como tal, “é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 33). Portanto, o neoliberalismo é mais do que um modelo econômico, ou um modelo de gestão do Estado e do governo; ele é também uma estratégia de poder, que oferece modelos morais e sociais, além de técnicas de subjetivação.

Ao escrever sobre o neoliberalismo, Foucault ressaltava alguns elementos e pontos de diferenciação entre o liberalismo do século XVIII e o neoliberalismo do século XX. Um dos pontos centrais de sua análise é o reconhecimento do neoliberalismo como uma técnica de governo. Por isso, ele não equivale à doutrina do “Estado mínimo”, tampouco implica a ausência de poder ou de intervenção sobre os indivíduos e sobre a população. Ao contrário, trata-se de uma forma de governo sofisticada, que se impõe a partir de determinadas estratégias e formas de exercício do poder.

No centro dessa mudança está a nova perspectiva que os teóricos neoliberais passam a adotar em relação ao trabalho, ou melhor, ao trabalhador enquanto realidade econômica: o trabalhador deixa de ser pensado como mero objeto econômico que vende sua força de trabalho, para ser considerado um sujeito econômico ativo (FOUCAULT, 2008, p. 308). Isso significa, precisamente, deslocar o papel do indivíduo-trabalhador de um sujeito para um agente de seu próprio processo econômico e de vida.

Mas quais são as consequências disso? Do ponto de vista do trabalhador, o salário é entendido como uma renda, ou seja, não exatamente como o preço da venda de sua força de trabalho, tempo ou capacidades, mas como o resultado de uma atividade produtiva. A renda, por sua vez, é interpretada como o produto de uma atividade — o trabalho — e, portanto, é tratada como fruto de um capital. Nesse contexto, o próprio trabalhador passa a ser concebido como portador de capital, e o trabalho, como um investimento: um conjunto de fatores físicos e psicológicos que produzem renda. O trabalho, então, é deduzido em capital e renda: no primeiro caso, por ser uma aptidão ou competência; no segundo, por resultar em uma renda materializada no salário. Ambos são considerados, economicamente, como fluxos de capital e renda (FOUCAULT, 2008, p. 308).

Essa dedução do trabalho em capital e renda gera consequências importantes, segundo Foucault. Em primeiro lugar, porque o trabalho passa a ser considerado uma aptidão do trabalhador, uma competência indissociável do seu possuidor. Ou seja, a aptidão para o trabalho

é como uma máquina simbiótica, parte constitutiva do trabalhador. No entanto, não se trata de reduzir o trabalhador ao seu trabalho ou à venda de sua força de trabalho como forma de alienação. Trata-se, antes, de um deslocamento no significado do que é trabalhar: ao contrário de representar uma forma de alienação, o trabalhador passa a ser entendido como uma máquina em sentido positivo, pois é aquele que produz fluxos de renda. Esses movimentos são chamados de "fluxos" porque há uma regularidade temporal na produção sucessiva de renda, além de uma dinâmica de evolução ou involução desses fluxos, influenciados por competências e por fatores fisiológicos, como doenças ou envelhecimento.

Com isso, é possível reconhecer a construção de um sujeito que, embora alienado pelo trabalho, é, ao mesmo tempo, um sujeito-empresa, na medida em que o trabalhador é considerado — e, mais importante, se considera — a partir de uma concepção de capital-competência, produzindo a si mesmo e seus próprios fluxos de renda-salário. Ou seja, ele torna-se um empresário de si mesmo, definido como o *homo oeconomicus* do neoliberalismo, como “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008, p. 311).

Foucault aponta, assim, para um caráter produtivo dessa concepção, na qual os indivíduos deixam de ser meros objetos dentro da cadeia econômica e passam a ser vistos como autores de suas próprias realidades. Todos os atos e projetos individuais passam a ser enquadrados em termos econômicos: afinal, os indivíduos são deduzidos a unidades-empresa de si mesmos. Ora, se o objetivo é aumentar os fluxos de salário, é necessário melhorar a empresa, ou seja, aumentar o capital humano. A lógica de valorização e aprimoramento do capital humano começa a ocupar espaços cada vez mais amplos. Como demonstra Foucault, o casamento passa a ser visto como uma forma de investimento na própria prole, isto é, na busca por um “melhor material genético”. Da mesma forma, a educação dos filhos é interpretada como investimento no aumento de seus capitais humanos. Mas, obviamente, isso não se aplica apenas aos outros: essa lógica se dirige também ao próprio indivíduo e aos seus interesses. Afinal, se somos todos empresários de nós mesmos, então todo investimento em cultura, educação, saúde etc. representa um cálculo econômico, um empreendimento de si.

O *homo oeconomicus* é um sujeito de interesses, que se diferencia do sujeito de direito, pois sua relação com o soberano não se baseia na renúncia de direitos. O sujeito de direito está inscrito na premissa de que o estabelecimento de um poder soberano depende da renúncia de determinados direitos em favor de um poder central, que garanta e proteja os direitos dos indivíduos em um Estado. Por outro lado, afirma Foucault (2008, p. 369), o *homo oeconomicus*

“é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros.” Por isso, ele seria um sujeito livre, sobre o qual o poder soberano não deveria intervir. Entretanto, não é o caso. Para Foucault (2008, p. 369-370), “o *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável”, sendo concebido como “parceiro, como *vis-à-vis*, como elemento de base da nova razão governamental tal como se formula no século XVIII.”

Foucault identifica que, na teoria liberal clássica, a economia começa a ganhar contornos de incognoscibilidade, isto é, entende-se que há um automatismo de funcionamento da economia, fundado em processos que lhe são próprios e que devem ocorrer por si mesmos, sem a intervenção do Estado em sua condução ou planificação. A partir do princípio do *laissez-faire*, deduz-se a conclusão de que cada um deve agir segundo seu próprio interesse e, com isso, alcança-se o bem para o maior número de pessoas possível. Ainda segundo Foucault (2008, p. 383), a teoria liberal pensa os processos econômicos como essencialmente obscuros, e os agentes econômicos e políticos devem agir de modo cego frente a essa obscuridade, pois a racionalidade econômica é cercada e “fundada sobre a incognoscibilidade da totalidade do processo”. Nesse contexto, só pode existir o *homo oeconomicus*, visto como o único capaz de resistir à incognoscibilidade econômica. Como escreve Foucault: “o *homo oeconomicus* é a única ilha de racionalidade possível no interior de um processo econômico cujo caráter incontrolável não contesta, mas funda, ao contrário, a racionalidade do comportamento atomístico do *homo oeconomicus*” (FOUCAULT, 2008, p. 383, grifo do autor).

Portanto, o *homo oeconomicus* é o sujeito privilegiado, pois não almeja nada além do seu próprio interesse e, ao buscá-lo, contribui para a organização econômica no plano coletivo. Desse modo, a totalidade econômica é considerada ininteligível, formada pela multiplicidade de sujeitos de interesse, e deve excluir a atuação direta do Estado. Esse afastamento do Estado das questões econômicas decorre, por um lado, da defesa dos direitos individuais, mas, por outro, da sua própria incapacidade — como a de qualquer agente centralizador — de compreender, deter ou organizar a totalidade econômica.

Contudo, isso não significa a inexistência do Estado ou de formas de governamentalidade. Como afirma Foucault (2008, p. 86-87), o liberalismo consome e produz liberdade e, para tanto, também recorre a técnicas que impõem limitações, coerções, obrigações e ameaças. A limitação legal da atuação do Estado na economia ou nos dispositivos de seguridade social são exemplos de estratégias estatais que visam a produção da liberdade. Sem deixar de reconhecer que, no neoliberalismo “prático”, há sim intervenção estatal na economia,

por meio de medidas protecionistas, ações anti-hegemônicas ou antimonopolistas, financiamentos públicos para desenvolvimento tecnológico ou, ainda, pela atuação direta em crises do capitalismo, como ocorreu em 2008, quando os bancos centrais dos Estados Unidos, da Europa e do Japão criaram dinheiro novo, por meio da operação chamada *quantitative easing*, para salvar o sistema bancário.

Ou seja, em resumo, governar de modo liberal ou neoliberal não significa não governar, mas sim governar com base em uma racionalidade específica, que induz determinadas práticas e, com elas, produz também um sujeito específico, no caso foucaultiano, o *homo oeconomicus*. Desse modo, a economia deve ser reconhecida “como uma ciência lateral à arte de governar. Deve-se governar com a economia, deve-se governar ao lado dos economistas, deve-se governar ouvindo os economistas, mas não se pode permitir que [...] a economia seja a própria racionalidade governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 389).

A partir disso, cabe perguntar: o *homo oeconomicus*, como sujeito de interesse e sujeito privilegiado dos regimes neoliberais, pode ser considerado livre? Ou melhor: até que ponto o sujeito neoliberal está submetido às relações de poder, entendidas como ações sobre ações?

Em tese, a busca pelos próprios interesses e a liberdade para agir em função deles, com o mínimo de intervenção estatal ou coerção externa, seriam práticas de liberdade. Não há dúvidas, porém, de que o modo de ação dos regimes neoliberais não exclui a existência de coações, visto que Foucault chama a atenção para a formação de uma nova racionalidade que aplica lógicas econômicas a outros domínios da vida. No entanto, parece haver certa dificuldade em enquadrar o conceito de biopolítica à nova conjuntura neoliberal. Por outro lado, as análises de Foucault sobre a governamentalidade neoliberal lançam luz sobre uma nova forma de relação de poder que começa a emergir e que será posteriormente identificada por Byung-Chul Han como psicopolítica.

Foucault compreende o surgimento de novas concepções e técnicas com a ascensão da racionalidade neoliberal, especialmente ao reconhecer a emergência do *homo oeconomicus* como a nova forma de sujeito neoliberal. Nesse sentido, é preciso reconhecer que Foucault enuncia o aparecimento de uma nova governamentalidade, que, até os seus últimos escritos, ainda era incipiente, sobretudo se comparada à hegemonia neoliberal atual. Foucault também percebe que o neoliberalismo constitui uma forma de governamentalidade, ou seja, uma racionalidade política na qual se estabelecem relações de poder, e da qual o *homo oeconomicus* é um de seus produtos.

É interessante notar que, no curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008, p. 431) declara que seu objetivo era tratar do tema da biopolítica, analisando como se deu a prática governamental sobre os fenômenos constitutivos da população. Para isso, analisa o liberalismo por entendê-lo como a prática privilegiada de exercício de poder biopolítico, especialmente a partir do século XIX. No entanto, é sintomático o fato de Foucault tratar diretamente muito pouco do conceito de biopolítica nesse curso, mencionando-o apenas algumas vezes, algo que também é assinalado por Han (2018, p. 37).

Ao fazer isso, é possível reconhecer um deslocamento em relação às formulações anteriores sobre biopolítica nas análises de Foucault. Embora não afirme diretamente, ele aponta para uma nova via: a internalização do poder, que passa a ter como ponto de partida o próprio indivíduo, seus interesses e desejos. De fato, nas análises do poder disciplinar, Foucault já havia reconhecido o caráter produtivo do poder, entendendo que ele não se exerce apenas por meio de repressão e sanção. Contudo, os elementos introduzidos pelo neoliberalismo, em especial o interesse e a “forma empresa”, revelam algo que escapa à ideia de um poder que se exerce sobre o outro, mesmo quando automatizado por gestos e movimentos.

As ações do sujeito neoliberal parecem não decorrer de uma relação de poder visível, mas de um ato de vontade e interesse próprio. A racionalidade neoliberal, e até mesmo suas “práticas de liberdade”, borram as fronteiras entre “ação causadora” e “ação causada”, tornando mais difícil identificar a existência de relações de poder. Afinal, as relações de poder presentes em escolas, quartéis ou presídios do tipo disciplinar são, em grande medida, visíveis. As práticas biopolíticas — como as intervenções na saúde, na distribuição espacial das populações ou no controle das taxas de natalidade e mortalidade — também são relativamente visíveis.

Além disso, em ambos os casos, não é difícil identificar os papéis de quem exerce o poder e de quem é por ele afetado, ainda que de forma lateral ou horizontal. Por outro lado, quando pensamos no sujeito empreendedor, no empresário de si, no sujeito de interesse, essa identificação se torna mais complexa, pois ele parece agir por si mesmo, sem que uma relação de poder esteja diretamente implicada. Assim, se há coerção, ela parece estar cada vez mais internalizada, a tal ponto que coincide com o próprio interesse do sujeito. Por isso, torna-se necessário questionar se as formas de poder disciplinar-biopolítico ainda são suficientes para explicar essa nova forma de coerção que se anuncia.

A biopolítica neoliberal apresentada por Foucault em *Nascimento da Biopolítica* avança por um caminho distinto em relação às análises anteriores. Aproximadamente uma década após esse curso, a partir do conceito de “sociedade de controle”, Gilles Deleuze indicaria

o fim da sociedade disciplinar, como será analisado na seção seguinte. Com isso, percorremos o trajeto que vai da sociedade disciplinar à sociedade psicopolítica proposta por Han, destacando, ao final, o que há de novo no modelo de relação de poder neoliberal.

3 A SOCIEDADE DE CONTROLE DE DELEUZE

3.1 *LOCUS* HISTÓRICO-FILOSÓFICO DA SOCIEDADE DE CONTROLE DE DELEUZE

Ao analisar o percurso histórico do poder, também é necessário considerar o contexto histórico em que as obras, entrevistas ou aulas ocorreram, para compreender plenamente os conceitos trabalhados em suas condições de emergência. Anteriormente, reproduzimos a descrição de Foucault sobre os modos paradigmáticos de relação com o poder, pelo menos desde o século XVII até suas últimas produções sobre o tema, que culminam com as análises da governamentalidade e dos regimes neoliberais. Entre o curso que deu origem à obra *Nascimento da Biopolítica* e os dias atuais, transcorreram mais de quarenta anos, com mudanças significativas que favoreceram a consolidação do neoliberalismo, inclusive com o desaparecimento de um contraponto geopolítico representado pela União Soviética. Esse e outros acontecimentos que marcaram o final do século XX são relevantes para a compreensão da nova dinâmica de poder que se impõe nas sociedades contemporâneas, nas quais a hegemonia neoliberal se estabelece como racionalidade política e forma predominante de governamentalidade.

No contexto de formação e consolidação do neoliberalismo, Gilles Deleuze publicou, em 1990, o breve ensaio *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle*. A data de publicação desse texto também se inscreve no período de transição da sociedade analógica para a digital, especialmente se considerarmos que foi na década de 1990 que a revolução digital ganhou força e se expandiu de maneira inédita na vida cotidiana, por exemplo, com a popularização do computador pessoal e a comercialização massiva da internet.

Neste caso em particular, é especialmente importante situar historicamente tanto a publicação do ensaio de Deleuze quanto os cursos de Foucault no *Collège de France*. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Foucault se dedicou particularmente às questões da

governamentalidade e do neoliberalismo em seus cursos. É notável sua capacidade de compreender, em tempo real, transformações históricas ainda em estágio inicial, menos evidentes do que hoje, mas já indicativas de uma reconfiguração profunda das formas de exercício do poder. Basta considerar, por exemplo, que o chamado “Consenso de Washington”, um dos marcos mais expressivos do neoliberalismo enquanto modelo político-econômico estatal global, ocorreu apenas em 1989.

Embora estejamos tratando de períodos curtos de tempo, pouco mais de uma década, esse intervalo foi crucial para o estabelecimento e a intensificação do neoliberalismo como modelo hegemônico. Nesse contexto, é sabido que Deleuze, cujo conhecimento profundo sobre o pensamento e a obra de Foucault é amplamente reconhecido, ao escrever o *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle*, não teve acesso às publicações completas dos cursos de Foucault no *Collège de France*, e nunca o teve, pois faleceu em 1995, e os cursos foram publicados somente entre o final dos anos 1990 e os anos 2000 e 2010. Ainda assim, é possível que ele tenha tido acesso a algumas dessas ideias por meio de manuscritos, discussões ou transcrições não oficiais, mas essa hipótese exigiria uma investigação específica, distinta da proposta neste trabalho.

Vale destacar, inclusive, que é notável, por exemplo, que os conceitos de “biopolítica” e “governamentalidade” não aparecem no *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle*, de Deleuze. Esses conceitos foram centrais no vocabulário foucaultiano desde meados dos anos 1970 até sua morte, no início dos anos 1980, e, na atualidade, são amplamente mobilizados nas análises dos regimes neoliberais dentro da tradição foucaultiana. Ainda assim, ao lermos Foucault e Deleuze hoje, é possível perceber que ambos — cada um a seu modo e com um intervalo temporal relativamente curto — identificaram uma transição nos regimes de poder, bem como a insuficiência do modelo disciplinar para explicar as novas formas de controle emergentes, que hoje reconhecemos como características centrais do neoliberalismo.

No que diz respeito à teorização de novos modelos paradigmáticos de poder, é preciso reconhecer que, em termos teóricos, nos movemos entre teses interpretativas que discutem a superação ou não dos modelos disciplinares-biopolíticos, e a possibilidade de sua substituição por outros. De um lado, pode-se analisar a obra foucaultiana e afirmar, com um peso talvez excessivo, que muitos dos elementos identificados por autores como Deleuze ou Han já estariam presentes, em algum nível, nos escritos de Foucault, mesmo que de forma menos articulada ou ainda implícita.

Por outro lado, pode-se reconhecer que, ainda que existam elementos relevantes na obra de Foucault que fornecem base para conceitos como “controle” ou “psicopolítica”, parece contraditório com a própria orientação metodológica de Foucault ler sua obra de maneira canônica, como se ela encerrasse um “fim da história” do poder, delimitado pelos paradigmas disciplinar e biopolítico. Isso porque o próprio Foucault realiza sua análise do poder sob uma ótica histórico-filosófica, rejeitando a ideia de modelos fixos ou definitivos. Assim como na história, os jogos de força e as posições estratégicas não são estáticos, também as relações de poder devem ser analisadas de forma prospectiva, atenta às transformações em curso.

Nesse sentido, identificamos especialmente a noção de “sociedade de controle”, formulada por Deleuze, como um ponto paradigmático de transição entre os modelos disciplinar-biopolítico e o psicopolítico. Isso porque, nesse caso, Deleuze observa claramente uma nova articulação do poder e uma reconfiguração esquemática de seus mecanismos e modos de funcionamento. Como veremos, o próprio Han (2018b), em *Psicopolítica*, interpreta que a “sociedade de controle” descrita por Deleuze já representa essa mudança paradigmática que ele mesmo denominará, posteriormente, de psicopolítica.

Tendo isso em vista, analisaremos a seguir, especificamente, as principais teses de Deleuze no *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle*. E, ao final deste subcapítulo, identificaremos o conceito de “controle” como um elo teórico e histórico entre Foucault e Han.

3.2 A SOCIEDADE DE CONTROLE DE DELEUZE

Deleuze talvez se visse mais próximo de Foucault do que realmente estava, uma vez que, conforme afirma Mengue (2013, p. 24), Deleuze explicitamente reconhece que a ideia de controle é inspirada nas análises foucaultianas, ao afirmar que “‘controle’ é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo” (DELEUZE, 1992, p. 220). O “novo monstro” que se anuncia é a sociedade neoliberal, cujo desenvolvimento tecnológico contribui para a constituição de um novo modelo paradigmático de poder, baseado em formas inéditas de subjetivação e controle. Se Foucault percebeu o papel desempenhado por instituições como escolas, quartéis, hospitais e fábricas na formação de um novo modelo social — que demarca a passagem do modelo feudal para o modelo moderno —, cabe a nós, hoje, reconhecer as novas técnicas e tecnologias que consolidam e expandem a sociedade neoliberal.

Deleuze, por sua vez, percebe que o modelo disciplinar já não era suficiente para explicar as relações de poder instituídas com a consolidação do neoliberalismo como modelo de capitalismo. Nesse sentido, ele argumenta que a sociedade disciplinar se caracteriza como uma sociedade fechada, na qual diferentes instituições, cada qual com suas funções, estabelecem diversos tipos de controle microfísico e massificante. Isso pode ser constatado ao retomarmos as características das técnicas disciplinares, essencialmente individualizantes, e das técnicas biopolíticas, voltadas à população, isto é, coletividades identificadas e grupos sociais específicos, identificáveis enquanto *massas* organizadas.

Dessa forma, “nas sociedades disciplinares não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica)” (DELEUZE, 1992, p. 221), pois essas sociedades são compostas por instituições e técnicas relativamente fechadas em si mesmas, que garantem a continuidade do controle por meio da transição sequencial entre uma instituição e outra. Esse controle contínuo era assegurado pela difusão das relações de poder e pelo preenchimento da vida por uma lógica de recomeços institucionais sucessivos. Por isso, Deleuze compara o regime disciplinar à toupeira, que vive em espaços fechados e transita por túneis e galerias, sempre dentro de uma ordenação de tempo e espaço. Como afirma Han (2018b, p. 30): “a toupeira é trabalhadora. [...] A toupeira se move em espaços pré-instalados e, por isso, se submete a restrições.” Portanto, mesmo que o poder tenha um caráter produtivo nas sociedades disciplinares-biopolíticas, ele ainda opera por meio de coerções e limitações sucessivas, em uma lógica de recomeços seriais entre instituições.

Por outro lado, a sociedade de controle é representada pela figura da serpente, que não se movimenta em espaços fechados, mas se desloca livremente, anulando restrições e limites espaciais (HAN, 2018b, p. 30). Isso ocorre porque os controles, nessa sociedade, não são moldes fixos, mas modulações, isto é, formas flexíveis e adaptáveis de controle — auto-deformantes, contínuas, contrárias à lógica das interrupções e recomeços (DELEUZE, 1992, p. 220). A modulação como técnica de poder da sociedade de controle permite um exercício de poder contínuo, fluido, não interrompido — o que a torna mais eficiente e invisível. Ela é viabilizada por tecnologias que eliminam os cortes temporais e espaciais, operando por meio de formação permanente, produção incessante de conteúdo, vigilância difusa e dissolução das identidades que compunham as “massas” de trabalhadores, empregados, alunos, pacientes, prisioneiros etc.

Deleuze não escreve explicitamente sobre a exploração da liberdade, como fará Han, mas demarca características e dispositivos emergentes de seu tempo que, hoje, reconhecemos

como amplamente aperfeiçoados. A partir de sua análise, podemos concluir que o controle está ligado a uma nova forma de temporalidade: “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 1992, p. 224). Essa curta duração não se refere apenas ao tempo de ação, mas à constituição de uma nova temporalidade fragmentada, que amplifica o poder ao controlar cada pequena seção do tempo.

Deleuze também antecipa algumas das características do que, posteriormente, será o sujeito de desempenho de Han, ao identificar uma forma de poder que impulsiona o sujeito à autossujeição ativa: “a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 1992, p. 221). Portanto, Deleuze é exitoso em reconhecer a mudança paradigmática do modelo de poder, especialmente ao descrever as transformações dos dispositivos. Contudo, mesmo que se possa deduzir, de sua análise, a exploração da liberdade, tal como se faz com o *homo oeconomicus* de Foucault, ainda será necessário reconhecer que a psicopolítica se fundamenta essencialmente na exploração da liberdade como técnica central de dominação.

De todo modo, é importante já reconhecer alguns dos dispositivos característicos da sociedade de controle e, conseqüentemente, da sociedade neoliberal, bem como seus efeitos. Deleuze (1992, p. 224-225) cita as seguintes técnicas de controle, que emergem em substituição às de natureza disciplinar: 1) No regime das prisões: “coleiras eletrônicas” e penas substitutivas passam a ser adotadas no lugar do confinamento; 2) No regime das escolas: introdução da lógica empresarial na universidade, com conseqüente abandono da pesquisa científica e implementação de processos contínuos de avaliação e controle; 3) No regime dos hospitais: controle estatístico e individuação voltados à identificação de fatores de risco, antecipando o que hoje chamamos de “medicina preventiva”; 4) No regime das empresas: a substituição da forma-fábrica por modelos mais flexíveis de geração de lucro, alterando a relação com produtos e seres humanos.

Essas são técnicas que não apenas se consolidaram, mas foram amplificadas nas sociedades atuais: 1) O uso de tornozeleiras eletrônicas é amplamente disseminado em diversos países; o desencarceramento tem sido estimulado em favor de outras medidas, com o argumento de que penas substitutivas são mais eficazes que o encarceramento para fins de “ressocialização”; 2) Parcerias público-privadas em universidades e a captação de recursos privados por instituições de ensino são promovidas como supostas inovações; avaliações

continuadas substituem provas tradicionais em diversos níveis educacionais; 3) Práticas de autocuidado, programas de bem-estar, alimentação saudável e rotinas de exercício físico são cada vez mais incentivadas, consolidando ideais de saúde preventiva; controles de saúde público-privados cada vez mais informatizados reúnem grandes volumes de dados, permitindo diagnósticos, relatórios e intervenções governamentais direcionadas; 4) Processos de automação reduzem a quantidade de fábricas; o empreendedorismo é amplamente estimulado como alternativa ao trabalho formal; o teletrabalho ganha espaço sobre os modelos clássicos de ocupação. Nesse sentido, é possível reconhecer que as técnicas enunciadas por Deleuze não apenas se confirmaram, mas se complexificaram com o avanço tecnológico e digital.

Quanto ao modo de organização do poder, Deleuze observa que as relações disciplinares e biopolíticas se sustentam em normatizações e classificações massificantes. Entretanto, essas noções são progressivamente substituídas pela lógica dos indivíduos “*dividuais*”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “*bancos*” (DELEUZE, 1992, p. 222, grifo do autor). A massificação e a classificação criam identidades, pois o poder disciplinar-biopolítico precisa categorizar controlar e, paradoxalmente, produz sujeitos a partir de referenciais identitários: “a massa de trabalhadores”, “a massa de estudantes”, “a massa carcerária” etc. Por outro lado, as sociedades de controle operam com outra lógica: promovem uma divisão e fragmentação necessárias e infinitas, tornando identidades e vínculos instáveis e efêmeros. Com isso, os referenciais coletivos se dissolvem e os indivíduos se perdem na multiplicidade referencial. Nesse aspecto, também é possível deduzir que a multiplicação de identidades e a destruição de noções coletivizantes fazem com que o indivíduo se veja como um projeto livre, isto é, não limitado por categorias de análise ou de controle, mas como sujeito de interesse, autônomo e empenhado na realização de suas aptidões.

Para diferenciar a sociedade disciplinar da sociedade de controle, Deleuze (1992, p. 221) associa cada uma a um tipo de linguagem analógica e digital (*numérique*)⁷: 1) A linguagem

⁷ O tradutor da edição brasileira do texto *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* optou por traduzir *numérique* por “numérico”. No entanto, parece mais adequado, em português, o uso do termo “digital”, considerando que o texto foi originalmente publicado em 1990, época em que a palavra *numérique* já possuía, em francês, o sentido correspondente ao que atualmente utilizamos como “digital”. Ademais, ao empregar o termo, Deleuze (2013, p. 218) afirma, no texto original: “tandis que les différents contrôlats sont des variations inséparables, formant un système à géométrie variable dont le langage est numérique (ce qui ne veut pas dire nécessairement binaire)”. Ao afirmar que a linguagem é *numérique* sem que isso signifique, necessariamente, ser “binária”, há uma clara referência ao código binário computacional, ou seja, àquilo que em português compreendemos como “digital”. Por fim, é de se observar que Deleuze contrapõe, como contrafiguras, o analógico e o digital, de modo que não faz sentido, em português, utilizar “numérico” como termo oposto a “analógico”.

analógica está associada aos recomeços; possui continuidade, mas também interrupções. É a linguagem das “palavras de ordem”, dos comandos de obediência e condução — e remete, em sua contraface, à resistência, ao “não” enfático. 2) A linguagem digital é feita de cifras, senhas, automatismos; é constituída por aparelhos e máquinas informáticas que operam em ritmo constante, automático, pontual e contínuo. O funcionamento da linguagem se assemelha, aqui, ao funcionamento do poder e ao das ondas eletromagnéticas.

Os sinais de televisão oferecem uma figura bastante ilustrativa e paralela com essa análise de Deleuze: nos últimos anos, o sinal eletromagnético analógico foi substituído pelo sinal digital. O sinal analógico é contínuo, com amplas variações de amplitude, o que dificulta seu processamento pelos receptores e o torna mais suscetível a ruídos e interferências. Já o sinal digital, embora varie em pequenos intervalos de tempo, mantém estabilidade nesses fragmentos, o que reduz significativamente as oscilações. No primeiro caso, poderíamos falar em um “fluxo” ininterrupto; no segundo, em um “pulso” ininterrupto. Assim, uma linguagem (e um poder) de tipo analógico apresenta continuidade, mas com grande amplitude de variação e suscetibilidade a ruídos — o que prejudica sua regularidade e previsibilidade. Ao contrário, a linguagem (e o poder) de tipo digital opera com pequenos pulsos regulares, facilmente assimiláveis, estáveis e precisos. A curta duração desses pulsos permite sua rápida captação, e sua continuidade decorre do encadeamento sequencial numérico. Dessa forma, o poder digital, como expressão da sociedade de controle, é mais preciso, mais eficiente e menos ruidoso, operando por meio de atualizações constantes, ajustes instantâneos e modulações contínuas.

Em linhas gerais, essa é a caracterização do controle no texto deleuziano: trata-se de um poder contínuo, modulável, digitalizado e profundamente internalizado, que já não atua por meio de moldes fixos, mas por atualizações constantes, personalizadas e adaptativas. A linguagem do poder se transforma; suas técnicas se tornam flexíveis, e suas fronteiras, cada vez mais imperceptíveis, compondo um regime que já não opera prioritariamente por coerção institucionalizada, mas sim por modulações sutis e difusas que se infiltram no cotidiano. Com isso, Deleuze antecipa diversas das problemáticas que se tornariam centrais nas sociedades contemporâneas, oferecendo uma chave interpretativa fundamental para compreender a transição entre os paradigmas disciplinares-biopolíticos e os novos dispositivos de poder forjados sob a racionalidade neoliberal. É possível, desta forma, vislumbrar a importância do

Mas, evidentemente, em qualquer dos casos, não é possível preservar simultaneamente, em português, os dois sentidos que *numérique* carrega em francês: como equivalente tanto de “numérico” quanto de “digital”.

texto de Deleuze a partir dos conceitos destacados. Além de ser uma obra referida por Han, *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle* pode ser compreendido como uma análise intermediária entre Foucault e Han, como analisaremos a seguir.

Vale destacar que Deleuze, de maneira cirúrgica, identifica e antecipa problemáticas que se intensificariam ao longo do século XXI. Entre elas, podemos mencionar: o desenvolvimento e avanço da tecnologia digital; a constatação da insuficiência dos paradigmas disciplinar e biopolítico para explicar as novas configurações do poder; o surgimento de novas técnicas de governo e formas de subjetivação; a instauração de uma nova temporalidade marcada pela aceleração e pela digitalização da experiência; e, por fim, a urgência em repensar as formas de resistência possíveis diante desses novos dispositivos.

3.3 O CONTROLE: UMA MEDIAÇÃO ENTRE OS MODELOS DISCIPLINAR-BIOPOLÍTICO E A PSICOPOLÍTICA

Inicialmente, é importante notar que *Post-scriptum*, de Deleuze, é um texto bastante breve e, como interpreta Hardt (1998, p. 359, tradução nossa), “nos diz muito pouco sobre a sociedade de controle”⁸, mas, apesar disso, nele “Deleuze formula, após a morte de Foucault, uma ideia que ele não encontrou expressamente formulada em sua obra”⁹ (HARDT, 1998, p. 359, tradução nossa). Nesse sentido, considerar o “controle” como um conceito intermediário entre os modelos de poder propostos por Foucault e Han implica, de certo modo, reconhecer que ele carrega traços estruturais de ambos os regimes. Ou melhor, na descrição deleuziana do controle, podem-se identificar elementos tanto do paradigma disciplinar-biopolítico quanto de aspectos que, mais tarde, serão aprofundados por Han a partir do conceito de psicopolítica.

Essa passagem — ou melhor, essa nova forma de poder — possui uma característica fundamental, que também constitui sua força: a capacidade de adaptação e de captura de múltiplos âmbitos da vida. Trata-se de uma lógica que substitui os “moldes” fixos da disciplina por “modulações” flexíveis, conforme descreve Deleuze: “uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p. 221). Isso significa, como interpreta Hardt (1998, p. 361),

⁸ Texto original : “Il nous dit très peu de choses concrètes sur la société de contrôle”.

⁹ Texto original : “En fait, avec l’annonce de ce passage, Deleuze formule après la mort de Foucault une idée qu’il n’a pas trouvée expressément formulée dans son œuvre”.

a eliminação da distinção entre dentro e fora, ou seja, não há mais um “exterior” ao poder, nenhum espaço de exceção, como ele escreve:

A transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle caracteriza-se, antes de tudo, pelo colapso dos muros que definiam as instituições. Haverá, portanto, cada vez menos distinções entre o dentro e o fora. Isso faz parte, na verdade, de uma mudança geral na maneira como o poder organiza o espaço na passagem da modernidade para a pós-modernidade¹⁰ (HARDT, 1998, p. 361, tradução nossa).

Portanto, cabe considerar, de início, em que medida o conceito de controle articula os modelos disciplinar-biopolítico e psicopolítico. Nos parece que o elemento fundamental, que aproxima os modelos de Foucault, Deleuze e Han, é a expansão do controle para todos os âmbitos da vida, especialmente com a participação ativa dos próprios sujeitos nesse processo.

Inicialmente, é possível reconhecer um movimento na acepção foucaultiana da disciplina e da biopolítica, “que num primeiro momento referia-se mais precisamente ao modo em que o poder começou a preocupar-se com a população enquanto espécie” (PELBART, 2011, p. 88), rumo a um sistema ampliado, capaz de capturar e gerir a vida em sua totalidade. E mais do que isso: um sistema que envolve os sujeitos como agentes ativos na manutenção e reprodução das formas de poder, como Foucault já intuía em suas análises sobre o *homo oeconomicus*, o empresário de si.

No mesmo sentido, Duarte (2008, p. 7), ao comentar o então recém-lançado *Nascimento da Biopolítica* de Foucault, concorda que o autor passa a inserir o papel ativo do *homo oeconomicus* no processo de produção de si. Ao interpretar Foucault, Duarte (2008, p. 7) afirma a fusão do *homo oeconomicus* com a teoria do “capital humano” e como isso “diz respeito à concepção de que o *homo oeconomicus* não é apenas um empreendedor qualquer no mercado de trocas, mas sim um empreendedor de si mesmo, tomando-se a si mesmo como seu próprio produtor de rendimentos”. Em outros termos, poderíamos dizer, e aqui acrescentamos à formulação de Duarte, que o *homo oeconomicus*, ao tomar a si mesmo como produtor de rendimentos, passa a operar sobre si como um sujeito ativo no processo de produção de valor, transformando-se em um capital humano a ser constantemente autoaperfeiçoado, auto-intensificado. Esse processo é orientado “pelas formas flexíveis e sutis de controle e governo das populações e dos indivíduos, tal como elas se exercem por meio das regras da economia do

¹⁰Texto original : “Le passage de la société disciplinaire à la société de contrôle se caractérise d’abord par l’effondrement des murs qui définissaient les institutions. Il y aura donc de moins en moins de distinctions entre le dedans et le dehors. C’est en fait un élément de changement général dans la manière dont le pouvoir marque l’espace lors du passage de la modernité à la postmodernité”.

mercado mundializado, para além dos domínios limitados da soberania política tradicional” (DUARTE, 2008, p. 7).

Esse aspecto da sutileza do poder, da transição de moldes rígidos para formas moduladoras e mais maleáveis, constitui um ponto de convergência entre Foucault, Deleuze e Han. Contudo, há distinções importantes, não apenas quanto à forma como esses elementos são tratados por cada autor, mas também na descrição das técnicas de poder, no papel que desempenham nos modelos predominantes, e na inclusão de novos elementos conceituais.

Nesse sentido, ao compararmos Foucault e Deleuze, observamos que Deleuze confere maior ênfase à difusão de formas de controle que, em certo grau, perdem a rigidez institucional, sendo cada vez menos ligadas a espaços físicos específicos. Além disso, Deleuze descreve técnicas de poder que, aparentemente, possuem menos “circunspecção” e solenidade do que aquelas analisadas por Foucault. Sendo mais específico, Foucault reconhece o papel ativo dos indivíduos, mas orienta suas análises por categorias associadas a dispositivos como “educação”, “ganhos”, “rendimentos”, ou, de forma mais geral, pelo conceito de *capital humano*. Já Deleuze descreve uma série de técnicas de poder mais vinculadas aos afetos, à lógica do jogo e da performance, que perdem o caráter circunspecto da linguagem do capital e dos rendimentos, ainda que vinculadas a eles, assumindo formas como jogos, desafios, rankings, o que se aproxima do que hoje denominamos técnicas de gamificação¹¹.

Reunindo algumas dessas interpretações, Pelbart comenta a transição da sociedade disciplinar à sociedade de controle, com base na obra de Foucault, Deleuze e no livro *Império*, de Toni Negri e Michael Hardt:

Em lugar do espaço esquadrihado pela família, escola, hospital, manicômio, prisão, fábrica, tão característicos do período moderno e da sociedade disciplinar, a sociedade de controle funciona através de mecanismos de monitoramento mais difusos, flexíveis, móveis, ondulantes, ‘imanescentes’, incidindo diretamente sobre os corpos e as mentes, prescindindo das mediações institucionais antes necessárias, que de qualquer forma entraram progressivamente em colapso. O novo regime de controle em espaço liso e aberto se exerce através de sistemas de comunicação, redes de informação, atividades de enquadramento, e é como que interiorizado e reativado pelos próprios sujeitos, no que os autores chamam de um estado de alienação autônoma (PELBART, 2011, p. 88).

Nesse sentido, as interpretações de Negri, Hardt e Pelbart sobre Deleuze reforçam o caráter intermediário do controle, considerando a ênfase dada por Han na exploração da

¹¹ Nesse sentido, Deleuze (1992, p. 221) escreveu: “sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos. Se os jogos de televisão mais idiotas têm tanto sucesso é porque exprimem adequadamente a situação de empresa”.

liberdade como um modo próprio de ação do poder sob a forma psicopolítica. Destacamos que a informação, as redes de comunicação, a interiorização e a “alienação autônoma” – isto é, o fato de o sujeito se colocar, ele próprio, como agente ativo no processo de poder – já começam a aparecer nas novas equações de exercício de poder. Portanto, em um primeiro aspecto, é possível reconhecer essa transitoriedade entre Foucault e Deleuze na descrição dos regimes de poder, a partir de elementos comuns e diferenciadores. E, apesar das diferenças que podemos apontar entre ambos, é relevante que tenham deixado um rastro que parece ser não só seguido, mas aprofundado por Han.

Entretanto, deve-se reconhecer que Han, insistentemente e em diversas obras, recusa o modelo disciplinar-biopolítico de Foucault para explicar a sociedade neoliberal, apesar de, em algumas poucas passagens, descrever uma continuidade e, até certo ponto, uma complementariedade entre os sistemas, como problematizaremos em vários momentos desta tese. Inclusive, em *Psicopolítica* (2014), obra que nos induz a reconhecer a sociedade de controle como um elemento intermediário entre a biopolítica e a psicopolítica, Han busca se distanciar de Foucault e se aproximar de Deleuze, conforme bem destaca Bösel (2022, p. 559, tradução nossa):

Em seu ensaio *Psicopolítica*, o filósofo Byung-Chul Han retoma as ideias de Foucault e Deleuze e as acentua ainda mais: Foucault permanece excessivamente preso às reflexões sobre biopolítica e, com isso, perde a oportunidade de compreender o regime neoliberal (Han 2014, p. 37), enquanto Deleuze, em seu ensaio sobre as sociedades de controle, descreve essencialmente a psicopolítica, ainda que sem lhe dar esse nome (idem, p. 30)¹².

Em um segundo sentido, a ideia de “controle” como prelúdio da psicopolítica torna-se ainda mais evidente, especialmente por ser reconhecida pelo próprio Han. No breve capítulo “A toupeira e a serpente”, de *Psicopolítica*, Han faz referência à seguinte passagem de Deleuze (1992, p. 222): “a velha toupeira monetária¹³ é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem”.

¹² Texto original: “Auch der Philosoph Byung-Chul Han knüpft in seinem Essay Psychopolitik an Foucault und Deleuze an und spitzt die nun bereits bekannte Motivik zu: Foucault bleibe zu sehr an den Überlegungen zur Biopolitik hängen und verpasse damit die Chance, das neoliberale Regime zu verstehen (Han 2014, S. 37), wohingegen Deleuze im Essay zu den Kontrollgesellschaften die Psychopolitik der Sache nach durchaus beschreibe, wenngleich nicht so benenne (ebd., S. 30)”.

¹³ A figura da “toupeira” no contexto histórico-capitalista tornou-se célebre a partir de sua utilização na obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx (2013, pp. 120 e 180), na qual o autor parafraseia uma das falas de Hamlet, de Shakespeare — “Well said, old mole!” — para descrever o avanço oculto da revolução.

Como supramencionado, a sociedade disciplinar é identificada com a figura da toupeira, que “se move em espaços pré-instalados, e por isso se submete a restrições. É um sujeito submisso” (HAN, 2018b, p. 30). Ela representa, portanto, um modelo institucional, baseado em coações externas e em mecanismos de normalização, capaz de ampliar a produtividade até os limites impostos pela disciplina. Já o modelo-serpente representa a sociedade de controle — e, para Han, a própria sociedade psicopolítica — pois “não se movimenta em espaços fechados”, mas anula “limitações por meio de novas formas de movimento” (HAN, 2018b, p. 30). Nesse sentido, como bem interpreta Bösel (2022, p. 559), Han identifica a sociedade de controle com a psicopolítica, ainda que Deleuze não tenha utilizado esse termo explicitamente.

Inclusive, é interessante notar que, para Han, a passagem de um modelo ao outro não representa “uma irrupção para uma forma de vida completamente diferente, mas uma mutação, um agravamento do próprio capitalismo” (HAN, 2018b, p. 30). Essa conclusão é bastante próxima da proposta de Hardt (1998, p. 361, tradução nossa), ao analisar a sociedade de controle: “com a sociedade de controle, chegamos finalmente a uma forma de sociedade propriamente capitalista – que a terminologia marxiana chama de sociedade da subsunção real”¹⁴.

A continuidade da lógica capitalista reforça a leitura da continuidade entre os regimes de poder, ou melhor, de uma herança e articulação entre eles, na medida em que uma de suas funções é intermediar as relações capitalistas e cumprir os objetivos da lógica de acumulação. Nessa perspectiva, interpretamos que a continuidade entre os regimes de poder e a conexão entre os três autores (Foucault, Deleuze e Han) têm como ponto fundamental a participação ativa dos sujeitos nos sistemas de dominação. Trata-se de um fato intuído e abordado por Foucault, mas que é explorado com mais ênfase e profundidade por Deleuze e Han.

Nesse sentido, Deleuze (1992, p. 222) afirma a substituição da fábrica, identificada como um “corpo”, pela empresa, identificada como “uma alma, um gás”. Han, por sua vez, utiliza dessa comparação para equivaler o “corpo” ao regime biopolítico e a “alma” ao regime psicopolítico: “de acordo com Deleuze, o regime disciplinar se organiza como ‘um corpo’. É um regime biopolítico. Por sua vez, o regime liberal se compara como ‘alma’. Desse modo, a psicopolítica é sua forma de governo” (HAN, 2018b, p. 30). Com isso, não se trata mais de

¹⁴ Texto original : “Avec la société de contrôle nous parvenons finalement à une forme de société proprement capitaliste – que la terminologie marxienne appelle la société de la subsumption réelle”.

disciplinar e regular corpos, mas explorar a “alma” por meio do engajamento dos sujeitos no processo de dominação, o que é feito por meio da “motivação”, do “projeto”, da “otimização” e da “iniciativa” como técnicas “inerentes” da “psicopolítica de dominação neoliberal” (HAN, 2018b, p. 31).

Portanto, Han reconhece em Deleuze, sobretudo, a formulação de técnicas de poder que atuam por meio da indução subjetiva e da autogestão do indivíduo no interior do sistema de dominação. Por isso, a exploração da liberdade é o principal modo pelo qual agem as técnicas psicopolíticas. Não se trata mais de disciplinar, coagir ou aplicar sanções explícitas e limitadoras, mas de estimular os sujeitos à hiperatividade, à automotivação e à constante superação de si, de modo a submeter a vida, em todos os seus aspectos, à lógica capitalista, como concluiremos ao final.

A partir dessa interpretação, Han defende a emergência de um novo sistema de poder, sustentando-se também na breve interpretação deleuziana que apresenta a substituição da sociedade disciplinar pela sociedade de controle. Assim, a partir do contexto da analítica do poder de Foucault e dos desdobramentos apresentados por Deleuze, cabe agora a caracterização do conceito de psicopolítica utilizado por Han. Como veremos, esse conceito incorpora algumas características da analítica do poder de Foucault, embora suas críticas objetivem marcar um distanciamento em relação à biopolítica. Dessa forma, caracterizar o conceito de poder e de psicopolítica segundo Han será nossa tarefa final nesta primeira parte.

4 A ESTRUTURA DE PODER NA OBRA DE BYUNG CHUL-HAN

Ao propor, de certo modo, uma linearidade das relações de poder e, principalmente, uma transformação dos modos paradigmáticos de se exercer o poder nas sociedades, corre-se sempre o risco de levandades e comparações indevidas, de Foucault a Han. Neste caso, no entanto, apesar de recusar o modelo disciplinar-biopolítico como o mais adequado para explicar as sociedades neoliberais, Han incorpora elementos presentes na obra de Foucault para pensar o poder.

Tendo isso em vista, ao iniciar o presente primeira parte, analisamos como Foucault explica o fenômeno do poder como relações de poder, isto é, a partir do modo pelo qual o poder é exercido. Com isso, há a formulação de uma concepção de poder que, ainda que não configure uma teoria geral, apresenta bases teóricas fundamentais para a análise do poder em sua

dinamicidade, transformações e adaptações. Em um segundo momento desta primeira parte da tese, examinamos os modos de exercício do poder na obra foucaultiana, com base nos conceitos de poder disciplinar, biopolítica e governamentalidade.

Assim, faremos o mesmo percurso em relação às análises sobre o poder na obra de Han: primeiro, analisaremos como ele explica o funcionamento do fenômeno do poder, ou o que ele denomina de "topologia universal" do poder, apresentada na obra *O que é o poder?* (2018); em seguida, a partir dessas premissas, exploraremos sua concepção de psicopolítica, compreendida como o novo modo paradigmático de exercício do poder nas sociedades neoliberais.

4.1 O SELF E O ALTER

Para explicar o Poder, Han (2019d, p. 7) afirma que buscará “um conceito móvel que possa unificar as representações divergentes”, portanto, que seja capaz de associar o poder a diferentes elementos como coerção e liberdade, direito e arbítrio ou mesmo à violência. Trata-se, essencialmente, de buscar uma fórmula capaz de abarcar os múltiplos modos de manifestação do poder (HAN, 2019d, p. 8). Para tanto, Han parte do pressuposto de que todas essas associações não estão propriamente incorretas, mas compreendem apenas aspectos parciais do fenômeno, sem apresentar uma caracterização universal ou geral do poder — o que ele buscará construir a partir do que denomina lógica, semântica, metafísica, política e ética do poder.

Segundo Han (2019d, p. 9), a representação do poder como um ego que gera um determinado comportamento no *alter* contra a sua vontade é insuficiente para compreender a lógica do poder, tendo em vista que existem diferentes formas de agência que escapam a essa dinâmica. De um lado, em geral, parte-se da ideia de que exercer poder se resumiria a romper resistências, coagir, forçar, induzir, etc. Ou seja, associa-se o poder apenas às suas formas negativas¹⁵, na medida em que ele é identificado com uma coação que pretende “dobrar” o

¹⁵ Han recorre e opõe o que chama de *positividade* e *negatividade* de modo frequente em sua obra, o que torna necessário compreender esses conceitos como pressupostos e elementos permanentes em seu trabalho. Esses termos são utilizados em contextos diferentes, como para tratar da temporalidade, da estética, e, obviamente, também do poder. A positividade e a negatividade são vistas como signos paradigmáticos opostos, mas não excludentes um do outro e que servem para descrever diferentes processos sociais e da vida. Ou seja, em um mesmo fato podem existir elementos de positividade e negatividade coexistindo em maior ou menor medida de modo que é na presença de ambos que se mantém alguma estabilidade, ainda que em tensionamento constate.

indivíduo, tornando-o sujeito. São exemplos dessas formas de agência de poder os dispositivos disciplinares utilizados nas escolas, nas famílias, nos quartéis militares, e o próprio regramento das leis — sempre como formas de limitação das ações, com toda sorte de normas que, de uma maneira ou de outra, pressupõem uma obediência mais ou menos resistida.

A essas formas de coação, Han atribui um caráter que chama de negativo, na medida em que pressupõem a submissão ao dever com pouca mediação. Por outro lado, o poder também pode apresentar um caráter positivo, que opera por meio de maior grau de mediação. Nesse espectro positivo, o caráter volitivo do sujeito ganha destaque, pois é criada uma continuidade do *ego*, como *alter*, do poderoso no subordinado de uma forma mais profunda, a ponto de o subordinado substituir a clássica forma do “dever” em relação à submissão pelo “querer”.

Mas o que ambas as formas de agência de poder têm em comum? Tanto o poder negativo quanto o positivo implicam a continuidade do *ego* no outro (*alter*), isto é, do poderoso no subordinado. Trata-se sempre de uma relação assimétrica, em que um exerce poder sobre o outro. As formas negativas de poder estão associadas à repressão, à coação direta ou indireta, caracterizadas por certo grau de literalidade e visibilidade, pois se observa, de forma marcante, a ação de um sobre outro. Por essa razão, o poder negativo é mais aparente, e as relações de dominação se tornam mais perceptíveis tanto para quem domina quanto para quem é dominado.

Por outro lado, o poder exercido por meio da positividade exige maior grau de mediação e será menos aparente, pois age em um estágio prévio à ação, produzindo sujeição mesmo sem que o indivíduo tenha consciência disso. Entretanto, ambas as formas — positiva

Nessa medida, a positividade e a negatividade coexistem em um jogo de estabilidade e desestabilidade que leva a diferentes “sínteses”. Na análise de Han são apontados os problemas quando há a excessividade de positividade ou de negatividade sem o seu elemento oposto, sem a sua contradição que lhe deve ser inerente. Por exemplo, Han afirma que nas sociedades neoliberais existe um excesso de positividade o que gera, em muitos casos, efeitos indesejados. Por exemplo, em *Sociedade do cansaço* (2010), Han (2015) identifica a relação de algumas doenças psíquicas, como a depressão e o *burnout*, a um excesso de positividade que força o sujeito à superprodução ao trabalho excessivo, à manutenção de projetos de vidas, etc., pois nesses casos a exploração pela via da positividade mostra-se também como um tipo violência cujos efeitos mais severos se materializam em patologias que chama de neurais. O tema dos efeitos colaterais da psicopolítica, da oposição e co-pertencimento da positividade ainda reaparecerão neste trabalho. Se por um lado, a positividade e a negatividade exercem papéis dialéticos nos processos de síntese, por outro lado, elas comportam também uma segunda acepção e função na obra de Han: como critérios aos quais fenômenos da vida e das relações podem ser deduzidos, isto é, são modelos aos quais outros signos podem ser deduzidos. Para exemplificar essa correlação, é possível relacionar, de modo não exaustivo, a positividade e a negatividade aos seguintes signos: 1) positividade: aceleração, velocidade, projeto, superação de limites, alegria, otimização, produtividade, informação, digitalização, superação de barreiras e distância, incorporação, aceitação, lisura, fluidez, dentre outros; 2) negatividade: demora, desaceleração, ruptura, tensionamento, teoria, pausas, finitude, alteridade, diferença, tristeza, relevo e textura, contensão, negação, analógico, ritual, coerção, crítica, dor, e outros.

e negativa — operam segundo a mesma lógica: gerar a continuidade do *self* no *alter*, ou seja, fazer com que o *ego* esteja presente no *alter* como se fosse o próprio, em outras palavras, o *ego* passa a estar no *alter* em si mesmo (HAN, 2019d, p. 17).

Com “estar em si mesmo”, Han destaca o duplo movimento do poder: ele exige um outro, já que todo poder é sempre exercido sobre alguém, mas, ao mesmo tempo, nunca atua apenas como uma externalidade; ele se introjeta no *alter* a ponto de o *self* do *ego* ser tomado pelo *alter* como seu. Assim, há uma aparência de propriedade: o *ego* passa a ocupar um espaço no *alter* mais ou menos reconhecido como se fosse do próprio.

A distinção entre as formas de poder depende, portanto, de diferenças qualitativas e quantitativas no grau de mediação. Porém, não formas puras de exercício de poder, seja positiva ou negativa, pois, na prática, o poder recorre a ambas as técnicas, ainda que uma possa predominar sobre a outra em contextos específicos. Um exemplo disso é o ato de disciplinar, que combina técnicas proibitivas e técnicas instigadoras (positivas): limita condutas por meio de proibições (negativas), ao mesmo tempo que estimula outras, fazendo com que o próprio disciplinado deseje agir conforme o esperado.

Consequentemente, a aparência do poder ao sujeito também é essencial para definir o seu alcance e força. Um poder que assume a aparência de algo próprio ao sujeito torna-se mais eficaz, pois, se não é reconhecido como externo ao *self* do *ego* pelo *alter*, o sujeito irá agir com sensação de liberdade, realizando o *self* do outro como se fosse seu. É por esse motivo que Han, inclusive, ressalta a possibilidade de escolhas pré-conscientes ou pré-reflexivas, para destacar que a consciência da ação ou da decisão não são elementos essenciais para o exercício do poder (HAN, 2019d, p. 37). Pois não é raro que se pense a obediência ou a submissão como ações refletidas, isto é, *como se houvesse sempre consciência da submissão*, como se estivesse constantemente em jogo a escolha entre obedecer ou não.

Isso não difere de um comportamento automatizado ou disciplinado, em que se age de maneira repetitiva, sem questionamento sobre a razão da própria ação. Esse automatismo da obediência é uma ideia que não passou despercebida por outras formulações anteriores a Han. O diferencial em sua análise está em destacar que os processos de sujeição pré-reflexivos ganham novos contornos nas sociedades neoliberais, tornando-se o meio predominante de exercício do poder, justamente por serem mais eficazes.

O poder que exerce maior dominação — e, portanto, é mais eficiente — é aquele que consegue se prolongar amplamente no tempo, no espaço, nas relações intersubjetivas, etc., com

a menor quantidade possível de resistências, e que seja capaz de superá-las quando surgem. A fluidez e a continuidade fornecem maior estabilidade ao poder, desde que exercido com o mínimo de interrupções, e sem necessidade constante de recorrer a sanções ou proibições como forma de manutenção de determinado estado. Portanto, o que nenhuma forma de exercício de poder deseja é depender de métodos sancionadores ou corretivos para garantir sua continuidade, pois isso já indica que houve resistência. Logo, quando há sujeição pré-reflexiva, os métodos sancionadores tendem a ser menos empregados.

Consoante a essa ideia, Han chama a atenção para o fato de que o poder não ocorre apenas em relações lineares: ele é espacial e forma espaços-poder: “O espaço pode influenciar as linhas de comunicação mesmo sem que seja especialmente percebido. Com frequência, *o que está ausente* tem mais poder do que *está presente*” (HAN, 2019d, p. 38). Assim, Han concorda com os postulados de Foucault de que o poder possui lateralidades e se exerce de modo difusos, na medida que espaços-poder estão preenchidos de “gravitação de forças difusas”. Nesses espaços, há aqueles que exercem mais poder, ou seja, que se prolongam mais intensamente no outro, lembrando que o poder se constitui como uma relação assimétrica.

Os espaços-poder são constituídos tanto por dimensões supraindividuais — pois formam redes de relações de poder *pré-armazenadas*, *pré-reflexivas*, *pré-estabelecidas*, das quais as relações individuais são reflexos — quanto por dimensões individuais, nas quais o poder se manifesta em sua forma direta, em seu exercício concreto. Com isso, Han complexifica a análise das relações de poder, ao propor uma compreensão que abarque tanto os âmbitos impessoais nos quais todos estão inseridos, os quais também poderíamos denominar como formas de racionalidade do poder, quanto as manifestações singulares, individuais, e localizadas de sua aparição.

Assim, nos espaços de poder, estabelecem-se lógicas e racionalidades próprias, que definem regras e orientações que atravessam a todos. Esses espaços estão interrelacionados, em dinâmicas que podem ser cooperativas ou antagônicas, formando redes complexas entre os indivíduos. Isso ocorre porque a lógica do poder está atrelada ao desejo de poder, que é o mesmo que o desejo ou a sensação de continuidade do *ego*, isto é, o impulso de prolongar o *self* no *alter* e a tendência de querer continuar como tal. Essa continuidade é mais evidente nas relações individuais, já que a relação supraindividual não se baseia em uma só vontade, nem pode ser reduzida à simples soma de relações individuais, como se houvesse uma centralidade aglutinadora.

Então, o que está em jogo é a mediação da relação sob a qual se baseiam os espaços-poder. Quanto maior a mediação nas relações de poder, maior tende a ser sua estabilidade, pois a mediação favorece a continuidade da relação e responde à tendência de manutenção e reprodução da estrutura já estabelecida. Ao contrário, as formas de exercício de poder que se baseiam na violência pura e simples mantêm a continuidade de modo mais custoso e instável, uma vez que o tensionamento com a resistência se mantém constante. Inclusive, não é raro que, mesmo grandes dominações pela força, desmoronem de forma rápida e abrupta, à medida que os tensionamentos entre relações de poder e resistência não encontram estabilidade ou acomodação mútua.

Nas dominações pela força, há pouca ou nenhuma comunicação, porque o poderoso não apenas impõe sua vontade, mas também busca aniquilar a vontade e a liberdade do outro: “obedecer é sempre um ato comunicativo” (HAN, 2019d, p. 44), seja pela concordância, seja pelo silêncio da submissão. Desse modo, a violência revela-se uma prática arcaica de dominação, pois, ao ser dotada de pouca mediação e comunicação, impõe-se por meio de interrupções e quebras na possibilidade comunicativa. Afinal, a violência nua não pode se manter continuamente sem que isso implique a total aniquilação do outro.

A violência pode tornar-se comunicativa ao instaurar o medo da sanção ou da morte frente à superioridade das forças, mas, ainda assim, seu limite enquanto meio comunicativo reside nos próprios mecanismos que emprega para garantir sua continuidade. A mera oposição ou recusa já constitui uma forma de resistência ao poder violento. Portanto, a violência representa um meio pobre de mediação e comunicação e tende a fracassar em termos de continuidade se não for acompanhada por formas mais sofisticadas de mediação.

Por outro lado, no limite extremo da violência, as relações de poder deixam de existir, isto é, na violência pura e simples, que busca o extermínio do outro, não há efetivamente relação de poder, tendo em vista que o poder é sempre relacional e que “sem *alter* e *ego* não há poder” (HAN, 2019d, p. 22, grifo do autor). Desse modo, ações genocidas, por exemplo, não poderiam ser consideradas formas de poder propriamente ditas, justamente porque seu fim último é a eliminação física do outro, e não o estabelecimento de uma relação de dominação — independentemente do motivo ou da finalidade. Em contrapartida, as relações de escravidão podem ser entendidas como formas de poder, pois, apesar de se basearem em meios arcaicos de dominação, isto é, na violência — e, por vezes, também no assassinato — têm como finalidade a dominação sustentada pela utilidade do outro. Obviamente, a morte do outro encerraria definitivamente a relação de poder, justamente por eliminar o *alter*.

Cumprir destacar que Han não aprofunda a conceituação de *mediação* do poder, mas utiliza a noção de maneira comparativa, em termos quantitativos, isto é, escreve sobre relações de poder com “mais” ou “menos” mediação. No entanto, não nos parece suficiente reduzir a mediação a atos meramente comunicativos. Em vista disso, parece mais interessante pensar a mediação a partir do conceito foucaultiano de *dispositivo*. Foucault dotou o conceito de *dispositivo* de grande neutralidade, de modo que não faz sentido falar em “mais” ou “menos” dispositivo. No entanto, é possível reconhecer dispositivos mais ou menos sofisticados, ou mais ou menos eficientes, de acordo com os objetivos almejados. Portanto, por *dispositivo*, descreve-se não apenas um modelo esquemático para compreender práticas e técnicas de poder em sua singularidade, mas também o conjunto que articula técnicas heterogêneas, formando uma rede de elementos conectados entre si.

Por exemplo, apesar de Han considerar a violência como um mecanismo de poder de pouca mediação, ela pode ser mais ou menos sofisticada de acordo com o contexto em que é empregada, isto é, de acordo com a forma como se insere globalmente no âmbito de um dispositivo. Mais especificamente, a violência direta entre dois indivíduos é capaz de criar uma relação de dominação, sendo pouco sofisticada, pois se baseia na força direta e no medo da morte violenta. Por outro lado, a violência do suplício público descrito por Foucault em *Vigiar e Punir* já é muito mais sofisticada, pois, apesar de ser violenta e envolver um castigo físico, tem um grande grau simbólico, apoiando-se em instituições, regulamentos, regras, discursos ditos e não ditos, entre outros. Nesse sentido, é possível interpretar a violência do suplício como dotada de maior grau de mediação, quando comparada a uma violência direta entre indivíduos baseada exclusivamente na força física, inclusive com maior densidade comunicativa, na medida em que veicula e reproduz um sistema simbólico estruturado.

Portanto, o termo “mediação” pode ser interpretado como a medida do grau de “sofisticação” da técnica ou do dispositivo de poder. Por “sofisticação”, entendemos tanto a quantidade de elementos da técnica de poder quanto a qualidade da interação entre esses elementos, de forma a cumprir com maior eficácia os objetivos do exercício de poder. Assim, a conclusão de Han, de que os meios de dominação com mais mediação são mais eficientes, equivale a afirmar que as relações de poder mais estáveis e eficazes são sustentadas por dispositivos mais sofisticados, uma vez que eles são mais efetivos no cumprimento dos objetivos da própria relação de poder, ao mesmo tempo em que reduzem o ímpeto e a capacidade de resistência.

Assim, a partir da lógica do poder em Han, deduzimos que a tendência à estabilidade, o grau de mediação/comunicação e a continuidade constituem elementos estruturantes do funcionamento das relações de poder — aqui interpretadas em termos do grau de sofisticação dos dispositivos utilizados. Esses elementos permitem compreender o funcionamento do poder tanto em escalas mais localizadas, como nas instituições e relações intermediadas pelo Estado, quanto em níveis supraindividuais. Nesse último caso, é possível reconhecer a emergência de estruturas globais de poder, ou seja, uma lógica que tende à constituição de uma “globalização do poder e do direito que ultrapasse o isolamento estatal” (HAN, 2019d, p. 42). A hegemonia neoliberal, por exemplo, constitui-se como uma racionalidade que ultrapassa as fronteiras nacionais, exercendo pressões e chantagens econômicas e políticas, inclusive contra os próprios interesses dos Estados-nação.

A partir da lógica do poder, vemos que a continuidade do poder envolve elementos de mediação e comunicação, o que nos permite inferir que a continuidade está necessariamente imbricada à produção de sentido, mas, segundo nossa interpretação, está especialmente vinculada ao grau de sofisticação do dispositivo de poder. A violência nua, apesar de também ser uma técnica de poder, se encerra com a prática de seu ato. Desse modo, a violência nua não é capaz de fornecer o elemento essencial que mantém a continuidade do poder, pois, ao se expressar como sanção e ameaça de violência futura, não estabelece uma continuidade com alto grau de sofisticação, na medida em que carece de outros elementos, como discursos, elementos simbólicos, interação e participação de instituições complexas.

Han ressalta a importância do sentido na continuidade das relações de poder. Esse sentido pode ser compreendido como uma estrutura que articula e conecta diferentes práticas de dominação, ou seja, o sentido colabora para aumentar o grau de sofisticação dos dispositivos de poder. Nesse sentido, Han afirma que “ao contrário da violência nua, o poder pode se associar com o *sentido*” (HAN, 2019d, p. 51, grifo do autor), pois opera de forma que permite a construção de relações entre indivíduos estruturada por uma figura determinada. Com isso, Han associa a ideia de sentido presente na linguagem à ideia de poder para acentuar sua definição de continuidade, inserindo os elementos de intencionalidade e horizonte de sentido ao afirmar que, na linguagem, “algo torna-se significativo ou útil quando é colocado em uma rede de relações, em uma continuidade ou horizonte de sentido que o ultrapassa e que precede a doação a um objeto ou acontecimento, sem que, contudo, surja ao olhar como tal” (HAN, 2019d, p. 51).

Han vincula de modo incisivo a mediação à comunicação e ao sentido. De fato, o sentido pode ser vinculado às relações de poder como um dos elementos agregadores que contribuem para a constituição de redes entre práticas heterogêneas de dominação. Em outras palavras, o sentido é importante para a constituição dos dispositivos de poder e participa do aperfeiçoamento de seu grau de sofisticação. Assim, ainda que Han não opere nesses termos, compreendemos que o conceito de dispositivo permite uma compreensão mais aprofundada do que se pode entender como mediação nas relações de poder, a qual interpretamos como o grau de sofisticação dos dispositivos e, por extensão, das relações de poder.

Portanto, a partir da obra de Han e de sua exposição sobre a importância do sentido para as relações de poder, é possível extrair algumas conclusões que associam o sentido da linguagem à própria forma pela qual o poder opera: primeiramente, que as relações de poder e de sentido ocorrem a partir de uma rede de relações organizada, cuja intencionalidade das ações decorre da adequação dos meios aos fins esperados. Em segundo lugar, que o sentido e o poder ultrapassam os indivíduos envolvidos, produzindo efeitos mais duradouros que a ação inicial. E, por fim, não surge ao olhar *como tal*, porque não há uma atenção para o sentido em si da linguagem, tal qual não há um olhar para as relações de poder enquanto acontecem.

Sobre a comparação entre sentido e poder, é possível observar também que, tal qual não se pode utilizar palavras desconhecidas ou desprovidas de sentido em uma comunicação — pois os signos e a linguagem devem estar inscritos em um horizonte de sentido e significado para que sejam compreendidos —, no âmbito das relações de poder também é necessário que haja um “horizonte de significado, para poder orientar de modo efetivo o processo de compreensão e ação” (HAN, 2019d, p. 52) a fim de que seja possível a continuidade do poder. Assim, a estabilidade e continuidade da relação de poder “sob a iluminação do sentido ou do *razoável*” (HAN, 2019d, p. 52, grifo do autor). Mas isso não significa que o sentido seja uma propriedade anterior à relação de poder, meramente utilizada por quem o exerce, pois criar poder e sentido é um processo que acontece concomitantemente. Ou seja, ao se exercer o poder, promove-se a criação de um horizonte de sentido no qual a própria relação de poder é interpretada, e é nesse horizonte que se dá a continuidade entre sentido e poder.

4.2 HÁBITO, COTIDIANIDADE E A ESTABILIDADE DAS RELAÇÕES DE PODER

As relações de poder pressupõem, portanto, um campo semântico orientado em uma relação de dependência para que possa haver estabilidade. Desse modo, mesmo a violência pode criar signos e significados, ainda que seja uma técnica com menor mediação que outras. Assim, a violência pura visa, no máximo, à eliminação do outro, visto que o campo semântico é essencial para a criação e estabilidade das relações de poder. Por outro lado, existem outras técnicas de poder que não envolvem a violência direta. Por exemplo, a constituição civil, que, por meio de regras, cria também propostas razoáveis, como o poder exige, para sua própria manutenção e exequibilidade; e o poder disciplinar atua também em um campo pré-reflexivo ao se apropriar do corpo e “inscrevê-lo em uma rede de significados” (HAN, 2019d, p. 77), além de se instaurar “mais por reflexos do que por reflexões” (HAN, 2019d, p. 74), gerando uma automação dos hábitos.

Com isso, para Han, o poder associa-se ao *habitus*, conceito cunhado por Pierre Bourdieu, que designa a totalidade de disposições e costumes socialmente estruturados e transmitidos como práticas pré-reflexivas: “torna possível uma adaptação de certo modo pré-reflexiva – e dotada também de eficiência a nível somático” (HAN, 2019d, p. 51). Do *habitus*, então, resulta a afirmação e o reconhecimento de uma ordem previamente estabelecida. A partir desse conceito, Han observa que todas as formas de agência de poder criam continuidades de sentido com maior ou menor mediação e estabilidade, de tal forma que a maior estabilidade está relacionada à maior mediação e habitualidade em relação à relação de poder. Assim, para Han, o poder tem mais capacidade de se ocultar quando é agenciado por uma carga simbólica mais densa, tornando-se cotidiano e autoevidente — e essa é a sua astúcia (HAN, 2019d, p. 79).

Ou seja, o poder atua por intermédio da captura do campo simbólico, criando uma totalidade de costumes, referências e formas de agir coerentes com determinado grupo social. Isso também significa promover a automação de costumes e ações sob o manto da normalidade. E, dessa forma, como os seres humanos nascem e se formam em grupos sociais, estão inseridos desde o início em regramentos socialmente instituídos que são introjetados em nível pré-reflexivo e até mesmo pré-consciente, transmitidos de geração em geração, geralmente sob forma de cultura, costume ou crença. Deste modo, a razoabilidade do sentido colabora com “uma automação do costume no qual os em desvantagem social agem segundo modelos de comportamento que levaram à sua desvantagem.” (HAN, 2019d, p. 79). E, por consequência, “o hábito orienta as ações de tal modo que as relações dominantes de poder se reproduzem no interior de uma fundamentação racional de uma maneira quase mágica” (HAN, 2019d, p. 80-

81). Logo, o hábito se insere e se perpetua em um âmbito de significados que são, no limite, simbólicos.

Os sistemas de dominação, baseados nos hábitos, são, portanto, formas artificiais que se estabelecem com base em diferentes sistemas de valor e horizontes de sentido. E predominam, nos sistemas de poder, muito mais as compreensões e os sentidos pré-constituídos do que propriamente as proibições ou coerções. Tendo em vista que as coerções e proibições tornam-se obsoletas frente ao sentido e à compreensão de dominação já introjetados na cadeia compreensiva social. Mas, evidentemente, por serem relações de poder, são assimétricas e significam a continuidade do *self* do *ego* sobre o *alter* — há dominante e dominado, na medida em que o primeiro permanece em si mesmo — e, por isso, “o sentido social sempre contém uma dimensão do poder e do domínio” (HAN, 2019d, p. 82). Deste modo, a eloquência, a razoabilidade e a coerência são características legitimadoras das relações de poder mais predominantes do que a violência, porque mais estáveis, tendo em vista que pertence à relação de poder o esforço de continuidade, o que força a organização de estruturas compreensivas e modelos de interpretação que lhe garantam estabilidade.

O hábito criado a partir dos campos semânticos de sentido do poder, pensado de modo amplo, cria racionalidades de massa e culturas nacionais que funcionam como produtoras de continuidades simbólicas capazes de sustentar relações de poder (HAN, 2019d, p. 83). Logo, a massificação ou homogeneização parece ser a expansão de uma compreensão de sentido que iguala todos os indivíduos na sociedade, visando ao estabelecimento de uma estrutura de poder, e também de sentido, que garanta a ordem dominante. Para tanto, Han propõe uma interpretação sociológica da *cotidianidade* de Heidegger apresentada em *Ser e Tempo* (1927), mediante a aplicação da teoria do hábito.

Na analítica existencial heideggeriana, a *cotidianidade* se refere ao estar preso à impropriedade, à interpretação pública. Com isso, o modo de ser da *cotidianidade* e a transfiguração do modo de ser próprio do ser-aí (*Dasein*) no sujeito da *cotidianidade* decorrem da impessoalidade da interpretação pública. A interpretação pública tem um caráter nivelador, fazendo com que o ser-aí, apesar de ser um ente de possibilidades, “escolha” interpretar-se sob o modo impessoal (*Man*¹⁶). Trata-se, em tese, de uma escolha, ainda que condicionada, uma

¹⁶ O termo *Man* foi traduzido por “impessoal” e “a-gente”, respectivamente, por Márcia Sá Cavalcante Schuback (HEIDEGGER, 2009) e Fausto Castilho (HEIDEGGER, 2012), nas traduções brasileiras consagradas de *Ser e Tempo*. Já na tradução empregada por Miguel Serras Pereira, o termo *Man* foi vertido como “‘se’ impessoal”, na obra de Han (2017), mesmo nos trechos em que há citações diretas de *Ser e Tempo*, destacadas pelo próprio Han. Por este motivo, os termos *impessoal*, *a-gente* ou “*se*” *impessoal* referem-se sempre ao pronome alemão *Man*.

vez que não há, em princípio, impossibilidade de apropriação de si no poder-ser próprio. Desse modo, o ser-aí, tendo em vista seu modo de ser, tende a interpretar-se segundo o modo impessoal e perde-se existencialmente nas ocupações e preocupações do “mundo”, mantendo veladas possibilidades próprias de ser.

O modo de ser da cotidianidade, ou seja, o modo como o ser-aí se acha na cotidianidade, é denominado “decaído” (*Verfallen*). Estar decaído indica que, na maior parte das vezes, o ser-aí encontra-se afastado de si e perdido no modo de ser impessoal. O decair é a total absorção do *Dasein* nas ocupações e preocupações no “mundo” e no ser-aí-com (*Mit-dasein*). A analítica existencial heideggeriana tem, obviamente, um caráter ontológico, ao passo que Han se apropria do conceito de cotidianidade, aliando-o ao conceito de hábito, para apresentar uma leitura do poder que leve em consideração o domínio ampliado do campo interpretativo.

Para Heidegger, como apresenta em *Ser e Tempo*, o ser-aí está imerso em uma interpretação pública, denominada o impessoal, que não representa a autenticidade do ser, nem aquilo que significa ser propriamente. Tal interpretação é, no final das contas, mais cômoda ao ser-aí, pois ele não precisa colocar a própria existência em jogo nem considerar as questões essenciais sobre o que significa ser. Assim, trata-se de uma visão ou percepção normal de mundo, como afirma Han (2019d, p. 84), que captura os indivíduos ao fornecer um horizonte de sentido ou mesmo um campo interpretativo estruturado, indicando uma continuidade de sentido não neutra, pois orienta previamente as interpretações em determinada direção.

O impessoal expressa a interpretação de todos, mas que, como tal, não se refere a ninguém. De tal modo que, apesar de não haver um domínio pleno por alguém desse campo interpretativo, isto é, apesar de não haver um indivíduo ou grupo plenamente identificável como orientador dessa visão de mundo, essa interpretação funciona como estruturadora de um “mundo orientante” (HAN, 2019d, p. 84). Além de orientante, alivia a existência do ser-aí, na medida em que ele adota uma interpretação e um campo compreensivo previamente dados, sem

Ainda sobre este termo, vale citar a nota explicativa de Márcia Sá Cavalcante Schuback em *Ser e Tempo*: “para indicar a ação impessoal de um verbo, a língua alemã dispõe de dois pronomes: es e man. Es indica uma impessoalidade indiferenciada. O sujeito da ação pode ser uma coisa, uma pessoa, uma situação. O Man, por sua vez, uma impessoalidade diferenciada, pois diz que ocorreu uma despersonalização de pessoas. Correspondente ao português ‘a gente’” (HEIDEGGER, 2009, p. 571, nota da tradutora).

precisar elaborar por si mesmo uma visão própria de mundo e colocar em jogo a própria existência.

Para explicar o poder, Han descreve o impessoal como uma “interpretação prévia e aberta”, capaz de suprimir ruídos, podendo ser entendida como um domínio (HAN, 2019d, p. 84). É por esse motivo que o poder precisa assumir esse campo semântico de sentido que é prévio: ele precisa tornar-se impessoal e pré-reflexivo para que tenha maior efetividade e estabilidade (HAN, 2019d, p. 84). Isso significa tornar habituais determinadas relações, processos políticos, interesses econômicos, ideais, projetos e modos de vida, constituindo campos de domínio. O domínio, por sua vez, rejeita a diferença e o questionamento porque isso causa ruído, ruptura e, conseqüentemente, interrompe a continuidade da interpretação cotidiana.

Essa lógica ajuda a compreender por que determinadas lutas ou resistências de questionamento contra a racionalidade de poder dominante — principalmente a neoliberal — acabam sendo incorporadas ao próprio sistema: ao serem interpretadas e reeditadas, passam a integrar a interpretação pública. As críticas são absorvidas; as soluções dadas aos problemas são internas ao sistema, sem que haja questionamentos ou rupturas significativas. A estabilidade do sistema depende mais de absorção do que de opressão e proibição. Logo, as técnicas de poder que promovem a incorporação são mais sofisticadas e de maior mediação, pois as técnicas de opressão tendem a ter como efeito colateral a possibilidade de acirrar diferenças e elevar o problema à posição de um campo de batalha entre dominantes e dominados.

A interpretação prévia, o sentido pré-reflexivo, atua, portanto, por meio de um nivelamento, igualando os desiguais e fornecendo de antemão um sentido sem a necessidade de reflexão por parte daqueles que a incorporam. A formação dessa interpretação impessoal não é rígida, como explica Han (2019d, p. 88), sendo influenciada por diferentes interesses e processos históricos. Assim, ela se adapta e se incorpora socialmente, podendo ser alterada quando perde a sua eficiência, mas, obviamente, para dar lugar a outro modo de sentido que mantenha a dominação.

Além dessa plasticidade da interpretação impessoal, seu sucesso se deve ao seu enraizamento no âmbito afetivo, somático, operando dentro da consciência dos indivíduos (HAN, 2019d, p. 89). Isso significa que ela não se impõe sobre os indivíduos, mas atua a partir deles, por intermédio da formação de um sujeito da cotidianidade mediana que se interpreta e se realiza a partir de algo que não lhe é próprio, sem que haja consciência desse processo. É isso que significa estar decaído na interpretação impessoal, tanto a partir da analítica existencial quanto a partir da interpretação de Han sobre a habitualidade da relação de poder. Nesse

contexto, o *quem* da impessoalidade existe como “todos” e “ninguém”, substituindo e preenchendo espaços no interior do indivíduo e, ao fazê-lo, passa a ser tomado como próprio.

É possível ir mais além nessa análise e relacionar o conceito de *decaído*, da analítica existencial, ao de relação de poder proposto por Han. A decadência é tratada em *Ser e Tempo* como o modo pelo qual nos encontramos na maior parte do tempo, quando o ser-aí se encontra imerso na interpretação impessoal. Ao pensar as relações de poder, é possível também identificar que nos encontramos, com frequência, decaídos nelas, pois o indivíduo existe imerso em um contexto histórico pautado por determinados interesses e estruturas anteriores ao seu próprio nascimento, isto é, já se encontrando submetido a uma interpretação pré-reflexiva.

Na analítica existencial de Heidegger, apesar de o modo decaído ser aquele no qual nos encontramos na maior parte das vezes, a decadência não é um estado permanente, uma vez que há a possibilidade de abertura, apesar de a história da existência parecer ser mais uma história de decadência no impessoal do que qualquer outra hipótese. No âmbito “sociológico”, o mesmo parece ocorrer, pois, em geral, são raros os acontecimentos que sejam disruptivos a ponto de alterar as relações de poder vigentes. Portanto, o modo decaído — e, por consequência, submisso a determinadas relações de poder — parece ser mais comum do que os momentos de ruptura. Assim, se partirmos da analítica existencial, é possível concluir que raramente o ser-aí é capaz de uma existência própria, de modo a assumir o seu si mesmo. E, se partirmos de uma perspectiva sociológica de poder como interpretação pública, também parecem raras ou breves as experiências capazes de abalar as cadeias de dominação. Ao passo que, se a partir da analítica existencial a raridade dos momentos de propriedade do ser-aí não permite revelar o ser em sua plenitude, a raridade da quebra das cadeias de poder parece inviabilizar a liberdade e a autonomia.

Ainda explorando a analítica existencial, Han (2019d, p. 90) afirma que, com a analítica existencial, Heidegger aspira à soberania do *self*, ao contrapor a interpretação pública à existência autêntica, à propriedade, à abertura a novos campos compreensivos, etc., sem deixar de reconhecer que a quebra da interpretação impessoal não leva o ser-aí para além de sua própria facticidade, ou, em termos heideggerianos, para além de seu ser-no-mundo.

A liberdade alcançada com o abandono da compreensão impessoal decorre do fato de que o ser-aí existe sob o modo de *estar-lançado* (*Geworfenheit*), isto é, existe perante si mesmo e possui em sua própria existência um campo aberto de possibilidades. Porém, ao propor uma leitura sociológica da analítica existencial, Han (2019d, p. 91) afirma que o *estar-lançado* é um *estar submetido*, porque o ser-aí está sempre projetado a uma ordem dominante, imerso em uma

continuidade de sentido pela qual interpreta a si mesmo e ao mundo, de tal forma que o poder passa a se inscrever como cotidianidade, o que aumenta sua efetividade.

Portanto, quanto mais cotidiano for o poder, quanto mais automatizados forem os hábitos, menos eles irão aparecer como poder. Desse modo, o maior poder é aquele que se reveste de autocompreensibilidade, e o campo aberto de possibilidades é, na verdade, um campo de submissão, no qual o indivíduo sente-se livre e escolhe dentro do campo compreensivo e de poder no qual está sempre imerso: “o poder resplandece pela ausência” (HAN, 2019d, p. 92). Por conseguinte, a *semântica* do poder se estabelece pela construção de um sentido que garante a sua continuidade, que o torna autocompreensível e razoável, fornecendo-lhe uma interpretação orientativa que já é orientada, ao criar um horizonte de sentido pré-reflexivo que torna o poder pouco visível e habitual.

A partir da lógica e da semântica do poder, Han explica seu funcionamento, concentrando-se na necessidade de estabilidade e de preenchimento, sem deixar vazios. Demonstra que a estabilidade do poder depende da mediação, por meio da criação de âmbitos compreensivos ou campos interpretativos que direcionam as ações ao se estabelecerem como relações de poder, mesmo sem aparecerem como tais. A esse ponto, acrescentamos a interpretação de que mediação significa o aumento do grau de sofisticação das relações de poder. Mas, como surge o desejo por poder?

Ao explicar a metafísica do poder, Han (2019d, p. 95, grifo do autor) escreve: “*ir-além-de-si é a característica principal do poder. Mas o sujeito do poder não se abandona ou se perde ao fazer isso*”. Portanto, exercer poder significa, ao mesmo tempo, ir-além-de-si e ir-junto-de-si. Com essa ideia, Han propõe que exercer o poder significa aumentar o espaço do *self*, transferindo-o ao outro, ou seja, ir além de si, porque o poder é sempre exercido e necessita da passagem de um ego a um *alter*, ao mesmo tempo em que se permanece junto de si, pois o ego não se perde no outro (*alter*): ocorre a continuidade do *self* do ego no *alter*. Exercer poder, então, é criar ou estabelecer um espaço-poder que se expanda para além de si, colocando outros dentro das fronteiras desse espaço, de tal modo que esses outros não estão ali para continuar a si mesmos, mas para continuar o *self* do poderoso.

A continuidade do *self* gera uma sensação de liberdade, ao contrário da experiência de servidão e de impotência, em que o indivíduo se dissolve no outro, continuando o *self* do poderoso e não o próprio. É por isso que a sensação de poder cresce em conjunto com a continuidade do *self*. Assim, o poderoso se sente como tal porque vê o seu *self* continuando para além de si, isto é, no outro. O modo pelo qual ocorre essa continuidade do *self* pode variar

de acordo com a mediação do poder, com reflexos no sentimento de liberdade: há pouca mediação quando o *self* do ego é imposto ao *alter* de modo coercitivo e repressivo, obrigando o *alter* a realizar o *self* do ego. Desse modo, o *alter* percebe a relação assimétrica e que não está realizando o seu *self*; portanto, há consciência ou sentimento de dominação. Ao contrário, se há mais mediação, o *alter* assume o *self* do ego como se fosse seu próprio, o que gera uma sensação de liberdade. Desse modo, para Han (2019d, p. 100, grifo do autor), “apesar da estrutura diferente de mediação, o poder do ego, em ambas as constelações de poder, consiste em que ele se continue no *alter*, estando nele em si mesmo”. Isso significa que há uma relação assimétrica, na medida em que o *self* do ego não se perde no exercício de poder, mas passa a integrar o *alter*.

A partir da metafísica do poder, é inserida de modo mais incisivo a relação estrutural¹⁷ entre poder e liberdade, relação esta que será fundamental para a sua argumentação de que a psicopolítica constitui um regime de poder caracterizado por alta estabilidade e eficiência.

Nesse sentido, Sastre interpreta, a partir do aspecto metafísico reconhecido por Han no poder, que a realidade do poder “se produz no meio das relações humanas e, por isso mesmo, se reforça por meio da riqueza das intermediações que lhe conferem continuidade. O poder é intermediação continuada, mas não um jogo”¹⁸ (SASTRE, 2019, p. 246, tradução nossa). Ao não reconhecer na concepção haniana de poder a dimensão de “jogo” — ou, em outros termos, a luta de forças que é constitutiva das relações de poder — Sastre incorre em um equívoco fundamental: é verdade que, sob uma perspectiva “metafísica”, Han pensa a continuidade do *self* no outro, mas isso não implica um processo isento de resistências ou tensionamentos. Tanto é assim que ele reconhece como mais eficiente o poder que consegue igualar a liberdade à coação. Ou seja, exercer o poder, conseguir a continuidade do *self* no *alter*, envolve um “jogo”, um confronto, e não apenas uma simples continuidade.

Inclusive, o fato de o poder estar inserido nas relações humanas ou ser intrínseco a elas não exclui sua natureza assimétrica, que implica a superação das resistências do outro para que o poder se exerça plenamente. Assim, o poder não é propriamente uma intermediação ou uma mediação continuada, mas recorre à mediação — isto é, a diferentes técnicas e dispositivos —

¹⁷ Neste ponto, vale lembrar que interpretamos o que Han entende por mediação com auxílio do conceito foucaultiano de *dispositivo*, ressaltando que a mediação se refere ao grau de sofisticação e eficiência dos dispositivos empregados no exercício do poder. Essa observação busca aprofundar a complexidade da relação entre poder e liberdade, evitando interpretações que consideramos equivocadas sobre a análise haniana do poder.

¹⁸ Texto original: “Su realidad [do poder] se produce en medio de las relaciones humanas, mas, por ello, se refuerza a través de la riqueza de intermediaciones que le otorgan continuidad. El poder es intermediación continuada, pero no un juego”.

com o objetivo de atravessar e superar resistências, efetivando, com isso, o exercício do poder ou, em termos hanianos, sendo capaz de continuar o *self* no *alter*. Afinal, Han considera a quantidade de mediação na relação de poder como indicador de sua eficiência, bem como elemento decisivo para sua continuidade e estabilidade. Portanto, o poder não é continuidade nem mediação em si, mas utiliza mecanismos de mediação como estratégia para seu exercício e expansão. Em termos “ontológico-políticos”, a saída de si em direção ao outro e a continuidade do *self* inerente à relação de poder se realizam pela mediação das técnicas de poder empregadas. Essa é a forma pela qual se estabelece a interação assimétrica entre duas partes envolvidas em uma relação de poder.

Sastre (2019, p. 247-248, tradução nossa, grifo do autor) continua:

Segundo Ruiz del Ferrier (2018a), Han distingue dois elementos no poder: o espaço e as comunicações. O poder gera seu próprio espaço, funde-se nesse espaço e, uma vez habilitada sua espacialidade, o poder orienta as comunicações sem recorrer à coerção. O poder constrói e produz a comunicação dentro de seu próprio espaço (pp. 35-36). Aos olhos de Ruiz del Ferrier (2018b), o que ocorre no pensamento de Han é que a ontologia da política entendida como conflito é desativada. O sujeito haniano está recolhido em seu ser-íntimo, renuncia ao espaço intersubjetivo da política para se recluir na subjetividade (p. 43). Desse modo, as obras de Han convidariam à inação e à contemplação individualizada, não pretendem recuperar aquele contrapoder que reativaria ontologicamente o político.

Para Ruiz del Ferrier (2018c): “as práticas de constituição das identidades políticas construirão novas formas de resistência, de transformação, de liberdade, de poder e de emancipação” (p. 56); –isso corresponde mais a um desejo da autora. Mas a questão neste ponto é muito mais aguda, pois não se trata unicamente de ocupar novamente o espaço político perdido pelo *demos*; de fato, se há algo a se reconhecer em Han, é que ele é completamente coerente com sua própria análise do poder ao elaborar sua crítica social. O que ocorre é que o pensamento do autor fica preso em sua própria ontologia monista do poder. Talvez muitos indivíduos e coletividades se encontrem hoje nessa situação, de modo que os postulados de Han não são nada excepcionais nesse aspecto. A metafísica do poder de Han parte de um monismo que captura toda diferença, enclausurando também a liberdade, que se mostra idêntica ao poder. O monismo ontológico do poder é um monismo subjetivo porque sequer expõe as diferenças entre o corpóreo e a subjetividade¹⁹.

¹⁹ Texto original: “Según Ruiz del Ferrier (2018a): Han distingue dos elementos en el poder: el espacio y las comunicaciones. El poder genera su propio espacio, él mismo se funde en ese espacio, igualmente, una vez queda habilitada su espacialidad, el poder orienta las comunicaciones sin recurrir a la coacción. El poder construye y produce la comunicación dentro de su propio espacio (págs. 35-36). A ojos de Ruiz del Ferrier (2018b): lo que sucede en el pensamiento de Han es que la ontología de la política entendida como conflicto queda desactivada. El sujeto haniano está replegado en su ser-intimo, renuncia al espacio intersubjetivo de la política para recluirse en la subjetividad (pág. 43). De este modo, las obras de Han invitarían a la inacción y a la contemplación individualizada, no pretende recuperar ese contrapoder que reactivaría ontológicamente lo político. Para Ruiz del Ferrier (2018c): “las prácticas de constitución de las identidades políticas construirán nuevas formas de resistencia, de transformación, de libertad, de poder y de emancipación” (pág. 56); –esto se corresponde más bien con un deseo de la autora—. Pero la cuestión en este punto es mucho más aguda, pues no se trata únicamente de ocupar de nuevo el espacio político perdido por el *demos*, de hecho, si algo hay que reconocerle a Han, es que es completamente consecuente con su propio análisis del poder cuando elabora su crítica social. Lo que ocurre es que el pensamiento del autor queda atrapado en su propia ontología monista del poder. Quizá muchos individuos y colectividades se hallen en esta situación hoy en día, por lo que los postulados de Han no son nada especiales al respecto. La metafísica del poder de Han parte de un monismo que apresa toda diferencia, recluyendo también a la libertad, la

Sastre, como se observa, apoia-se em Ruiz del Ferrier (2018) em sua crítica. A referida autora considera a análise de Han como “uma análise interpretativa das práticas de subjetivação, das implicações de seu diagnóstico para as lógicas de organização e funcionamento da democracia, e de uma analítica do poder que se inscreva genuinamente na ‘carne do social’”²⁰ (RUIZ DEL FERRIER, 2018, p. 53, tradução nossa). E se vê frustrada com o fato de Han, em sua interpretação, apresentar uma “exaltação ao niilismo”, “um mundo em ruínas” e um “diagnóstico negativo do nosso tempo sem apelos nem chamados às resistências nem a uma ação realmente emancipadora”²¹ (RUIZ DEL FERRIER, 2018, p. 54, tradução nossa).

É verdade que Han, como qualquer outro pensador ou pensadora, não deve estar imune a críticas — afinal, isso é próprio da filosofia. Entretanto, as críticas de Ruiz del Ferrier são, por um lado, excessivamente genéricas, uma vez que, apesar de acusar Han de uma suposta falta de rigor teórico, não explicita em que consistiria tal insuficiência. Por exemplo, afirma: “é oferecido por Byung-Chul Han de maneira rápida (*fast book*), leve, sem profundidade analítica nem demonstrações de erudição ou referências obrigatórias, muito menos para reforçar suas principais conjecturas e hipóteses”²² (RUIZ DEL FERRIER, 2018, p. 54, tradução nossa, grifo do autor). Mas quais seriam os limites da analítica que ela espera? Quais as “referências obrigatórias” que Han deveria necessariamente mobilizar?

Por outro lado, suas críticas parecem expressar uma insatisfação projetada sobre a obra de Han, ao apontar que ele não oferece uma saída para o “diagnóstico negativo” que apresenta sobre a sociedade. Chamamos de projetada essa insatisfação porque a crítica, enquanto exercício filosófico, não está condicionada à necessidade de apresentar soluções ou alternativas redentoras. O diagnóstico filosófico pode e, muitas vezes, deve existir sem necessariamente indicar saídas. Dito de outro modo, não há obrigação filosófica — tampouco ética — de se propor soluções a partir da crítica que se faz a um tempo histórico.

cual se demuestra idéntica al poder. El monismo ontológico del poder es un monismo subjetivo porque ni siquiera expone las diferencias entre lo corpóreo y la subjetividad. explique por que o autor fala em monismo ontológico do poder”.

²⁰ Texto original: “Se muestra despojado de un análisis interpretativo de las prácticas de subjetivación, de las implicancias de su diagnóstico para las lógicas de organización y funcionamiento de la democracia y de una analítica del poder que se inscriba genuinamente en “la carne de lo social”.

²¹ Texto original: “el diagnóstico negativo de nuestro tiempo sin apelaciones ni llamamientos a las resistencias ni a una acción realmente emancipadora”.

²² Texto original: “es ofrecido por Byung-Chul Han de manera rápida (*fast book*), ligera, sin profundidad analítica ni mostraciones de erudición o referencias obligadas, cuanto menos para robustecer sus principales conjeturas e hipótesis”.

Por último, vale mencionar que a autora, cuja formação acadêmica ocorreu na Argentina (portanto, não pertence, como nós, ao “Ocidente coletivo”) e que escreve em espanhol, também adere de modo acrítico a uma episteme colonizada ao insinuar que Han, de origem sul-coreana, não estaria à altura do uso, em suas palavras, da “língua principal da filosofia”²³.

Também nos parece incorreta a crítica de Sastre (2019, p. 247-248), que identifica em Han uma ontologia “monista do poder”, ao interpretar que Han tornaria a liberdade idêntica ao poder. Essa interpretação não nos parece correta, pois Han reconhece a tensão entre liberdade e poder. E o que ele afirma é *captura* da liberdade pelo poder – não sua identidade essencial. Se liberdade e poder fossem idênticos, não haveria relação assimétrica, o que eliminaria a própria concepção do poder como exercício sobre o outro. Essa confusão anula a possibilidade da existência de uma relação de dominação. Na verdade, nos parece que a interpretação mais adequada é compreender que Han defende que o exercício de poder pode se dar sob a forma de uma falsa liberdade, na qual o sujeito age como se fosse livre, mas está, de fato, subordinado. Utilizando seus termos, o *self* do ego é assumido pelo *alter* como se fosse seu, levando o *alter* a agir acreditando ser livre, ainda que esteja submetido a uma relação de poder.

Por fim, é importante reconhecer que, de fato, Han parece pressupor, em alguns momentos, uma dicotomia psique/corpo sem fundamentá-la aprofundadamente, especialmente ao propor a substituição do modelo disciplinar-biopolítico pelo psicopolítico. Esse será um ponto discutido com mais detalhes ao longo desta tese. No entanto, mesmo esse limite não justifica a acusação de que Han operaria com um monismo do poder — subjetivo ou não —, uma vez que o próprio autor reconhece o exercício efetivo do poder como relação assimétrica que exige técnicas de poder, isto é, diferentes formas de mediação para que as relações de poder se estabeleçam e tenham continuidade. Isso evidencia que as relações de poder são marcadas por jogos estratégicos e oposição de forças.

²³ A seguir sua afirmação : “Nestas linhas, buscamos fazer um alerta a respeito dessa voz sul-coreana que fala e escreve na língua principal da filosofia, valendo-se de Hegel, Heidegger, Nietzsche, entre os clássicos e os modernos, entre os pensadores de ontem e de hoje, para reafirmar as novas técnicas de poder que o neoliberalismo pretende implementar e consolidar nas sociedades ocidentais contemporâneas em tempos de globalização./ Texto original: En estas líneas, hemos querido dar un alerta respecto a esta voz surcoreana que habla y escribe en la lengua principal de la filosofía, valiéndose de Hegel, Heidegger, Nietzsche, entre los clásicos y los modernos, y entre los de ayer y los de hoy, para reafirmar las nuevas técnicas de poder que el neoliberalismo pretende desplegar y consolidar a lo largo de las sociedades occidentales contemporáneas en tiempos de globalización” (RUIZ DEL FERRIER, 2018, p. 54, tradução nossa).

A assimetria na posição entre os sujeitos da relação de poder também pode ser reconhecida quando Han busca aprofundar a explicação sobre o processo de interiorização do *self* do *ego* pelo *alter*. Para tanto, retoma alguns conceitos hegelianos e utiliza a figura da “interiorização digestiva” para caracterizar esse processo que traz o *self* alheio para *si-próprio*, gerando uma continuidade e afirmando que “a interioridade digestiva torna o ser vivo capaz de transformar o externo em interno, ou seja, de voltar a si no outro” (HAN, 2019d, p. 102). Trata-se, portanto, de um tipo especial de interiorização que não assimila o outro integralmente, mas o mantém enquanto outro, em um espaço reservado que permite a distinção clara entre *ego* e *alter*, entre o *self* do *ego* que se continua no *alter* e um *self* do próprio *alter*. Nesse sentido, por um lado, não é possível afirmar a existência de um *self* próprio e intocado do *alter*, na medida em que o *self* do *ego* está continuado nele, mas, ao mesmo tempo, não é possível considerar o *self* do *ego* no *alter* como propriamente estranho ou estrangeiro, visto que passou a integrá-lo, nutrindo seu próprio *self*.

Essa figura da digestão serve para explicar a diferença entre mera visão e representação na filosofia hegeliana, sendo instrumentalizada por Han para aprofundar sua análise sobre a assimilação e continuidade do *self* do *ego* no *alter*. Han destaca que há a passagem do “ser” para o “ter”, operada pelo poder, segundo a qual o poder do espírito afunda as coisas em sua interioridade, o que chama de dobra do exterior para o interior, passagem que permite a continuidade do *self*. Ou seja, isso significa que o *self*, como ser, ao se continuar no *alter*, torna-se ter, como poder, visto que se realiza uma dobra no *alter* que se volta ao *ego*. Assim, o *ego* se reconhece mediante a continuidade de seu *self* no *alter*, a partir da consciência da existência do seu *self* no *alter*, garantida pela dobra que o conduz pelo *alter* de volta a si mesmo.

A continuidade do poder também se inscreve em um campo político. Segundo Han, algumas expressões podem ser marcas da posse do poder ou de sua amplitude. Sob um aspecto, ele retoma a frase de Schmitt (2006, p. 7) de que “soberano é quem decide sobre o estado de exceção”. Isso porque, como Han explica, o estado de exceção é um estado pré-jurídico que faz emergir um poder que ordena e suspende o direito, de tal modo que “o soberano se coloca fora da ordem jurídica normalmente vigente, porém a ela pertence, pois ele é competente para a decisão sobre se a Constituição pode ser suspensa *in toto*” (SCHMITT, 2006, p. 7, grifo do autor). Assim, o soberano é aquele que se posiciona como poder absoluto: mantém o Estado, mas não necessariamente a ordem jurídica. É por isso que Han afirma que o soberano unifica o espaço-poder, de modo que permanece fechado sobre si mesmo. Segundo essa análise, é a exceção que expressa, no limite, a soberania.

Por outro lado, afirma Han (2019d, p. 134), a soberania pode ser analisada sob o aspecto da normalidade, ou seja, não apenas a partir do estado de exceção. Isso porque o poder também é exercido pelo “sim” — hipótese em que o soberano faz vigorar a ordem por meio da lei. O “sim” da lei formal e o “não” dito pelo soberano na exceção se equivalem ao serem expressões da vontade de si do soberano, da subjetividade que constrói o Estado como espaço do poder (HAN, 2019d, p. 134). Em ambos os casos, há uma expressão de poder e a representação da vontade de si do soberano; há a criação de um espaço-poder e a continuidade do soberano, seja de modo mais enérgico e veemente com o “não” que suspende a ordem jurídica, seja de forma mais branda e contínua com o “sim” que faz operar a legalidade.

Independentemente da lógica predominante, Han chama a atenção para o fato de que o termo “soberano” nem sempre indica, na atualidade, um único indivíduo, mas uma “distribuição estrutural e constitutiva, a espacialização do poder” (HAN, 2019d, p. 136). Isso significa que o poder não possui um único “soberano” ou uma única “fonte”: ele é distribuído. Existem redes de poder entrelaçadas que formam espaços-poder múltiplos e interdependentes. O exemplo dado por Han é a distribuição do poder nos regimes democráticos parlamentaristas, nos quais é impossível afirmar que o poder está concentrado em uma única pessoa. Mais ainda, é difícil imaginar que qualquer poder tenha, de fato, se concentrado absolutamente em um único indivíduo. Mesmo nos regimes absolutistas, há conselheiros, ministros e outras figuras que sustentam ou influenciam o poder dos monarcas. Isso não implica, necessariamente, uma fragilidade do poder: ao contrário, sua distribuição e organização podem representar uma estratégia de maior estabilidade e eficácia no exercício da dominação.

Portanto, o poder opera por meio de uma dispersão radical: os espaços do poder, suas antessalas, as salas adjacentes — todos são, na realidade, espaços-poder mais ou menos interligados e atestam que “nenhum espaço de poder humano pode se fechar completamente, totalmente em si mesmo”, sendo evidência de que “o poder humano, dada sua finitude, está exposto constantemente ao perigo de uma autoalienação” (HAN, 2019d, p. 139-140). A partir disso, Han defende que nenhum espaço de poder é absoluto, nenhum está completamente fechado em si, mas se manifesta de forma difusa e dispersa, em decorrência de uma “unidade faltante” que gera outros espaços que não se referem diretamente ao centro do poder, e que são suas “cicatrizes”. Daí se extrai a constatação de que o poder humano é finito. Han não aprofunda essa conclusão, mas a partir dela é possível reconhecer que é na finitude do poder e na sua incapacidade de se tornar absoluto que reside a possibilidade de resistência.

Por outro lado, a dispersão do poder não significa, para Han, que toda e qualquer instituição, grupo ou indivíduo detenha poder. Por exemplo, as mídias de informação não possuem poder em sentido autêntico, pois se caracterizam por sua imensa difusão e dispersão, além de lhes faltar uma estrutura intencional explícita. E, de fato, o espaço midiático atual é composto por agentes extremamente diversos, de tal forma que não se pode mais falar em “mídias de massa” como nos tempos anteriores à internet.

Nesse sentido, Han (2019d, p. 142) destaca que a internet colaborou para um aumento radical da contingência, ao permitir a produção e veiculação descentralizada de conteúdo pelos meios digitais. Por isso, não é mais possível considerar as mídias de informação como canais unilaterais: o antigo monopólio das grandes corporações foi rompido pela produção individual de conteúdos e sua disseminação por múltiplos canais, pulverizando os conteúdos e os modos de acesso à informação.

Desta forma, não há mais monopólio na produção midiática por parte dos grandes meios de comunicação, nem na circulação da informação, considerando que qualquer indivíduo é capaz de produzir e publicizar conteúdo. Isso, conseqüentemente, aumenta a contingência dos meios de comunicação, não há mais monopólio da mídia de massa. É por isso que Han (2019d, p. 142) diferencia poder e influência: um poder que não influencia não é efetivamente poder, mas a influência pode existir sem exercer poder, na medida em que ocorre de forma pontual, sem gerar continuidade. Desse modo, as mídias não são, por si, capazes de criar espaços de poder, embora possam interagir entre si e com processos de poder, seja estabilizando-os, seja desestabilizando-os. Por isso, a opinião pública não pode ser pensada dissociada do desenvolvimento dos meios de comunicação (HAN, 2019d, p. 144). Contudo, esses meios se comportam de maneira cada vez mais difusa, pois a contestação dos meios tradicionais acaba gerando novos canais, o que amplia ainda mais a dispersão de suas influências. Esses fatores afetam diversas orientações ideológicas, produzindo verdadeiras ilhas de informação que, apesar de virtualmente sem fronteiras, são cada vez mais limitadas ao consumo interno de determinados grupos, os quais, em seus próprios isolamentos, muitas vezes caminham para a radicalização, influenciados por canais "alternativos" de informação.

Portanto, Han assinala que o poder cria continuidade e, ao fazê-lo, se especializa, formando espaços-poder. A existência de salas e antessalas do poder representa a constelação formada por esses diversos espaços, compondo uma totalidade que une e media as partes que a constituem (HAN, 2019d, p. 144). Assim, mesmo que haja uma concentração do poder, ou que ele emane, de certo modo, de uma só fonte, é necessário que ele se especialize para se tornar

efetivamente poder, isto é, que ultrapasse o ego e faça com que o *alter* se submeta. Com isso, o poder irrompe barreiras, cria continuidade, produz espaços, interliga relações — algo que a violência não é capaz de realizar.

É verdade que a violência pode criar formas de submissão e instaurar relações de poder, mas essas formas possuem baixa mediação e são incapazes de produzir continuidade, pois, na prática, a violência gera rupturas e reduz espaços (HAN, 2019d, p. 144). As distinções entre poder e violência pura são analisadas de diversas maneiras por Han, inclusive ao discutir o papel da violência nas revoluções. Han afirma que, em uma revolução, a violência pode estar presente — ou melhor, está sempre em jogo, pois uma revolução implica, por definição, uma ruptura radical. Mesmo revoluções ditas pacíficas provocam uma descontinuidade profunda em uma rede de poder anteriormente hegemônica.

De todo modo, para Han, uma revolução estará fadada ao fracasso se se basear apenas na violência, sem que a acompanhe um novo poder capaz de gerar novos espaços. Por isso, quando julgamos o fracasso ou o sucesso de uma revolução, olhamos sempre para o seu desfecho: no limite, a revolução só pode ser compreendida como um momento de ruptura. Ou seja, um tempo revolucionário a partir do qual se instaura uma nova ordem, composta por novos espaços-poder e por diferentes relações de força. Considera-se uma revolução bem-sucedida quando ela é capaz de instituir novas relações de poder, ainda que marcadas por elementos da ordem anterior, e a consideramos fracassada quando as relações anteriores são restabelecidas.

Dessa maneira, toda revolução implica em uma reconfiguração dos espaços-poder, pois o estado revolucionário é efêmero e dificilmente se sustenta como tal. Essa reestruturação, seja por meio da criação de novos espaços, seja pela restauração dos anteriores, não se baseia na violência, mas na continuidade de um assentimento coletivo às novas relações de poder, que se impõem como expressão de uma vontade comum (HAN, 2019d, p. 145). Por isso, os espaços-poder, no aspecto político, são imanentes: não pairam sobre as relações, mas se inscrevem diretamente no campo da ação comum.

A *ação comum* remete ao âmbito político do poder como realização coletiva mais ou menos coordenada, a partir de partes que se constituem como um sujeito coletivo. Não se trata, portanto, de uma relação meramente entre indivíduos, desconsiderando-se o aspecto coletivo que é inerente às relações de poder. Para explicar esse fenômeno, Han (2019d, p. 161) observa que todos os modelos de poder possuem dois momentos estruturais: o da subjetividade e o da continuidade do *self*, que também são utilizados na análise da estrutura política do poder. Assim, se a relação de poder é “a possibilidade do ego de se continuar no *alter*. Ele gera uma

continuidade do *self*, na qual o ego está em si mesmo de modo inabalável” (HAN, 2019d, p. 161-162, grifo do autor), então, sob a ótica coletiva, o Estado é uma das expressões dessa continuidade, formando um espaço-poder ampliado ao mesmo tempo em que indica uma estrutura de subjetividade, de tal modo que o sujeito coletivo emerge como um *self* (HAN, 2019d, p. 161-162, grifo do autor). Isso não significa que o Estado, ou apenas ele, seja esse *self* coletivo. Significa que o poder, ao possuir uma dimensão política, é capaz de criar uma continuidade mais ampla, representada por uma subjetividade coletiva. No entanto, essa subjetividade nem sempre é identificável: ela se manifesta de forma mais evidente nas figuras de chefes de Estado, que representam a existência e a visibilidade dessa estrutura subjetiva coletiva.

Nessa formação estrutural, a subjetividade coletiva é constituída por modelos de relação consensual e de combate, de modo indivisível, ainda que possa haver predominância de uma forma ou de outra. A continuidade do poder se mantém em ambos os casos: pela vontade e intenção coletiva quando consensual, e pela força quando violento. Ainda assim, pode haver coletividade mesmo quando se trata da continuidade do *self* do vencedor sobre o vencido, desde que envolva uma relação com vários outros indivíduos. Neste caso, mesmo que haja supremacia do combate, a estabilidade da relação de poder dependerá de algum grau de consenso coletivo que aceite a subjugação.

Por esse motivo, para Han, não existe uma separação rigorosa entre ação estratégica e *ação comunicativa*, utilizando aqui o termo de Habermas²⁴. Ou seja, ações políticas baseadas no consenso também podem ser orientadas ao poder. Trata-se, inclusive, de uma das tensões mais importantes da atualidade: o paradoxo de que as democracias — regimes orientados à deliberação e ao consenso — possam, consensualmente, consumir a si mesmas, seja integralmente, seja em relação a certas instituições, garantias, direitos ou liberdades. Por outro lado, não se deve ignorar a necessidade de aprofundar essa questão, seja examinando os graus efetivos de liberdade, seja analisando a existência de formas compreensivas que orientam as vontades e ações dos sujeitos. Ainda que isso ocorra, vivemos uma tensão constante entre a liberdade e o aprofundamento de outras formas de controle, especialmente aquela de caráter individual, típica dos regimes neoliberais.

²⁴O conceito de ação comunicativa é central à obra de Jürgen Habermas e consiste, de modo geral, na ação orientada para uma compreensão ampla entre os envolvidos. Desta forma, ao buscar um acordo, um entendimento comum, tal ação é conduzida por uma racionalidade que usa a linguagem para alcançar um consenso.

Han (2019d, p. 166) reconhece que o consenso e a violência, bem como o consenso e a ação estratégica, não são polos opostos nas relações de poder, uma vez que a ação estratégica é “um momento constitutivo do poder” que se realiza tanto pela violência quanto pelo consenso. Pois, violência e consenso estão relacionados à estrutura de mediação do poder: um poder consensual possui mais mediação e proporciona maior sensação de liberdade, ainda que a dominação possa ser mais intensa do que a promovida por um poder violento. Quanto maior a violência, menor a sensação de liberdade, por se tratar de um exercício de dominação com pouca mediação.

Logo, a assimetria inerente às relações de poder está mais relacionada à amplitude e à forma da dominação do que ao uso da violência ou à formação do consenso, visto que o subordinado pode consentir plenamente com a dominação e, com isso, consolidar uma relação até mais estável e ampla do que aquela imposta pela força. A disciplina, o controle do tempo, a automatização de movimentos, a alienação, a propaganda direcionada e os discursos de *self-improvement* são exemplos de técnicas de poder que envolvem alta mediação e induzem consensos. Em qualquer dos casos, a narrativa auxilia na mediação das relações de poder envolvidas, contribuindo para sua estabilidade, na medida em que maior for o grau dessa mediação.

Dessa forma, para Han (2019d, p. 167-168), a política não pode ser definida apenas como luta pelo poder, nem como ação conjunta consensual. Ele recusa tanto o modelo que vê a política exclusivamente como ação estratégica quanto o modelo que a reconhece apenas como prática de comunicação orientada ao entendimento. Pois, para ele, o consenso e o entendimento no âmbito político não estão desvinculados das estratégias de poder. Assim, ““não é o consenso, mas o *compromisso como compensação de poder* que torna a ação política importante. *Comprometer-se* significa: conceder a decisão de uma coisa à declaração de um juiz. O político é, portanto, uma práxis do *poder e da decisão*” (2019d, p. 168, grifo do autor). Portanto, ações estratégicas e consensuais não são excludentes, mas complementares na constituição e na manutenção das relações de poder.

Para concluir a analítica do poder, Han discute a ética do poder, estabelecendo como central a questão da possibilidade de uma eticização ou, ao menos, de uma ética que pense o poder. Han já caracterizou o poder como a continuidade do *self* no outro; assim, se a relação de poder implica essa assimetria e continuidade, como seria possível a inscrição de uma ética?

Para tanto, Han parte da delimitação da localização do poder e adota a definição derridiana que caracteriza a estrutura do poder como ipsocêntrica: “a principal característica do

lugar é o para si. Recolhendo e reunindo tudo para si, ele forma uma *continuidade ipsocêntrica*. O para si e a formação de uma continuidade fazem da *localização* uma ocorrência do poder” (HAN, 2019d, p. 172, grifo do autor). Isso significa que o poder possui uma localização, um centro que irradia para fora; ou seja, trata-se do processo de exercício do poder, da continuidade do *self* no outro.

Entretanto, para se pensar uma ética, é necessário considerar os efeitos desse tipo de relação para as partes envolvidas no poder. Nesse caso, se o poder é um lugar para si, que reúne tudo em si, isso significa que não deseja ser afetado pelo outro. Na verdade, o poder se reconfigura a partir de sua própria diferença interna; para pensar junto a Derrida, o poder é autogerador e autosuplementar. Por isso, o poder não é apenas cêntrico, isto é, centrado em torno de um eixo, mas também autocriador de si.

Isto é, na estrutura do poder pensada por Han, o que importa é a quantidade e qualidade da mediação na relação, pois aquele sobre o qual se exerce o poder não altera o *self* daquele que o exerce; é o *self* do poderoso que pode se reconfigurar e se suplementar para manter sua continuidade no outro. Por isso, estabelece-se a ligação entre poder e ipseidade: há uma singularidade (ou mesmidade) que se conserva na relação de poder. Poder e ipseidade referem-se um ao outro. Em trecho citado por Han, Derrida (2003, p. 38, tradução nossa, grifo do autor) afirma: “a ideia força (*kratos*), de poder e de domínio está analiticamente compreendida no conceito de ipseidade”²⁵. Derrida invoca, nessa explicação, termos como “rotundidade”, “rotação autopropulsada”, “círculo hermético”, que representam bem essa característica do poder, apropriada por Han em sua exposição.

A ipsocentricidade do poder não se realiza sem localização, segundo Han: o poder deve dominar espaços. Embora a globalização tenha diminuído a ligação entre poder e território, dado o fluxo de capital, informação, etc., que borra fronteiras, isso não implica a ausência de localidade. Como afirma Han: “a globalização não anula completamente a lógica da localização. A localização significa a criação de um espaço organizado de maneira ipsocêntrica que reúna e recolha tudo para si” (HAN, 2019d, p. 173).

Logo, existe uma conexão necessária entre poder e lugar; não há poder sem lugar. A globalização e a criação de novos espaços promovem apenas uma re-localização do poder. Nesse contexto, Han (2019d, p. 173–174) destaca que, no *espaço digital*, que se comporta como

²⁵ Texto original : “L’idée de force (*kratos*), de pouvoir et de maîtrise est analytiquement comprise dans le concept d’ipséité”.

uma “localização digital”, há ganho de espaço digital, controle do espaço digital, domínio do espaço digital — terminologias que utilizamos frequentemente, mas que exigem uma exploração filosófica mais aprofundada. Ora, o espaço digital se impõe como localidade a ser conquistada, tanto que se fala em domínio das redes pelas *big techs*, em ganho de território digital, etc.²⁶ O mesmo vale para o mercado, especialmente o mercado global, que é indicado por Han como exemplo de espaço a ser ocupado e dominado, sobre o qual é possível “se posicionar, se situar. E ‘fusões’ ou ‘aquisições’ não se diferenciam essencialmente da *apropriação de terra*”²⁷ (HAN, 2019d, p. 175, grifo do autor).

O poder, portanto, tem uma tendência centralizadora, que visa a expansão, a continuidade e a superação do outro. Isso não significa, entretanto, que o poder seja sempre violento, pois a violência necessária ao seu exercício depende do grau de mediação. Por isso, Han enfatiza que o poder “centraliza tudo em si”, “aspira a si”, tem a característica do um, o que é próprio de sua estrutura ipsocêntrica.

Contudo, a eticização exige uma relação distinta com o outro; exige bondade, que difere da superação característica do poder. Por consequência, demanda abertura ao múltiplo, à alteridade, garantindo “lugar de morada”, ou seja, uma relação de hospitalidade em vez de repetição ou continuidade do *self* no outro. O problema é que o poder é sempre ipsocêntrico, e, portanto, não é a partir dele que se poderá construir o caminho da eticização, mas a partir de sua oposição.

²⁶ Por vezes, há uma falsa oposição entre *digital* e *real*. Trata-se de uma má compreensão que remonta à transição da sociedade analógica para a sociedade digital. Na atualidade, não faz mais sentido falar da irrealidade do digital, uma vez que ele está presente em nossas vidas como uma sobreposição de camadas da própria “realidade”. A materialidade física do mundo é amplamente atravessada por camadas digitais: telas, lentes, redes *socio-digitais*, dispositivos tecnológicos — todos capazes de alterar nosso olhar e nossa forma de captar o mundo.

²⁷ Nesse contexto, Han (2019, p. 174, grifo do autor) observa em nota de rodapé que “o mercado global não é *enquanto tal* uma estrutura de poder, nem é difuso. Ele está disperso em uma miríade de estruturas de poder político ou econômico, o que torna impossível a formação de uma estrutura global de poder”. Falta ao mercado, enquanto tal, a intencionalidade ipsocêntrica. Assim, deve-se compreendê-lo mais como uma localização de poder do que propriamente como uma estrutura de poder.

Por outro lado, as coisas se tornam mais complexas quando se considera o mercado de capitais e os movimentos do que popularmente chamamos de *mercado*, quando nos referimos aos fluxos especulativos do mercado financeiro globalizado. O problema, ao que parece, é que a despersonalização dos agentes financeiros — intencional ou não — apenas oculta sua existência, isto é, frequentemente o *mercado* é mencionado quase como um ente metafísico, o que encobre os interesses e as ações concretas dos agentes que o movimentam em campos políticos e econômicos.

Han menciona empresas transnacionais como exemplos de dispersão estratégica, apesar de essas organizações manterem estruturas de poder altamente centralizadas. A esse exemplo, podemos acrescentar os fundos de *investimentos* — como a BlackRock, o maior conglomerado de capitais do mundo — que, na prática, representam grandes fundos de capital e operam na linha de frente das dinâmicas especulativas do mercado financeiro.

Han recusa qualquer tipo de ética centrada no si-mesmo, pois todo retorno a si implica um movimento circular, ipsocêntrico — típico do poder —, que só produz a continuidade do *self*. Também não basta simplesmente voltar o olhar para fora, pois isso poderia significar apenas um aumento do círculo do *self*. Como afirma Han: “apenas olhar para fora de seus domínios pela vastidão, ao redor das coisas que vivem nessa vastidão, se for tocado por alguma coisa que não seja poder, que não gire em torno de si mesmo” (HAN, 2019d, p. 193–194).

Han (2019d, p. 194, 198) evoca, a partir de Nietzsche, a necessidade de uma “hospitalidade” que seja uma “negligência perigosa”, que dê “‘a cada um’ mais do que o que lhe cabe”. Logo, a bondade não é intrínseca ao poder, nem pode ser deduzida a partir dele, uma vez que qualquer ética que parta do si-mesmo está fadada ao fracasso diante do caráter ipsocêntrico do poder, que promove a continuidade insaciável de si no outro. Por outro lado, o *self* também não pode ser o ponto de chegada: um olhar ético ao outro não deve objetivar o retorno a si, pois isso impossibilita o verdadeiro exceder de si. Isto é, a bondade situa-se em uma topologia distinta do poder: ela é supérflua, hospitaleira, desinteressada, permitindo a abertura a outrem.

Desse modo, “deve ter *sido tocado por algo que não ele mesmo para que medeie para além das suas mediações possíveis*. A bondade também é uma mediação, ainda mais, é uma forma intensiva de mediação. Mas falta-lhe a intencionalidade do poder, ou seja, a ‘ponta’ da subjetividade” (HAN, 2019d, p. 203, grifo do autor). Por isso, a bondade é capaz de exercer um papel disruptivo frente ao outro, iluminando “seu ser-assim” e deslocando a localização do “eu” isolado, que percebe o outro como um campo para estender a continuidade de si. Mas essa relação não é deslocada: não se trata de criar um não-lugar, pois não há hospitalidade sem morada. Ou seja, a bondade se inscreve em uma localização onde “o poder nunca estará totalmente seguro”, uma localização “além da localização relativa do poder” (HAN, 2019d, p. 203). Portanto, Han (2019d, p. 204–205) sugere uma “doação ilimitada que ao mesmo tempo acontece inconsciente e desinteressadamente, uma bondade ilimitada, que existe já antes do cuidado dos outros, antes de qualquer para-os-outros empático”, que se construa como uma “ética e estética de ninguém, uma bondade desinteressada, sem querer”²⁸.

²⁸ A partir dessa concepção, desenha-se uma possibilidade de resistência, pois se trata da formação de um espaço para além do poder, que rompe a estrutura de continuidade do *self*. A partir de Han, esses pressupostos podem ser considerados para pensar uma resistência que habita fora da estrutura de poder dominante no paradigma psicopolítico;

Um caminho possível é pensar uma ética da resistência fundada no esvaziamento do *self* narcísico, sem que isso implique uma não-identidade, já que toda forma de hospitalidade pressupõe uma morada. De modo geral, Han aborda o tema mais a partir de uma ética, tocando apenas tangencialmente na noção de resistência. Uma das

A partir dessa concepção sobre o poder, é possível notar que existe uma demarcação de espaço entre Han e Foucault. Han estabelece uma analítica do poder, ou até mesmo, com certa reserva, uma teoria do poder, na medida em que explica seu funcionamento de forma transversal e estrutural, e não apenas com base em como ele se exerceu em um ou outro período histórico. Ou seja, há um esforço de Han em explicar o funcionamento do poder em geral, propondo princípios estruturantes que se aplicam às múltiplas formas de relações e às diversas mediações possíveis.

Não ignoramos que Foucault (2000, p. 237) afirmou que não se referia, em suas obras, “a um Poder (com P maiúsculo) que dominaria o conjunto do corpo social e que lhe imporia sua racionalidade”, mas a relações de poder múltiplas e que se apresentam de formas distintas. Por outro lado, mesmo sem propor uma *Teoria do poder*, Foucault oferece uma concepção consistente de poder como relações, que permite análises prospectivas, como muitos autores e autoras já fizeram. Ainda, na mesma afirmação, Foucault (2000, p. 237) reconhece que as relações de poder “podem atuar nas relações familiares, no interior de uma instituição ou em

dificuldades em delinear uma ética da resistência a partir de Han reside no tensionamento da filosofia ética entre, de um lado, evitar a supervalorização do indivíduo e, de outro, não sacrificar a individualidade em favor da coletividade.

É evidente que a sociedade neoliberal está distante de qualquer postura de sacrifício, ainda que mínimo, em prol da coletividade. A individualização produz sujeitos hiperindividuais, isolados e autorreferenciais. Falta-lhes uma identidade coletiva capaz de dissolver a individualidade em um verdadeiro movimento comum (HAN, 2018a, p. 18-19) — o que se expressa, na prática, nos chamados “enxames digitais” (HAN, 2018a). Ao mesmo tempo, paradoxalmente, esses sujeitos radicalmente individuais tornam-se também incapazes de formular singularidades autênticas ou estabelecer uma relação genuína com o outro, recaindo no que Han denomina de “inferno” ou “terror do igual” (HAN, 2022a, p. 10).

Nesse sentido, segundo Han (2022a, p. 27, grifo do autor): “A compulsão por autenticidade compele o eu a produzir a si mesmo. A autenticidade é, em última instância, a forma de produção neoliberal do si.[...] O esforço pela autenticidade de ser igual apenas a si mesmo desencadeia uma comparação [*Vergleich*] permanente com o outro. A lógica do equi-parar [*Ver-Gleichens*] faz o ser-outro [*Anderssein*] se inverter no ser-igual [*Gleichsein*]. Assim, a autenticidade do ser diferente consolida a conformidade social. Ela permite apenas as diferenças conformes ao sistema; a saber, a diversidade. A diversidade como termo neoliberal é um recurso que se deixa explorar. Assim, ela é oposta à alteridade, que se furta a toda utilização econômica”.

E prossegue: “A cultura do constante equi-parar [*Ver-Gleichens*] não permite nenhuma negatividade do atópos. O equi-parar torna tudo comparável; ou seja, igual. Torna-se impossível, assim, a experiência atópica do outro. A sociedade do consumo se esforça para eliminar a alteridade atópica em favor de uma diferença consumível; sim, heterotópica. A diferença é uma positividade, diferentemente da alteridade atópica. O terror da autenticidade como forma de produção e consumo neoliberal elimina a alteridade atópica. A negatividade do inteiramente outro dá lugar à positividade do igual; sim, do outro igual” (HAN, 2022a, p. 28).

Diante disso, mesmo que se possa reconhecer a necessidade de impor limites a uma ética que seja “sacrificial” de si em nome da coletividade, esse risco parece remoto diante do modelo ético-político das sociedades neoliberais que promove a individualização como caminho para um sacrifício narcísico de si ao imperativo da performance e da otimização. Por isso, um dos principais desafios éticos contemporâneos parece ser justamente o de construir uma ética que reinscreva outrem como horizonte, ainda que isso, sob a ótica individualista e neoliberal, possa ser lido como uma forma de sacrifício.

De todo modo, esta é uma questão que pretendo desenvolver futuramente, razão pela qual deixo este tema em aberto, reconhecendo que ele ultrapassa os limites e objetivos centrais desta tese.

uma administração, entre uma classe dominante e uma classe dominada, relações de poder que têm formas específicas de racionalidade, formas que lhes são comuns”. Fica evidente, portanto, que existe uma concepção de poder que envolve certos elementos paradigmáticos, a partir dos quais se pode reconhecer múltiplas formas de relações de poder e aplicar modelos interpretativos e descritivos.

Han, por sua vez, em diversos momentos, reinterpreta de forma crítica o pensamento foucaultiano, pois, ao mesmo tempo que rejeita determinadas leituras, adota e desenvolve outras, com o objetivo de descrever aquilo que considera ser o novo regime paradigmático de exercício de poder vigente sob o neoliberalismo. Por exemplo, ao afirmar a insuficiência da biopolítica para descrever o funcionamento do poder na atualidade, Han reconhece, ainda que sem afirmá-lo diretamente, que a biopolítica, em dado momento, representou uma forma paradigmática de exercício do poder. Ou seja, ao indicar uma transformação, pressupõe-se a existência de uma configuração anterior. Mas, evidentemente, existem diferenças significativas.

Ao descrever a estrutura do poder, é possível ressaltar, dentre as conclusões de Han: 1) que exercer poder não significa apenas agir sobre a ação do outro, mas requer a continuidade de um *self*, ou seja, de uma subjetividade que se estende sobre outra subjetividade; 2) que, na relação de poder, o que está em jogo é estabelecer uma continuidade de um sobre o outro, o que implica a supremacia de uma subjetividade que não se deixa afetar, uma vez que o poder é ipsocêntrico; 3) que a relação de poder opera sempre como uma forma de autorreferência e retorno ao próprio *self* (retorno a si do *self* do soberano); 4) que o exercício de poder não é necessariamente antagônico à liberdade (ou à sensação de liberdade)²⁹; 5) que a relação de poder envolve diferentes graus de mediação: a violência pura detém pouca ou nenhuma mediação, enquanto um poder exercido por metodologias pré-reflexivas possui alto grau de mediação; 6) que quanto maior a mediação, menos visível é o poder, maior é a sensação de liberdade e mais estável se torna a relação; 7) que, nas estratégias de poder, não há uma oposição estrita entre violência e outras formas de dominação menos explícitas, como aquelas decorrentes do consenso político.

²⁹ Tratarei ainda da definição de liberdade na obra de Han e da oposição entre relação de poder e liberdade. Por outro lado, não ignoro que Foucault tenha, ainda que de modo insipiente, tratado da exploração da liberdade nas relações de poder com o conceito de *homo oeconomicus*, ao reconhecer que existe um elemento de vontade do próprio sujeito nas relações de poder que se estabelecem no neoliberalismo. Ou seja, o sujeito neoliberal, enquanto empreendedor de si, não é mero objeto das relações de poder, mas está também ativamente mobilizado na manutenção dessa relação, ele *quer* a relação.

Esses temas serão retomados ao longo deste trabalho, sendo importante já reconhecê-los aqui, pois eles fundamentam a interpretação da psicopolítica como nova forma paradigmática de exercício de poder, que será objeto da próxima seção desta primeira parte da tese.

5 A PSICOPOLÍTICA

5.1 DUAS CONCEPÇÕES DE PSICOPOLÍTICA

Han não foi o primeiro a empregar o termo *psicopolítica*. Na realidade, analisando de modo mais amplo a bibliografia, encontramos a utilização desse conceito de formas e contextos diversos, ao menos, a partir de meados dos anos 1960 (GREENBLATT, 1978). Greenblatt (1978) descreve várias de suas utilizações, que incluem comportamentos ou manobras políticas e a política adotada em relação à saúde mental. Sedwick (2022) também emprega o termo, em sua obra homônima de 2014, em uma influente crítica à política antipsiquiátrica dos anos 1960-1970.

No âmbito teórico de autores e autoras que pensam a “*psicopolítica*” a partir do modelo foucaultiano das relações de poder, gostaríamos de destacar, ainda que brevemente, dois autores: o filósofo francês Bernard Stiegler e a socióloga alemã Alexandra Rau. Como bem destaca Prozorov (2021, p. 442), há outros autores que exploram o uso do termo em um contexto mais específico dos estudos de governamentalidade foucaultiana, para destacar a dimensão da subjetivação e o papel do conhecimento psicológico na governança da subjetividade. Porém, nos limitaremos a esses dois autores, primeiro porque Han (2018b, p. 38 e 41) faz referência, ainda que breve, a ambos ao defender a insuficiência do modelo disciplinar-biopolítico para explicar as relações de poder nas sociedades neoliberais. Em segundo lugar, veremos que Han claramente adota e se apropria das teses de ambos os autores para apresentar sua versão de *psicopolítica*. Em terceiro lugar, porque essa relação se prova, de certo modo, por si só, tanto que outros trabalhos também conectam esses três pensadores (Stiegler, Rau e Han) ao debater a psicopolítica como um possível novo modelo de relações de poder (por exemplo, DE LANDÁZURI, 2019; BÖSEL, 2021; PROZOROV, 2021).

Stiegler apresenta uma leitura muito particular sobre a superação da biopolítica pelo “psicopoder” e pela *psicopolítica* a partir de novos paradigmas de poder que começam a surgir a partir do século XX e, aos quais, associa mudanças tecnológicas e do próprio capitalismo. Segundo Stiegler, o capitalismo atual promoveu “um vasto processo de *proletarização cognitiva e afetiva* — e um vasto processo de perda de conhecimentos: *savoir faire, savoir vivre*, conhecimento teórico [*savoir théoriser*], *na ausência dos quais todo saber se perde*”³⁰ (STIEGLER, 2010, p. 30, tradução nossa, grifo do autor). Trata-se de um processo sistêmico ignora as classes sociais e representa, de fato, um processo de proletarização da sociedade. Isso teria se dado a partir da transformação paradigmática do “capitalismo de produção” em um “capitalismo de consumo”, mudança fundamental que está na raiz da substituição do biopoder pelo psicopoder. “A questão então, e ainda menos hoje, já não é controlar a população como máquina de produção, mas como máquina de consumo; e a questão já não é o biopoder, mas o psicopoder como controle e fabricação de motivações”³¹ (STIEGLER, 2008c, p. 165, tradução nossa).

Essa mudança do capitalismo é correlata às tecnologias que passaram a ser empregadas. Inclusive, é até mesmo improvável conseguir apontar uma antecedência entre a mudança paradigmática do capitalismo e as tecnologias que permitem ou favorecem essa mudança. Em outras palavras, não é possível determinar se é o capitalismo que se modifica antes de determinadas tecnologias (materiais e de poder) ou se são tais tecnologias que permitem mudanças na forma do capitalismo. De fato, se o que existe é o capitalismo, então as tecnologias são criadas para ele ou por ele apropriadas.

É nesse sentido que Stiegler associa novas tecnologias, especificamente as “mnemotecnologias” e as “mnemotécnicas”³², à estruturação do capitalismo de consumo. Van

³⁰ Texto original: “Now, this amounts to the everyday and perceptible aspect of what I would like to present here as a vast process of *cognitive and affective proletarianization* — and a vast process of the loss of knowledge(s): *savoir-faire, savoir-vivre*, theoretical knowledge [*savoir théoriser*], *in the absence of which all savoir is lost*”.

³¹ Texto original : “La question n’est plus, alors, et aujourd’hui moins encore, de contrôler la population comme machine de production, mais bien comme machine de consommation; et l’enjeu n’est plus le biopouvoir, mais le psychopouvoir comme contrôle et fabrication des motivations”.

³² Segundo Van Camp (2012, p. 6, tradução nossa, grifo do autor), o termo *mnemotécnica* “indexa os artefatos materiais capazes de registrar de forma duradoura a memória viva, desde a escrita e a impressão em suportes de memória analógicos (rádio, televisão, fotografia, etc.) até suas contrapartes digitais (CDs, computadores pessoais, internet, etc.)/ Texto original: “This term indexes the material artifacts that are capable of durably registering living memory, from writing and printing over analog memory supports (radio, television, photography, etc.) to the latter’s digital counterparts (cd’s, personal computers, internet, etc.)”.

Camp (2012, p. 6, tradução nossa) explica o processo de industrialização de mecanismos de captura da atenção e da memória a partir da obra de Stiegler:

Enquanto o sistema técnico de produção evolui incessantemente desde tempos pré-históricos, o sistema mnemotécnico permaneceu mais ou menos estável por mais de 25 séculos e sempre foi independente daquele. Porém, a invenção e a industrialização de novos dispositivos mnemotécnicos analógicos e digitais facilitaram a integração do sistema mnemotécnico ao sistema de produção e o colocaram sob o controle do sistema tecno-industrial global. Isso significa que os produtores de bens materiais também se tornaram os principais produtores de símbolos e passaram a explorar o sistema mnemotécnico para capturar e controlar a atenção psíquica, levando as pessoas a consumir cada vez mais mercadorias e serviços³³.

Portanto, o principal ponto de mudança estrutural do capitalismo que induz à formação de um novo paradigma de poder é a modificação relacionada à sua necessidade de induzir prioritariamente o consumo, e não mais a produção. É uma conclusão interessante, inclusive, se considerarmos que o problema da escassez, na atualidade, já não está relacionado à produção — afinal, a humanidade já é capaz de produzir, mobilizar e transportar os produtos necessários à sobrevivência por todo o mundo. Ou seja, o problema da escassez não é mais produtivo, mas econômico. Desse modo, a emergência sistêmica do capitalismo volta-se muito mais à necessidade de consumo de mercadorias do que ao aumento da produção.

Com isso, o biopoder, que objetivava transformar a população em uma máquina de produção, dá lugar ao psicopoder, cujo objetivo é transformar a população em mercado consumidor (STIEGLER, 2008c, p. 161). Nesse sentido, complementa Van Camp (2012, p. 6, tradução nossa, grifo do autor): “os mecanismos de poder contemporâneos já não visam principalmente disciplinar o corpo ou regular a vida, mas sim condicionar a *psique* para estimular o consumo”³⁴.

Não é nosso objetivo, nesta tese, explorar especificamente os efeitos patológicos das novas formas de submissão e exploração da psique. Contudo, é importante mencionar, justamente porque é uma parte importante da obra de Han, que, antes dele, Stiegler (2008c, p. 68, tradução nossa, grifo do autor) também abordou os efeitos nefastos dessa nova forma de

³³Texto original: “The industrialization of the mnemotechnical system constitutes a major break in history, the consequences of which we are only beginning to fathom. While the technical system of production has been evolving incessantly since prehistorical times, the mnemotechnical system has been more or less stable for over 25 centuries and has always been independent from the former. The invention and industrialization of new analogue and digital mnemotechnical devices facilitated, however, the integration of the mnemotechnical system in the production system and brought it under the control of the global techno-industrial system. This means that the producers of material goods have also become the most important producers of symbols and that they have started to exploit the mnemotechnical system in order to capture and control the psyche's attention to make people adopt ever more commodities and services”.

³⁴ Texto original: “Contemporary power mechanisms no longer mainly aim at disciplining the body or regulating life, but at conditioning the *psyche* to stimulate consumption”.

poder, associando-a a diversas patologias, como: “adicação, *cognitive overflow syndrom*, déficit de atenção, depressão, impotência e, por fim, o colapso do desejo”³⁵. Ou seja, doenças que mais tarde Han chama de “neurais”, amplamente associadas à exploração da psique. Ainda segundo Stiegler (2008c, p. 38 e 76, tradução nossa), essas novas formas de adoecimento decorrem da “destruição da consciência”, como resultado do novo processo de submissão, que promove um estado de “minoridade adulta”, levado a cabo “sistematicamente” pela indústria cultural, e que também

leva à antecipação prematura da maioria de crianças e adolescentes, cujo aparelho psíquico tende a ser pura e simplesmente destruído pelos dispositivos psicotecnológicos das mesmas indústrias culturais — constitui uma regressão histórica sem precedentes³⁶ (STIEGLER, 2008c, p. 38, tradução nossa).

Han (2018b, p. 41-42) critica, contudo, Stiegler, afirmando que ele dá “excessivo peso” à “televisão”, elevando-a a “aparelho psicotécnico por excelência”, ao passo que “não se preocupa com as mídias digitais de fato, como a internet, as redes sociais e sua estrutura de comunicação, que diferem fundamentalmente dos antigos meios de comunicação de massa”. Nesse aspecto, a análise haniana se volta muito mais às mídias digitais e às relações digitais como tecnologias próprias do controle psicopolítico.

Alexandra Rau (2010), na obra *Psychopolitik*, aborda o conceito de psicopolítica de modo bastante criterioso. Contudo, Han apresenta uma breve crítica a Rau, afirmando que ela “define, de maneira problemática, a psicopolítica do regime neoliberal como uma forma de biopolítica” (HAN, 2018b, p. 38). Ao analisar a obra de Rau, vê-se que ela definitivamente não propõe o abandono da biopolítica e fundamenta sua argumentação no conceito de governamentalidade foucaultiana, a partir de “um enfoque de teoria social, que investiga as transformações nas formas de subjetivação” (BÖSEL, 2021, p. 558, tradução nossa). Apesar disso, “Rau evidencia claramente a insuficiência de um aparato conceitual meramente biopolítico para a análise das atuais relações de poder e subjetivação”³⁷ (BÖSEL, 2021, p. 560, tradução nossa).

³⁵ Texto original : “La confusion des générations dans le consumérisme anéantit la préoccupation partagée de prendre soin du monde et de soi par la même occasion – le soin de soi étant tout le contraire de la consommation qui induit obésité et autres maladies de la sédentarité (telles les pathologies cardio-vasculaires), addiction, *cognitive overflow syndrom*, attention deficit disorder, dépression, impuissance, et au bout du compte, effondrement du désir”.

³⁶ Texto original : “Or, l’infantilisation des adultes, à quoi les industries culturelles procèdent de nos jours systématiquement – ce qui conduit à la majoration prématurée des enfants et des adolescents dont l’appareil psychique tend à être purement et simplement détruit par les appareils psychotechnologiques des mêmes industries culturelles – constitue une régression historique sans précédent”.

³⁷ Texto original : “Rau durchaus das Unzureichende eines bloß biopolitischen Begriffsapparats für die Analyse gegenwärtiger Verhältnisse der Macht und Subjektivierung herausarbeitet”.

Vale destacar que a obra de Rau apresenta diferentes reflexões, cujo estudo completo extrapolaria nossos objetivos, que se limitam a apresentar sinteticamente apenas duas noções sobre a psicopolítica mencionadas por Han. Tal como ocorre em relação a Stiegler, existem aproximações entre o conceito de psicopolítica de Rau e o de Han e, também por isso, nos parece superficial tomar a crítica de Han a Rau de forma enfática, a ponto de desconsiderar sua análise apenas porque ela não reconhece uma substituição absoluta do modelo de poder nas sociedades neoliberais.

A tese central de Rau é a de que “a psicopolítica constitui uma forma mais recente de poder social, por meio da qual as pessoas são ‘governadas’ e ‘governam a si mesmas’”³⁸ (RAU, 2010, p. 15, tradução nossa). Com isso, a psique é claramente tomada como objeto central desse novo modelo de poder. Rau (2010, p. 12) reconhece a psique como “um conjunto de discursos e práticas” por meio dos quais operam tanto técnicas de dominação quanto técnicas dos próprios indivíduos, no processo de formação da subjetividade e do próprio sujeito do “indivíduo moderno”. Isso não significa que a psique seja eminentemente privada, anterior ou independente do social, que pareça como uma nova instância comparável à “alma” ou à “mente”; na realidade, ela é analisada como socialmente condicionada, como “parte e efeito das relações sociais de poder” (RAU, 2010, p. 179).

Portanto, a psique desempenha um papel central no âmbito do poder, estando no centro de “múltiplas lutas” (RAU, 2010, p. 179, tradução nossa). A psique, como fator ou *locus* intermediário e fluido entre o interno e o externo, marca seu duplo caráter de autogoverno: uma relação dos indivíduos consigo mesmos e com o mundo. Isso faz com que a governamentalidade — e mesmo a interpretação do *homo oeconomicus* foucaultiano — passe por uma rearticulação a partir da psique:

O *homo oeconomicus* sofre, nesse sentido, uma reinterpretação psicológica, na medida em que a psique do ser humano é introduzida como fator de racionalização. Com o saber psicotécnico, é gerada uma nova e específica compreensão do ser humano assalariado; ao mesmo tempo, esse saber é colocado à disposição também das forças de trabalho para a autogoverno racional³⁹ (RAU, 2010, p. 15, tradução nossa, grifo da autora).

³⁸ Texto original: “‘Psychopolitik’ eine jüngere gesellschaftliche Machtform ist, durch die Menschen ‘geführt’ werden und ‘sich selbst führen’”.

³⁹ Texto original : “Der Homo oeconomicus erfährt insofern eine psychologische Reinterpretation, als die Psyche des Menschen als Rationalisierungsfaktor eingeführt wird. Mit dem psychotechnischen Wissen wird ein neues, spezifisches Verständnis des lohnarbeitenden Menschen generiert, zugleich wird dieses Wissen zur rationalen Selbstführung auch den Arbeitskräften zur Verfügung gestellt”.

Assim, a psicopolítica emerge como uma nova forma de governamentalidade, na medida em que representa uma nova racionalidade baseada na dupla interface da psique.

Nessa caracterização geral do conceito de psicopolítica em Rau, vale ressaltar que a psicopolítica também é compreendida a partir dos paradigmas de dominação e resistência. Isto é, recorrendo à obra foucaultiana, Rau observa um duplo caráter do autogoverno, que pode tanto reforçar as formas de dominação quanto se expressar como um cuidado de si, manifestando-se como formas de resistência e, até mesmo, de “contra-governos”. Ela argumenta nesse sentido:

Certamente, a psique é algo que torna as pessoas exploráveis ao se inserirem nas formas sociais de subjetivação e de existência. [...] Por outro lado, com a *psicopolítica* também se articulam capacitações. Como indivíduos que se conduzem psiquicamente, as pessoas reivindicam e afirmam esse *si mesmo*, desenvolvendo, nesse processo, determinados desejos que energizam suas conduções de si para consigo e para com os outros. [Desse modo,] A forma de sujeito instruída pela psique lhes permite lutar. A *psicopolítica* — como outras formas de governo — eleva, pois, os seres humanos, de maneira específica, ao estatuto de sujeitos e lhes permite lutar⁴⁰ (RAU, 2010, p. 417, tradução nossa, grifo da autora).

Com base nisso, podemos já previamente concluir Stiegler e Rau apontam para uma transformação paradigmática das relações de poder, ainda que ressaltem causas, tecnologias e fatos empíricos distintos. Han acompanha, a seu modo, essa leitura. Nessa análise, a psique entra como um elemento central da atuação do poder, agindo de modo profundo sobre a formação do sujeito e a constituição de sua subjetividade.

Não se trata de uma hipótese sem críticas. Prozorov (2021, p. 448, tradução nossa) afirma, por exemplo, que “embora o neoliberalismo tenha produzido muitas inovações na governança, ele não descobriu a psique, nem foi a primeira forma de poder a mobilizá-la”⁴¹. E defende que “a análise de Foucault do poder psiquiátrico demonstra como esse poder opera tanto oferecendo recompensas e alívio quanto por meio de arranjos disciplinares que lhe permitem suprimir ou evocar os sintomas desejados à vontade”⁴² (PROZOROV, 2021, p. 448,

⁴⁰ Texto original: “Sicherlich ist die Psyche etwas, das Menschen durch den Eingang in die gesellschaftlichen Subjektivierungs- und Existenzweisen ausbeutbar macht. [...] Andererseits verbinden sich mit der ›Psychopolitik‹ auch Ermächtigungen. Als psychisch sich führende Individuen reklamieren und bestehen Menschen auf dieses Selbst und entwickeln in diesem Zusammenhang bestimmte Begehren, die ihre Führungen zu sich selbst und anderen gleichsam energetisieren. Die durch die Psyche instruierte Subjektform erlaubt es ihnen zu kämpfen. Die ›Psychopolitik‹ – wie andere Regierungsweisen auch – erhebt also, auf spezifische Weise, Menschen tatsächlich in den Status des Subjekts und gestattet ihnen zu kämpfen”.

⁴¹ Texto original: “While neoliberalism has produced many innovations in governance, it did not discover the psyche, nor was it the first mode of power to mobilize it”.

⁴² Texto original: “Foucault’s analysis of psychiatric power demonstrates how this power operates both by offering rewards and relief and by disciplinary arrangements that permit it to suppress or elicit the desired symptoms at will”.

tradução nossa). Com isso, o autor conclui que são “decididamente prematuras” as proclamações de um novo regime de poder.

Entendemos como corretas as suas afirmações em dois pontos principais: o de que a psique não é uma criação neoliberal e o de que, na obra foucaultiana, já existe a ideia de um poder que opera não apenas reprimindo, mas também estimulando e manipulando desejos. Contudo, o que parece estar em jogo é um aprofundamento da exploração da psique e a abertura de novas formas de sujeição a partir dela. Novamente, não se trata de afirmar que a psique seja um elemento independente dos processos históricos e sociais, mas de reconhecer que sua descoberta e elaboração fazem parte do circuito saber-poder, e que ela é explorada pelas relações de poder. E há aspectos dessas relações de poder e das formas de subjetivação que podem ser explorados a partir da psique. De modo similar, ainda que com outros objetivos e desdobramentos, Butler (2017, p. 10) também analisa e questiona:

A teoria de Foucault quase deixa passar em branco todo o campo da psique, mas não só isso: o poder, nessa dupla valência de subordinação e produção, também não é explorado. Portanto, se a submissão é uma condição da sujeição, faz sentido perguntar: qual é a forma psíquica que o poder adota?

Com isso, pretendemos evidenciar que diferentes análises contemporâneas das relações de poder têm intuído um papel relevante da psique e de sua apropriação, o que parece ter se intensificado com os regimes neoliberais e seus modelos de atuação, inclusive utilizando-se de novas tecnologias como ferramentas fundamentais de operação. E não apenas isso: essas tecnologias têm modificado as formas de constituição do sujeito e as relações sociais em comparação com o século XX, especialmente no que se refere às tecnologias digitais.

É nesse contexto que também se inscrevem as análises de Han sobre a psicopolítica, que analisaremos mais precisamente a partir da próxima seção desta tese.

5.2 O MODELO DA PSICOPOLÍTICA SEGUNDO BYUNG-CHUL HAN

Na obra *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (2014), Han concentra seus esforços na caracterização da psicopolítica, ainda que esse não seja o único trabalho em que aborda o tema. Para esta tese, propomos que a psicopolítica funcione como via de acesso aos outros conceitos de Han, na medida em que os dispositivos de poder, que serão analisados na segunda parte desta tese, pressupõem esse modelo e dele derivam. A partir desse

pressuposto, será possível identificar a forma paradigmática de atuação do poder nas sociedades neoliberais, bem como seus mecanismos e efeitos.

5.2.1 Do modelo disciplinar-biopolítico à psicopolítica

Inicialmente, é importante reconhecer que Han formula críticas contundentes a Foucault em diversas ocasiões, inclusive asseverando que a biopolítica é “totalmente inadequada” para explicar o regime neoliberal (HAN, 2018b, p. 35). Um leitor apressado pode considerar que isso seja uma negação dos modelos de poder disciplinares-biopolíticos, mas tal suposição dificilmente seria correta. Em última análise, a constatação de que o modelo biopolítico se mostra insuficiente para explicar a sociedade neoliberal implica o reconhecimento de que esse modelo já foi outrora o paradigma de poder predominante dessa sociedade. Dessa forma, nesse caso, as conclusões de Foucault acerca dos modelos paradigmáticos de exercício de poder não são opostos, mas sim sobrepostos. Isso porque, evidentemente, ainda existem instituições como presídios, escolas, hospitais etc., todas vinculadas a modelos disciplinares, assim como existem controles biopolíticos relacionados à natalidade, mortalidade, saúde, criminalidade etc.

Dessa forma, identificar um modelo paradigmático de exercício de poder na sociedade neoliberal não implica considerá-lo como o único, tampouco negar a existência de outros modelos e formas de exercício de poder. No entanto, é importante considerar que novos modelos de poder podem emergir à medida que as necessidades se modificam continuamente. Conforme observado por Foucault, os modelos de poder pastoral, soberano, disciplinar e biopolítico não são estáticos, mas sujeitos a mudanças e adaptações.

Nesse sentido, a psicopolítica pode ser compreendida como um novo modelo de poder que tem como característica central o foco na psique, nos “desejos ocultos” e nas “necessidades e anseios”, visando o acesso a pensamentos ou necessidades íntimas (HAN, 2018b, p. 35). Tal aspecto é crucial para distinguir a psicopolítica enquanto modelo autônomo de poder, distinto da biopolítica. Segundo Han (2016), o poder disciplinar e a biopolítica têm como foco a “administração dos corpos” e a “gestão calculista da vida”, conforme expressões utilizadas por Foucault (1988, p. 130). Portanto, o primeiro movimento crucial que marca a transição dos modelos disciplinar-biopolítico para o psicopolítico é a substituição de seu objeto principal de manipulação: a psique, em lugar dos corpos.

Conforme observado, Foucault, de fato, apresenta os corpos como destinatários do poder, tanto sob uma perspectiva individual e “microfísica”, quanto sob a perspectiva da “população” enquanto coletividade. Conforme mencionado anteriormente, os modelos soberano, disciplinar e biopolítico foram respostas a uma urgência histórica, especificamente no contexto de transição das formas de produção agrária para a industrial. A referida modificação demandou a constituição de um novo corpo, fundamentado no hábito, na uniformização, padronização e automatização de movimentos em sincronia com a cadência das máquinas industriais. Portanto, foi um processo de adaptação mecânica do corpo à produção industrial, com vistas à docilidade-utilidade, por meio de uma “ortopedia concentrada”, como lembra Han (2017, p. 34) ao citar Foucault. De modo análogo, a psicopolítica se manifesta frente a outras urgências que se colocam em nosso tempo, em grande medida também relacionadas à alteração do modo de produção

Dessa forma, as abordagens disciplinares e biopolíticas se mostraram eficazes na explicação dos modelos de poder vigentes na sociedade industrial até, pelo menos, o final da segunda metade do século XX. Entretanto, tal abordagem revelou-se insuficiente para descrever a nova forma de poder social emergente com a consolidação do neoliberalismo. Diante disso, Han (2018b, p. 37-38) propõe a necessidade de revisão do modelo analítico do poder, com a substituição da biopolítica pela psicopolítica, justamente em razão de sua inoperância para descrever a sociedade neoliberal. Essa circunstância, inclusive, teria sido percebida por Foucault, sendo apenas sintomático o fato de que ele tenha falado tão pouco sobre biopolítica no curso proferido entre 1978 e 1979, que deu origem à obra *Nascimento da biopolítica*, por ter se alongado “talvez demais, [na exposição] sobre o neoliberalismo” (FOUCAULT, 2008a, p. 257, inserção nossa).

No centro da transformação do modelo de poder predominante encontram-se tecnologias relevantes e transformações do próprio modelo capitalista, atualmente “determinado por modos imateriais e incorpóreos. São produzidos objetos intangíveis, como informações e programas” (HAN, 2018b, p. 40). Essa evidência é manifesta nos processos produtivos das indústrias e do setor agrícola, que têm utilizado, gradativamente, um número cada vez maior de máquinas e equipamentos automatizados, em um nível nunca antes observado. Tal fenômeno é consequência da integração entre máquinas de produção, computadores e redes de informações.

Ademais, o trabalho humano está mais associado à gestão e operação de informações que controlam máquinas do que à operação direta e imediata dessas máquinas. Sobre isso, e de

modo muito preciso, Deleuze (1992, p. 223) relaciona os modelos de sociedade às máquinas que os representam — não porque as máquinas tenham produzido os modelos sociais, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem origem. As antigas sociedades, isto é, as sociedades cujo paradigma de poder é o soberano, são representadas por “máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios”. As sociedades disciplinares são representadas por “máquinas enérgicas”, movidas a petróleo, eletricidade, construídas em aço, ferro e engrenagens, representadas por fábricas em linhas de montagem e produção em série. Já as sociedades de controle são representadas por “máquinas de informática e computadores” (DELEUZE, 1992, p. 223).

Dessa forma, enquanto a sociedade disciplinar priorizava a otimização dos corpos na produção, a sociedade psicopolítica objetiva, sobretudo, a regulação da psique como meio humano necessário ao novo modelo produtivo. Isso não indica, contudo, a desistência dos corpos como objetos de exploração, mas uma mudança para outras formas de exploração, inclusive como “um objeto de otimização estética ou técnico-sanitária”, liberando-o “do processo imediato de produção” (HAN, 2018b, p. 40), ao menos em uma primeira análise. Em verdade, a centralidade da psique implica igualmente na modificação da forma de exploração dos corpos, cuja racionalidade passa a ser orientada, no limite, também pela psicopolítica. Ademais, como será demonstrado na segunda parte desta tese, o poder exercido sob a forma de uma psicopolítica também explora os corpos, frequentemente implicando o entrecruzamento do modelo disciplinar-biopolítico.

No entanto, na interpretação de Han, a distinção entre os regimes disciplinar-biopolítico e psicopolítico é claramente delineada, no sentido de que o primeiro tem os corpos como seu principal objeto de controle, enquanto o segundo objetiva o controle da psique, conforme podemos ler de modo bastante sintético a seguir:

O poder disciplinar descobre a ‘população’ como massa de produção e reprodução que deve ser administrada meticulosamente. A biopolítica se ocupa dele. A reprodução, as taxas de natalidade e mortalidade, a qualidade da saúde e a estimativa de vida se tornam objeto de controles regulatórios. Foucault fala expressamente da ‘biopolítica da população’. A biopolítica é a técnica de governança da sociedade disciplinar, mas é totalmente inadequada para o regime neoliberal, que, antes de tudo, explora a *psique*. A biopolítica usa as estatísticas demográficas, não possui acesso ao psíquico. Ela não fornece um *psicograma* da população. A demografia não é uma psicografia; não explora a psique. Aí reside a diferença entre estatística e o *big data*. A partir do *big data* é possível extrair não apenas o psicograma individual, mas o *psicograma coletivo*, e quem sabe até o *psicograma do inconsciente*. Isso permitiria expor e explorar a psique até o inconsciente (HAN, 2018b, P. 35-36, grifo do autor).

Dessa forma, como existem alvos distintos, a psicopolítica empregará novas técnicas de intervenção. Segundo Han, a técnica disciplinar-biopolítica se baseia em modelos de

negatividade, em técnicas de adestramento que regulam maquinalmente os corpos. Os objetivos dessa técnica são a produção de sujeitos seriais e a correção de desvios e anormalidades. Portanto, materializam-se como técnicas de coerção e correção que atuam em um âmbito microfísico sobre os sujeitos, mas também de modo coletivo sobre a população. O fato de as técnicas disciplinares-biopolíticas serem também produtivas não as despoja de sua essência de negatividade. Prova disso seria o fato de Foucault (1995, p. 244–245) afirmar que as relações de poder e a insubmissão da liberdade são inseparáveis e que convivem em uma relação de “agonismo”, isto é, uma relação de combate em que os oponentes desenvolvem estratégias de luta e injúrias mútuas.

Disso decorre que a liberdade e a relação de poder são não miscíveis, ainda que coexistentes, ou seja, a relação de poder se coloca frente à insubmissão da liberdade em uma relação de combate ou de provocação. Para Han, entretanto, Foucault não teria considerado suficientemente que a liberdade pode ser explorada na própria relação de poder. Ou seja, a relação de poder e a liberdade não são necessariamente imiscíveis, podendo existir sem provocação ou contraposição.

Nesse caso, talvez Han leve ao limite o pensamento foucaultiano sobre a contraposição entre poder e liberdade, pois a partir de Foucault pode-se deduzir, ainda que de modo não enfático, uma certa vontade do indivíduo de se sujeitar, especialmente nas passagens em que Foucault trata do *homo oeconomicus*. Ainda assim, parece justa a interpretação de que Foucault não chega a aprofundar definitivamente a exploração da liberdade como técnica de poder. Ao colocar a psique como objeto de exploração das relações de poder, Han realiza essa mudança. Isto é, a psicopolítica é essencialmente uma relação positiva de exercício do poder, na qual a continuidade do poder se dá em uma positividade consensual, sem agonismo e sem luta entre poder e liberdade, buscando acesso aos “pensamentos ou necessidades íntimas” (HAN, 2018b, p. 35). Com isso, a positividade psicopolítica representará o novo modelo paradigmático de exercício do poder e das técnicas de poder, como veremos.

5.2.2 Psicopolítica e a exploração da liberdade

Segundo Han (2018b, p. 9), “a liberdade terá sido episódica”, pois o sentimento de liberdade existe entre os momentos, nas passagens de uma forma de vida a outra. Assim, o destino do sujeito, que literalmente significa “estar submetido”, é passar de uma forma de

coerção a outra. O sentimento de liberdade é mais forte em momentos de ruptura, logo sucedidos por novas formas de sujeição. Tendo isso em vista, o que torna o sistema neoliberal “muito eficiente” ou até “inteligente” é o fato de explorar a liberdade: “tudo aquilo que pertence às práticas e às formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado” (HAN, 2018b, p. 11). Portanto, o grande trunfo do regime neoliberal é substituir a crença de que sejamos sujeitos — e, portanto, submetidos — pela ideia de que sejamos “projetos livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente”. A figura central do sujeito como projeto neoliberal é o “empresário de si mesmo”, que se entende livre de todas as coerções para se explorar. Desse modo, as coerções externas são eliminadas em prol das coerções internas, “na forma de obrigações de desempenho e de otimização” (HAN, 2018b, p. 9).

Dessa forma, a psicopolítica atua explorando a liberdade — e é nesse ponto que reside a sua positividade, ao contrário da coerção, que assume a forma negativa do dever (HAN, 2018b, p. 10). Com isso, levando em consideração o aspecto estratégico, o poder assumido como liberdade adquire um caráter mais eficiente e estável do que o dever, pois, ao contrário de impor uma obrigação, apresenta-se como um campo de possibilidades no qual o sujeito deve decidir. A fórmula do poder, assim, se desloca de “você deve” para “você pode”, em um registro positivo. “O *dever* tem um limite; o *poder* não” (HAN, 2018b, p. 10, grifo do autor), pois o limite do dever reside na oposição, desobediência, na contravenção, no “não” enfático. Como negatividade, a imposição do dever encontra seu limite na violência, que pode levar o outro à morte. Por outro lado, na positividade do poder não há coerções externas: é o próprio sujeito que quer. Trabalha-se com o “sim”; não querer poder é interpretado como uma ação contra a liberdade, uma ação contra si mesmo. Desse modo, paradoxalmente, Han (2018b, p. 10) reconhece que, ao explorar a liberdade, a psicopolítica gera mais coerções, tendo em vista que o sujeito permanece inscrito em uma relação de submissão, mas se crê livre e explora a si mesmo na medida em que se anula o antagonismo entre liberdade e coerção: o sujeito neoliberal que se julga livre “é na realidade um *servo absoluto*, na medida em que, sem um senhor explora voluntariamente a si mesmo” (HAN, 2018b, p. 10, grifo do autor).

Cabem alguns aprofundamentos e discussões sobre a ligação entre a liberdade e o poder, uma vez que há análises que são bastante críticas à aproximação que Han promove entre ambos, além de um tensionamento interno em sua própria obra. Essa problemática envolve a discussão sobre a violência nas relações de poder, ao ponto de Sastre (2019) e Prozorov (2021) analisarem que seria problemática a ideia de um poder não violento, derivada da aproximação entre liberdade e poder.

Sobre o tema, é possível citar, inicialmente, Prozorov (2021, p. 448, tradução nossa), que afirma que Han, na realidade, descreve, de maneira “mais bombástica”, “um resumo perfeito do argumento do primeiro volume de *História da Sexualidade* de Foucault (1990), assim como de seus outros trabalhos sobre a confissão como uma tecnologia de poder”⁴³. Uma vez que ideia de “um ‘poder inteligente que evita a repressão e opera por meio da injunção à liberdade apenas estende a crítica de Foucault à hipótese repressiva, ainda que Han, segundo Prozorov, exagere o caráter “amigável” do poder, sua “efetividade” e sua “suposta cordialidade”⁴⁴ (PROZOROV, 2021, p. 448, tradução nossa).

Prozorov considera que Han “superenfaziza a astúcia do ‘psico-poder’” ao negar a coerção e a “violência aberta” que dele emanariam, e que, com isso, fecharia numerosas possibilidades de resistência, uma vez que “se o poder não é repressivo, mas sedutor, amigável e inteligente, se opera por meio de jogos, entretenimento e comunicação, então só pode ser resistido por meio de uma autoexclusão extrema da totalidade de seus aparatos”⁴⁵ (PROZOROV, 2021, p. 448, tradução nossa).

Contudo, a crítica de Prozorov apresenta um equívoco fundamental em relação às teses de Han. Prozorov cita exclusivamente a obra *Psicopolítica* em seu artigo, o que se mostra problemático ao ignorar todo o aspecto da violência autoimposta que decorre da psicopolítica, amplamente defendido por Han, inclusive nesta mesma obra, por exemplo, ao descrever a “violência da positividade” psicopolítica, mas também com mais profundidade na obra *Topologia da violência*. O erro consiste em considerar que não haja violência na exploração da liberdade como *método* da psicopolítica. Não se trata apenas da violência como efeito das relações de poder psicopolíticas, mas como ferramenta promotora e instigadora da submissão da subjetividade ao modo de exploração psicopolítico. O dispositivo do desempenho é um exemplo disso, pois induz o sujeito ao máximo de rendimento, o que, por si só, é uma forma violenta de exploração das forças vitais e de todas as atividades humanas.

⁴³ Texto original: “The claim about the succession of biopolitics by psychopolitics becomes even more dubious if we consider that the logic that Han describes is a perfect summation of the argument of Foucault’s first volume of *History of Sexuality* (1990) as well as his other works on confession as a technology of power”.

⁴⁴ Texto original: “Han’s idea of ‘smart power’ that avoids repression and operates via injunction to freedom merely extends Foucault’s critique of the repressive hypothesis (1990: 15–35), even though he might be overstating both the ‘friendly’ character of power and the effectiveness of this friendliness (Han, 2017: 13–15)”.

⁴⁵ Texto original: “If power is not repressive but seductive, friendly and smart, if it operates through games, entertainment and communication, then it can only be resisted by an extreme self-exclusion from the entirety of its apparatuses”.

Por outro lado, Prozorov desconsidera que a relação de poder, independentemente do modelo que assuma, é formadora do sujeito, isto é, se apresenta como uma forma de assujeitamento que produz um sujeito — ainda que ele não possa ser reduzido exclusivamente ao poder que o produziu (BUTLER, 2017, p. 24). Isso significa que o processo de assujeitamento é também um processo formativo, de modo que, no sistema psicopolítico, explorar a liberdade implica o uso de mecanismos capazes de internalizar as coações, envolvendo múltiplas técnicas que podem não ter a aparência de violência. No modelo psicopolítico, a gamificação e o estabelecimento de metas pessoais são exemplos de técnicas, muitas vezes sutis, de internalização de coações, que são violentas não apenas porque induzem à autoexploração, mas também porque representam constante ameaça de exclusão social aos sujeitos, por exemplo.

Por sua vez, Sastre (2019, p. 252, tradução nossa) coloca a problemática da seguinte maneira:

A dominação de que fala Han assume a forma de um poder que coincide com a liberdade, ou pelo menos com aquilo que hoje se diz ser liberdade. Se a liberdade é vontade livre, então, por vontade própria, o indivíduo pode submeter-se a um poder externo e indiferente aos interesses que subjazem à sua vida enquanto integração plena corpo-psique. Embora psicologicamente o indivíduo esteja convencido do que quer ou do que faz, ele pode autoinfligir danos, sendo até capaz de se autocoagi. É nesse ponto que começa a se evidenciar o conflito que Han cria em sua própria filosofia: acontece que o poder não é violência, não tem nada a ver com ela; no entanto, o poder, em coincidência com a liberdade, faz com que o indivíduo possa prejudicar a si mesmo por vontade própria⁴⁶.

E conclui:

Como, então, podem as estruturas diferenciadas do poder e da violência alcançar um ponto em comum? A resposta é que isso ocorreria onde a violência se dissolve no poder, ou seja, quando há uma mediação simbólica que faz com que a violência se apresente como consentimento voluntário. O problema, nesse sentido, é saber se Han, em algum momento, deixou de perceber a violência no poder, ou se *Topologia da violência* é a obra em que, timidamente, o autor recua e reconhece que sua tentativa de pensar uma forma pura de poder idêntica à liberdade era uma mera artimanha para encobrir a violência que está sempre latente na dominação. Se for esse o caso, Han reconheceria que a psicopolítica se fundamenta em uma fraude que ele próprio endossou e defendeu⁴⁷ (SASTRE, 2019, p. 252-253, tradução nossa).

⁴⁶ Texto original: “La dominación de la que habla Han toma la forma de un poder que coincide con la libertad, o al menos con aquello que hoy en día se dice que es la libertad. Si la libertad es voluntad libre, entonces, por voluntad propia el individuo puede someterse a un poder externo e indiferente a los intereses que subyacen a su vida en tanto que integración plena cuerpo-psique. Aunque psíquicamente el individuo esté convencido de lo que quiere o de lo que hace, este, puede auto-infligirse daño, incluso, es capaz de auto-coaccionarse. En este punto comienza a verse el conflicto que Han crea en su propia filosofía: resulta que el poder no es violencia, nada tiene que ver con ella, sin embargo, el poder en coincidencia con la libertad causa que el individuo pueda dañarse a sí mismo por voluntad propia”.

⁴⁷ Texto original: “¿Cómo pueden entonces alcanzar un punto en común las estructuras diferenciadas del poder y la violencia? La respuesta es que esto sucedería allí donde la violencia se disuelve en el poder, es decir, cuando hay una mediación simbólica que hace pasar a la violencia como consentimiento voluntario. El problema al

O problema apontado por Sastre é distinto do de Prozorov, ainda que estejam intrinsecamente relacionados à problemática da liberdade e do poder. Sastre equivocadamente relaciona o poder à violência, sem considerar seu caráter produtivo, que não se baseia na violência, mas em estímulos e arranjos da subjetividade que instigam e moldam desejos e vontades. Ademais, isso não é contraditório na obra de Han, que apresenta não só facetas, mas também efeitos distintos de poder. Em outras palavras, o fato de o poder estar orientado à positividade não é contraditório com a coexistência de técnicas violentas e não violentas; de fato, isso sequer é exclusividade da técnica psicopolítica. Portanto, a violência não está *sempre* “latente na dominação”, porque nas relações de poder não está sempre em jogo a violência, mas técnicas positivas e constitutivas da subjetividade que incrementam desejos e estímulos, ainda que a violência possa estar presente no horizonte possível de efeitos de poder.

Na verdade, parece que existe uma questão mais relevante na interpretação de Han ao aproximar liberdade e poder, que não está relacionada à violência. Trata-se do fato de Han intensificar a proximidade entre poder e liberdade, sugerindo quase uma eliminação da relação de poder em razão da identidade entre poder e liberdade. Isso aparece de forma marcante em alguns trechos de *Sociedade da Transparência*, quando Han sugere estranhamente que o dispositivo da transparência tende a eliminar até mesmo as relações estratégicas e de poder.

A transparência é um estado de simetria. Dessa forma, a sociedade da transparência busca eliminar todas as relações assimétricas. Entre elas está o poder, que, por si só, não é diabólico; em muitos casos, ele é produtivo e promotor. Ele gera um espaço livre e um espaço de jogo para a configuração política da sociedade (HAN, 2017c, p. 25).

Também em *No Enxame* (2018a, p. 20), Han defende que o sistema capitalista atual seria baseado muito mais em “uma exploração sem dominação”, ao destacar o papel ativo dos sujeitos como exploradores de si mesmos.

A partir dessas duas afirmações, Han parece sugerir que a autoexploração elimina as relações de poder, na medida em que poder e liberdade passam a ser considerados equivalentes. No entanto, isso seria totalmente contraditório com a sua própria obra, que descreve a psicopolítica e formas contemporâneas de ação do poder, apesar de tais afirmações hiperbólicas efetivamente existirem. Quanto à transparência, no máximo concordaríamos que ela produz um estado aparente de relação assimétrica ou torna as relações simétricas ainda mais dinâmicas e

respecto es saber si Han en algún momento terminó de perder de vista la violencia en el poder, o si Topología de la violencia es la obra en la que, tibiamente, el autor recula y reconoce que su intento de pensar una forma pura del poder idéntica a la libertad era una mera argucia para encubrir la violencia que siempre está latente en la dominación. De ser lo segundo, reconocería Han que la psicopolítica se cimienta sobre un fraude que él mismo abaló y abanderó”.

instáveis. Logo, não se verifica uma eliminação da assimetria, visto que esta é intrínseca às relações de poder: a própria dominação deriva dessas relações. Portanto, ainda que o sujeito explore a si mesmo, isso não significa que ele não se submeta às relações de poder/dominação. Afinal, o caráter volitivo da ação não é o aspecto mais decisivo para identificar a existência de uma relação de poder. Dito de outro modo, aquele que está assujeitado pode querer e, por isso, reproduzir a ação que lhe é esperada, simplesmente porque a técnica de poder foi eficaz a ponto de o sujeito não perceber o condicionamento prévio da sua ação. Isso não significaria, portanto, a inexistência da relação de poder, mas a eficácia da técnica de poder em superar as possíveis resistências do sujeito. Certamente, quando o desejo e a vontade do sujeito se identificam com a ação que se espera dele, estamos diante de formas mais eficientes de poder.

Se aprofundarmos mais esse problema, perceberemos que essa tensão ou ambivalência entre ação livre e ação condicionada é intrínseca à relação de poder e, por extensão, ao próprio processo de assujeitamento, independentemente do modelo paradigmático de poder. É fundamental compreender que as fronteiras entre a ação livre e a ação condicionada pelo poder nem sempre são evidentes. Butler (2017, p. 23, grifo da autora) problematizou bem essa questão e considera que o sujeito é “em si o lugar dessa ambivalência, o lugar em que ele surge tanto como *efeito* de um poder anterior quanto como *condição de possibilidade* de uma forma de ação radicalmente condicionada”. Por isso,

podemos pensar que o sujeito deriva sua ação precisamente do poder ao qual se opõe, por mais estranha e desagradável que essa ideia pareça, especialmente para quem acredita que a cumplicidade e a ambivalência deveriam ser eliminadas de uma vez por todas. Se o sujeito *não* é totalmente determinado pelo poder, *tampouco* é totalmente determinante do poder (mas é significativa e parcialmente as duas coisas), isso significa que ele ultrapassa a lógica da não contradição — é uma excrecência da lógica, por assim dizer. Afirmar-se que o sujeito ultrapassa essa dicotomia não é dizer que ele vive em alguma zona livre de sua própria feitura. Exceder não é escapar, e o sujeito excede precisamente aquilo a que está vinculado. Nesse sentido, o sujeito não pode suprimir a ambivalência que o constitui. Dolorosa, dinâmica e promissora, essa vacilação entre o ‘já existente’ e o ‘ainda por vir’ é uma encruzilhada que religa cada passo que a atravessa, uma reiterada ambivalência bem no cerne da ação. O poder rearticulado se ‘re’-articula no sentido de que já está feito e no sentido de que se refaz, faz-se de novo, mais uma vez (BUTLER, 2017, p. 26-27, grifo da autora).

Ainda que essas reflexões não estejam especificamente presentes na obra de Han, as teses de Butler vêm ao socorro dessa evidente tensão criada ou observada por Han no modelo psicopolítico, que, ao explorar a liberdade, borra ainda mais as fronteiras entre ação livre e ação condicionada, o que resulta no seu sucesso. Afinal, como resistir a um poder que se manifesta como liberdade? Mas não só isso: um poder cujo resultado é a regulação da psique, cujo processo de assujeitamento leva os indivíduos a efetivamente agirem por si próprios, segundo seus desejos e vontades, em consonância com os objetivos da própria relação de poder. E tudo

isso sem cair na conclusão, até mesmo ingênua, de que se trata de um sujeito enganado, de um sujeito que seja meramente ludibriado pelo poder da ideologia. A discussão vai além desses termos, pois o processo de assujeitamento é formativo, constituindo uma subjetividade que torna o indivíduo precedente e subsequente à própria relação de poder, portanto, os indivíduos são ao mesmo tempo sujeitos e agentes.

Essa forma de agir do poder, a partir de processos de assujeitamento que têm a psique como objeto, condiz com a descrição de Han sobre a psicopolítica. Trata-se de uma forma de atuação pré-reflexiva, semiconsciente e corporalmente impulsiva da ação. Seu sucesso deve-se ao domínio da "positividade", que "em vez de usar ameaças negativas, ela trabalha com *estímulos positivos*" (HAN, 2018b, p. 52, grifo do autor). Portanto, trata-se de uma "*política inteligente* que busca agradar em vez de oprimir" (HAN, 2018b, p. 53, grifo do autor).

É na ideia de um *poder inteligente* que se encontra uma das teses mais fundamentais sobre a psicopolítica. E não se pode interpretar erroneamente que a ausência de violência ou de coação, ao menos não sob a estrutura "negativa" de proibições e regulamentações, significa ausência de poder. Apesar de Han muitas vezes aproximar, talvez excessivamente, o poder e a liberdade, eles permanecem como instâncias distintas. O que é inteligente na forma psicopolítica é a atuação sutil, não dependente de violências coercitivas diretas, ainda que ela possa fazer uso da "violência da positividade". A técnica psicopolítica busca controlar as "vontades em seu próprio benefício", esforçando-se para "produzir emoções positivas para explorá-las" (HAN, 2018b, p. 26-27).

Somente um controle que tenha um "acesso sutil à psique" (HAN, 2018b, p. 87) é capaz de "se plasmar" a ela, constantemente "lendo" e "avaliando" os pensamentos conscientes e inconscientes (HAN, 2018b, p. 27-28). Dessa forma, o caráter "amigável" e "sedutor" operado pelo "poder inteligente" não passa de mera aparência, até porque não há dúvidas de que se trata de uma técnica de intervenção que "destrói a alma" e tem a capacidade de conduzir ao "colapso mental" (HAN, 2018b, pp. 46-48).

Han apresenta, portanto, a psicopolítica como uma forma paradigmática de poder, e mesmo, como "uma nova forma de subjetivação" (HAN, 2018b, pp. 46-48), capaz de explicar o modelo de poder das sociedades neoliberais. Em outras palavras, a psicopolítica neoliberal é definida como "a técnica de dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante por meio da programação e do controle psicológicos" (HAN, 2018b, p. 107).

Em resumo, a psicopolítica pode ser descrita pelos seguintes elementos: 1) diferencia-se substancialmente do modelo disciplinar-biopolítico, uma vez que coloca a psique como objeto central de controle; 2) representa, portanto, uma nova forma paradigmática de poder; 3) o controle psíquico tem características coletivas e individuais. Trata-se de um poder inteligente, pois seu principal modo de ação é agir sobre os desejos e sobre aspectos pré-reflexivos, inconscientes e semiconscientes da psique, que antecedem a ação; 4) Sua intervenção geralmente é não violenta, apesar de não ser completamente desprovida de violência, seja como técnica de poder ou como efeito dele; 5) Como um novo modelo de poder, representa uma nova forma de subjetivação que explora a liberdade, tendo a psique como objeto.

Tendo em vista essas características, podemos deduzir da obra de Han três dispositivos psicopolíticos de poder: o da transparência, o da informação e o do desempenho. Em nossa interpretação, esses três dispositivos fornecem a espinha dorsal para a caracterização da psicopolítica, ainda que não se trate de uma lista exaustiva e que não seja possível pensar em outras vias de acesso ou outros eventuais dispositivos em jogo na relação de poder psicopolítica⁴⁸.

É importante destacar que essa divisão tem caráter principalmente metodológico. Considerando a definição foucaultiana de “dispositivo”, constatamos que o termo designa tanto os elementos heterogêneos que conferem forma instrumental a determinada ação de poder quanto o elo que os articula. Assim, a divisão entre os dispositivos psicopolíticos é possível porque, de um lado, eles apresentam formas estratégicas e objetivos específicos distintos; de outro, porque operam de maneira conjunta. Por essa razão, optamos por essa divisão, ressaltando seu funcionamento articulado e a inexistência de hierarquia ou precedência entre

⁴⁸ Sob uma perspectiva estética, poderia ser explorado o dispositivo do “liso” ou “do polido”, como sugeriu o prof. Lucas Machado durante a arguição de defesa. Nessa análise, proporíamos *A Salvação do Belo* (HAN, 2016a) como obra de referência. Nela, Han associa o excesso de positividade ao estabelecimento de uma nova estética, baseada no que ele chama de “liso” ou “polido”. Segundo o autor, tais elementos podem ser identificados não apenas em expressões artísticas em suas múltiplas formas (pintura, música, dança, literatura, cinema etc.), mas também representam um modo de vida — inclusive em aspectos relacionados à estética dos corpos, entre outros — e que poderíamos ainda associar aos dispositivos que trabalhamos nesta tese, relacionados à transparência, à informação e ao desempenho. Um trecho que ilustra bem essas associações é o seguinte: “O polido é alguma coisa de que alguém simplesmente gosta. Carece da negatividade do contrário. Deixou de ser um corpo contraposto. Também a comunicação, hoje, se torna lisa. Amacia-se através da transformação de uma troca sem fricção de informações. A comunicação polida carece de toda a negatividade do diferente e do estranho. A comunicação alcança a sua máxima velocidade quando o idêntico comunicação polida do idêntico. A positividade do polido acelera os circuitos de informação, de comunicação e de capital” (HAN, 2016a, p. 20-21). Contudo, em vista da completude deste trabalho e pelo fato de que os dispositivos aqui tratados não o são de maneira exaustiva, remeteremos essa análise a trabalhos futuros.

eles, já que sua ação ou preponderância, na prática, dependerá das técnicas empregadas e dos objetivos da ação do poder.

Com isso, será possível aprofundar a pesquisa sobre a forma de atuação da psicopolítica e as técnicas de poder empregadas, estabelecendo diálogo com interlocutores citados pelo próprio Han, além de outros que abordam problemáticas filosóficas afetas ao tema das relações de poder nas sociedades neoliberais. Propomos também, ao final de cada subcapítulo, uma abordagem empírico-filosófica sobre como se dá, na realidade, a materialização dos dispositivos de poder analisados, valendo-nos das categorias foucaultianas de análise do tipo de relações, isto é, a partir de seus sistemas de diferenciação, tipos de objetivos, modalidades instrumentais, formas de institucionalização e graus de racionalização.

PARTE II – DISPOSITIVOS PSICOPOLÍTICOS

6 DISPOSITIVO DA TRANSPARÊNCIA

A partir da definição de Foucault e dos usos que ele fez do conceito, vimos que o conceito de dispositivo pode designar tanto os elementos heterogêneos que compõem um tipo específico de exercício de poder quanto o nexo que se estabelece entre eles. Assim, no decorrer desta segunda parte, será possível reconhecer que a transparência é um dos principais dispositivos da técnica psicopolítica, na medida em que atua como elemento agregador de diversas técnicas e tecnologias de poder, como a informação, as redes digitais, o tempo, dentre outros. Ademais, o dispositivo da transparência está sempre inscrito no âmbito da positividade própria do poder psicopolítico, que já definimos anteriormente.

Por outro lado, é necessário salientar que Han utiliza em poucas oportunidades a expressão “dispositivo” para tratar de qualquer fenômeno do poder. Han escreve sobre uma sociedade da transparência, como trata também de uma sociedade do cansaço, da informação, etc. Mas, como ficará mais evidente ao longo dessa seção, a utilização do conceito de dispositivos é adequada para tratar da transparência, uma vez que ele se refere a um fenômeno que permeia as diferentes técnicas de poder, seja em relação a seus objetivos, seja como nexo entre elas. Nesse sentido, portanto, o que chamamos por dispositivo da transparência se expressa de diferentes formas:

As coisas se tornam transparentes quando eliminam de si toda e qualquer negatividade, quando se tornam rasas e planas, quando se encaixam sem qualquer resistência ao curso raso do capital, da comunicação e da informação. As ações se tornam transparentes quando se transformam em operacionais, quando se subordinam a um processo passível de cálculo, governo e controle. O tempo se torna transparente quando é aplainado na sequência de um presente disponível. Assim, também o futuro é positivado em um presente otimizado. O tempo transparente é um tempo sem destino e sem evento. As imagens tornam-se transparentes quando, despojadas de qualquer dramaturgia, coreografia e cenografia, de toda profundidade hermenêutica, de todo sentido, tornam-se pornográficas, que é o contato imediato entre imagem e olho. As coisas tornam-se transparentes quando depõem sua singularidade e se expressam unicamente no preço. O dinheiro, que iguala tudo com tudo, desfaz qualquer incomensurabilidade, qualquer singularidade das coisas. Portanto, a sociedade da transparência é um abismo infernal (Hölle) do igual (HAN, 2017c, p. 9).

Isso que aqui denominamos de dispositivo da transparência é tema central da obra *Sociedade da transparência* o que não significa que esse e os outros temas sejam tratados isoladamente nos outros escritos de Han. Tendo isso em vista, apresentar a transparência como dispositivo significará também mobilizar outros elementos que compõem o modo de ação psicopolítico. A partir da análise, principalmente, da obra *Sociedade da transparência*, será possível demonstrar como a transparência e a exposição aparecem como instrumentos ou técnicas de poder psicopolítica.

6.1 POSITIVIDADE E TRANSPARÊNCIA

A transparência, como dispositivo de poder, é chamada por Domecq (2020) de um fenômeno multidimensional, pois opera sobre vários objetos. Isso se confirma na abordagem de Han ao explorar diversas formas pelas quais opera o dispositivo da transparência. A transparência, como os demais dispositivos psicopolíticos, opera de modo a incrementar a positividade e anular a negatividade tanto quanto possível. Assim, o jogo entre positividade e negatividade será o plano de fundo da análise de todos os dispositivos de poder. Por isso, de um certo modo, a positividade é a força motriz ou o objetivo de todos os dispositivos psicopolíticos de poder e Han, em *Sociedade da transparência*, demonstra os diversos formatos pelos quais a transparência se apresenta.

O primeiro aspecto da transparência é reflexo de sua estrutura psicopolítica, colocando-se em oposição ao jogo dialético positividade-negatividade, ou melhor, operando como se fosse possível uma vida de positividade sem negatividade. Com isso, o dispositivo da transparência é fundamentalmente falho ou incapaz de cumprir o que propõe porque pressupõe a exclusão da dimensão da negatividade. Na prática, é como se a transparência criasse uma

situação intermediária entre positividade e negatividade ao colaborar com a construção de um sistema que exclua a negatividade. Ao analisarmos as expressões da transparência nesta seção, veremos que essa característica está, de certo modo, sempre presente.

Vale destacar, entretanto, que essa forma de interpretar os fenômenos a partir dos conceitos de negatividade e positividade não é apresentada sistematicamente por Han, no sentido de existir uma obra, ou mesmo um trecho, em que ele exponha de modo explícito o que entende por positividade e negatividade. No caso do jogo entre positividade e negatividade, ambos os fenômenos aparecem intrinsecamente conectados, realizando oposições e tensionamentos quase “necessários”. Como fenômenos inseparáveis, eles não são julgados de um ponto de vista moral, isto é, não há preferência ou hierarquia entre um e outro: um não é necessariamente mais desejável que o outro. Pelo contrário, o que parece ser um problema é a eliminação de um dos polos de tensionamento, tal qual ocorre no regime psicopolítico. Portanto, parece haver uma valorização do tensionamento entre negatividade e positividade, não como estabilidade, mas como processo de movimento e transformações — que, de certo modo, poderíamos chamar de constantes “sínteses”. Isso se evidencia em diversos momentos da obra de Han e sob diferentes formas, especialmente quando acusa a psicopolítica, por meio de seus diversos dispositivos, de ser um modo de poder orientado à positividade, com a eliminação da negatividade. O acento problemático na positividade da sociedade psicopolítica pode, por exemplo, ser lido no seguinte trecho, no qual também é possível observar uma apropriação e influência da filosofia hegeliana em Han:

a sociedade positiva [termo que poderia ser substituído por ‘sociedade psicopolítica’] se despede tanto da dialética quanto da hermenêutica, sendo que a dialética repousa na negatividade. Assim, o ‘espírito hegeliano’ não se desvia do negativo, mas o sustenta e o conserva em si. A negatividade nutre a ‘vida do espírito’; o outro no mesmo, que gera uma tensão negativa, conserva vivo o espírito. Segundo Hegel, ele só é o ‘poder se olhar ‘no rosto’ o negativo, se se demorar junto a ele’. Esse demorar é a ‘força mágica que o converte no ser’. Quem se volta só para o positivo não tem espírito (HAN, 2017c, p. 12, inserção nossa).

Deste modo, a conexão realizada por Han entre os conceitos de transparência e positividade no primeiro capítulo de *Sociedade da transparência* define substancialmente o tom de toda essa obra e coloca a transparência como um dispositivo psicopolítico voltado a contornar a tensão entre negatividade-positividade, inerente às relações consigo mesmo e com o outro. Como tal tensão é intransponível para Han, a única maneira de dar certa estabilidade a um mundo apenas positivo é torná-lo raso e plano. Trata-se de uma transparência opaca, o que pode ser lido até pleonasticamente, porque a transparência tem, como dispositivo de poder, mais o sentido de não permitir ver com nitidez, isto é, de permitir uma visão apenas translúcida; da

mesma forma, a opacidade aqui não significa completamente escuro, mas pouca luz ou baixa iluminação: “a transparência não surge de uma fonte de luz iluminadora; o *medium* da transparência não é luz, mas uma radiação opaca que, em vez de iluminar, tudo penetra e torna tudo transparente” (HAN, 2017c, p. 47, grifo do autor). Logo, à transparência, como dispositivo de poder, falta o elemento essencial de aquilo que está escondido e não se mostra (negatividade) ou o que de fato se mostra (positividade) em suas tensões dialéticas: “contrariamente à luz, ela é penetrante e penetrável. Além disso, seu efeito é a homogeneização e o nivelamento, enquanto a luz metafísica gera hierarquias e distinções, criando assim ordenações e orientações” (HAN, 2017c, p. 47). Consequentemente, a caracterização da transparência se baseia em demonstrar como a transparência total é impossível, uma vez que seria necessário que operasse apenas no signo da positividade. Han trabalha, então, a transparência, negando a capacidade que ela teria de impor plenamente a positividade, ao passo que demonstra que, ao tentar fazê-lo, termina por aplainar as relações humanas. Por isso, é interessante notar que o termo transparência (*Transparenz*), seja em alemão ou em português, é mais comumente utilizado para designar algo que deixa passar a luz e permite ver perfeitamente do outro lado. Porém, também pode ser utilizado para descrever algo que não permite ver perfeitamente o que há do outro lado, que distorce o objeto a ser visto, isto é, como sinônimo de opaco.

A transparência se impõe por coação, com a finalidade de “operacionalizar e acelerar processos” (HAN, 2017c, p. 10). Isso pode ser lido ciclicamente no pensamento de Han em relação aos demais dispositivos, uma vez que a transparência favorece a produtividade e a fragmentação do tempo, apenas para citar outros dispositivos que se interligam à transparência e que também são objetos deste trabalho. Com base nisso, Han elenca alguns temas para demonstrar as características da transparência:

1) *Alteridade*: Han argumenta que a comunicação se intensifica por meio da circulação de informações com o objetivo de superar a alteridade como negatividade, que decorre do “fosso divisor” existente entre as pessoas e torna impossível ou desejável “criar uma transparência interpessoal” (HAN, 2017c, p. 11). O que se realiza é uma tentativa de eliminação da esfera privada, sem considerar que “o ser humano sequer é transparente para consigo mesmo” (HAN, 2017c, p. 11) e que “faz parte da integridade de uma pessoa certa dose de inacessibilidade e impermeabilidade” (HAN, 2017e, p.104). Por outro lado, a impossibilidade da transparência plena implica que ela seja imposta, por isso é adjetivada por Han como “coação”, “imperativo” ou “ditadura” da transparência. A imposição significa uma forma de

violência que elimina a alteridade em prol do “nivelamento do outro em igual, como eliminação da sua alteridade” (HAN, 2017e, p.104).

2) *Processo de conhecimento*: Han entende que a transparência opera por meio do encadeamento de informações, o que não significa nem a formação de teoria, de verdade ou de conhecimento, mas de fluxos de informações que se acumulam e se encadeiam. Esse processo de transparência por meio de informações não considera que “a negatividade do abandonar e do esquecer tenha um efeito produtivo” (HAN, 2017c, p. 12). Esse processo também ignora o papel da intuição e da formação de juízos como um processo cognitivo que cria conhecimento e verdade, seja atrelada à noção de facticidade ou à de narratividade, pois “a teoria no sentido enfático é uma manifestação da negatividade. Ela é uma decisão que estabelece o que pertence a ela e o que não. Enquanto uma narrativa altamente seletiva, ela traça uma senda de distinção” (HAN, 2017c, p. 13). Assim, o acúmulo de informações é um processo de soma e encadeamento incapaz de criar demarcações e limitações, não cria conhecimento e é incapaz de criar novos modos de ser. Já a teoria, como um processo de formação de verdade, “faz com que a realidade se manifeste ela própria, cada vez de modo diferente e de súbito, no qual aparece uma nova luz” (HAN, 2017c, p. 13).

3) *Processos afetivos*: a fruição dos afetos a partir do ponto de vista da transparência também se torna regulada pela ótica da positividade. Por exemplo, cria-se a ideia de uma vida que seja baseada apenas na felicidade, que não admitiria qualquer tipo de negatividade ou frustração. A espetacularização da vida é um reflexo desse processo quando se mostra, especialmente pelos meios digitais, uma aparente e constante felicidade ou, em seu limite, também a espetacularização da infelicidade não por ela mesma, mas a ser superada. Esses aspectos serão aprofundados a partir de outros dispositivos, mas apenas para demarcar os aspectos da transparência, Han trata da relação supostamente necessária entre felicidade e amor: “o amor é domesticado e positivado para a fórmula de consumo e conformidade, no qual todo e qualquer ferimento deve ser evitado” (HAN, 2017c, p. 13). Isso porque o dispositivo da transparência impele a um mostrar-se por completo, uma das características próprias da positividade. Assim, na fruição da felicidade ou mesmo do amor não se admite a negatividade que lhes são próprias, relacionada à falta, à ausência ou mesmo à incapacidade de sua constância: “uma sociedade que já não admitisse qualquer negatividade do oco ou da lacuna seria uma sociedade sem felicidade. O amor sem a lacuna do ver é pornografia; sem oco ou lacuna no saber o pensamento decai em cálculo” (HAN, 2017c, p. 12).

4) *Processos políticos*: o dispositivo da transparência se coloca como um imperativo de desideologização da política e de eliminação do agir estratégico próprio da

política. Han ressalta que a existência de uma esfera oculta é própria do agir político, uma vez que a estratégia depende de um certo grau de ocultação das ações presentes e futuras dos opositores, o que é inerente ao agir estratégico. Por isso, “a publicação de todas as intenções também impossibilita o jogo, pois este também é um fazer estratégico. Onde não é possível traçar uma estratégia existe apenas estatística, como sondagens de opinião” (HAN, 2017e, p. 106).

Os efeitos múltiplos do dispositivo da transparência são interpretados de forma bastante similar à nossa por Almedros (2018, p. 178, tradução nossa):

Nesse contexto, a espontaneidade da vida cotidiana perde o sentido à medida que se torna transparente e gera uma sociedade positiva, uniforme e sem diferenças. Isso entra em conflito com a ideia de autonomia que está na origem do liberalismo. Autonomia significa respeitar o que não se sabe sobre os outros, mantendo uma distância baseada na confiança, que é o pilar de todas as relações intersubjetivas. As virtudes do esquecimento e do perdão são ameaçadas pela natureza eterna da informação. A transparência também é apresentada nesse nível básico como o oposto. O respeito não é mais uma relação simétrica de reconhecimento, e o privado se torna menos importante. Há uma tendência à homogeneização, o que pode dificultar o reconhecimento de problemas comuns e, portanto, também a formação de vínculos sociopolíticos capazes de gerar algum tipo de resistência⁴⁹.

Dessa forma, o dispositivo da transparência contribui para a reprodutibilidade do poder sob a sua forma psicopolítica, fazendo desaparecer a sensação da agência do poder, mas não o próprio poder. Vale a pena recordar um dos enunciados que melhor sintetiza a análise haniana segundo a qual “o poder resplandece pela ausência” (HAN, 2019d, p. 92), ou seja, que o poder mais eficaz, menos sujeito a resistências e mais expansivo ou mais “poderoso” é aquele que não aparece como tal. Portanto, a tarefa da transparência está mais ligada ao desaparecimento da aparência do poder do que da relação de poder em si.

Ainda que, à primeira vista, isso possa parecer contraintuitivo, o “revelar” da transparência promove, na realidade, uma agenda de ocultação das relações sociopolíticas e das relações de poder que as compõem. Um exemplo paradigmático abordado por Han sobre essa dinâmica pode ser encontrado nos chamados “partidos piratas”, que têm entre suas principais

⁴⁹ Texto original: “En este contexto, lo espontáneo de lo cotidiano pierde sentido al hacerse transparente y se engendra una sociedad positiva, uniformada, sin diferencia. Esto entra en conflicto con la idea de autonomía que está en el origen del liberalismo. Autonomía es respetar lo que no se sabe de los otros, mantener una distancia que se sustenta en la confianza y que es el pilar de toda relación intersubjetiva. Las virtudes del olvido y el perdón peligran debido al carácter eterno de la información. La transparencia también se presenta en este nivel básico como lo contrapuesto. El respeto deja de consistir en una relación simétrica de reconocimiento, y lo privado pierde importancia. Se tiende a una homogeneización que podría dificultar el reconocimiento de problemas comunes y, por ello, también la configuración de lazos sociopolíticos capaces de engendrar algún tipo de resistencia”.

causas o fim das leis de propriedade intelectual e a defesa da democracia direta. Esses partidos não se definem dentro de nenhum espectro político tradicional, podendo abrigar partidários que vão da esquerda radical à extrema direita. Han (2017c, p. 12) afirma que o partido pirata é um “partido da transparência”, um “antipartido”, um “partido sem cor”, pois “a transparência não tem cor”: “nela, as cores não são admitidas como ideologias, mas apenas como opiniões desprovidas de ideologia. E opiniões não têm consequências, não são mordentes e penetrantes como as ideologias, faltando-lhes a negatividade repercutiva” (2017c, p. 14). Ou seja, busca-se ressaltar que o partido pirata é paradigmático quando se trata da imposição da transparência e da necessidade de eliminação de barreiras que são próprias das ideologias, que criam embates e tensões característicos dos processos políticos. Logo, os partidos piratas podem ser considerados de vanguarda ao assumirem tais posições consideradas “desideologizadas”.

Por outro lado, essa suposta desideologização da política também pode ser vista de modo paradigmático nas proposições tecnocráticas da gestão socioeconômica. Essas posições buscam resumir decisões políticas a questões técnicas, baseando-se essencialmente na necessidade de produção e exposição de dados, ou seja, como se a transparência fosse capaz de revelar a “verdade técnica” e, por consequência, transformar as decisões políticas em técnicas. A tecnocracia não surgiu no século XXI com a psicopolítica, mas foi absorvida por ela, apoiando-se em dados e informações produzidas para revestir decisões políticas de um caráter técnico e não ideológico. Desse modo, podemos considerar a tecnocracia como um modelo que prega a desideologização, em um sistema no qual não se discutem suas próprias raízes, mas apenas como gerir a sociedade neoliberal.

Paradoxalmente, é um sistema que oculta as relações de poder que se consolidam, não as omitindo, mas lançando luz sobre a tecnicidade dos processos políticos-sociais. Em outras palavras, é um sistema que oculta quanto mais se torna transparente. A transparência das contas públicas, das ações dos governantes, das ações das formas de repressão, entre outros dados, se acumula na sociedade da transparência, mas por si só não têm relevância, apenas fornecendo uma falsa ideia de evidência a todos os indivíduos da sociedade. Dessa maneira, trata-se de um modo muito particular de domínio que se estabelece sem questionamentos sistêmicos, à medida que se produzem dados sobre a gestão pública e as supostas necessidades sociais e econômicas. Han afirma que os partidos piratas são partidos “sem cores”, isto é, “sem ideologias”, e propõe a seguinte conclusão: “a atual sociedade da opinião deixa intocado aquilo que já existe” (HAN, 2027c, p. 14). Ainda que Han esteja tratando especificamente dos partidos piratas, esse diagnóstico pode ser aplicado à sociedade regida pelo modelo psicopolítico, pois o que está em

jogo é justamente desnortear os sujeitos com o excesso de dados, de transparência, de desempenho etc. Com isso, “a política dá lugar à violência das necessidades sociais, que deixa intocados os quadros das relações socioeconômicas já existentes, aferrando-se nesse propósito” (HAN, 2027c, p. 14). Portanto, a transparência atua essencialmente ocultando as relações existentes sob uma aura de evidência e habitualidade, o que constitui uma de suas marcas mais fundamentais: o revelar da transparência, na verdade, é opaco.

6.2 TRANSPARÊNCIA, SUBJETIVIDADE E UMA NOVA FORMA DE VALOR

Em *Sociedade da transparência*, Han descreve o surgimento de uma nova forma de valor, que ele chama de “valor expositivo”, contrapondo-o à teoria do valor que Marx (2013) apresenta na obra *O Capital*, livro I. É bastante conhecida a teoria marxista do valor, na qual Marx apresenta uma diferença essencial entre valor de uso, relacionado à capacidade ou utilidade de um bem de satisfazer as necessidades humanas, e valor de troca, relacionado à propriedade de um produto, enquanto mercadoria, de poder ser trocado por outras mercadorias distintas (CARCANHILO, 1998).

Em uma análise preliminar, pode-se argumentar que a exposição em si não constitui um valor intrínseco, mas é instrumentalizada para implementar novas formas de exploração capitalista, especialmente no contexto das economias digitais. Dessa maneira, a exposição de si e de nossos dados, por exemplo, seriam mecanismos de incrementação de processos de reprodução do capital ao facilitar o consumo e as trocas mercantis, além de criar novas formas de mercantilização do sujeito. Afinal, a utilização dos meios digitais em um contexto capitalista expressa uma atividade humana, um trabalho, na maior parte das vezes não remunerado, que produz uma série de mercadorias, como os próprios dados dos usuários que são amplamente comercializados pelas empresas que os exploram. Nesse contexto, se, de acordo com a teoria marxiana de valor, o trabalho humano é a fonte primária de valor, a utilização das mídias digitais em que cada clique, cada *like*, cada navegação, é rastreada e armazenada como dado, torna-se uma riqueza, ou um produto apto a ser mercantilizado.

Também nesse sentido, a (auto)exposição opera como uma extensão do fetichismo da mercadoria descrito por Marx. No fetichismo, as relações sociais entre os produtores são obscurecidas, e o valor das mercadorias aparece como algo inerente aos objetos. Por um lado, o mesmo ocorre com os dados e imagens que, inclusive, apesar de serem mercadorias, sequer

são reconhecidas por seus produtores, os sujeitos, exatamente como tais, isto é, como informações que podem ser trocadas. Justamente porque normalmente entendemos nossa atividade nas redes digitais como entretenimento, como uma atividade livre, que pode ser encarada de diversas maneiras, exceto como trabalho. Por outro, pode-se considerar que a exposição de si converte a própria subjetividade em uma mercadoria fetichizada, com valor de troca expresso nos dados e imagens, criando um ciclo de consumo simbólico que reproduz e sustenta novas formas de reprodução do capital.

Em um outro sentido, ainda no contexto marxiano, o uso desses dados se enquadra em um cenário mais amplo de controle social e ideológico, reforçando o domínio ideológico característico do capitalismo contemporâneo. Esse fenômeno pode ser analisado sob ao menos duas perspectivas. Na primeira, a exposição, a publicidade, a mercantilização e a exposição da vida cotidiana são práticas que naturalizam as relações capitalistas, inscrevendo-se nos sujeitos como práticas culturais habituais, que passam a ser vistas como modos naturais de viver. Na segunda, os dados que alimentam as redes podem ser considerados informações privilegiadas em um contexto de competição econômica. Nesse ambiente, algumas empresas capitalistas utilizam tais dados como ferramentas estratégicas para otimizar lucros e consolidar seu domínio econômico. Isso pode ocorrer de diferentes formas, como a análise desses dados para conhecer e desenvolver nichos de mercado, a promoção de produtos de forma mais eficaz ou mesmo o uso dessas informações para superar concorrentes. Além disso, as informações pessoais são frequentemente empregadas como instrumentos auxiliares de controle social pelo Estado, contribuindo para a manutenção de relações desiguais e fortalecendo mecanismos de controle repressivo exercidos pelas forças estatais.

Dessa maneira, é possível explorar os meios tecnológicos fundamentados na transparência, conforme definidos por Han, recorrendo exclusivamente às categorias marxistas, sem que seja necessário explorar a ideia de uma nova forma de valor. No entanto, Han propõe o surgimento do “valor expositivo” como uma nova forma de valor, que supostamente não se encaixa nos paradigmas tradicionais do valor de uso e valor de troca. Ele apresenta a seguinte proposição:

O valor expositivo constitui a essência do perfeito capitalismo e não pode ser reduzido à contraposição marxiana entre valor de uso e valor de troca. Não é um valor de uso porque está afastado da esfera do uso; tampouco é um valor de troca porque não reflete qualquer força de trabalho. Deve-se unicamente à produção do chamar a atenção (HAN, 2017c, p. 17).

Apesar de Han não aprofundar essas diferenças entre o valor expositivo e as formas de valor apresentadas por Marx, esse tensionamento nos parece relevante para compreender as

novas técnicas de poder. A partir de uma análise estilística ou da forma de fazer filosofia, compreendemos essa afirmação de Han de modo exemplar sobre como ele utiliza, de maneira referencial, teorias alheias — como a marxista —, ao mesmo tempo em que se distancia delas, demarcando suas próprias teses.

Especificamente neste caso, Han propõe uma abordagem com um enfoque mais ligado aos aspectos de subjetivação promovidos pelas novas técnicas de poder do capitalismo digital do que propriamente à economia política. Desse modo, sugerimos uma interpretação que seja mais complementar entre Han e Marx do que contraposta. A partir da análise preliminar que fizemos, é possível reconhecer que o dispositivo da transparência não escapa da ótica essencial capitalista, que se assenta, como interpreta Foucault (2008a, p. 227), na lógica de acumulação do capital: “numa perspectiva marxista no sentido bem amplo do termo - o que é determinante na história do capitalismo é a lógica econômica do capital e da sua acumulação”, o que leva à conclusão de que “há um só capitalismo, já que há uma só lógica do capital”. Com isso, o capitalismo deve ser compreendido a partir das relações de poder que são operadas em seu interior, que não são sempre as mesmas, embora estejam rigorosamente atreladas à lógica de acumulação de capital. Disso decorre que “as contradições que a sociedade capitalista manifesta em todas as épocas são as contradições do capitalismo *tout court*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24, grifo dos autores), ou seja, cada modelo de governamentalidade, que reúne diferentes relações de poder, mas que juntas expressam uma lógica em prol da reprodução e acumulação capitalista, é temporal e localmente adstrito, com relações e técnicas de poder que são mais ou menos homogêneas entre si, ainda que, repito, expressem a lógica básica de acumulação. Portanto, se o capitalismo permanece sendo o “sistema normativo” – como definem Dardot e Laval (2016, p. 16) – de nosso tempo, a psicopolítica, com seus dispositivos, deve ser compreendida como uma ferramenta da lógica de acumulação.

Tendo isso em perspectiva, é relevante aprofundar o conceito de “valor expositivo”, compreendendo os possíveis ganhos teóricos obtidos com ele, além de compreendê-lo sob uma perspectiva capitalista. A partir da afirmação acima, observa-se que Han busca dissociar a exposição de um caráter de uso e de troca, como se a exposição de si nas redes se encerrasse em uma economia do “chamar a atenção”. Nesse caso, a exposição tem um valor em si mesma que escapa à lógica de bem a ser utilizado ou trocado. Dito de outro modo, trata-se de um novo valor da mercadoria ou de uma diferente categoria de mercadoria que está engendrada na produtibilidade econômica, mas que se distanciou até mesmo dos objetivos de uso ou troca.

Com base nisso, como poderíamos interpretar o “valor expositivo”? Inicialmente, embora Han rejeite enquadrar o valor expositivo nos paradigmas de uso ou troca, entendemos que algumas categorias de análise marxistas e foucaultianas podem complementar a discussão, em especial reconhecendo que o valor expositivo está atrelado à lógica do capital, ainda que em um nível distinto das mercadorias tangíveis. Nesse sentido, o valor expositivo seria uma expressão da mercantilização da subjetividade humana de forma direta, que se dá a partir da exposição de si sob a forma de mercadoria.

Assim sendo, o valor expositivo é dado pela exposição de si sob a forma de mercadoria, de modo que a economia da atenção, da visibilidade e da transparência tornam-se os elementos centrais dessa nova forma de capitalismo. Em um sentido muito direto, o valor expositivo representa essa nova lógica que escapa à produção de bens ou serviços tangíveis, uma vez que busca capturar a atenção por meio de conteúdos expositivos. Por isso, o valor expositivo não deriva da produção de um bem concreto, capaz de suprir uma necessidade humana (valor de uso), e também não refletiria o trabalho social humano no sentido clássico, que determina o valor de troca, pois decorre de certas atividades ligadas à economia da atenção, como cliques, curtidas, compartilhamentos, visualizações, etc., ou seja, atividades que não são comumente reconhecidas como trabalho.

Desse modo, o valor expositivo é resultado de uma produção de si, de um “eu”, ou de um “produto-Eu-exposto”. A partir disso, inclusive, pode-se pensar em uma nova forma de fetichismo da “mercadoria Eu”: na leitura marxista, o fetichismo da mercadoria esconde as relações sociais associadas aos produtos do trabalho humano. Assim, as mercadorias ganham uma aura “mágica”, como se tivessem valores intrínsecos, porque ocultam as relações de produção necessárias para a sua criação. A leitura de Debord e seu conceito de “espetáculo” colaboram com a interpretação que propomos aqui sobre a fetichização do “eu”:

É o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por ‘coisas suprassensíveis embora sensíveis’, que se realiza absolutamente no espetáculo, onde o mundo sensível se encontra substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como o sensível por excelência (DEBORD, 1992, p. 19, tradução nossa)⁵⁰.

Se considerarmos que a “mercadoria-Eu-exposto” nada mais é do que a produção de imagens e representações “suprassensíveis” que substituem a experiência concreta em um

⁵⁰ Texto original : “C’est le principe du fétichisme de la marchandise, la domination de la société par “des choses suprassensibles bien que sensibles”, qui s’accomplit absolument dans le spectacle, où le monde sensible se trouve remplacé par une sélection d’images qui existe au-dessus de lui, et qui en même temps s’est fait reconnaître comme le sensible par excellence”.

mundo ou mesmo a subjetividade do próprio sujeito para si – e se expressam como espetáculo para Debord e como transparência para Han –, poderemos concluir que o fetichismo “de si”, por sua vez, associado ao valor expositivo, acaba ocultando a subjetividade própria do sujeito em relação a si mesmo. Ou seja, se o fetichismo da mercadoria oculta as relações sociais constituintes do trabalho humano, o fetichismo “de si”, expresso pela “mercadoria-Eu-exposto”, representa a ocultação “de si mesmo” ao próprio sujeito. Desse modo, o sujeito passa a se reconhecer apenas a partir de uma imagem transparente e superficial de si, cujo “valor mágico” se manifesta por meio de seu valor expositivo. Em outros termos, Han (2017c, p. 20, grifo do autor) afirma algo similar:

a *face* é um rosto que se tornou transparente, que anela pela otimização do valor expositivo. A coação por exposição nos rouba, em última instância, nossa própria face; já não é possível ser sua própria face. Desse modo, a absolutização do valor expositivo se expressa como tirania da visibilidade. O problemático não é o aumento das imagens em si, mas a coação icônica para tornar-se *imagem*. Tudo deve tornar-se visível; o imperativo da transparência coloca em suspeita tudo o que não se submete à visibilidade.

E, ao engendrar a violência da necessidade de exposição, de transparência, os sujeitos perdem a si mesmos ao se tornarem imagem, ao se transformarem em espetáculos de si mesmos: “na era do Facebook e do Photoshop o ‘semblante humano’ se transformou em face, que se esgota totalmente em seu valor expositivo” (HAN, 2017c, p. 17), de tal modo que “na sociedade expositiva cada sujeito é seu próprio objeto-propaganda; tudo se mensura em seu valor expositivo” (HAN, 2017c, p. 18).

Desse modo, a exposição e a transparência são tratadas por Han como imperativos, novas formas de violência que induzem à exploração de si associada ao valor expositivo. O que claramente se constitui como mais uma das formas de expressão psicopolítica. O valor expositivo, essencialmente ligado à atividade nas mídias digitais, configura-se como uma prática que raramente é percebida como trabalho. Dessa forma, para produzir ou aumentar o valor expositivo, os sujeitos se engajam em uma autoexposição, que se revela também como uma forma de autoexploração.

E aqui há um ponto fundamental que, inclusive, coloca em tensão a sugestão de Han, que afirma uma independência dos valores de uso e de troca. Um ponto de partida essencial que já reconhecemos é que ainda é válido reconhecer o capitalismo como o sistema normativo da atualidade, apesar das novas formas de ação do poder. Nesse sentido, embora Han proponha uma certa oposição às categorias de Marx, consideramos que o “valor expositivo” ainda se submete às mesmas dinâmicas da lógica capitalista descritas por Marx e reconhecidas aqui como a lógica de acumulação do capital. Pois, o valor expositivo permanece mediado pela

lógica de reprodução do capital, o que se expressa de maneira muito evidente pelos usos econômicos que empresas diversas fazem dos dados e das atividades nas redes. Ainda mais quando interpretamos a exposição de si como uma forma de trabalho amplamente explorada economicamente e mesmo como fonte de informações e dados para o estabelecimento de relações de poder.

Portanto, não haveria uma autonomia nem um isolamento do valor expositivo em relação à lógica de acumulação de capital. Afinal, seria um equívoco dissociar a evolução de determinadas técnicas de controle do elemento mais fundamental do sistema capitalista: colocar as atividades humanas e a exploração dos recursos naturais a serviço da lógica de acumulação. Na realidade, o valor expositivo representa a capacidade de novas relações de poder intermediarem formas inéditas de “produtos” a serem explorados, como, nesse caso, a própria subjetividade humana. Ele representa, também, o surgimento de novas técnicas e dispositivos capazes de dar mais estabilidade às relações assimétricas de poder, minando outras possibilidades de subjetivação e afastando qualquer possibilidade de domínio do sujeito sobre si mesmo, por meio da redução de sua existência à exploração econômica.

Isso se confirma na filosofia de Han, por exemplo, quando ele trata de determinados sujeitos-modelos, alçados à categoria de administração nas mídias sociais e, portanto, vistos como detentores ou produtores de grande valor expositivo. Segundo Han, a lógica psicopolítica e o imperativo da transparência promovem a “absolutização do visível e do exterior”. Por isso, serão sujeitos-modelos aqueles de “bela aparência” que “têm como objetivo maximizar o valor expositivo” (HAN, 2017c, p. 20): “os paradigmas atuais não transmitem qualquer valor interior, mas medidas exteriores, às quais se procura corresponder, mesmo que às vezes seja necessário lançar mão de recursos violentos” (HAN, 2017c, p. 20).

Em vista disso, apesar da existência dos riscos de se perder a perspectiva da manutenção de um sistema capitalista ao se afirmar a existência de um “valor expositivo” independente dos valores de uso e troca e, consequentemente, da forma mercadoria, a ideia do valor expositivo permite compreender o surgimento de novas técnicas de poder e de exploração humana. Nesse caso, isso ocorre por meio do dispositivo da transparência, que engendra a necessidade constante de produção de valor expositivo para explorar a subjetividade humana, induzindo à construção de uma (auto)imagem passível de exposição, visível e mercantilizável. Além disso, estimula os sujeitos a se engajarem em uma autoexploração, por meio da satisfação de afetos, de carências afetivas de ordem narcísica ou não, gerando ações ou atividades, principalmente nas redes digitais, que são percebidas como livres.

6.3 TRANSPARÊNCIA E AS CATEGORIAS FOUCAULTIANAS

Até o momento, a exposição do dispositivo da transparência serviu essencialmente para evidenciar sua conceituação e a forma como opera de maneira difusa na sociedade, enquanto instrumento das relações de poder psicopolíticas. Nesse sentido, é relevante analisar não só os efeitos do dispositivo da transparência sobre os processos da vida, mas também a forma como ele é operacionalizado na prática. Para esse efeito, partiremos da análise dos meios digitais como a principal ferramenta tecnológica do dispositivo da transparência. Essa ligação fundamental entre o dispositivo da transparência e os meios digitais é analisada por Han em detalhes nas obras *Sociedade da Transparência* e *No Enxame*, publicadas originalmente em 2012 e 2013, respectivamente. São, portanto, obras de um passado recente, nas quais é possível reconhecer muitos processos tecnológicos e de poder que se intensificaram ou se transformaram nos últimos dez anos. Tendo isso em vista, a tecnologia digital é essencial para o dispositivo da transparência. Por isso, é importante analisar as técnicas da psicopolítica à luz do dispositivo da transparência e dos meios digitais. Para isso, utilizaremos novamente as categorias foucaultianas de análise do tipo de poder com vistas à análise do dispositivo da transparência.

Em relação aos *sistemas de diferenciação*, quando se trata da transparência, provavelmente a primeira diferenciação a ser estabelecida é entre aqueles sujeitos à transparência e os que não estão sujeitos a ela. Existe um filtro de identificação dos indivíduos economicamente relevantes para a reprodução do capital e, inclusive, para a reprodução do valor expositivo. Nesse sentido, a transparência é essencial no mundo digital para a produção econômica. Isso significa que os indivíduos relevantes para a lógica da transparência não se restringem a pessoas de maior poder econômico ou capacidade de consumo, mas incluem aquelas capazes de criar valor expositivo e valor econômico, gerando engajamento nas redes digitais. Por exemplo, não é raro que influencers que ganham destaque nas redes sejam pessoas de pouco poder aquisitivo, mas que, de algum modo, são capazes de gerar valor expositivo nas redes por suas ações, modos singulares de viver ou por histórias anedóticas que sejam capazes de gerar engajamento.

Portanto, um primeiro sistema de diferenciação que podemos apontar é o dos incluídos na lógica da transparência e o dos excluídos por seu baixo valor expositivo e, portanto, menos eficiente na reprodução da lógica do capital de capital. A exclusão social das populações

marginalizadas não é um fato novo do regime psicopolítico, mas ganha novos contornos e, de maneira bastante explícita, reforça a lógica de exclusão e inclusão econômica. Nesse aspecto, pode-se citar o exemplo mencionado por Han em relação àqueles excluídos do Big Data por possuírem baixo interesse econômico.

Nesse aspecto, a transparência é uma técnica essencial para a criação e identificação do interesse econômico dos indivíduos na reprodução capitalista. Cada vez mais, observa-se a integração de sistemas governamentais e sistemas diretamente relacionados ao consumo com o objetivo de deixar transparentes, por exemplo, os inadimplentes em dívidas, para impedir o acesso a crédito e ao consumo, evitando assim perturbações na rede de consumo e produção capitalista. Logo, tais cadastros servem, em grande medida, para decidir se uma pessoa (física ou jurídica) pode ter acesso ao crédito, baseando-se em um banco de dados acessível por qualquer contratante do serviço.

Inclusive, atualmente, esses cadastros passaram a incorporar não apenas dados de dívidas inadimplidas no setor financeiro ou do comércio, mas também dívidas reconhecidas judicialmente que, em muitos casos, não têm qualquer relação com o consumo em sua origem. Em diversos casos — como no Brasil — o próprio Poder Judiciário passou a determinar a inscrição de pessoas com dívidas inadimplidas de diferentes naturezas nos cadastros das instituições de “proteção ao crédito”. Isso significa um aprofundamento na lógica da transparência, pois são formados grandes bancos de dados integrados com informações sobre indivíduos, identificando quem deve permanecer incluído na lógica econômica e quem deve ser excluído. Além disso, o Estado, além de caucionar tais práticas de natureza privada, passou a alimentar esses bancos de dados.

A relação entre incluídos e excluídos nos sistemas digitais não se limita apenas ao crédito, mas a diversas outras áreas da vida. Em uma sociedade amplamente datificada, não se tornar transparente pode significar a exclusão social. Nesse sentido, há um lado “positivo” na transparência: os sistemas de cadastros informatizados permitem principalmente ao Estado identificar a necessidade de políticas públicas e direcioná-las. Assim, aqueles que se encontram à margem da transparência deixam de ter acesso a políticas públicas diversas, relacionadas, por exemplo, à saúde, educação, renda, dentre outros. Portanto, existe uma exclusão intrínseca à falta de transparência, no sentido de que aqueles que não se deixam ver também se tornam praticamente invisíveis às ações governamentais que possam lhes fornecer condições mais dignas de vida.

Outro exemplo da dualidade entre inclusão e exclusão digital pode ser pensado no âmbito do trabalho. Diversas empresas que exploram o trabalho na atualidade em novos modelos de negócios baseados em plataformas digitais induzem à transparência total de trabalhadores e trabalhadoras por meio do monitoramento em tempo real realizado por sistemas informatizados e avaliadores de desempenho. Empresas que exploram motoristas de aplicativos (como Uber) e entregadores (como iFood ou DoorDash) são exemplos claros desse modelo, assim como plataformas de venda de cursos online, como Preply, Hotmart e Udemy. O sistema de exclusão, nesse caso, refere-se, em um primeiro aspecto, à própria possibilidade de trabalho. O modelo de negócios dessas empresas alcançou tal nível de monopólio que se tornou virtualmente impossível trabalhar como motorista ou entregador de modo independente dessas plataformas. Em um segundo aspecto, a exclusão está no controle do trabalho realizado: a transparência é condição para a análise sistêmica e detalhada dos usuários dessas plataformas. Com isso, criam-se também sistemas internos de diferenciação, relacionados ao desempenho ou à eficiência dos serviços oferecidos. Isso ocorre tanto por meio de avaliações de usuários quanto de análises algorítmicas que comparam os trabalhadores.

Outro sistema de diferenciação do dispositivo da transparência está relacionado àqueles que são mais respeitados nas redes ou, como denominamos na atualidade, influenciadores, que são os sujeitos com maior capacidade de engajamento e, portanto, dotados de maior valor expositivo. Nesse sentido, a primeira diferenciação, nesses casos, refere-se àqueles que são mais vistos e capazes de gerar maior engajamento nas redes, em oposição aos menos influentes. Mesmo quando se geram ondas de indignação ou de “cancelamentos”, os sujeitos que são alvos dessas práticas ainda geram algum valor expositivo, mesmo que negativo e que possa culminar com a sua exclusão do sistema. Pois, mais importante do que o conteúdo, é a capacidade de engajamento e reprodução. Em geral, portanto, tal sistema de diferenciação separa os sujeitos entre aqueles detentores de maior ou menor valor expositivo.

Os *tipos de objetivos* da transparência relacionam-se diretamente à reprodução da lógica do capital, mas é possível destacar objetivos específicos. A transparência busca, entre outros fins, o aumento do valor expositivo e, com isso, a exploração econômica do “produto-Eu”. Para tanto, objetiva-se o aumento do engajamento nas redes e a captura da atenção, considerada um dos principais recursos do dispositivo da transparência.

As maneiras de captura da atenção serão tratadas no tópico relativo às modalidades instrumentais, mas é importante destacar diversos objetivos que orbitam a captura da atenção

para a instrumentalização do dispositivo da transparência. Nesse sentido, é possível citar alguns objetivos:

1) *Aumento do valor expositivo*: ocorre por meio da monetização de atividades nas redes, do incentivo ao compartilhamento de detalhes da vida privada em tempo real ou por outras mídias, como vídeos e fotos.;

2) *Aumento do engajamento nas redes sociais*: bastante ligado ao aumento do valor expositivo, o uso das redes sociais conecta diretamente o valor expositivo ao valor econômico, uma vez que as plataformas digitais dependem do engajamento dos usuários para sustentar seus negócios. A captura da atenção utiliza métricas como curtidas, comentários e compartilhamentos para manter os usuários em intensa atividade nas redes, o que contrasta fortemente com as mídias tradicionais de massa, nas quais o espectador é essencialmente um sujeito passivo na relação;

3). *Maximização do controle econômico*: a transparência dos usuários nas redes, obtida por meio do monitoramento de suas ações, permite o aumento da atividade econômica com a utilização de publicidades personalizadas, prospecções de mercado baseadas em comportamentos, entre outras formas. Por exemplo, empresas podem adaptar campanhas publicitárias ao histórico de navegação dos usuários, aumentando as chances de conversão de vendas;

4) *Adequação do comportamento e controle social*: a partir da análise do que Han chama de “panóptico digital”, é possível reconhecer que a regulação dos comportamentos e ações é um dos principais objetivos da transparência. Por meio de diferentes instrumentos, governos e empresas estimulam os sujeitos a compartilhar e registrar dados pessoais, além de monitorar suas atividades nas redes. Isso cria ferramentas eficazes de exame, que permitem identificar comportamentos e agir sobre eles, seja para direcionamento econômico, seja para vigilância estatal;

5) *Alimentação de Big Data e Inteligência Artificial (IA)*: como analisaremos futuramente, o Big Data e a IA são dispositivos tecnológicos intrinsecamente ligados a diversas formas de controle psicopolítico e compõem diferentes dispositivos. O imperativo da transparência é essencial para alimentar o Big Data, que é utilizado no treinamento de IAs para aprimorar processos de automatização e controle.

Esses objetivos evidenciam o papel do dispositivo da transparência alinhado à lógica de acumulação do capital. Como um dispositivo psicopolítico, é possível reconhecer que a

exposição do sujeito em nenhum dos objetivos que mencionamos se dá intrinsecamente de modo coativo, uma vez que a exposição é autoimposta e reconhecida pelos sujeitos como atos de liberdade. Por exemplo, a mera utilização dos meios digitais – como sites de compra, redes sociais, aplicativos de mensagens, plataformas de cadastros de dados e fornecedores de serviços – implica no fornecimento de dados do monitoramento deles pelas detentoras das estruturas de dados para diversos fins, muitas vezes sem que os sujeitos até mesmo se deem conta. Nessa esteira, as modalidades instrumentais têm dois objetivos gerais: a primeira induz o sujeito à participação ativa nos processos de transparência, enquanto a segunda instrumentaliza como mecanismo de controle social a partir do “panóptico digital”. As técnicas para atender a esses objetivos são aplicadas de maneira integrada, afinal, o controle panóptico-digital pressupõe a autoexposição e a participação ativa dos sujeitos nesse processo. Além disso, é importante reconhecer que a transparência não objetiva a realização em si, mas se inscreve na perspectiva de exploração econômica, como escreve Han (2017c, p. 57, grifo do autor):

A coação por transparência, hoje, não é um imperativo explicitamente moral ou biopolítico, mas sobretudo um imperativo econômico; quem se ilumina completamente se expõe e se oferece à exploração econômica. Iluminação completa é exploração. Quando uma pessoa é superfocalizada e iluminada, maximiza sua eficiência econômica. O cliente transparente é o novo presidiário, sim, o *homo sacer* do panóptico digital.

A partir da captura da atenção, o dispositivo da transparência promove a participação ativa dos sujeitos, fornecendo seus dados e se integrando organicamente na cadeia relacional de poder. Esse processo tem como objetivo aumentar o engajamento e a exposição dos indivíduos. O dispositivo da transparência também instrumentaliza um sistema de vigilância panóptico, descrito por Han, que representa uma mudança paradigmática em relação à forma panóptica de poder disciplinar descrita por Foucault. O “panóptico digital” apresentado por Han baseia-se nas novas tecnologias da informação e, por isso, possui uma forma de ação distinta em relação ao modelo foucaultiano.

Desse modo, Han apresenta a ideia do panóptico digital como contraposição ao panóptico disciplinar: o panóptico disciplinar é um modelo perspectivístico de controle, pois a vigilância (e a ilusão de vigilância permanente) decorre da transparência estabelecida entre os sujeitos observados e o observador. Assim, pressupõe-se que os observados vejam o observador e que não se comuniquem entre si, o que é garantido por meio de paredes laterais que os isolam. Logo, a perspectividade reside na unilateralidade da transparência, que “dá fundamento à estrutura de poder e domínio” (HAN, 2017c, p. 55). Ao descrever o modelo de Bentham, Foucault (1987, p. 224) também destaca a necessidade da “invisibilidade lateral” entre os

observados para a “garantia da ordem”. Isso significa também que o fator de eficiência do panóptico disciplinar depende da ótica perspectivística (HAN, 2017c, p. 54), pois o observado tem conhecimento explícito da técnica de vigilância, ele se vê e se reconhece como vigiado. Isto é, mesmo que a vigilância possa ocultar seus reais objetivos, ela não objetiva ocultar a própria vigilância, que é, inclusive, condição para a ilusão de vigilância permanente.

Em contrapartida, Han (2017c, p. 54) caracteriza o “panóptico digital do século XXI” como “aperspectivístico”, pois sua eficiência está ligada a uma vigilância geral e recíproca entre todos os participantes. Dessa maneira, não há mais um centro, uma perspectiva, de modo que todos os sujeitos, ao se tornarem transparentes, tornam-se, ao mesmo tempo, vigias e vigiados. Nesse sentido, se reconhece no panóptico digital uma transparência mais ampla, fundamentada na “iluminação completa recíproca”, na qual “não só o inferior é supervisionado pelo superior, mas também o superior é supervisionado pelo inferior” (HAN, 2017c, p. 54). Em outras palavras, o panóptico digital estabelece um estado de “supervisão total” que “degrada a transparência em sociedade a uma sociedade de controle desumana, na qual todos controlam todos” (HAN, 2017c, p. 56).

Entretanto, paradoxalmente, apesar de haver mais vigilância e mais controle no modelo aperspectivo do que no modelo perspectivo, “ilusoriamente os habitantes do panóptico digital imaginam estar em total liberdade” (HAN, 2017c, p. 55). Isso é alcançado devido a uma “uma estrutura panóptica bastante específica”: “Contrariamente à população carcerária, que não tem comunicação mútua, os habitantes digitais estão ligados em rede e têm uma intensiva comunicação entre si” (HAN, 2017c, p. 55), ou seja, “seus frequentadores colaboram ativamente e de forma pessoal em sua edificação e manutenção, expondo-se e desnudando a si mesmos, expondo-se ao mercado panóptico” (HAN, 2017c, p. 55). Portanto, apesar de haver mais controle e vigilância, Han aponta a hipercomunicação e a participação ativa dos sujeitos no panóptico digital como os principais fatores para o sentimento de liberdade:

a sociedade de controle chega à sua consumação ali onde o sujeito dessa sociedade não se desnuda por coação externa, mas a partir de uma necessidade gerada por si mesmo; onde, portanto, o medo de renunciar à sua esfera privada e íntima dá lugar à necessidade de se expor à vista sem qualquer pudor (HAN, 2017c, p. 55).

Sobre as *modalidades instrumentais*, dentre as formas possíveis, pode-se destacar:

1) *Algoritmos de recomendação personalizada*: os algoritmos de recomendação são desenhados para manter a atenção do usuário. A partir do monitoramento individual e coletivo, constróem-se ciclos de engajamento e consumo contínuo. Ao contrário de ser estabelecido a partir de coações, o sistema baseia-se essencialmente nos interesses dos usuários,

o que aumenta o sentimento de liberdade. Esses algoritmos exploram os interesses dos próprios sujeitos, além de promover o consumo contínuo de conteúdos populares entre outros usuários, além de estimular novos interesses, intensificando a sensação de ineditismo da experiência online.

2) *Gamificação*: a gamificação incentiva a interação contínua em sistemas baseados em recompensas e reconhecimentos behavioristas, capturando a atenção. Essas estratégias funcionam também a partir do senso de conquista e competição, explorando necessidades e comportamentos narcísicos de validação social. Exemplos incluem os streaks no Snapchat, likes, curtidas e compartilhamentos no Instagram, Facebook, YouTube e TikTok, “desafios diários” e metas a serem cumpridas, inclusive com a participação de rankings e competições com outros usuários, incentivando a autoexposição.

3) *Notificações “push”*: sistemas de notificação de redes sociais, jogos, serviços e aplicativos de compras são formas eficientes de captura de atenção ao buscarem “lembrar” o usuário de utilizar as plataformas, mantendo-o constantemente conectado e engajado, reforçando a autoexposição e a captura da atenção.

4) *“Feeds” infinitos e “scrolls” automáticos*: o design das interfaces de aplicativos, especialmente das redes sociais, opera com conteúdos apresentados de forma infinita e contínua. A ideia central é evitar interrupções e a todo momento apresentar uma novidade. Inclusive, os modelos mais recentes de redes sociais tendem a apresentar conteúdos de forma automática, enquanto plataformas mais antigas, como Facebook e Twitter, exigem que o usuário realize o scroll manual para acessar novos conteúdos. Já em redes como Instagram, TikTok e Shorts do YouTube, o conteúdo é reproduzido automaticamente, mantendo o usuário engajado e reduzindo a fricção na navegação.

5) *“Desafios” e hashtags virais*: as formas de interação nas redes também estimulam a mobilização e geram atenção coletiva. Isso não significa considerar inválidas ou irrelevantes, do ponto de vista ético, reivindicações que ganham visibilidade nas redes e que, em alguns casos, até mesmo se transformam em movimentos de massa. Ademais, essas formas de engajamento não são necessariamente ações ligadas a pautas éticas e podem se resumir a outras espécies de atividades. A rapidez de surgimento e desaparecimento dessas ondas de desafios torna até difícil a exemplificação, ainda que se possam citar exemplos como o “Ice Bucket Challenge”, “lives NPC”, “POV (Point of View)”, dentre outros. A multiplicidade desses modos de engajamento reforça o fato de que, para as empresas detentoras das redes

sociais, os motivos desses movimentos importam menos do que o aumento do uso e da visibilidade da própria plataforma. Raramente há mobilizações contra uma rede social específica, uma vez que elas são vistas muito mais como veículos de informação do que como agentes no campo de poder, embora isso represente uma análise superficial. Assim, desafios e hashtags são meios de estímulo à autoexposição, à participação social no jogo expositivo e à promoção das plataformas digitais.

6) *Sistemas de avaliação e classificação*: os sistemas de avaliação das plataformas digitais servem para diversos fins relacionados à transparência. Primeiro, funcionam como instrumentos de vigilância panóptica, na medida em que as avaliações mútuas são compartilhadas e expostas entre todos os usuários, regulando comportamentos de acordo com padrões socialmente esperados. Segundo, reforçam o engajamento ao colocar o usuário em uma posição de aparente controle, permitindo que avalie atitudes alheias e exponha suas próprias afecções. Terceiro, essas avaliações são métricas importantes para as plataformas, pois permitem medir a eficácia dos serviços prestados. Todos esses objetivos são alcançados por meio da autoexposição e da exposição do outro, reforçando o dispositivo da transparência.

7) *Personalização e narrativas de identidade*: as plataformas digitais exploram estatísticas, “lembranças” e compartilhamentos para criar narrativas que conectam a autoimagem dos usuários à própria plataforma. Exemplos incluem o “Spotify Wrapped”, que oferece estatísticas personalizadas sobre músicas mais ouvidas, incentivando os usuários a compartilharem seus resultados, fortalecendo a identidade digital vinculada à marca.

8) *Equipamentos inteligentes*: o aumento da conectividade de equipamentos eletrônicos também cria novas formas de monitoramento e transparência. O smartphone é um exemplo de tecnologia profundamente ligada à transparência, pois integra diversas tecnologias e dá acesso a dados relevantes do usuário. Ele permite o rastreamento de sua localização, mantém a possibilidade constante de comunicação e interação por meio de redes sociais, aumenta o uso de câmeras e gravações, o que induz um processo constante de vigilância, na medida em que os sujeitos filmam a si e aos outros em situações cotidianas. Ele é capaz de reunir em um único aparato diversos dados da vida (saúde, hábitos, finanças, imagens, sons etc.) acessíveis por diferentes plataformas. Outros equipamentos inteligentes domésticos se somam a esta atividade, como robôs de limpeza que permitem visualizar o interior das residências e empresas de monitoramento remoto que utilizam câmeras residenciais conectadas à rede para vigilância em escala local e institucionalizam a transparência comunitária, como a empresa Ring, da Amazon.

9) *Redes sociais*: podem ser consideradas uma das principais modalidades instrumentais do dispositivo da transparência e podem ser analisadas nas seguintes perspectivas:

9.1. *Instrumentos de vigilância e transparência voluntária*: os usuários compartilham conteúdos sobre si mesmos, incluindo informações pessoais, como preferências, opiniões, gostos, hábitos e localização, entre outros. Isso representa tanto uma forma de engajamento na transparência voluntária quanto um mecanismo que permite o julgamento coletivo de suas atitudes e atividades nas redes, por meio de ferramentas de gamificação e recompensas simbólicas, como curtidas, comentários e seguidores, incentivando a exposição e censurando atitudes, tudo retroalimentando o ciclo de vigilância. Com isso, ao mesmo tempo que se aumenta o valor expositivo, explora-se a intimidade e elimina-se a privacidade para aumentar a comercialização de dados e de conteúdos monetizáveis e consumíveis. Ademais, permite o monitoramento contínuo individual e coletivo pelas plataformas proprietárias das redes, que registram e analisam os comportamentos nas redes para prever comportamentos futuros e desenvolver estratégias que garantam a perpetuidade da relação.

9.2. *Instrumentos de controle e padronização de comportamentos*: as redes sociais incentivam o imperativo da transparência, estabelecendo a visibilidade e exposição contínua como norma, por exemplo, associando a atividade e a visibilidade nas redes ao reconhecimento e validação social. Além disso, as ferramentas de personalização e individualização comportam-se de modo amplamente ilusório, na medida em que os algoritmos privilegiam conteúdos específicos, baseados em suas métricas de programação, e tendem a privilegiar conteúdos mais populares e lucrativos, induzindo à uniformização dos conteúdos propostos.

9.3. *Redes sociais como instrumentos de hiperatividade digital*: Han considera a hipercomunicação como um dos fatores caracterizadores do panóptico digital. As redes sociais, portanto, colocam-se como uma ferramenta central nesse modelo, na medida em que promovem a interação instantânea e contínua entre os indivíduos, garantindo a vigilância perpétua, além de promoverem a hipertatividade digital por meio do consumo e da produção de conteúdos rápidos e constantes. Para promover a hiperatividade digital, as empresas se valem de mecanismos como a monetização de conteúdos e o aumento ou diminuição da sugestão de conteúdo dos usuários a partir de suas atividades online, ou seja, promove-se o conteúdo de usuários que são mais ativos nas redes.

Quanto às *formas de institucionalização*, os Estados permanecem como parte essencial nas relações de poder, por isso também empregam técnicas ligadas ao dispositivo da transparência. A vigilância estatal ainda ocorre de maneira bastante perspectiva, pois detém o

monopólio da violência e emprega constantemente técnicas de vigilância. De fato, há uma tendência de integração de dados de transparência nos diversos sistemas de governo, por exemplo, por meio de cadastros únicos que compilam informações de cidadãos, como as relacionadas à idade, saúde pública, renda, educação etc. Nesses casos, porém, é preciso reconhecer que há integração de técnicas disciplinares, biopolíticas e psicopolíticas.

Por outro lado, outras formas de institucionalização surgem a partir dos meios digitais, favorecendo a transparência. Dentre elas, destacam-se:

1) *Empresas de tecnologia e de redes sociais:* 1.1. As corporações detentoras das redes sociais (Meta, “X”, Alphabet [Google], TikTok, WeChat, entre outras) representam uma das principais forças motrizes do dispositivo da transparência, na medida em que condensam em uma plataforma diversas técnicas que envolvem a captura da atenção por meio de algoritmos de recomendação, gamificação, notificações push, sistemas de avaliação e recompensa simbólica. Além disso, as redes sociais garantem a comunicação intensa entre os usuários e a transparência de suas informações, o monitoramento e a venda de dados dos usuários para seus contratantes para fins diversos, aumentando sua exposição, e a reprodução do valor expositivo. Nesse exemplo, podem ser incluídas também as plataformas de relacionamento (Tinder, Bumble e Grindr), que também promovem a autoexposição constante por meio de perfis detalhados como ferramenta de controle, filtro e mediação de relações entre usuários. Ademais, as grandes empresas de tecnologia (Alphabet [Google], Amazon, Apple e Microsoft) também se estabeleceram como fornecedoras de softwares que controlam diversos âmbitos da vida dos usuários, integrando plataformas de aplicativos de localização, de controle de equipamentos inteligentes domésticos, sistemas de câmeras e vigilância doméstica, atividades físicas, entre outras.

2) *Plataformas de ensino,* como Google Classroom, Google Acadêmico e Moodle, são contratadas até mesmo por governos para políticas de educação. Ao mesmo tempo em que são utilizadas para atividades de ensino, essas plataformas monitoram dados relacionados ao desempenho de instituições de ensino, professores e alunos, institucionalizando a vigilância educacional.

3) *Ferramentas digitais de monitoramento do trabalho* (Zoom, Slack, Microsoft Teams, Uber, 99, iFood, entre outras): plataformas digitais que oferecem serviços altamente integradas ao dispositivo da transparência por meio da divulgação de dados e avaliações de usuários, além de realizarem o constante monitoramento a partir dessas avaliações e dados. Da mesma forma, ferramentas de comunicação (Zoom, Slack e Microsoft Teams) já são utilizadas

de modo constante para o registro de atividades e interação entre trabalhadores, promovendo a vigilância e o controle de suas ações. Além disso, existem plataformas de monitoramento das atividades de empregados em tempo real (Time Doctor, Hubstaff ou Workpuls), que capturam métricas como tempo de trabalho ativo, produtividade, capturas de tela, aplicativos utilizados, entre outras, institucionalizando a transparência no âmbito do trabalho e aumentando a capacidade de vigilância.

Por se tratar de um dispositivo psicopolítico, a transparência envolve técnicas com alto *grau de racionalização*, uma vez que os custos delas são relativamente baixos frente aos resultados. Como um dispositivo psicopolítico, a transparência explora essencialmente a liberdade, diminuindo os níveis ou mesmo a possibilidade de resistência. Uma das principais formas está ligada à economia da atenção, que induz à captura do desejo, das afecções e das pulsões dos sujeitos. Dessa maneira, o sujeito é induzido à autoexposição, fazendo com que a técnica de poder não se apresente como um modo de coação externa, mas como um produto de sua própria decisão.

O alto grau de racionalização envolve o emprego de diferentes tecnologias que otimizam a exposição, juntamente com a coleta, o processamento e o uso de informações que servem para aprimorar as próprias técnicas empregadas. Dentre esses processos, podem ser destacados:

- 1) O uso de Big Data, inteligência artificial (IA) e machine learning, como ferramentas essenciais para a transparência na medida que automatizam e corrigem em tempo real as técnicas de poder que visam a captura da atenção e a manutenção do uso das redes;
- 2) A organização e padronização de processos, por exemplo realizada por algoritmos de recomendação personalizada, que uniformiza as experiências dos usuários, reforçando recomendações e limitando experiência possíveis;
- 3) A captura da atenção por meio do entretenimento e gameificação das relações e atividades nas redes tornam a vigilância menos visível, na medida que se ocultam a partir de sentimento de satisfação e recompensa simbólica;
- 4) Os processos automatizados também reduzem a complexidade da transparência, por exemplo, as avaliações mútuas de usuários das plataformas fornecem o sentimento de controle aos usuários ao mesmo tempo que reforçam a vigilância difusa;
- 5) As plataformas digitais também utilizam pontuações e fornecem determinados serviços de acordo com a quantidade de dados fornecidos pelo usuário, muitas vezes sob o

pretexto de personalização da experiência de uso da plataforma, estimulando maior transparência.

Em resumo, a eficiência e o alto grau de racionalização do dispositivo da transparência devem-se à exploração da liberdade e da captura da atenção, estimulando a participação ativa dos próprios sujeitos no processo de transparência.

7 DISPOSITIVO DA INFORMAÇÃO

Como exposto anteriormente, ainda que os dispositivos tratados nesta tese operem conjuntamente, eles possuem estratégias e objetivos distintos. Nesta seção, abordaremos o dispositivo da informação, ou seja, destacaremos o papel das informações como ferramenta ou meio de concretização do poder psicopolítico. Com base nisso, é importante reconhecer que a utilização de informações e dados como tecnologias de poder é um tema debatido por muitos autores e autoras. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, Costa (2022, p. 5, inserção nossa) salienta que:

Muitos têm visto com preocupação a disseminação da extração massiva de dados e algoritmos no cotidiano [...] [Bem como, que] as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) estão presentes no cotidiano, nos métodos científicos, nos processos industriais, nas estruturas políticas, econômicas e culturais. Grandes mudanças tecnológicas e culturais como as provocadas pelas TDICs modificam estruturas, sistemas, instituições, normas de informação e comunicação e provocam diversos tipos de crise, provocando questões sobre o *ethos* que sustenta as relações sociais. Abre-se espaço para o surgimento de expectativas quanto a mudanças nas relações de poder, em especial por parte de grupos marginalizados e oprimidos.

De fato, há algum tempo a literatura observa a expansão das tecnologias digitais com grande desconfiança, no sentido de já estarem instrumentalizadas para criar novas maneiras de dominação. Trata-se de um processo complexo e de resultados contraditórios, pois é possível reconhecer resultados que podem ser considerados bons e ruins, de dominação e de liberdade, de homogeneização e diferença, etc. Esse fenômeno não é uma novidade, pois já aconteceu em relação a outras tecnologias e regimes de poder anteriores. Por exemplo, quando tratamos da biopolítica, destacamos seus efeitos benéficos na melhoria da saúde geral de uma população como um aspecto positivo no que tange ao bem-estar coletivo, embora associada a uma nova forma de controle significativo. Sob a perspectiva das tecnologias da informação, a produção, armazenamento e comunicação de dados pode ser considerada benéfica ao facilitar e promover o compartilhamento de conhecimentos entre os seres humanos, mas não se pode ignorar a sua utilização como técnica de poder capaz de engendrar novas formas de domínio.

Em resumo, não é novidade argumentar que as novas tecnologias da informação engendram novas técnicas de poder e controle⁵¹. Mas, nesse contexto, resta reconhecer na obra de Han as suas contribuições nesse debate mais amplo que envolve o uso de tecnologias da informação como mecanismos de controle, bem como analisar criticamente as suas posições à luz de outros autores e autoras que tratam do tema, com a finalidade de descrever o que chamamos aqui de dispositivo da informação. Para tanto, iremos situar o dispositivo da informação no contexto da obra de Han analisando como as tecnologias da informação causam o que o autor nomeia de crise da verdade.

7.1 DISPOSITIVO DA INFORMAÇÃO E A CRISE DA VERDADE⁵²

7.1.1 Uma condição pós-moderna da verdade

⁵¹ Podemos citar algumas obras sobre o tema: Zuboff (2021, p. 21), na obra *Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*, introduz o conceito de “capitalismo da vigilância”, responsável por reivindicar “de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais”. Com isso, a autora analisa em sua obra como o capitalismo da vigilância adquire aspectos “vampíricos”, apropriando-se de toda a “experiência humana”, de modo que seus “verdadeiros clientes”, na realidade, “são as empresas que negociam nos mercados de comportamento futuro” (ZUBOFF, 2021, p. 25). Em *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*, O’Neil (2020) defende que os big data e a interação desses dados possuem objetivos claros, apesar de se apresentarem como “modelos matemáticos opacos”, os quais tendem “a punir os pobres e oprimidos da sociedade enquanto enriquecem ainda mais os ricos”. Por isso, chama os modelos matemáticos algorítmicos de “Armas de Destruição Matemáticas (ADMs)” (O’NEIL, 2020, p. 7). A autora descreve o “lado sombrio do Big Data”, explorando “exemplos danosos que afetam pessoas em pontos-chave da vida: acessar a universidade, tomar empréstimos, ser sentenciado à prisão, ou encontrar e manter um emprego” (O’NEIL, 2020, p. 16). Suas conclusões são essencialmente que os modelos matemáticos, que regem os algoritmos do Big Data, não se baseiam apenas em critérios “logísticos” de “lucros e eficiência”, mas em critérios “fundamentalmente morais”, na medida em que suas construções são feitas com escolhas “não apenas nos dados”, mas “em quais dados prestar atenção — e quais deixar de fora” (O’NEIL, 2020, p. 190). Em *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*, Morozov (2018) demonstra como a “crítica” da tecnologia “sanciona” os “aspectos mais perversos da ideologia neoliberal” (MOROZOV, 2018, p. 26). Porém, nesta última, Morozov aponta para a necessidade de uma crítica que se dê “por exemplo, através do prisma da dissolução do Estado do bem-estar social e da sua substituição por alternativas mais enxutas, rápidas e cibernéticas, ou através do prisma do papel que a livre circulação de dados está destinada a desempenhar sob um regime de comércio global totalmente desregulado – questões que não costumam ser levantadas quando falamos do Facebook, do Google ou do Twitter” (MOROZOV, 2018, p. 26). Em sua obra, que é um compilado de artigos, ele defende diversos argumentos que em muito se assemelham aos de Han, por exemplo, como o regime de informações ou “a regulamentação algorítmica” ganha aspectos autoritários e desvia o foco de problemas sociais reais, prometendo a sua solução a partir da “boa e velha utopia tecnocrática da política apolítica”.

⁵² Escrevi sobre a crise da verdade em um artigo intitulado *A Sociedade Da Informação e o Niilismo Do Século XXI* (FERREIRA, 2023). Retomarei nesta tese dois aspectos da crise da verdade enunciada por Han que já foram trabalhadas naquele artigo, com vistas a descrever os fundamentos do dispositivo da informação para, depois, analisar a sua operacionalização.

O uso dos meios informacionais digitais vem, desde o seu surgimento, suscitando discussões sobre a verdade ou mesmo sobre os “saberes”. Na obra *A condição pós-moderna*, escrita em 1979, Lyotard (2009) já leva em conta o processo de “informatização das sociedades” e o impacto das tecnologias da informação e de comunicação na produção de verdade e saber. Nessa obra, Lyotard (2009) trata da passagem da modernidade, marcada pelas metanarrativas, para a condição pós-moderna em que as metanarrativas perdem a sua credibilidade e passam a ser substituídas pelas “pequenas narrativas” (*petis récits*), sem propostas de verdades totalizantes e que permanecem em disputa e tensionamento entre si.

É interessante que, no final dessa obra, Lyotard (2009) vislumbre dois cenários possíveis que poderiam ser produzidos no campo do saber a partir da informatização da sociedade: 1) no primeiro, a informatização ganharia traços autoritários, ou de “terror”, ao tornar-se um instrumento de “regulamentação do sistema do mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio de desempenho” (LYOTARD, 2009, p. 119). O princípio de desempenho, em sua acepção, significaria a tendência de transformação do conhecimento em mercadoria, o que significa uma subordinação tendencial crescente do saber à sua comercialização, fazendo com que ele deixe “de ser para si mesmo o seu próprio fim”, com vistas a “ser trocado”, perdendo seu “valor de uso” (LYOTARD, 2009, p. 5); 2) no segundo cenário, a informatização poderia ter um aspecto positivo, podendo “servir aos grupos de discussão sobre os metaprescritivos, dando-lhes informações de que carecem ordinariamente para decidir em conhecimento de causa” (LYOTARD, 2009, p. 119-120). Com isso, por meio do acesso público e livre “às memórias e aos bancos de dados”, seria possível engendrar “jogos de soma não nula e, nesse sentido, as discussões não correrão o risco de se fixar jamais sobre posições de equilíbrios mínimos, por esgotamento de disputas” (LYOTARD, 2009, p. 119). Ou seja, seria possível extrair bons efeitos das pequenas narrativas em disputa, baseadas na “heterogeneidade dos jogos de linguagem”, no consenso apenas local sujeito a anulações e que, ao cabo, estariam orientadas “para as multiplicidades de meta-argumentações versando sobre metaprescritivos e limitadas ao tempo espaço” (LYOTARD, 2009, p. 119). Assim, se por um lado Lyotard diagnostica uma fragmentação e instabilidade dos saberes – se não causadas, ao menos favorecidas pela informatização – por outro, reconhece a abertura a uma outra “prática de justiça” inesgotável e constituída por “conhecimentos (ou informações)”, pela qual “uma política se delineia na qual serão igualmente respeitados o desejo de justiça e o que se relaciona ao desconhecido” (LYOTARD, 2009, p. 120).

A questão da verdade não passa despercebida por Lyotard, uma vez que o autor trata, por exemplo, de questões relacionadas às formas de legitimação dos saberes. Mas sua abordagem não trata propriamente de uma crise da verdade, mas da constituição de uma nova forma de legitimação da pesquisa e, de certo modo, da verdade, a partir de sua performance. Isso significa que os saberes se tornam, cada vez mais, legitimados a partir de critérios de eficiência ou “técnicos”, visando aumentar a performance, baseada no princípio genérico de “aumento do output (informações ou modificações obtidas), diminuindo o input (energia despendida) para obtê-las” (LYOTARD, 2009, p. 80). Com isso, alguns critérios de legitimação de saberes (verdade/falsidade, justiça/injustiça, etc.) deixam de ser prevaletentes, e vão sendo paulatinamente substituídos pelo critério da performance.

Esse processo não significa o fim da verdade ou dos saberes, mas o estabelecimento de novos critérios legitimadores de saber e, por consequência, de poder, essencialmente tecnocráticos e mercantilizados. Sendo assim, o domínio dessas técnicas de legitimação estabelece novos tipos de poder, baseados também no acesso às informações: “o crescimento do poder e sua autolegitimação passa atualmente pela produção, a memorização, a acessibilidade e a operacionalidade das informações” (LYOTARD, 2009, p. 84). Afirmação à qual ainda se acrescenta outro prognóstico: “a enciclopédia de amanhã são os bancos de dados. Eles excedem a capacidade de cada usuário. Eles são a ‘natureza’ para o homem pós-moderno” (LYOTARD, 2009, p. 93).

Com base nesses pressupostos, podemos concluir que Lyotard já constatava que a informatização era/seria uma tecnologia de poder. Mas também uma possível ferramenta de emancipação caso empregada por meio do acesso público e livre “às memórias e aos bancos de dados” (LYOTARD, 2009, p. 120), como já destacamos. Isso significa que, caso as informações não fossem monopolizadas por determinados agentes, estariam abertos novos caminhos e novos espaços de discursos, de disputas e de relação com o desconhecido. Contudo, se partirmos da interpretação de Han sobre a crise da verdade, podemos argumentar que a expansão das informações e a capacidade de acesso relativamente público e livre acabou por saturar a heterogeneidade, fragmentando e sobrepondo as narrativas a tal ponto que os critérios de verdade e falsidade se tornaram obsoletos.

Na interpretação de Han, a informatização teria desencadeado um processo mais parecido com aquele que Lyotard chamou de orientado ao “princípio de desempenho”, mas com características diferentes. Pois, a mediação informacional baseada nas memórias digitais e bancos de dados, e a profunda inserção dos sujeitos nos sistemas informacionais teria gerado

uma crise da verdade que supera a convivência e embate entre micronarrativas. Han provavelmente concordaria com as conclusões de Lyotard sobre a absolutização do princípio de desempenho, mas ele teria ocorrido paradoxalmente a partir do “acesso público e livre” das informações. De modo que, ao contrário de desenharem um caminho de emancipação, a ampliação informacional gerou um efeito de autossubmissão dos sujeitos a uma vida de “comercialização total”, submissa à “lógica econômica”, a uma sociedade que se mantém junta “apenas por relações exteriores, instrumentais, econômicas” (HAN, 2022c, p. 60-61).

Para Han (2022c, p. 61) “o fim das grandes narrativas, que dá início à Pós-modernidade, se consoma na sociedade da informação. Narrativas ruem em informações. A informação é a contrafigura da narração”. Esse processo ocorre essencialmente porque se considera que as informações, ou melhor, o fluxo contínuo e cada vez mais volumoso de informações, não permite qualquer afirmação da verdade estável, tornando a verdade essencialmente perene. Assim, mesmo as “micronarrativas”, que aparecem na atualidade especialmente como teorias da conspiração, “são desenterradas como recursos de identidade e sentido” (HAN, 2022c, p. 61), mas, por fatores informacionais relacionados à ausência de factualidade e estabilidade, também se degradam como mais uma informação no fluxo digital-informacional. Desse modo, Han descreve um cenário distinto da mera convivência de micronarrativas e, mesmo, de um confronto discursivo que permita o estabelecimento de uma verdade que escape à lógica econômica.

Nessa impossibilidade da verdade, estabelece-se o que Han chama de crise da verdade, que é sustentada pelo dispositivo da informação. A partir disso, será analisado, ao final desta seção, o caráter psicopolítico do dispositivo da informação ao colaborar com a manutenção de uma espécie de estado letárgico-ativo frente às informações, que colabora com a reprodução da lógica econômica. Isso porque, como veremos, a crise da verdade é correlata ao fechamento de possibilidades outras às que se constituem a partir do regime psicopolítico. Pensando, inicialmente, em que sentido Han considera o conceito de verdade, para depois verificar o que significa essa crise da verdade. Por fim, ao final deste subcapítulo apresentaremos, como nos demais, o funcionamento do dispositivo da informação, o que significa descrevê-lo a partir das categorias foucaultianas e o modo pelo qual ele coloca a verdade em crise a partir da obra de Han.

7.1.2 Factualidade e narratividade: duas características da verdade

Han (2021a; 2022c) analisa a crise da verdade a partir de suas características ou perspectivas: da factualidade e da narratividade. A factualidade da verdade, como o nome indica, está relacionada diretamente com os fatos, de modo bastante objetivo e empírico; a narratividade da verdade se estabelece a partir de um relato, de uma narração, baseado em uma sequência argumentativa e interpretativa dotada de sentido e capaz de orientação e finalidade. O modo como a factualidade e a narratividade são tratadas nos textos de Han oscila em suas formas, mas não em seus conteúdos, isto é, há momentos em que podemos separar “as verdades” entre factual e narrativa, em outros devemos tomá-las como características necessárias da verdade.

A reflexão haniana (2022c, p. 55) parte principalmente das discussões de Hannah Arendt sobre a verdade na obra *As origens do totalitarismo* e no texto *Verdade e Política*. Como em outros casos, Han se apropria da filosofia arendtiana sobre a verdade, na qual podemos identificar dois eixos de interpretação pelos quais ele parece se orientar.

Em *As origens do totalitarismo*, Arendt (2012) explora, dentre outros temas, as razões que permitiram o estabelecimento dos regimes que ela adjetivou como totalitários. Segundo Arendt (2012, p. 401-402), um dos eixos de dominação desses regimes é a formação de ideologias totalizantes: 1. que têm uma pretensão de explicação total da história e prometem “esclarecer todos os acontecimentos históricos — a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro”; 2. que estabelecem o pensamento ideológico para se emancipar “da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos” em prol de uma “realidade ‘mais verdadeira’ que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis”, com destaque para o papel da propaganda, que serve para “também libertar o pensamento da experiência e da realidade”; 3. Uma vez que as ideologias não são capazes de “transformar a realidade”, buscam “libertar o pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstração”. Isto é feito organizando “os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade”. Assim, para Arendt (2012, p. 404), os regimes totalitários triunfam quando são capazes de romper com a experiência da realidade, superando as diferenças entre fato e ficção, bem como os critérios do pensamento ou julgamento, o que se faz borrando a diferença entre o verdadeiro e o falso. Esse efeito totalitário, portanto, torna a experiência ambígua (confusão

entre ficção e fatos) e afeta os critérios de pensamento e julgamento (indiferenciação entre a falsidade e a verdade) (AVARO, 2021, p. 127).

Tais efeitos de ambiguidade e afetação dos critérios de julgamento e pensamento não podem ser considerados como exclusivos da verdade factual ou da verdade narrativa. Na interpretação de Han, esses efeitos estão diretamente relacionados à digitalização e ao aumento da quantidade informacional. Ambos afetam a constituição dos critérios de verdade, mas de modos distintos.

Em *Verdade e política*, Arendt analisa o que podemos chamar de tipos ou formas como a verdade se manifesta, apresentando a diferença entre conceitos como verdade factual, verdade racional e opiniões, além de discutir conflitos entre a verdade e política. Nesse contexto, é fundamental a discussão que Arendt realiza sobre o conceito e a constituição das verdades fatuais, que, segundo a autora, “são mais vulneráveis do que todas as espécies de verdade racional juntas” (ARENDT, 2016, p. 169). De acordo com Arendt (2016, p. 174), apesar dos debates entre filósofos e historiadores sobre a impossibilidade de demarcação precisa entre os fatos e sua interpretação, não se pode negar “a existência da matéria fatural”, ou que essa discussão possa “servir como uma justificação para apagar as linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação, ou como uma desculpa para o historiador manipular os fatos a seu bel-prazer”. Desse modo, o ponto de partida da autora é de que existe algo como eventos concretos e realidades históricas e empíricas, que são justamente a base da verdade factual.

Com isso, Arendt (2016, p. 175) ressalta a importância dos fatos e da própria verdade factual que, como tal, possui um elemento “coercitivo”, cujo modo de “asseverar a validade” independe de “acordo, disputa, opinião ou consentimento”. O que é coercitivo é a matéria factual, por isso o contrário da verdade factual “não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, nenhum dos quais se reflete sobre a veracidade pessoal, e sim a falsidade deliberada, a mentira” (ARENDT, 2016, p. 181), justamente porque nega a existência dos próprios fatos. A verdade factual “diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. É política por natureza” (ARENDT, 2016, p. 174). Ainda que política, o conteúdo coercitivo dos fatos não permite a falsificação da verdade “a persuasão ou dissuasão é inútil, pois o conteúdo da asserção não é de natureza persuasiva, mas sim coerciva” (ARENDT, 2016, p. 175).

Arendt reconhece que existe uma tensão intrínseca à natureza política da verdade: estar situada sempre no âmbito do discurso, que é a essência da vida política: “o estorvo é que a

verdade factual, como qualquer outra verdade, pretende peremptoriamente ser reconhecida e proscree o debate, e o debate constitui a própria essência da vida política” (ARENDT, 2016, p. 176). No âmbito político, os fatos, portanto, podem recusar e impedir o debate inspirado apenas por interesses e paixões, até porque mesmo as opiniões legítimas devem respeitar a verdade factual: “a liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação factual seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados” (ARENDT, 2016, p. 176). Assim, mesmo que no âmbito do discurso seja possível negar fatos, a tenacidade dos fatos é “tiranizante”, “coercitiva”, “despótica”, como adjetiva Arendt (2016, p. 175-176). Portanto, o que Arendt fundamentalmente defende é a existência da solidez dos fatos e que essa solidez permite enunciar a verdade factual, apesar da existência de uma tensão entre verdade e política, da existência de propaganda, censura, e da própria manipulação da verdade. Inclusive, estabelecer a verdade factual pressupõe constituir discursos que tenham correspondência com acontecimentos (SANTAELLA, 2019, p. 49), e aceitar que alguns fatos e acontecimentos são verdadeiros independentemente de nosso sentimento sobre eles (MCINTYRE, 2018, p. 11).

Com base nesses pressupostos, Arendt descreveu ataques à matéria factual da verdade, ressaltando os papéis da ideologia e da propaganda como ferramentas de poder capazes de abalar a experiência da realidade, criando uma espécie de realidade alternativa fundamentada em “verdades” desconectadas dos fatos. Citando Arendt, Han (2022c, p. 55) concorda com a importância da factualidade da verdade e afirma que “a liberdade de opinião se degrada, ao contrário, em farsa, caso perca a referência aos estados de fato e às verdades factuais”, além do que, “quem é cego aos fatos e à realidade constitui um perigo maior à verdade do que o mentiroso” (HAN, 2022c, p. 54).

Ao analisar a argumentação arendtiana e a apropriação feita por Han, é possível concluir que Arendt busca demonstrar que a derrocada da factualidade da verdade está essencialmente atrelada a um fenômeno político de dominação. Trata-se, portanto, de um fenômeno que pretende substituir os fatos por uma grande mentira, desvinculada da realidade factual. A argumentação de Han, no entanto, é mais oscilante, pois, de um lado, ele ressalta os usos políticos da desfactualização da verdade. Por exemplo, ao abordar a política trumpista, baseada em fake news, Han afirma que esta “é indiferente perante a verdade factual” (HAN, 2022c, p. 54). Assim, haveria um uso político da desfactualização da verdade, mas, diferentemente de Arendt, não se trata propriamente de impor uma mentira que seja tomada como verdade ou de uma ideologia que oriente tal falsidade: “a palavra ‘verdade’ não passa

pela boca de Trump. Ele não mente em nome da verdade” (HAN, 2022c, p. 58). Ainda assim, há claramente uma intencionalidade e uma estratégia de poder envolvidas.

Por outro lado, na obra de Han a rejeição da factualidade também aparece como mero resultado do processo de digitalização, que molda uma subjetividade e uma episteme menos conectadas à facticidade. Nesse contexto, há pouca ou nenhuma ênfase na desfactualização como uma estratégia de poder deliberada. Embora processos de subjetivação decorrentes das tecnologias digitais integrem as estratégias do jogo psicopolítico, Han sugere que as formas de exercício de poder são, ao mesmo tempo, fontes criadoras de subjetividades e processos dependentes de subjetivações em formação, decorrentes do próprio meio tecnológico. Nesse sentido, Han (2022c, p. 52) afirma: na sociedade da informação “passam a circular, então, informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real. A crença na facticidade foi perdida. Vivemos, assim, em um universo desfactualado”. Portanto, a dinamicidade e a produtibilidade inerentes ao meio digital seriam, em certa medida, as próprias fontes do surgimento desse “universo desfactualado”, desse espaço “hiper-real” que se sobrepõe ao real-factual. Assim, o avanço da digitalização configura-se como “um fenômeno patológico” que “faz erodir o factual” (HAN, 2022c, p. 58). Isso significa uma inversão de caminhos para a desfactualização, isto é, se interpretarmos Han a partir do binômio saber-poder foucaultiano, diríamos que, nesse caso, a oposição entre real-factual e hiper-real-digital antecede as relações de poder, sendo que as novas tecnologias de saber por si só moldam a subjetividade e constroem uma episteme. Logo, por essa perspectiva inexistente uma intencionalidade de poder primordial para eliminar a factualidade, ainda que o regime psicopolítico se valha disso. Ou seja, o fenômeno digital deve ser visto ao mesmo tempo como um saber e poder em uma relação dinâmica mútua que reforça o que Han chama de desfactualização.

Em um segundo sentido, Han propõe a sua definição de verdade narrativa também a partir de sua interpretação de Arendt. Ao analisar a obra *As origens do totalitarismo*, Han comenta que Arendt estabelece uma relação entre verdade e ideologia ao afirmar que “Hitler não é, segundo Arendt, um mentiroso habitual. É capaz da mentira que cria, em sua enormidade e totalidade, uma nova realidade. Quem inventa uma nova realidade, não mente em sentido habitual” (HAN, 2022c, p. 56). Não se trata do sentido habitual porque a ideologia é capaz de criar o que podemos chamar de uma nova episteme ou um novo paradigma de interpretação de mundo e enunciação de predicados de verdade: “a relação entre ideologia e verdade, contudo, é muito mais complexa do que pensa Arendt. A ideologia se traveste de verdade” (HAN, 2022c, p. 56). Han conclui (2022c, p. 56) que “Hitler também professa resolutamente a verdade. A

verdade como instância não é abandonada. Hitler dissemina sua ideologia racista justamente em nome da verdade. Sua propaganda se faz aparecer sempre na luz da verdade”.

Com isso, Han interpreta que Arendt teria mantido, de certo modo, as categorias de verdade e mentira, pois, aquele que diz o que é falso, com o intuito de enganar, acaba paradoxalmente afirmando a existência da verdade, ao considerar que os regimes totalitários se estabelecem e se mantêm baseados em uma “grande mentira”. Por um lado, é possível questionar essa interpretação, pois, como já destacamos, Arendt também trata da indiferenciação entre fatos e ficção, falsidade e verdade, baseados na ideologia e propaganda. Por outro, é possível aceitar a interpretação de Han, haja vista que, como em outros casos, a fidelidade ao texto arendtiano não é o mais relevante, mas sim a apropriação de Han e a recolocação da discussão da verdade sob o paradigma da sociedade da informação. Isto é, para considerar que mesmo a ideologia é uma forma de verdade narrativa capaz de criar uma nova realidade, mesmo que ela tenha princípios absolutamente falsos. Portanto, Han trata a verdade narrativa mais como uma forma de predicação da verdade a partir da qual também se estabelecem critérios formais de verdade e falsidade para seus enunciados. Por exemplo, em um modelo ideológico racista, a proposição “a pessoa ‘x’ tem direito a uma vida digna”, sendo ‘x’ a pessoa inferiorizada nesse modelo, é uma proposição falsa, pois o modelo racista estabeleceu previamente os critérios éticos de verdade e falsidade às proposições.

Assim, em um primeiro momento, Han identifica a narratividade da verdade como um modelo “oco” de verdade, isto é, meramente formal, mas cujo conteúdo, independentemente de qual seja, será dotado de sentido e orientação teleológica. Logo, nesse primeiro sentido, ao tratar da verdade narrativa, Han não defende a existência de uma verdade absoluta, ou mesmo de um projeto de verdade frente ao outro, mas identifica que enunciar uma verdade significa fazê-lo a partir de um modelo narrativo previamente estabelecido, que fornecerá os critérios prévios de verdade. Portanto, enunciar uma verdade pressupõe ter atrás de si um projeto de verdade.

Desse modo, a verdade narrativa, ainda que ideológica e dissociada da verdade factual, pressupõe um projeto de verdade, o que significa manter intactos os critérios de julgamento e pensamento, logo, os critérios de verdade e falsidade. Com isso, suprime-se também a ambivalência da experiência, segundo a interpretação de Han e ao contrário do que pressuporia Arendt, tendo em vista que a narratividade da ideologia seria capaz de sustentar um projeto de verdade estável. Já que, para Han (2022c, p. 60), a verdade é essencialmente “narrativa e exclusiva”, “ela elimina a contingência e a ambivalência”, “a verdade é, ao fim e ao cabo, uma promessa, como no provérbio bíblico: ‘sou o caminho, a verdade e a vida’”. Nesse sentido, Han

não problematiza, de início, a validade ética dos projetos de verdade ou da narratividade da verdade. O que Han questionará, e isso analisaremos mais à frente, é a crise da verdade que decorreria da eliminação de qualquer narratividade que é própria da verdade. Dessa forma, a crise da verdade se apresenta como uma estratégia de poder, reduzindo a existência humana à lógica do capital e da exploração.

Para desenvolver mais o conceito de verdade narrativa, Han se apoia na ideia habermasiana de verdade discursiva como uma forma de constituição da verdade essencialmente marcada por um processo teleológico. Apesar de não o enfatizar, Han trabalha um conceito distinto da verdade que não se limita apenas à factualidade, e até por isso sustenta-se em preceitos da filosofia habermasiana, que muito se aproximam da ideia que propõe de verdade narrativa. Isso porque, interpreta Han (2022c, p. 60), a verdade habermasiana se baseia no consenso racional dos participantes e se estabelece, consequentemente, a partir do discurso, porque nele estão dispostos “o conteúdo de verdade das afirmações”, além de ser o discurso o meio comunicativo e de argumentação entre os agentes. Isso significa que “a ideia da verdade é dimensionada pela possibilidade de a pretensão de validade das afirmações poder ser cumprida discursivamente” (HAN, 2022c, p. 60). Ou seja, a verdade (“narrativa”) não decorre da simples correspondência do enunciado com a realidade objetiva, mas também do acordo entre os agentes quanto à sua validade baseada no discurso racional e no acordo entre os participantes: “isso quer dizer: as afirmações devem resistir aos contra-argumentos possíveis e encontrar anuência de todos os participantes potenciais do discurso” (HAN, 2022c, p. 60). No mesmo sentido, outros intérpretes de Habermas ressaltam também esse caráter teleológico da verdade em Habermas, que, se não significa, propriamente, revelar a verdade, busca reconhecer o funcionamento do “predicado de verdade”, sem perder de perspectiva seu caráter “formal-pragmático” (ALLEN; MEDIETA, 2019, p. 448), que Han chama de teleológico e que pode ser expresso da seguinte maneira:

A verdade, para Habermas, deve ser entendida como um ideal regulativo tanto no nível teórico quanto no prático. [...] Da perspectiva de um teórico (ou do discurso), embora nossas práticas justificatórias sejam guiadas pela ideia de verdade, nunca poderemos ter certeza absoluta de que conhecemos a verdade, porque a verdade transcende a justificação. Entretanto, da perspectiva dos participantes da interação, a verdade tem uma função pragmática de orientação da ação (ALLEN; MEDIETA, 2019, p. 448, tradução nossa)⁵³.

⁵³ Texto original: “Truth, for Habermas, must be understood as a regulative ideal at both the theoretical and practical levels. [...] From a theorist’s (or discourse) perspective, while our justificatory practices are guided by the idea of truth, we can never be absolutely certain that we know the truth because truth transcends justification. However, from the perspective of participants in interaction, truth has an actionguiding pragmatic function”.

A partir disso, notamos que Han, em permanente diálogo com a tradição, quer ressaltar que a crise da verdade não se limita ao ataque às verdades factuais, mas à própria dificuldade de enunciar o “predicado de verdadeiro”, para retomar a interpretação acima. Pois, “a verdade discursiva como entendimento e consenso zela por uma coesão social. Ela estabiliza a sociedade ao abolir a contingência e a ambivalência” (HAN, 2022c, p. 60). Desse modo, na interpretação aqui proposta, o conceito de “verdade discursiva” poderia ser substituído por “verdade narrativa”, já que o que está em jogo é, em suma, o estabelecimento da possibilidade da verdade.

Em *Crise da narração*, Han (2023a) também associa a narratividade à verdade e ressalta o caráter não ambivalente da narratividade. E, de outro modo, acrescenta que a narratividade é compartilhada: “uma narração que modifica e que desvela um mundo não é posta arbitrariamente no mundo por uma única pessoa. Na verdade, ela deve seu surgimento a um processo complexo no qual diferentes forças e atores estão envolvidos” (HAN, 2023a, p. 9). Portanto, as narrações “ancoravam o ser”, “atribuíam um lugar e transformavam o ser-no-mundo em um estar-em-casa, dando à vida significado, apoio e orientação” (HAN, 2023a, p. 8). Desta forma, a narratividade que reside na verdade é identificada por Han (2023a, p. 9) por esse aspecto teleológico, de finalidade, de significado: “a narração é uma forma de desfecho. Ela constrói uma ordem fechada que cria significado e identidade”.

Também em *O espírito da esperança*, Han (2024, p. 48) associa a narratividade ao estabelecimento de significado: “a narrativa consiste em relações de significado que determinam o que é bom, bonito, significativo, valioso ou desejável”, e tais categorias conceituais estariam na essência dos conceitos “nos quais uma vida pode ser descrita e compreendida”, pois, inclusive, “o agir só é possível no interior da teia de relações de significado” (HAN, 2024, p. 48). Portanto, é possível reconhecer a associação constante entre a narratividade e seu caráter orientativo.

É importante também destacar que a supressão de ambivalência e a estabilidade dada pela narratividade da verdade não significam, para Han, uma nova forma de dominação e produção de um estado estático de coisas. Pelo contrário, como destacamos anteriormente, a verdade também tem um caráter “messiânico”, de promessa de uma “sociedade que vem”. Em outras palavras, a verdade expressa uma promessa de futuro que não se reduz ao “update permanente de coisas atuais” (HAN, 2023a, p. 23). Nesse sentido, a modernidade é descrita como um período movido “por uma crença no progresso, pela ênfase na ruptura, na reordenação e no começar de novo, pelo espírito da revolução”, em contraste com a pós-modernidade, na qual as narrativas de futuro foram reduzidas a um “continuar assim, sem alternativas” (HAN,

2023a, p. 22). Nessa condição, perdeu-se toda a “coragem narrativa, toda coragem para uma narrativa transformadora do mundo” (HAN, 2023a, p. 22).

Portanto, a verdade narrativa detém a capacidade de dar coesão social (HAN, 2022c, p. 53; 2023a, p. 62) e de gerar mudanças, ou seja, a narratividade tem uma especial relação conceitual que permite tensionamentos e orientações, também o agir com sentido, com vistas a um fim. Como vimos, Han parte da concepção arendtiana de ideologia para afirmar que, mesmo na ideologia, há um aspecto narrativo que possibilita a predicação da verdade. De fato, Han (2023a, p. 63) reconhece que “narrativas conservadoras e nacionalistas que se opõem à permissividade liberal são excludentes e discriminatórias”. Então, a verdade narrativa pode se expressar com um viés de dominação, absolutizando determinadas verdades. Por outro lado, como afirma Han (2023a, p. 63): “nem todas as narrativas constitutivas de uma comunidade se baseiam na exclusão do Outro, na medida em que existe também uma narrativa inclusiva que não se apega a uma identidade”⁵⁴. Desse modo, a verdade narrativa pode ser considerada como uma forma de discurso que pode perpetuar relações de poder, bem como funcionar como ponto de clivagem e resistência. Além disso, na perspectiva de Han, a narratividade da verdade é essencial para qualquer tipo de ação política comum, e o enfrentamento ao sistema psicopolítico-neoliberal precisará passar pela construção de uma verdade narrativa. Isso porque a crise da verdade narrativa alimenta as relações de poder psicopolítico, ou seja, é parte do dispositivo de poder que mantém a estabilidade desse sistema.

Por fim, é necessário destacar que, apesar de Han ressaltar a importância da verdade factual, esta, por si só, não possui a mesma força social e teleológica que a verdade narrativa. Pode-se supor que a verdade narrativa — ou, mais precisamente, a constituição de uma ética inclusiva baseada em uma verdade narrativa — pressupõe o respeito à verdade factual, sob risco do estabelecimento de regimes autoritários, como os descritos por Arendt. Entretanto, a busca

⁵⁴ Esse é um dos pontos no qual se poderia desenvolver, a partir da obra de Han, uma ética capaz de resistir ao modelo de poder neoliberal, que pressuporia a afirmação de uma narratividade da verdade. Há indícios dessa perspectiva na medida em que Han (2023a, p. 63) destaca o “universalismo radical de Kant”, que se expressa em uma “narrativa universalista” de “hospitalidade irrestrita”. Com isso, Han propõe a criação de uma “comunidade mais íntima”, uma “comunidade narrativa” que, no entanto, “rejeita a excludente narrativa de identidade” (HAN, 2023a, p. 63). Han (2023a, p. 64) acrescenta que uma política baseada na ação comum só pode se constituir a partir de uma narrativa comunitária, ou seja, “a ação política em sentido enfático pressupõe uma narrativa”. Sem narrativas, ele argumenta, “o agir se degenera em ações e reações arbitrárias. A ação política pressupõe uma coerência narrativa” (HAN, 2023a, p. 64). Portanto, podemos identificar aqui uma das possíveis chaves para se pensar uma resistência ao regime psicopolítico-neoliberal: uma ação política baseada em uma ética universalista e em uma “comunidade narrativa” inclusiva, capaz de conviver com as identidades, mas sem se apegar a elas. Essa comunidade deve, inclusive, rejeitar a identidade como fator de exclusão, promovendo uma “hospitalidade irrestrita” na qual “todo ser humano é cidadão do mundo” (HAN, 2023a, p. 63).

por coesão social ou projetos que resistam ao regime neoliberal, mas que fossem orientados exclusivamente pela verdade factual, pode levar a uma prática tecnicista e, provavelmente, não narrativa. Em outras palavras, a eliminação da narratividade da verdade em favor de uma pura facticidade resultaria, para Han, na mesma sociedade pós-moderna que ele critica, fundada em uma pretensa objetividade dos dados, os quais se acumulam infinitamente sem *télos*. Esse aspecto será melhor elaborado quando abordarmos especificamente a crise da verdade.

Com base nessas definições de verdade, analisaremos a seguir a ideia de Han de que a crise da verdade se dá com a derrocada da verdade factual e narrativa, especialmente incrementada pelo dispositivo da informação.

7.1.3 Tecnologias da informação e crise da verdade

A digitalização e a datificação são dois fenômenos tecnológicos essenciais ao dispositivo da informação na atualidade. É por meio deles que, segundo Han, se dá a crise da verdade. Dessa maneira, antes de tratar da crise da verdade em si, é importante que analisemos e conceituemos alguns fenômenos e pressupostos tecnológicos necessários à técnica da informação. Ou seja, é necessário definir alguns fenômenos e tecnologias tratados por Han antes de avançar em nossa exposição.

Mayer-Schonberger e Cukier (2013), na obra *Big Data: a revolution that will transform how we live, work, and think*, analisam os fenômenos da digitalização e da datificação (*datification*), que nos parecem essenciais para a análise da técnica da informação. Trata-se de dois fenômenos distintos, mas que se interligam profundamente. Se utilizarmos “datificação” como um conceito mais abstrato, como fazem Mayer-Schonberger e Cukier (2013), podemos afirmar que é um fenômeno que antecede em muito a digitalização, pois se referiria mais à ideia de registro e conversão de determinados fenômenos em informações que podem ser utilizadas para fins práticos. Nesse sentido, Mayer-Schonberger e Cukier (2013, p. 80) recorrem à origem latina da palavra “dado”, uma vez que seu homólogo em inglês (*data*) não preserva o sentido latino tal qual em português: de que “dado” contém o sentido de “fato”, ou seja, “dado” é um “fato” que pode ser conhecido e demonstrado. Um “fato” é um fenômeno “dado”; portanto, é autoevidente e pode ser compartilhado. Assim, por sua vez, a datificação expressa o movimento de converter fenômenos em formatos que possam ser registrados, tabulados e analisados (MAYER-SCHONBERGER; CUKIER, 2013, p. 81). Logo, em um sentido genérico, o registro

escrito, por exemplo, é uma forma de “datificar” um determinado fenômeno para que possa ser utilizado e compartilhado.

Por consequência, podemos já intuir que os dados digitais ainda guardam esse mesmo sentido, referindo-se à descrição ou conversão de algo (fato, fenômeno, uma observação, etc.) a um formato que permita o seu registro, análise, tabulação, quantificação, qualificação, reorganização, etc. Na linguagem da tecnologia da informação, os dados são considerados os elementos atômicos das informações, isto é, os dados são os elementos brutos e dispersos, ao passo que as informações são os dados já tratados, analisados e interpretados.

Assim, os dados, qualquer que sejam, precisam ser organizados de tal modo que tenham algum sentido, convertendo-se em informações. A datificação analógica tem limitações intrínsecas como espaço físico para armazenamento de informações, a limitação da quantidade de dados que podem ser analisados e relacionados ao mesmo tempo e até mesmo a capacidade de coleta de dados. Essas são algumas das limitações da datificação analógica se comparada à digital, que acaba por intensificar o próprio fenômeno da datificação.

É sobre essa intersecção crucial entre datificação e digitalização que repousa uma das mais intensas mudanças na tecnologia da informação do século XXI, com efeitos sociais relevantes. O regime de informações atual resulta da conjunção entre datificação e digitalização. O fenômeno da digitalização teve início a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento dos primeiros computadores digitais, e se intensificou especialmente a partir do século XXI, com o aprimoramento de diversos dispositivos digitais. Inclusive, no início, a revolução computacional não objetivava a digitalização de dados, mas a realização de cálculos complexos que demandavam muito tempo pelos métodos anteriores. Apenas nos anos 1990 é que se intensificou o processo de digitalização especificamente de dados, fenômeno que pode ser descrito pela mudança “de átomos para bits” (MAYER-SCHONBERGER; CUKIER, 2013, p. 81). O processo de digitalização significa converter “informação analógica em zeros e uns do código binário para que os computadores possam processá-la” (MAYER-SCHONBERGER; CUKIER, 2013, p. 81). Ou seja, trata-se da conversão de dados analógicos (como textos impressos, imagens, sons e vídeos) em formatos digitais que podem ser processados por computadores.

Ainda que a digitalização e a datificação sejam fenômenos distintos, é essencial reconhecer que a digitalização incrementou a datificação de modo inédito, no sentido de ser responsável por permitir a acumulação e processamento de dados em uma escala que transcende de forma incomparável as capacidades analógicas, inclusive, com a evolução dessa capacidade

de modo quase exponencial desde a criação dos primeiros computadores digitais⁵⁵. Desse modo, ainda que o desejo humano de “mensurar, registrar e analisar o mundo” seja mais antigo do que a tecnologia digital, a digitalização foi responsável por aumentar a capacidade de acumulação e processamento de dados, ambos pilares fundamentais da datificação (MAYER-SCHONBERGER; CUKIER, 2013, p. 81).

O salto da tecnologia analógica para a digital refletiu-se nos modos de ação do poder, sendo especialmente relevante para o dispositivo da informação. De fato, a crise da verdade enunciada por Han está diretamente ligada à tecnologia digital e à tecnologia da informação. Com a tecnologia digital, sobre a qual se baseia a digitalização e a datificação, foi estabelecido um modelo informacional orientado pela lógica da descentralização, velocidade e alcance global. Isso significa uma pulverização na produção e compartilhamento de informações, na medida em que qualquer indivíduo com acesso à internet pode se tornar um potencial agente ativo nesse processo, independentemente dos meios intermediários tradicionais de produção de informações, como editoras, jornais, emissoras de rádio e TV.

Muitas problemáticas podem ser exploradas em relação à – suposta ou não – descentralização na produção da informação, dentre as quais podemos destacar: 1) até que ponto existe independência no processo de produção de conteúdo, considerando que grandes corporações tecnológicas, como Alphabet (Google), Facebook e Amazon, se tornaram os novos intermediários na produção de informações. Há uma dinâmica distinta daquela operada pelos meios tradicionais, mas isso não parece significar propriamente uma produção livre, visto que essas grandes corporações operam a partir da gestão de dados e algoritmos que não são neutros, mas são calibrados segundo uma lógica capaz de influenciar o comportamento dos usuários e a própria formação da opinião pública; 2) a dependência também se manifesta porque a lógica monopolista do capital também se aplica a essas corporações de tecnologia da informação. Basta reconhecermos que, embora existam, por exemplo, uma quantidade não desprezível de redes sociais, os usuários concentram-se em pouquíssimas delas, variando ao longo do tempo. Além disso, há uma tendência de incorporação de redes sociais em ascensão pelas já grandes

⁵⁵ Em 1965, Gordon Moore (2006) (um dos fundadores da Intel Corporation) escreveu no artigo *Cramming More Components onto Integrated Circuits* sobre a tendência da indústria de semicondutores (microchips) de duplicar o número de transistores em um circuito integrado a cada dois anos, o que significa um aumento exponencial na capacidade de processamento dos chips. Essa observação ficou conhecida como “Lei de Moore” e serviu, e ainda serve, como parâmetro tecnológico a ser alcançado pela indústria de semicondutores. Embora o aumento do número de transistores por chip não signifique precisamente o aumento de sua capacidade de processamento, esse crescimento exponencial resulta em melhorias significativas na capacidade de processamento dos semicondutores e explica, em grande medida, a inovação tecnológica acelerada das últimas décadas.

corporações, como é o caso do Youtube, adquirido pela Alphabet, do Instagram e do Whatsapp pelo Facebook, ou seja, justamente em um processo de concentração e monopolização de mercados; 3) por fim, não é incorreto afirmar que, na prática, há uma profusão e competição de discursos, baseada na capacidade individual de produção de informações. Quando comparado à era analógica, é inegável que o acesso às informações é menos controlado, hierárquico e vinculado a instituições tradicionais, como o Estado ou grandes corporações de mídia. Ou seja, há mais discursos concorrentes, com capacidade de difusão maior e de forma mais rápida.

É nesse último aspecto que Han constata um paradoxo intrinsecamente ligado à era digital. Ou seja, se, por um lado, há uma mudança paradigmática no controle da produção de informações, por outro, o aumento do fluxo informacional provoca a crise da verdade. Essa crise da verdade é uma crise epistemológica, pois representa uma ruptura com as formas anteriores de produção da verdade e com a própria possibilidade de enunciação da verdade, especialmente com a verdade factual e a verdade narrativa, que definimos anteriormente. Mais precisamente, na interpretação haniana, não se trata apenas da modificação dos critérios de predicação da verdade, mas da deterioração da própria possibilidade de enunciar a verdade. Em outras palavras, a própria noção de verdade perde seu valor e significado.

Portanto, trata-se de uma situação paradoxal porque o fluxo de informações provoca uma enganosa sensação de conhecimento, uma enganosa sensação de que se sabe a verdade. Ou seja, estabelece-se uma nova episteme informacional, na qual o conhecimento, o “saber”, se baseia nas informações, pois é fato que “em nenhum momento histórico as pessoas sentiram-se tão bem informadas, tão conscientes e tão capazes de fazerem escolhas livres” (CHEVITARESE, 2023, p. 35). Entretanto, Han argumentará que esse novo modelo epistêmico se distancia da verdade e, no fundo, provoca uma crise da verdade que se inscreve no interior do sistema psicopolítico. Para Han, sem que percebamos, vamos pouco a pouco nos deixando levar por sistemas informacionais, baseados em big data e algoritmos, que acabam gerindo a nossa própria vida. Com isso, se destrói o espaço para a inteligência e para o próprio pensamento. Ou seja, é uma perda total da autonomia do sujeito, mas que se apresenta como um novo espaço de liberdade, na qual a tomada de decisão acaba sendo, se não orientada, delegada às tecnologias informacionais.

No limite, a datificação e o emprego das tecnologias digitais e da informação vêm acompanhadas da crença de que qualquer problema ou fenômeno poderiam ser respondidos a partir dos dados e das relações que se estabelecem entre eles por meio de big data e algoritmos.

Esse fenômeno Han (2018b, p. 78-79) denomina de dataísmo, a partir de um ensaio escrito por Brooks (2013, n.p., tradução nossa):

Se você me pedisse para descrever a filosofia em ascensão na atualidade, eu diria que é o data-ismo. Agora temos a capacidade de reunir enormes quantidades de dados. Essa capacidade parece carregar consigo certas suposições culturais — que tudo o que pode ser medido deve ser medido; que os dados são uma lente transparente e confiável que nos permite filtrar o emocionalismo e a ideologia; que os dados nos ajudarão a fazer coisas notáveis — como prever o futuro⁵⁶.

Essa crença nos dados é descrita por Han (2021a; 2022c) como um novo niilismo. Isso porque ela expressaria uma forma de abandono da verdade ou da importância da verdade. Pois, se seguirmos a definição de Deleuze (1976, p. 123) sobre o niilismo, segundo a qual: “na palavra niilismo, nihil não significa o não-ser, mas, inicialmente, um valor de nada”, compreenderemos que, a partir da obra de Han, o dataísmo, como expressão máxima da crise da verdade da “sociedade da informação”, se caracteriza por atribuir um valor de nada à própria verdade, isto é, a verdade tem o seu valor esvaziado, e torna-se obsoleta. Trataremos desse tema de modo mais aprofundado a seguir, mas importa reconhecer, até aqui, que o fenômeno tecnológico da digitalização e da datificação é acompanhado pelo estabelecimento de uma nova epistemologia que, na leitura de Han, é também uma crise da verdade.

7.1.4 A crise da verdade

O problema da verdade factual é introduzido por Han (2022c, p. 52, grifo do autor) do seguinte modo:

Na era das *fake news*, desinformações e teorias da conspiração, a realidade, com suas verdades factuais, se nos extraviou. Passam a circular, então, informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real. A crença na facticidade foi perdida. Vivemos, assim, em um universo desfactualado. Ao fim e ao cabo, com o desaparecimento das verdades factuais, desaparece também o mundo comum no qual podíamos nos reportar em nossa ação.

Esse fenômeno expressa algo mais do que simplesmente mentir, pois significa eliminar a diferença entre a verdade e a mentira. Han se refere, nesse primeiro aspecto, à verdade factual, ou seja, a crise da verdade se instaura a partir de um ataque à própria facticidade. Nesse sentido,

⁵⁶ Texto original: “If you asked me to describe the rising philosophy of the day, I’d say it is data-ism. We now have the ability to gather huge amounts of data. This ability seems to carry with it certain cultural assumptions — that everything that can be measured should be measured; that data is a transparent and reliable lens that allows us to filter out emotionalism and ideology; that data will help us do remarkable things — like foretell the future”.

Han (2022c, p. 55) utiliza o neologismo *truthiness*, que “faz referência à verdade sentida que carece de toda objetividade, de toda solidez dos fatos”, e afirma a existência de uma “arbitrariedade subjetiva”, “própria do fenômeno patológico da digitalização” que “abole a verdade” (HAN, 2022c, p. 55). Portanto, a crise da verdade “não pode ser reduzida à discrepância entre saber e fato ou ao conhecimento faltante da realidade”, pois, efetivamente, “estremece a crença nos próprios fatos” (HAN, 2022c, p. 55).

Segundo Han, a crise da verdade factual está diretamente ligada às informações. Podemos identificar dois eixos centrais de ataque à facticidade que implicam um ao outro, mas decorrem da velocidade e do excesso com a qual a informação é criada. Esses dois aspectos são: a negação da facticidade e a produção de realidades digitais/alternativas. São processos relacionados, mas não idênticos.

A negação da facticidade é um fenômeno mais relacionado às fake news, desinformações e teorias da conspiração, temas relevantes na contemporaneidade. Inclusive, as fake news são tema central do que vem sendo chamado de pós-verdade. Essa negação da facticidade tratada por Han se alinha a muitos outros autores e autoras que tratam desse tema sob o prisma da *pós-verdade*.

Sobre o tema, Harsin (2018) situa aparecimento do conceito de pós-verdade no contexto acadêmico no início da década de 1990, com um aumento de sua utilização entre 2015 e 2016, levando à sua inclusão no Dicionário Oxford que, inclusive, a elegeu como “palavra do ano” em 2016 (SIEBERT, S.; PEREIRA, 2020, p. 239). Foi também em 2016 que ocorreu a primeira eleição estadunidense com a participação e vitória de Donald Trump, bem como o referendo que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), dois processos eleitorais que tiveram em comum o amplo uso de notícias falsas e o decisivo uso das redes sociais, com consequente perda ou diminuição do monopólio e da confiança das informações divulgadas pelos meios tradicionais das mídias de massa. Esses fatos que impulsionaram discussões sobre a pós-verdade, inclusive gerando publicações sobre o tema em jornais de grande circulação como o *The Economist* (2016) e *The Independent* (NORMAN, 2016), como destacam diversos trabalhos sobre o tema (SIEBERT; PEREIRA, 2020; SANTAELLA, 2019; KAKUTANI, 2018; MCINTYRE, 2018). Mesmo Han (2022c) cita Trump em algumas passagens como um exemplo inserido no processo de crise da verdade factual.

Harsin (2018, p.1-2, tradução nossa) afirma que a pós-verdade é “um conceito de periodização” e que “se refere a uma ansiedade pública historicamente particular sobre

alegações de verdade pública e autoridade para ser um legítimo contador público da verdade.”⁵⁷ Por outro lado, também “é interpretado como um tempo além, depois ou sem verdade, que não poderia estar mais longe da verdade” (HARSIN, 2018, p. 2). Portanto, Harsin destaca dois modos interpretativos para se conceituar pós-verdade: o primeiro, de que ela se refere a um tempo histórico de instabilidade da verdade ligado à “honestidade” dos agentes e/ou à factualidade da verdade e do conhecimento justificado (HARSIN, 2018, p. 2); em um segundo aspecto, pelo qual ela descreveria um tempo sem verdade, em que a discussão sobre a verdade perdeu importância. E, de fato, esses dois eixos de conceituação parecem condensar o conceito de pós-verdade.

É possível reconhecer que existem aproximações da filosofia haniana com esse tema. Afinal, o fenômeno das fake news ou do que se convencionou chamar de pós-verdade permeia diversos estudos. Antes de avançar, é importante reconhecer que há trabalhos que rejeitam a ideia de uma “era” da pós-verdade, como os de Genesini (2018) e Harari (2018), que, de certo modo, relativizam as forças políticas das fake news, defendendo que se trata de mais uma forma de utilização de mentiras como estratégias de poder. A questão é que utilizar a expressão “pós-verdade” ou não talvez seja o menos relevante. Mais importante, ao menos para os nossos objetivos, parece ser extrair da literatura sobre a pós-verdade os fenômenos ou as ações estratégicas que implicam relações de poder e, por consequência, formas específicas de subjetivação. Nesse ponto, as contribuições que reconhecemos na obra de Han indicam que o dispositivo informacional de nosso tempo – de característica digital – promove uma forma específica de relações de poder de tipo psicopolítico. Disso decorre que a crise da verdade se inscreve necessariamente no âmbito de relações de poder.

A negação da facticidade se apresenta como o fenômeno de fundo expresso em diferentes formas de pós-verdade como fake news, *rumor bombs*, *deep fakes*, desinformações, acusações de mentira, obsessiva checagem de fatos, aumento da desconfiança, negação de verdades científicas, etc. Para Han, esses fenômenos somente são possíveis a partir do regime digital das informações porque neste se absolutiza a produtibilidade em oposição a qualquer solidez: “a ordem digital abole a solidez do factual em geral, sim, a solidez do ser, ao totalizar a produtibilidade. Na produtibilidade total não há nada que não possa ser revertido ou desfeito” (HAN, 2022c, p. 59). Ou seja, o excesso de informações torna as informações contingentes,

⁵⁷ Texto original: “Post-truth (PT) is a periodizing concept (Besserman, 1998) that refers to a historically particular public anxiety about public truth claims and authority to be a legitimate public truth-teller”.

substituíveis por outras. Com isso, a negação da facticidade se expressa quase como uma consequência direta do acúmulo e produção massiva de informações, pois sustenta um caráter de substituição e soma.

Portanto, apesar da resistência de alguns, não é possível negar que a digitalização e a quantidade massiva de informações e comunicações impõem uma nova dinâmica social e política. É inédita a capacidade de transmissão e de circulação de informações quando comparada à era analógica, mesmo no caso do século XX, amplamente marcado pelas mídias de massa. Para Han (2022c, p. 19), isso é fundamental, pois ele chama esse período no qual predominam as mídias digitais de “infocracia”: “a digitalização do mundo da vida avança, implacável. Submete a uma mudança radical nossa percepção, nossa relação com o mundo, nossa convivência. Ficamos atordoados pela embriaguez de comunicação e informação”.

A produtibilidade de informações é um processo ativo, que atordoa pelo excesso. Han (2022c, p. 23) compara as mídias de massa às redes digitais e estabelece um elo entre as mídias de massa e o “regime biopolítico de disciplina”, por se tratar de uma forma de dominação que mantém o telespectador essencialmente como um sujeito passivo da relação de poder. É uma forma de comunicação que “degrada” o discurso e a política em “show e propaganda”, além de ser “fragmentária e descontinuada” e atordoar pelo entretenimento e pela satisfação:

No regime de informação, as pessoas não são mais telespectadoras passivas, que se rendem ao entretenimento. São emissores ativos. Produzem e consomem, de modo permanente, informações. A embriaguez de comunicação que assume, pois, formas viciadas, compulsivas, retém as pessoas em uma nova menoridade. A fórmula da submissão do regime da informação é a seguinte: comunicamo-nos até morrer (HAN, 2022c, p. 23).

Desse modo, o dispositivo das informações faz parte de uma forma de subjetivação que, inclusive, opera “no âmbito cognitivo”, criando uma “instabilidade temporal” – baseada na rapidez e substituição informacional – que “fragmenta a percepção” (HAN, 2022c, p. 24). É nesse contexto que as fake news “desfactizam a realidade”, ao contrário de criar “uma nova realidade” (HAN, 2022c, p. 58). Mesmo que Han constantemente cite as fake news, também as notícias verdadeiras e informações factuais acabam se misturando na produtibilidade de informações, de modo a tornar a realidade fragmentária, ou seja, a informação, falsa ou não, também se insere em um contexto de velocidade e substituição, verificação, falseamento e ratificação que atordoa pelo fluxo das informações e não necessariamente por seu conteúdo. Desse modo, a facticidade se mantém tanto suspensa, à espera de confirmação, quanto fragmentária e substituível. A obsessão pela checagem de fatos e notícias parece aprofundar mais a instabilidade dos fatos do que colaborar com a verdade factual, já que mantém um

contexto de permanente desconfiança, e quando o resultado da checagem surge, ele não importa mais, já que o “fato” ou a “informação” em pauta ou “em alta” já é outra.

Considerar a produtibilidade da informação digital é uma característica fundamental a ser identificada na obra de Han. Pois, é, de certo modo, relativamente fácil reconhecer que as fake news e todas as formas relacionadas (*deep fake*, desinformação, *rumor bombs*, teorias da conspiração, etc.) criam um contexto de desconfiança que enfraquece a “força” da verdade factual. Afinal, são formas de falsear a realidade, de negar a realidade, porque são, no fundo, “informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real” (HAN, 2022c, p. 52). Esse é o contexto da pós-verdade.

Então, à primeira vista, seria necessário estabelecer ferramentas de combate à desinformação. Com isso, seria possível garantir bases para o fortalecimento da factualidade e das verdades factuais, ao menos. Para isso, são dadas muitas soluções, e autores como McIntyre (2018) e Harsin (2018) compilam algumas dessas propostas. Mesmo a União Europeia patrocinou oficialmente um relatório, elaborado por acadêmicos e jornalistas, contendo, entre outros elementos, propostas recomendatórias de como responder à desinformação (DE COCK BUNING, 2018). As propostas contra a desinformação são variadas, mas elas normalmente orbitam sugestões como: promoção do pensamento crítico e “educação” dos usuários sobre o uso das mídias; combate ativo por meio das plataformas digitais e/ou dos governos contra a veiculação de informações falsas; fortalecimento de “canais confiáveis” de informações; aumento da transparência das informações veiculadas online (autores, fontes, etc.); e checagem ativa de informações.

Entretanto, um problema não identificado em todas essas propostas, e que podemos apontar a partir da obra de Han, é que nenhuma delas encara o problema da produtibilidade informacional. Porque, em geral, as propostas contra a desinformação propõem a produção de mais informação (verdadeira) contra a desinformação, o que significa aumentar a produção de informações. Afinal, até mesmo a identificação de notícias falsas ocorre com a produção ou checagem delas por meio de outras informações. É a solução condensada na tese de Genesini (2018, p. 57): “minha tese é de que as fake news combatem-se não com menos, mas com mais notícias das mais diversas fontes”. Ou seja, é um problema que soa paradoxal em certo sentido, já que o aumento de informações (e de dados) poderia ser visto como uma forma de revelar a verdade, de aprofundar a facticidade do mundo, revelando os fatos. Desta forma, o acúmulo de informações representaria o acúmulo de conhecimento e maior capacidade de combate à desinformação. Esse maior conhecimento seria expresso em informações e dados digitais

acumulados capazes de explicar a realidade do mundo. Porém, em vista da produtibilidade informacional, combater desinformação com mais informação significaria participar do problema e não propriamente da solução.

Portanto, a questão é: a facticidade poderia ser salva com mais informações? Na medida em que se privilegiaria informações verdadeiras como respostas a informações falsas, interpretamos que, para Han, a resposta a esse questionamento seria negativa, porque a produtibilidade informacional, da qual decorre ambivalência informacional, é incapaz de sustentar a verdade factual, e mesmo a verdade narrativa.

Nesse sentido, há dois elementos importantes a serem reconhecidos na obra de Han quanto à sensação de ambivalência da realidade produzida pelo digital. O primeiro, e talvez mais óbvio, decorreria do enfraquecimento da “consciência factual” e da “consciência da realidade” decorrente da criação de realidades alternativas ou, como se costuma chamar, de realidades aumentadas, baseadas nas tecnologias digitais. Han (2022c, p. 59) utiliza o exemplo da fotografia digital em contraposição à fotografia analógica. Para ele, a fotografia digital “produz uma realidade que não existe ao eliminar a realidade como referente”, ou seja, ela é capaz de eliminar ou modificar a realidade, ao contrário da fotografia analógica que “dá fé ao observador do ser do que há”. Podemos ir além desse argumento: a criação de realidades sobrepostas e intermediadas por aparatos tecnológicos não se limita apenas à fotografia. Os smartphones são um exemplo de tecnologia que intermedia toda uma experiência sobre o mundo: suas câmeras intermediam as experiências visuais; alteram o regime do olhar ao redor já que a atenção se torna unidirecional à tela; os sons ambientes são substituídos por meios como fones conectados aos smartphones; a memória, por anotações na agenda de compromissos e mesmo de números telefônicos; locomover-se passa a ser guiado pelas rotas de aplicativos. Também o avanço das IAs permite a criação de perfis completos de “personagens” (*Characters*) dotados de imagem, voz e personalidade reguláveis e amplamente capazes de diálogos (ainda) relativamente complexos⁵⁸. Portanto, trata-se do aspecto da produtibilidade digital mais ligado

⁵⁸ A questão do digital frente ao “real” é um ponto que deve ser problematizado na obra de Han. Parece-nos que a “realidade digital” ou a realidade intermediada pelo digital não deixa de ser uma realidade, mas uma realidade sobreposta por camadas. Diante da participação de diversas ferramentas tecnológicas em nossas vidas como verdadeiras “próteses digitais”, fica cada vez mais difícil sustentar uma divisão binária entre as categorias real-material e irreal-digital. Inclusive, porque o digital é parte da vida. Dentre os exemplos, já indicamos os smartphones como um desses equipamentos que são, muitas vezes, praticamente indissociáveis de nossas vidas e corpos. Poderíamos também questionar se, de fato, é possível dissociar essencialmente os perfis digitais nas redes de seu próprio criador? Ainda que os perfis digitais se insiram no contexto da sociedade da transparência, com a necessidade de exposição de si nas redes, é inegável a confusão e a coexistência da persona digital e do próprio indivíduo “real”.

à verdade factual, no sentido de criação de realidades alternativas, o que enfraqueceria a experiência do real.

O segundo aspecto da ambivalência informacional se liga mais diretamente à narratividade da verdade. Nesse sentido, trata-se de pensar o aumento das informações e dos dados como modo de acesso à verdade mais privilegiado. Segundo essa tese, a crueza dos dados e informações seria, na realidade, o antídoto para a desinformação e, de modo mais extremado, representaria os fundamentos de um conhecimento mais genuíno porque ligado intrinsecamente aos fatos e informações traduzidos em dados. Entretanto, para Han, essa proposta esbarraria em outra característica fundamental da verdade, que é a sua narratividade.

Para trabalhar melhor esse tema, é importante analisar a tese de Anderson (2008), no texto *The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete*, discutida por Han (2017a, 2018a, 2023a) em mais de uma oportunidade. Nesse ensaio, Anderson expressa, em grande medida, a confiança de que uma nova e melhor epistemologia estaria prestes a se consolidar a partir do uso de dados. Nesse sentido, o fim da Teoria descrita por Anderson significa, em linhas gerais, não só a substituição de metodologias científicas, mas o estabelecimento de uma nova forma de conhecer o mundo, ou seja, a consolidação de uma nova epistemologia. Com isso, os dados e as suas formas de processamento emergem como os novos fundamentos da verdade e não de crise da verdade.

De modo mais específico, Anderson (2008) afirma que, tradicionalmente, a ciência se construiu a partir da criação de hipóteses testáveis. Ou seja, por meio de especulações teóricas, constroem-se modelos baseados em correlações, que são paulatinamente testados para identificar uma relação causal. Em suas palavras, “cientistas são treinados para reconhecer que correlação não é causalidade, que nenhuma conclusão deve ser tirada simplesmente com base na correlação entre X e Y (pode ser apenas uma coincidência)” (ANDERSON, 2008, n.p., tradução nossa). Isso significa encontrar “mecanismos subjacentes” capazes de “conectar conjuntos de dados”, pois “dados sem um modelo são apenas ruído” (ANDERSON, 2008, n.p., tradução nossa). Trata-se, portanto, do método científico geral, no qual se elabora uma hipótese testável, realiza-se a experimentação e, a partir da análise dos resultados, estabelece-se uma teoria.

Por sua vez, Anderson (2008, n.p., tradução nossa) apresenta uma mudança radical desse modelo ao sugerir que “a ciência pode avançar mesmo sem modelos coerentes, teorias unificadas ou realmente qualquer explicação mecanicista”⁵⁹, pois:

Agora há uma maneira melhor. Os petabytes nos permitem dizer: ‘A correlação é suficiente.’ Podemos parar de procurar modelos. Podemos analisar os dados sem hipóteses sobre o que eles podem mostrar. Podemos jogar os números nos maiores clusters de computação que o mundo já viu e deixar que algoritmos estatísticos encontrem padrões onde a ciência não consegue (ANDERSON, 2008, n.p., tradução nossa⁶⁰).

Esse é o cerne do “fim da Teoria” sobre o qual Anderson escreve. Trata-se de uma nova forma de entender e de revelar o mundo, na qual os seres humanos seriam responsáveis por aprender a usar “computadores” de grande escala, dotados de capacidade infinita de armazenamento, aliados a nuvens de processadores e “ferramentas estatísticas” capazes de processar os dados coletados, com a finalidade de, na “Era dos Petabytes,” estabelecer uma nova forma de conhecer. Por isso, o fim da Teoria previsto por Anderson significa também o estabelecimento de uma nova epistemologia.

O fim da Teoria de Anderson pode ser entendido como uma espécie de dataísmo epistemológico baseado nos dados. Apesar de poder ser aplicada a diversos fenômenos, “os dataísmos” preconizam que os dados, apoiados por algoritmos e outras formas de processamento, são as novas formas privilegiadas de acesso ao conhecimento, tanto de fenômenos da natureza como a processos individuais e sociais. Segundo essa “crença”, os fenômenos datificados seriam a fonte central para explicar, basicamente, todo o questionamento possível de ser proposto. Logo, o funcionamento eficiente do dataísmo reclama a expansão do processamento e armazenamento de dados, além de seu compartilhamento, inclusive, pela proeminência dos dados e algoritmos em relação à inteligência ou razão humana.

Com isso, vemos que, de uma maneira geral, tanto as teses de Anderson quanto qualquer outra forma de dataísmo não propõem o enfraquecimento ou abandono da verdade factual. Na realidade, subjaz nessas propostas um reforço das verdades factuais sem a participação humana. Ou, em outras palavras, sem que a razão humana, sem que o instrumental cognoscente humano, realize as conclusões e correlações mais relevantes no processo de elaboração da verdade. Desse modo, o trabalho humano se limitaria à construção de máquinas

⁵⁹ Texto original: “Science can advance even without coherent models, unified theories, or really any mechanistic explanation at all”.

⁶⁰ Texto original: “There is now a better way. Petabytes allow us to say: ‘Correlation is enough.’ We can stop looking for models. We can analyze the data without hypotheses about what it might show. We can throw the numbers into the biggest computing clusters the world has ever seen and let statistical algorithms find patterns where science cannot”.

computacionais, sistemas de dados e sistemas algorítmicos com capacidade de processamento de dados para atingir os objetivos iniciais propostos.

Exposto de maneira genérica, essas afirmações podem parecer ficcionais ou distantes da realidade atual. Mas o fato é que a “verdade dos dados” já se coloca como mecanismo que ordena a vida ordinária. A partir da obra de O’Neil (2020), podemos citar ao menos dois exemplos sobre como as verdades algorítmicas já se impõem como verdades factuais absolutas, induzindo governos e instituições a uma ou outra ação: 1) Programas de predição de crimes já utilizados por diversos departamentos de polícia dos Estados Unidos, que, por meio de elementos dos mais variados (números de caixas eletrônicos, quantidade de lojas de conveniência, padrões históricos de crimes cometidos, renda per capita local, residentes com histórico criminoso, dentre outros), reconhecem locais mais propensos ao cometimento de crimes, orientando policiais sobre os locais onde devem atuar mais intensamente com o objetivo de prender ou desencorajar pretensos criminosos; 2) Concessão de crédito: por meio de sistemas de Big Data, a pontuação de cada indivíduo é analisada para a definição do “risco de crédito”. Mas, como ressalta O’Neil (2020), outros tipos de elementos de análise passaram a ser utilizados para além do histórico de pagamento, como o histórico de compras na internet e a região onde cada pessoa reside ou realiza compras.

Apenas nesses dois exemplos podemos destacar questões éticas relevantes, inclusive, de padrões classificatórios que podem induzir à racialização e à discriminação social e econômica. A questão é que a opção pelos elementos analisados para a definição dos resultados é uma escolha daqueles que criam os modelos algorítmicos. Essa é uma das teses centrais de O’Neil (2020, p. 19), que defende que as correlações de dados de comportamento são, por vezes, “discriminatórias e, algumas delas, ilegais”. Entretanto, uma vez construído o modelo, a verdade da “cruza” dos dados se impõe como verdade factual e orienta formas de exercício de poder. Esses exemplos também revelam um aspecto importante: buscam-se padrões de comportamentos humanos, ou seja, o acesso à psique humana a partir dos Big Data, o que enuncia um modelo psicopolítico.

Dessa forma, as premissas que motivam determinadas ações políticas estatais e institucionais decorrem de conclusões que se revestem de verdade a partir de determinadas informações e suas correlações. E, inclusive, se nos orientarmos pelas teses de O’Neil (2020), de que os algoritmos não são “neutros”, mas construídos a partir de modelos e correlações de dados “escolhidos”, concluiremos que as conclusões fornecidas pelos dados são, ao final,

contingentes, porque dependem dos dados coletados e das correlações que são programadas sobre eles.

Isso corrobora com a tese de Han no sentido que as informações e seus modos de tratamento, por mais amplos que seja, apenas reforçam a experiência da contingência:

a sociedade da informação reforça a experiência da contingência [...] [, pois] ‘a informação é um conceito com duas faces. Uma cabeça de Janus. Como outrora o sagrado, tem ‘um lado abençoado e um assustador’. Leva a uma ‘comunicação paradoxal’, pois ‘reproduz segurança e insegurança’ (HAN, 2022c, p. 60, inserção nossa)

Nesse sentido, os dados e as informações encontram-se precisamente neste âmbito, porque fornecem uma ideia de segurança, ou seja, a segurança dos dados, dos algoritmos, das informações, das correlações. Por outro lado, “a informação gera uma ambivalência fundamental e estrutural” (HAN, 2022c, p. 60), já que as conclusões poderiam ser simplesmente outras, baseadas em outros (ou mais) dados, em outras correlações, em outras variáveis.

Portanto, a segurança nos dados e nas correlações é, ao final, ilusória, pois é incapaz de estabelecer nexos causais e conceituais ordenados e orientativos. A exclusividade da narração e a recusa da ambivalência não significam a absolutização de um tipo de pensamento ou ideologia, mas a instauração de uma “tensão penetrante e narrativa” (HAN, 2017a, p. 43). Desta forma, também em relação às informações e aos dados, Han observa um excesso de positividade, isto é, uma forma de eliminação do tensionamento dialético entre positividade e negatividade. Ou seja, considerando que o conhecimento orientado por dados se apresenta como um “olhar divino”, como um “saber absoluto” que torna o ‘discurso supérfluo’ (HAN, 2022c, p. 45), ele se coloca como totalmente positivo, pois, diante dos dados, não há tensionamentos, apenas evidências. Entretanto, para Han, conhecimento e verdade dependem da narratividade: “a ciência positiva, movida por dados, não produz nenhum conhecimento ou verdade. Das informações, apenas tomamos conhecimento. Informações, enquanto positivities, nada mudam nem nada anunciam. São totalmente inconsequentes” (HAN, 2017a, p. 43). De maneira mais específica, é possível acrescentar:

O Big Data, na verdade, não explica nada. Apenas revela *correlações* entre as coisas. Mas as correlações são a forma mais primitiva de conhecimento. Nada é compreendido nas correlações. O Big Data não é capaz de explicar por que as coisas se comportam da maneira como se comportam. Não são estabelecidas conexões causais nem conceituais. O ‘*por que*’ é completamente substituído pelo ‘*isto-é-assim*’ *incompreensível* (HAN, 2023a, p. 52, grifo do autor).

Logo, Han relaciona o regime informacional a uma aparente compreensão de mundo, aparente porque parece explicar e revelar o mundo, mas é incapaz de lhe dotar de sentido. O que é um aspecto interessante por se ligar diretamente a uma das características centrais da

psicopolítica, que é sua aparente ausência de exercício do poder. Isto é, o regime informacional não opera essencialmente limitando e distorcendo informações, mas produzindo informações em excesso. Assim, o controle não ocorre por meio de coações, ao menos não direta e explicitamente, mas pela abundância de informações, de modo que “a” verdade ou a possibilidade de enunciar a verdade se perde em meio a “micronarrativas”. Ou seja, trata-se de um domínio por excesso e não por limitação, produzindo estados mentais anuviados e ativos, estimulados pela hiperconexão e pela hiperinformação.

Por isso, Han (2017a, p. 43) afirma que a massa de informações é responsável por criar modos “deformativos” de compreensão do mundo, diluindo o sentido. Inclusive, as informações são associadas ao “barulho” (HAN, 2017a, p. 43), a um “forte ruído” (HAN, 2022c, p. 65): “a sociedade da transparência e a sociedade da informação é uma sociedade com alto nível de barulho” (HAN, 2017a, p. 43); “a caverna digital, por sua vez, nos mantém aprisionados em informações. A luz da verdade está completamente extinta. Não há mais fora da caverna informacional. Um forte ruído de informação faz desaparecer os contornos do ser. A verdade não gera ruído” (HAN, 2022c, p. 65). Assim, o ruído informacional é apontado como um dos responsáveis por fazer ruir a narrativa: “o colapso total da narrativa destrói o mundo, a vida, ou seja, todos os valores e normas que nos norteiam. Na sua radicalidade, ele significa o colapso da linguagem, sim, o colapso dos conceitos nos quais uma vida pode ser descrita e compreendida” (HAN, 2024, p. 48).

Dessa forma, Han pensa a narratividade em oposição à informação e identifica nela uma conexão com a verdade e a teoria. Assim, para enfrentar a desorientação informacional e “em virtude da crescente massa de informações e dados, hoje as teorias são muito mais necessárias do que antigamente” (HAN, 2017a, p. 43), justamente porque possuem uma força organizativa e teleológica. É igualmente necessário dizer a verdade e ter “a vontade da verdade” como uma “ação genuinamente política”, como comenta Han a partir da obra foucaultiana e do conceito de *parrhesia*. Ainda que dizer a verdade — e, consequentemente, narrar — envolva “riscos” (HAN, 2023a, p. 53). Com isso, se ressalta o caráter orientativo da verdade, opondo-a às informações:

A informação é *aditiva* e *cumulativa*. A verdade, por sua vez, é *narrativa* e *exclusiva*. Há superabundância de informação, há lixo de informação. A verdade, por sua vez, não abunda. Não é abundante. Opõe-se à informação em múltiplos sentidos. Ela elimina a contingência e a ambivalência. Elevada à narrativa, promove sentido e orientação (HAN, 2022c, p. 60, grifo do autor).

Sobre a teoria, Han (2017a, p. 42, grifo do autor) acrescenta:

A teoria apresenta uma decisão essencial, que faz o mundo aparecer de forma totalmente distinta, numa luz totalmente diferente. É uma decisão primária, primordial que decide sobre o que pertence e o que não pertence a ela, o que *é* ou deve *ser* e o que não. Como *narração* altamente seletiva, ela abre uma via de distinção através do que ainda ‘não foi trilhado’.

A via “não trilhada” remete-se, portanto, ao caráter essencial organizativo da teoria. Do mesmo modo que a verdade deve ser elevada “à narrativa”, até porque “a verdade em sentido enfático tem um caráter narrativo” (HAN, 2022c, p. 61). A partir disso, Han constata na narratividade um caráter que podemos chamar de temporal-organizativo, porque é capaz de organizar nexos causais e “a narrativa pressupõe uma pronunciada consciência de tempo”; a ideia do “amanhã”, do “futuro” é “narrativa” (HAN, 2024, p. 34), congregando, portanto, elementos retrospectivos e prospectivos: “novas narrativas permitem uma nova percepção” (HAN, 2023a, p. 54). Portanto, da perda da narratividade – seja da verdade ou da teoria – decorre o domínio por desorientação, que leva à redução da existência humana a uma lógica econômica e de comercialização (HAN, 2022c, p. 61).

Com isso, a partir de Han, é possível afirmar que a crise da verdade faz parte de um processo de modificação de modelos epistemológicos e políticos, na medida em que induzem processos de subjetivação e poder diretamente relacionados à ascensão de tecnologias digitais que, por sua vez, geram um crescimento exponencial da quantidade e da produtividade de informações. Han aponta diferentes efeitos desse processo: a “tribalização” de grupos (HAN, 2022c, p. 38); o “fim” da filosofia e do próprio pensamento com a derrocada da narratividade, pois “o pensamento é, em última análise, ele próprio uma narrativa” (HAN, 2023a, p. 54-55); a substituição da democracia por uma “infocracia”, na qual a política e os próprios políticos seriam substituídos por decisões tecnocratas baseadas em dados e informações (HAN, 2022c, p. 46); o “colapso da linguagem” e “dos conceitos”, assim como da ação política dotada de objetivos e finalidades (HAN, 2024, p. 48). Ao cabo, esses efeitos descritos por Han representam a perda dos sujeitos em meio às informações, o que decorre, em essência, da desfactualização do mundo – mantendo-os suspensos em um espaço hiper-real ativo – e da perda da narratividade – responsável por dar orientação e sentido à vida.

Esse é, portanto, o panorama ou o contexto criado a partir das tecnologias da informação que viabilizam o dispositivo da informação especificamente como uma técnica de exercício de poder. Por fim, antes da análise do dispositivo da informação a partir das categorias foucaultianas, propomos uma análise do Big Data com base na obra de Han, uma vez que se trata de um meio tecnológico essencial para a instrumentalização do dispositivo da informação e da nova epistemologia da sociedade digital.

7.2 UMA LEITURA SOBRE O BIG DATA

O Big Data e o tratamento de dados por meio dos algoritmos e da inteligência artificial (IA) devem ser reconhecidos como a espinha dorsal do dispositivo da informação. Contudo, se realizarmos uma pequena digressão e analisarmos elementos e características das técnicas disciplinares e da biopolítica, notaremos que a ideia de informações conversíveis em dados também se integra a esses modelos de poder. Inclusive, é até difícil remontar historicamente o uso de informações no exercício do poder, afinal, mesmo as sociedades da Antiguidade já utilizavam informações na gestão política, como no caso dos suprimentos necessários para a subsistência de sua população.

Certamente, a partir da obra de Michel Foucault a ideia do que hoje chamamos de dados, como ferramentas das relações de poder, adquire novas características e aplicações, especialmente com a ascensão dos regimes disciplinares e biopolíticos. Tanto é que Foucault se dedica paulatinamente à descrição de técnicas de poder absolutamente dependentes de dados e informações. Isso pode ser reconhecido a partir dos modelos de registros e análises utilizados por essas técnicas, como, por exemplo: a vigilância hierárquica e o exame, elementos centrais da técnica disciplinar, dependem de informações. De modo que a vigilância registra dados sobre as técnicas de poder empregadas, permitindo que esses dados sejam analisados por meio do exame para verificar e aprimorar sua eficiência. A biopolítica, por sua vez, faz uso extensivo de dados demográficos para criar descrições detalhadas, realizar comparações, elaborar estimativas e outros tipos de análises, aplicados no exercício de suas técnicas de poder, sempre orientados por objetivos específicos e estratégicos.

Se considerarmos a aplicabilidade do Big Data, bem como o fato de os modelos de poder serem sobrepostos, perceberemos que as técnicas disciplinares e biopolíticas também utilizam os novos meios tecnológicos-digitaes no exercício do poder. Assim, ao analisarmos o Big Data sob a perspectiva do dispositivo da informação, concluímos que, frequentemente, o exercício do poder emprega mecanismos e objetivos que combinam os modelos disciplinar-biopolítico e psicopolítico. Ademais, a filosofia foucaultiana demonstra a relação intrínseca entre poder e saber; consequentemente, os novos saberes – no caso, os saberes digitais – não apenas incrementam práticas disciplinares e biopolíticas, mas também criam novas práticas. Portanto, é necessário compreender a dinamicidade das relações de poder e a constante

evolução dos próprios modelos de poder. Nesse contexto, podemos reconhecer que a produção e coleta de informações “datificáveis” e o estabelecimento de métodos de análise são desde há muito tempo essenciais, ou pelo menos altamente relevantes, para o exercício do poder e para o aperfeiçoamento das técnicas empregadas. Contudo, há um elemento novo que intensifica essas práticas de poder: a tecnologia digital.

No contexto da digitalização e datificação, os dados são produzidos em quantidades exorbitantes, a ponto de já se debater, há algum tempo, o conceito de *dark data*, que pode ser descrito como os dados que ficam, de certo modo, “perdidos” ou “invisíveis” nos sistemas de armazenamento por diversos motivos, como falta de indexação adequada, uso limitado – por exemplo, dados secundários em relação aos objetivos iniciais – ou outros fatores (SCHEMBERA; DURÁN, 2020). Ou seja, a quantidade de dados disponíveis não apenas ultrapassa a capacidade de processamento existente, mas também excede a capacidade de utilização efetiva desses dados. Diante disso, e com a emergência de novas formas de armazenamento e processamento, surge o conceito de Big Data: “Big Data é um termo em evolução que descreve qualquer quantidade volumosa de dados estruturados, semiestruturados ou não estruturados que têm o potencial de ser explorados para obter informações” (MAGRANI, 2018, p. 22). O Big Data possui características únicas que o tornam essencial para a sociedade da informação, pois atende à dupla exigência de armazenamento massivo e processamento eficiente de dados. Essencialmente, o Big Data é um sistema relacional (MAGRANI, 2018, p. 23).

Tendo em vista a importância das tecnologias de Big Data e IA, elas devem ser analisadas sob o prisma das relações de poder, como faz Han. Em sua obra, podemos identificar que o Big Data e a IA são analisados como instrumentos de controle e vigilância, integrados a um projeto de um novo modelo epistemológico que não apenas justifica técnicas políticas, mas até mesmo as concebe. Além disso, essas tecnologias são percebidas como ferramentas centrais da psicopolítica, ou, ao menos, essenciais para o exercício de poder sob o modelo psicopolítico. Elas são amplamente utilizadas para o acesso à psique individual e coletiva e, como fundadoras de um novo modelo epistemológico, constituem mecanismos que moldam subjetividades. Knepper, Stoneman e Wyllie (2024, p. 119, tradução nossa, grifo do autor) destacam a importância do Big Data no modelo psicopolítico:

O dilúvio sempre crescente de dados em alta velocidade, que também é direcionado para bancos de dados para análise, armazenamento e processamento - o chamado Big Data - é crucial nesse processo [de intervenção pré-reflexiva]. Um instrumento psicopolítico altamente eficiente, que torna o comportamento humano previsível, calculável e, portanto, parece tornar o futuro controlável. (...) O fim da psicopolítica

digital, portanto, não é a subjetivação negativa, mas a automação e a liquidação do sujeito a um irreduzível e não especificável ponto de não-totalização. Esse termo vai além da otimização e da realização compulsiva. Aqui, também, a positividade da transparência antecipa a experiência, impedindo o desejo ao eliminar a falta. (...) O único limite para a previsão do comportamento humano é o conjunto de dados disponíveis, que, graças à prodigiosa capacidade de armazenamento do Big Data e da Internet das Coisas, é aparentemente ilimitado, ou praticamente. Embora a promessa de uma previsão preventiva perfeita seja impossível, o que é possível, o que Han acha que estamos no meio, é a desintegração do mundo e de nós mesmos em dados sem sentido - coisas positivadas e transparentes, ao mesmo tempo quantificadas, medidas e dirigidas. É assim que o mundo termina: não com o sujeito de realização ou o homem não endividado, certamente não com regimes disciplinares biopolíticos, mas com a análise preditiva e a entrega *just-in-time* da Amazon, com “não-coisas” imateriais e sem objeto⁶¹.

A tecnologia do Big Data e da inteligência artificial (IA) será analisada aqui sob duas perspectivas interligadas, ambas inseridas no modelo psicopolítico e interagindo de forma complementar através de diferentes dispositivos. Na primeira acepção, como técnica de vigilância e controle, Han destaca a capacidade do Big Data de reunir informações suficientes sobre os sujeitos e esquadrihar a psique humana, tanto em níveis individuais quanto coletivos, constituindo e determinando desejos, ações e inclinações por meio de estratégias de poder que intensificam a exploração. Por isso, Galparsoro (2017, p. 33, tradução nossa) reconhece o Big Data como “o instrumento primordial da psicopolítica porque permite um conhecimento exaustivo de todos os membros da sociedade”⁶².

Em *Psicopolítica*, Han (2018b, p. 78) escreve que “os Big Data tornam possível uma forma de controle mais eficiente”, pois a vigilância é “aperspectivista”, ou seja, o Big Data permite “vigilância a partir de qualquer ângulo”. Aliados ao *data mining*, os Big Data possibilitam o “registro total da vida”: “cada clique que damos e cada termo que pesquisamos ficam salvos”, proporcionando uma representação detalhada de nossos hábitos digitais, que

⁶¹ Texto original: “The ever-swelling deluge of high-speed data, which is nonetheless directed into databases for analysis, storage, and processing – so-called Big Data – is crucial in this process. A highly efficient psychopolitical instrument, it makes human behavior predictable, calculable, and thus seems to make the future controllable. (...) The end of digital psychopolitics is thus not negative subjectivation but the automation and liquidation of the subject as an irreducible, unspecifiable point of non-totalizability. This terminus even goes beyond optimization and compulsive achievement. Here, too, the positivity of transparency pre-empts experience, forestalling desire by eliminating lack. (...) The only limit to predicting human behavior is the available data set, which, thanks to the prodigious storage capacity of Big Data and the Internet of Things, is apparently limitless, or virtually so. While the promise of perfect pre-emptive prediction is impossible, what is achievable, what Han thinks we are in the midst of, is the disintegration of the world and ourselves into meaningless data – positivized, transparent things, at once quantified, measured, and steered. This is the way the world ends: not with the achievement subject or indebted man, certainly not with biopolitical disciplinarian regimes, but with predictive analytics and just-in-time Amazon delivery, with immaterial, objectless ‘non-things’”.

⁶² Texto original: “Es el instrumento primordial de la psicopolítica porque permite tener un conocimiento exhaustivo de todos los integrantes de la sociedad”.

pode ser até “mais precisa e completa do que a imagem que fazemos de nós mesmos” (HAN, 2018b, p. 85).

Esse registro total visa acessar a vida privada e até mesmo a psique, permitindo a intervenção “de forma prospectiva nos processos psíquicos” (HAN, 2018b, p. 85). Além disso, como o Big Data “não esquece nada”, ele é capaz de tornar legíveis “nossos desejos, dos quais nós mesmos não estamos propriamente conscientes” (HAN, 2018b, p. 88). Por isso, a psicopolítica digital “talvez seja até mais rápida do que o livre-arbítrio, podendo ultrapassá-lo. Isso significaria o fim da liberdade” (HAN, 2018b, p. 85).

Essa técnica de poder representada pelos Big Data é paradigmática da psicopolítica porque opera pré-reflexivamente ou mesmo pré-conscientemente. Como argumenta Han, muitas das inclinações e desejos que desenvolvemos parecem não passar por processos conscientes de tomada de decisão — apenas acontecem. Em certo sentido, é como se os Big Data tivessem acesso ao inconsciente, agindo diretamente no id freudiano, moldando ações e desejos de maneira a explorar a liberdade, pois o sujeito “quer” aquilo que foi previamente determinado. Trata-se, portanto, de uma forma genuína de exercício de poder, pois age na raiz das possíveis ações humanas.

Ademais, atuar sobre o inconsciente representa a utilização de uma técnica de poder microfísica-individual, que sobre age “microações que escapariam à consciência”, e também de característica coletiva, pois “os Big Data poderiam promover padrões coletivos de comportamento dos quais não seríamos conscientes como indivíduos” (HAN, 2018b, p. 89). Dessa forma, o poder torna-se mais refinado, manipulando o inconsciente coletivo e o comportamento das massas em um nível que escapa à percepção consciente (HAN, 2018b, p. 90).

De modo semelhante, na obra *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*, Han (2021a, p. 31) destaca a capacidade do Big Data de realizar “prognósticos do comportamento humano”, permitindo “controlar as pessoas como marionetes” por meio da intervenção na psique, “sem que a pessoa a quem isso foi feito perceba”. Ele complementa que o “Big Data produz um saber de dominação” e que a psicopolítica transforma a pessoa humana em um “objeto quantificável e manipulável” (HAN, 2021a, p. 31).

Em *Infocracia*, Han (2022c, p. 17) reforça que “o Big Data e a inteligência artificial levam o regime da informação a um lugar em que é capaz de influenciar nosso comportamento num nível que fica abaixo do limiar da consciência”. Ele descreve essa intervenção psicopolítica

como um processo de “dado-pulsional”, onde o regime informacional atua nas “camadas pré-reflexivas, pulsionais, emotivas, do comportamento, antepostas às ações conscientes” (HAN, 2022c, p. 17). Assim, o Big Data não apenas coleta informações, mas também molda o comportamento humano em níveis profundos, sustentando e intensificando relações de poder psicopolíticas.

Com base nisso, é possível sintetizar algumas características e efeitos do Big Data a partir dos referenciais teóricos utilizados até o momento: 1) Trata-se de uma tecnologia psicopolítica de poder; 2) ele integra o dispositivo de informações, pois utiliza dados e informações, a digitalização e a datificação da vida para se operacionalizar como técnica de poder; 3) ele capaz de produzir um psicograma acurado do inconsciente individual e coletivo; 4) por isso, ele possui a capacidade de fazer prognósticos do comportamento humano e agir em nível inconsciente, sobre camadas “pré-reflexivas, pulsionais, emotivas”, volitivas, etc.; 5) em razão de sua ação pré-reflexiva, o Big Data não se apresenta como uma forma de controle explícita, pois age em um campo anterior às ações e inclinações e, justamente por isso, representa o fim da liberdade.

Também é válido reconhecer que o Big Data é uma tecnologia exemplar da psicopolítica, a partir da qual se pode traçar uma complementariedade entre seus dispositivos de poder, especialmente aqueles abordados nesta tese: 1) a transparência é uma necessidade fundante do Big Data, pois induz os sujeitos a se exporem nas redes, alimentando as bases de dados com informações essenciais para o funcionamento desses dispositivos; 2) as informações são a própria base do Big Data, ao implementarem mecanismos de vigilância e controle, além de funcionarem como um novo modelo epistêmico; 3) o Big Data orienta diversas categorias de trabalho, direciona a atividade e ação humana nos meios digitais, por isso é uma ferramenta central de desempenho.

Sob o segundo aspecto, do ponto de vista epistemológico, o Big Data representa a ferramenta capaz de materializar o que Han denomina dataísmo. Nesse contexto, o dataísmo não deve ser compreendido apenas como um “movimento” ou uma “crença” organizada, embora às vezes possa se apresentar como tal. O dataísmo aparece mais como um conjunto de fenômenos — variando em amplitude e explicitação — que fazem parte do exercício do poder. Em outras palavras, o dataísmo refere-se aos fenômenos nos quais o conhecimento constituído a partir dos dados é erigido a um patamar privilegiado de saber, frequentemente reconhecido como “técnico”, “sem ideologias”, “realidade” ou “incontestável”. Inclusive, dadas as características do regime de informações, que desloca o centro do paradigma epistemológico

da narração/narratividade para a informação, o dataísmo é estabelecido de maneira intrínseca, já que as informações passam a sustentar, de forma nuclear, o conhecimento. Contudo, segundo Han, o regime de informações, ao substituir o modelo da “narração”, acaba causando uma crise social e epistêmica:

Com seu dataísmo, o regime de informação revela traços totalitários. Aspira ao saber total. Mas o saber total dataísta não é alcançado pela *narração* ideológica, mas pela operação algorítmica. O dataísmo quer calcular tudo que é e será. O Big Data não *conta*, não *narra*. Contos e narrativas dão lugar às contas algorítmicas. O regime de informação substitui completamente a narrativa pelo numérico. Algoritmos, não importa o quão inteligentes possam ser, não são capazes de eliminar a experiência da contingência de maneira tão eficaz quanto uma narrativa o é (HAN, 2022c, p. 15-16, grifo do autor).

Portanto, a partir do dataísmo, Han estabelece a problemática epistemológica do regime de informações, na qual o Big Data adquire papel essencial por sustentar o novo modelo epistêmico. Han (2022c, p. 43) considera que “o processamento do Big Data incluiu e abarcou a população. Os dataístas afirmariam até mesmo que a inteligência artificial ouve atentamente melhor do que o ser humano”. O regime de informações constituiu-se a partir da "racionalidade digital", baseado no Big Data e em algoritmos, com capacidade de "um olhar divino, católico, que abrange todos os processos sociais de modo preciso e os otimiza para o bem-estar de todos" (HAN, 2022c, p. 44).

Com isso, o conhecimento dataísta assume o controle dos processos políticos e da potencial solução de qualquer problema social. Han ressalta o aspecto do cálculo, do acúmulo de informações, da otimização automatizada de processos, da autocorreção de dados e de algoritmos. Em geral, ele descreve os processos digitais automatizados baseados essencialmente no Big Data, na IA, na mineração de dados e no aprendizado de máquina. Embora esse processo tenha um viés tecnocrático, ele difere das tecnocracias pré-digitais, pois nesse novo modelo os técnicos são as próprias máquinas e os sistemas digitais, reconhecidos como mais eficientes por superarem a capacidade humana em seus objetivos. É nesse sentido que Han (2022c, p. 45) afirma:

O Data-Mining, a mineração de dados, por meio do Big Data e da inteligência artificial, descobre soluções otimizadas para problemas e conflitos de uma sociedade compreendida como sistema social calculável, sendo vantajoso para todos os participantes às quais estes, no entanto, não chegariam devido à sua capacidade limitada de processar informações. O Big Data e a inteligência artificial encontram, portanto, decisões inteligentes, até mesmo mais racionais do que indivíduos humanos com sua capacidade limitada de processar grandes quantidades de informação.

A virada epistemológica, baseada no digital, tem um de seus principais efeitos nas relações de poder, estabelecendo novos paradigmas e objetivos para o seu exercício. No entanto, ainda seguindo o mote do modelo psicopolítico, neste, a eficiência do poder está ligada à sua

aparente ausência. Nesse sentido, Han (2022c, p. 46) afirma que a perspectiva dataísta sustenta uma sociedade “sem política”, na qual “políticos serão substituídos por especialistas e técnicos da área de informática, que passarão a administrar a sociedade independentemente de pressupostos ideológicos e de interesses do poder”. Isso significaria a substituição da democracia tradicional por uma “infocracia como pós-democracia digital”, na qual “decisões socialmente relevantes serão tomadas por meio do Big Data e da inteligência artificial”. Inclusive, Han acrescenta que tais decisões sociais vão se tornando secundárias, não pela sua importância, mas pela forma como passam a ser tratadas no sistema infocrático, isto é, como decisões meramente técnicas, calculáveis pela inteligência geral, “sob o uso do Big Data”, com o objetivo de alcançar o “melhor geral” de uma sociedade ou a felicidade geral (HAN, 2022c, p. 46 e 48).

Nessa perspectiva, portanto, Han relaciona a episteme dataísta às técnicas de controle, tanto como fundamentos das ações políticas quanto como motor dessas ações. Ou seja, no modelo infocrático as ações políticas não são apenas justificadas pelos sistemas informacionais, mas criadas por eles. Han (2022c, p. 48) acusa os dataístas de serem behavioristas digitais por rejeitarem a ideia de um indivíduo livre, que age de modo autônomo, e por estarem convencidos de que o comportamento de um indivíduo pode ser prognosticado e conduzido de modo exato. Isso significa, ao menos em tese, o esquadramento e a compreensão completa do ser humano para regular os comportamentos individuais e a própria sociedade, a ponto de a inteligência artificial substituir a esfera pública discursiva, o que significaria o fim da democracia (HAN, 2022c, p. 48).

Apesar do destaque na obra de Han sobre os “dataístas”, o dataísmo deve ser compreendido mais como uma forma epistemológica e uma forma política do que propriamente um “movimento organizado”. Isto é, deve ser entendido como uma postura ou uma forma de ação. Pois, a “forma” dataísta permeia as ações políticas e as relações de poder sob o regime psicopolítico, o que significa identificar o dataísmo como uma técnica de exercício de poder que fundamenta e cria práticas e mecanismos de controle e correção. Com base nessas premissas, analisaremos na seção seguinte também o Big Data na perspectiva das categorias foucaultianas.

7.3 DISPOSITIVO DA INFORMAÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS FOUCAULTIANAS

Os *sistemas de diferenciação* têm, dentro de seus objetivos, o estabelecimento de relações assimétricas e categorias para a eficiência no exercício de poder. Tendencialmente, o modelo psicopolítico “prefere” a inclusão à exclusão de sujeitos, uma vez que isso significa maior controle psicopolítico e mais produção do capital. Ainda assim, Han aponta ao menos um indício de exclusão no sistema psicopolítico relacionado ao dispositivo das informações. Em *Psicopolítica* Han (2018b, p. 91) escreve brevemente sobre o “ban-óptico”, como um dispositivo que “identifica como indesejadas as pessoas estranhas ou hostis ao sistema e as exclui”, ou seja, são “banidas” do sistema.

Nesse sistema de diferenciação, Han (2018b, p. 90) ressalta “pessoas com um valor econômico baixo” que, por isso, “são denominadas com o termo waste (‘lixo’).” Portanto, trata-se da criação de categorias como a de “visíveis e invisíveis”, promovendo determinados conteúdos e dados mais relevantes para o sistema a partir dos objetivos previamente traçados. Assim, em um primeiro nível, o sistema de diferenciação baseia-se essencialmente em diferenciações socioeconômicas, de modo que os indivíduos e grupos sociais mais pobres ou potencialmente menos propensos à mercantilização são simplesmente excluídos do sistema.

Porém, os sistemas de diferenciação são mais amplos do que a “visibilidade” ou o direcionamento de conteúdos, pois os critérios classificatórios são mais variados e específicos. Deste modo, por meio de ferramentas como o micro-mining, são estabelecidos sistemas de diferenciação específicos, muitas vezes com objetivos bastante limitados e “microfísicos”, como influenciar determinados hábitos, ações ou mesmo promover mercadorias específicas. Nesse sentido, os sistemas de diferenciação, por meio dos “perfis” formados a partir de amplas bases de dados, estabelecem diferentes critérios que abarcam âmbitos distintos da vida. Esses sistemas são utilizados para categorizações econômicas — influenciando, por exemplo, a concessão de créditos, seguros, tipos de investimentos, produtos ofertados e disponíveis, além do direcionamento de publicidade, entre outros; sociais — classificando propensões e vulnerabilidades a doenças, crimes, hábitos etc.; e culturais e educacionais — promovendo ou desestimulando conteúdos educativos ou de entretenimento, aumentando ou obstaculizando o acesso a conteúdos de valores ideológicos específicos. Logo, a quantidade de dados disponíveis permite a elaboração de sistemas de diferenciação sofisticados, pois são elaborados a partir de

diversas variáveis e detalhes. Isso representa, tendencialmente, uma maior eficiência da técnica de poder.

Sob o aspecto informacional e em vista dos objetivos psicopolíticos, um importante sistema de diferenciação é o que estabelece a distinção entre “produtivos e improdutivos”. No âmbito do uso das redes digitais, essa classificação pode usar, por exemplo, métricas como o comportamento de “desempenho”, como a quantidade de “curtidas” e “visualizações”, o tempo de utilização das redes, a quantidade de publicações e interações, entre outras. Nesse sentido, determinados comportamentos nas redes sociais são estimulados para que sejam amplificados, e outros indivíduos podem até ser excluídos das redes por diferentes mecanismos, como a exclusão de perfis ou a prática de *shadow banning*, que bloqueia total ou parcialmente determinados usuários ou conteúdos nas redes, deixando-os menos visíveis em mecanismos de busca ou em outras plataformas.

Em relação à perspectiva dataísta, produz-se também um dos principais sistemas de diferenciação que reforça decisões baseadas em dados, em detrimento de outras motivações. Por exemplo, decisões políticas são classificadas como “subjetivas e objetivas”. Isto é, as decisões políticas teoricamente tecnocráticas são reforçadas, empoderando o novo sistema epistemológico baseado em dados e informações.

Quanto aos tipos de objetivos, pode-se destacar, inicialmente, os objetivos de natureza econômica. Para tanto, os dados são utilizados como verdadeiras técnicas de poder, com o objetivo de estimular ou censurar comportamentos. A partir da vigilância e dos dados de comportamento, as redes sociais, as plataformas de marketing e as Big Techs utilizam o conhecimento adquirido sobre os indivíduos para elaborar técnicas que, no fim, servem para reprodução do capital, promovendo o consumo constante e também garantindo a atividade constante dos indivíduos nas redes. Ou seja, os Big Data e IA são ferramentas de maximização de lucros, além de serem criadoras de demandas e formas preditivas de demandas.

Do ponto de vista econômico, também se destaca o uso de instrumentos informacionais para aumentar o desempenho. Isso é feito por meio de meticulosos registros digitais relacionados ao tipo de produção desejada. No campo da indústria, as informações colhidas podem servir como ferramentas de otimização da produção individual e coletiva. Em relação a aplicativos e plataformas de transporte e entrega, os dados servem para o mapeamento de regiões com maior demanda potencial pelos serviços, e os próprios dados sobre motoristas e entregadores são utilizados para a otimização dos lucros. No regime dos corpos, já existe uma grande variedade de dispositivos capazes de medir funções corporais, tecnologia genericamente

denominada *wearables*, com o objetivo de controlar e aumentar as capacidades físicas. Desse modo, as novas técnicas digitais incrementam novos mecanismos de registro.

Outros objetivos ligados às políticas de controle e vigilância governamental e privada também fazem parte do dispositivo informacional. Para tanto, as instituições utilizam vastas bases de dados para monitorar e orientar populações e a "opinião pública". Especificamente, é possível identificar os seguintes objetivos: 1) identificação de padrões de comportamento para realizar análises preditivas individuais e sociais, que incluem possibilidades de protestos, tendências de deslocamentos populacionais e identificação de padrões de consumo; 2) identificação de “ameaças”, por meio do uso de tecnologias como reconhecimento facial, monitoramento de redes sociais, predição de potenciais crimes e “criminosos”, além do reconhecimento de áreas ou regiões com propensão a atos considerados criminosos; e 3) controles por meio de metadados, por meio dos quais plataformas de vigilância centralizam informações de fontes distintas (como câmeras de vigilância, registros pessoais e financeiros, perfis e comunicação nas redes digitais); 4) promoção de narrativas específicas: por meio dos algoritmos e comunicação digital priorizam-se determinados conteúdos alinhados a interesses governamentais ou corporativos, em conjunto à limitação de narrativas e conteúdos considerados opostos, neutralizando críticas ou mesmo criando abundância de informações com objetivo de dificultar a possibilidade de predicação de verdade.

As *modalidades instrumentais* são as formas práticas pelas quais ocorre o exercício de poder, isto é, "o que" as relações de poder utilizam como meio de exercício de poder. No âmbito do dispositivo de informações, podemos destacar o Big Data e a IA como ferramentas privilegiadas nesse exercício, mas é relevante analisar o funcionamento dessas tecnologias.

No contexto da vigilância digital, é possível destacar alguns instrumentos que tornam o poder mais invasivo e lhe conferem a capacidade de intervenção pré-reflexiva. Esses instrumentos, tipicamente psicopolíticos, ocultam a ação do poder, atuando sem o conhecimento ou consentimento dos sujeitos, ou mesmo explorando sua própria liberdade, isto é, fazendo com que os sujeitos participem ativamente no fornecimento de seus próprios dados. Dentre as modalidades instrumentais de vigilância, destacam-se: 1) sistemas de vigilância que incluem câmeras de reconhecimento facial, monitoramento de redes sociais e geolocalização a partir de dispositivos eletrônicos, como celulares e smartphones; 2) plataformas de vigilância, nas quais os sujeitos são mais ativos do que nos sistemas de vigilância “externos”. Nesse grupo, incluem-se aplicativos capazes de rastrear a localização, as preferências e os hábitos do usuário, tanto nas redes quanto no mundo material. Também incluem-se os registros de e-mails,

cadastros de usuários de perfis, sites e aplicativos que, em geral, coletam dados a serem utilizados para diferentes finalidades. Portanto, aqui nos referimos às plataformas em geral, como Google, Amazon e sistemas governamentais, capazes de coletar dados em tempo real e integrar mecanismos de *data mining*, por meio dos quais se extraem padrões comportamentais de grandes volumes de dados. 3) Registros de saúde: existem registros de saúde informatizados e integrados, mantidos ou majoritariamente geridos por órgãos governamentais ou instituições privadas, como planos de saúde, fundações de saúde e órgãos de previdência pública ou privada. Também existe a possibilidade de tais sistemas se integrarem cada vez mais a aparelhos de monitoramento doméstico, com a participação do próprio sujeito nesse processo, especificamente os aparelhos *wearables*, que incluem relógios, pulseiras, anéis, lentes oculares, tecidos, adesivos epidérmicos, implantes chamados “inteligentes” e capazes de coletar diversos dados biológicos dos sujeitos, já disponíveis no mercado. Dentre os dados coletados, é possível citar: monitoramento do sono, alimentação, atividades físicas, níveis de glicose e de hormônios, temperatura corporal, padrões cardíacos etc.

Em conjunto com essas modalidades, é possível apontar outras ligadas mais ativamente à ação do poder:

1) *Plataformas de IA*: são plataformas que propõem o “auxílio” à vida cotidiana por meio de ferramentas como *chatbots* ou assistentes virtuais, que acabam automatizando decisões individuais ou suprimindo carências afetivas. É possível citar algumas formas de atuação dessas plataformas: no atendimento ao cliente de empresas, automatizando ações e respostas; como “assistentes virtuais” (Siri, Alexa e Google Assistant) na realização de diversas tarefas diárias; em plataformas de e-commerce e marketing, recomendando produtos, respondendo a questionamentos e processando pedidos; no âmbito da educação e entretenimento, respondendo a perguntas, sugerindo materiais, ofertando jogos interativos e personagens virtuais que conversam com o usuário.

2) *Algoritmos de recomendação*: influenciam hábitos, crenças e consumos por meio de recomendações de conteúdo. Essas recomendações se expressam de diferentes modos, como publicidades em sites de navegação aleatórios, inclusão de conteúdos em *timelines* de redes sociais, organização de sites e conteúdos sugeridos em mecanismos de busca, entre outros. Os objetivos e motivações são diversos, como o aumento do engajamento e da utilização da rede social, a influência sobre decisões políticas, a venda de mercadorias e serviços. Os modos de promoção ou despromoção de conteúdos são múltiplos, seja por meio de recomendações ou mesmo da limitação do alcance de determinados conteúdos ou temas. Por exemplo, ferramentas

como curtidas, compartilhamentos e números de seguidores também se tornam instrumentos de validação ou desaprovação de determinados comportamentos. Ou seja, as redes sociais e os modos de interação tornam-se métricas regulatórias de comportamentos.

3) *Aplicativos, plataformas e dispositivos wearables*: os hábitos passam a ser controlados pelo uso de diferentes dispositivos que, ao realizarem monitoramento de funções corporais também estabelecem rotinas e cadências de comportamentos e atos que objetivam a otimização das forças corporais e mentais. A título de exemplo: estabelecimentos de dietas alimentares, de atividades físicas e outras atividades cotidianas, por meio de alarmes e alertas, sugerindo os horários para diversas ações como ingerir água, sair de posições de repouso, caminhar, dormir, etc. O estabelecimento de tais rotinas que, teoricamente contribuem para o aumento das forças corporais, se confundem entre os padrões pretendidos pelos usuários e as próprias métricas das plataformas.

4) *Redes neurais artificiais (RNA) e algoritmos de aprendizado de máquina (machine learning e IA)*: sob o aspecto dataísta, provavelmente essas são as ferramentas mais complexas da atualidade. As redes neurais, que fazem parte do sistema de IA, são sistemas inspirados no funcionamento do cérebro humano. Nesse sistema, cada “neurônio” artificial é uma camada de programação que recebe os dados brutos, processa informações e envia o resultado a outros “neurônios”. Portanto, os dados brutos passam por diferentes “camadas” de processamento com o objetivo de reconhecer padrões e realizar tarefas complexas. Essas redes se assemelham ao cérebro humano porque não se trata de processamentos com entrada e saída de informações. Envolve mecanismos mais complexos que envolvem "duas facetas elementares: a arquitetura e algoritmo de aprendizagem" (RAUBER, 2008, p. 5). Assim, diferentemente de uma programação elementar, que segue sempre caminhos predeterminados, as RNAs adaptam-se à rede por meio dos chamados “pesos e biases”, que determinam a importância das conexões entre os “neurônios”, adaptando paulatinamente os pesos das redes a partir de sua utilização. A partir dos problemas a serem resolvidos, pode-se utilizar redes recorrentes com capacidade de retroalimentação e redes competitivas, bem como mecanismos de aprendizagem supervisionada e não supervisionada (RAUBER, 2008, p. 5). São, portanto, mecanismos complexos de programação e de aprendizado de máquina que são a base de diversas tecnologias de IA. No âmbito das relações de poder, isso significa ir muito além dos dados, pois as decisões, conclusões e análises passam a ser realizadas com pouca ou nenhuma intervenção humana direta. Inclusive, a baixa intervenção humana é reconhecida como uma das principais vantagens das RNAs: “uma das principais características que fundamentam sua ampla aplicabilidade é a habilidade de aprender a partir de dados de entrada com ou sem a

supervisão de um professor” (FLECK *et al*, 2016, p. 55), ainda que se reconheçam problemas em sua aplicação prática relacionados à sua implementação e ao fato de as RNAs não serem capazes de “fornecer soluções precisas quando aplicadas isoladamente, sendo integradas a outros tipos de sistemas” (FLECK *et al*, 2016, p. 56). O fato é que, apesar do reconhecimento, no âmbito teórico, de limitações dessa tecnologia, ela é sumariamente empregada em diversas áreas, como no reconhecimento de imagens e na visão computacional, em inteligência artificial (IA) de processamento de linguagem natural, recomendação de conteúdos e comércio eletrônico, modelos de triagem de candidatos a empregos e policiamento preditivo, controles de negociação no mercado financeiro, personalização de conteúdos educacionais, entre outras. Portanto, trata-se de um complexo mecanismo de automatização de ações e decisões que, ao cabo, exercem poder de modo indireto, na medida em que se baseiam em modelos de programação prévios e semiautônomos.

Quanto às formas de institucionalização, os Estados e governos têm um papel relevante em relação ao dispositivo da informação. Com base nos tópicos analisados anteriormente, fica evidente que o próprio exercício do poder estatal se vale amplamente de dados para a aplicação de políticas públicas nas mais diversas áreas. O Estado é um *locus* por excelência de geração de dados, pois possui o controle organizativo de diversas áreas sociais, como educação, saúde, segurança e economia. Os exemplos que já analisamos sobre sistemas de vigilância, como o de câmeras, a centralização e a coleta de diferentes dados pessoais e de populações, referem-se primordialmente ao Estado. No Brasil, a plataforma gov.br é o principal exemplo da capacidade do Estado de coletar e centralizar dados que podem ser utilizados para diferentes objetivos. Esse sistema, para além de fornecer ao cidadão um canal direto e rápido de relacionamento com os órgãos federais, centraliza informações de cerca de 1600 sites do governo federal (BRASIL, s.d., n.p.), que incluem dados e documentos pessoais, dados previdenciários e de renda, informações de saúde, entre outros. Logo, no âmbito brasileiro, é, ao menos na atualidade, impensável qualquer outra instituição que, isoladamente, seja capaz de coletar informações tão amplas e genéricas da população brasileira.

Dessa maneira, no âmbito governamental, Big Data e IA se tornam cada vez mais comuns entre instituições pré-existentes, como: 1) órgãos de saúde pública (secretarias, ministérios, hospitais etc.): análise de dados de mobilidade e registros hospitalares para adoção de políticas públicas, rastreamento de disseminação de doenças e controle das mobilidades sociais, triagem de atendimentos hospitalares a partir de dados informatizados; 2) No âmbito da segurança pública, as polícias e outros órgãos análogos de repressão utilizam o

monitoramento por câmeras de reconhecimento facial, além de drones com IA capazes de identificar atividades consideradas ilegais. Também é feita análise preditiva de crimes a partir de padrões históricos, como o software PrePol, amplamente utilizado nos EUA por departamentos de polícia. Além disso, há o armazenamento e o cruzamento de informações pessoais (dados digitais, DNA, registros bancários etc.) com a finalidade de identificar autores ou possíveis autores de crimes; 3. No âmbito organizacional urbano, há o monitoramento de fluxos de trânsito de pessoas e veículos, o que define a arquitetura do projeto urbano de cidades, como zonas destinadas à habitação, ao comércio etc., e a dimensão de lotes urbanos, que marca, em grande medida, a divisão entre áreas “nobres” e “marginais”. Também são organizadas obras públicas e de mobilidade que estimulem ou desestimulem fluxos urbanos internos, entre outras ações.

Dessa forma, permanece válida a afirmação de Foucault de que o exercício do poder por outras instituições passa pelo Estado, que cauciona, ratifica, proíbe ou não determinadas práticas. Em relação aos regimes de informações, também é comum a aliança entre governos e empresas. Um dos casos mais emblemáticos dos últimos anos foi revelado pelos jornais *The Guardian* (GREENWALD; MacASKILL, 2013) e pelo *The Washington Post* (GELLMAN; POITRAS, 2013) no âmbito do programa de vigilância denominado PRISM da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA. Documentos obtidos por esses veículos de comunicação demonstraram que o governo estadunidense, com a colaboração de grandes companhias de internet e tecnologia, como “Microsoft, Yahoo, Google, Facebook, PalTalk, AOL, Skype, YouTube e Apple” (GELLMAN; POITRAS, 2013, n. p.), recebia acesso a dados e comunicações como e-mails, bate-papo por vídeo e voz, vídeos, fotos, bate-papos por voz sobre IP (Skype, por exemplo), transferências de arquivos, detalhes de redes sociais e muito mais.) Ou seja, na prática, esse programa permitia o acesso praticamente ilimitado e direto aos servidores dessas empresas, uma vez que não passava por instâncias regulatórias. A extensão do programa revelou a colaboração de diversos outros países do “norte global” e até mesmo a espionagem de autoridades de outros países, como a então presidente brasileira Dilma Rousseff (WIKILEAKS, 2024). Ironicamente, após diversas investidas, o governo federal dos EUA e o congresso daquele país conseguiram aprovar uma lei que obriga a venda da rede social TikTok a uma empresa não chinesa, sob pena de seu banimento dos EUA, justamente sob a alegação, sem provas, de que o TikTok estaria fornecendo dados de cidadãos estadunidenses ao governo chinês (McMHON, 2024).

Casos como esse revelam uma intrínseca colaboração entre os poderes governamentais e empresas privadas. No entanto, no âmbito da institucionalização do dispositivo de informações, as empresas de tecnologia também se organizam e estabelecem relações de poder com base apenas em seus próprios interesses. Inclusive, para algumas empresas, o uso de dados é a base de seus modelos de negócios, portanto, exige a constante coleta e processamento de informações. Dentre elas, pode-se citar alguns exemplos:

1) Google (Alphabet Inc.): por meio de seus diferentes produtos (mecanismo de busca, Google Maps, Gmail, Drive e YouTube), coleta grande quantidade de dados dos usuários, que são posteriormente utilizados para personalizar anúncios capazes de influenciar amplamente os sujeitos. 2. A Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp) também tem como principal receita as diversas formas de publicidade personalizada, baseada nas informações coletadas sobre o comportamento online, que alimentam o algoritmo de recomendações.

2) A Amazon, bastante visível como uma plataforma de compras online, coleta dados de compras, navegação e preferência para personalizar recomendações e otimizar preços. Um dos serviços que mais chamam a atenção da Amazon há algum tempo, em razão de seu expressivo resultado operacional e financeiro, refere-se ao seu *cloud computing* (Amazon Web Services), que oferece mais de duzentos serviços relacionados à infraestrutura e à computação na nuvem, incluindo o armazenamento e o processamento de dados a terceiros (entes privados e públicos). Trata-se de um dos mais amplos serviços de processamento de dados oferecidos em diversos setores, como publicidade, aeroespacial, diferentes setores da indústria e da agropecuária, administração pública, entre outros. Em resumo, trata-se basicamente de um setor capaz de armazenar e processar dados para diversas finalidades e conforme o objeto de contratação de terceiros.

3) Uber: coleta e uso de dados para ajuste de preços e emparelhamento entre os usuários.

4) Palantir: empresa de tecnologia com enfoque na área de segurança. Trata-se de uma empresa de “mineração de dados”, envolvida em diversas atividades cuja natureza é pouco difundida. Ela possui contratos firmados principalmente com agências de inteligência e órgãos de defesa dos EUA, mas também com seus aliados, como o Reino Unido (BADSHAH, 2024; PENTAGON, 2024). Dessa maneira, as informações e suas formas sofisticadas de processamento permitem o exercício de poder estatal de diferentes maneiras, evidenciando até mesmo uma integração dos modelos disciplinares, biopolíticos e psicopolíticos. Isso porque os modelos de poder e as próprias instituições integram práticas de modelos distintos, atuando por

meio de padrões e normas comportamentais, além de regulamentar, prever e moldar tendências populacionais. Elas também estabelecem novas formas de vigilância e atuação sistemática nos desejos e comportamentos, até mesmo no âmbito pré-reflexivo.

O grau de racionalização do dispositivo das informações é elevado, considerando que se trata de um dispositivo psicopolítico que, portanto, essencialmente expressa um exercício de poder de modo pouco aparente, isto é, de forma que sequer pareça que se trate de um exercício de poder. No contexto do dispositivo de informações, a racionalização se dá principalmente por meio da automação de processos, notadamente por meio da realização de padronizações e cálculos que visam à eficiência máxima dos processos. É nesse sentido que se busca analisar e prever comportamentos, justamente para atuar sobre eles.

Desta forma, a partir do Big Data e das IAs, organizam-se processos de automação algorítmica, que tecnicizam decisões, escolhas e diagnósticos em diversos âmbitos da vida. Uma das características mais importantes desse processo é sua proposta de aperfeiçoamento e otimização contínuos, o que significa o aprimoramento constante de processos, técnicas e estratégias a partir do aprendizado de máquina e de novos dados produzidos pelo sistema.

A partir da lógica dataísta, o dispositivo informacional propõe a superação de qualquer tipo de problema. Por exemplo, as IA são constituídas de tal forma que sempre fornecem uma resposta. Quando não há resposta para um questionamento, os modelos de aprendizagem de máquina buscarão respostas por associação de dados e informações prévias. Portanto, trata-se de um modo de racionalidade baseado na produtibilidade, pois não se paralisa frente a limites: o modelo sempre apresentará uma resposta "técnica" e "precisa" a qualquer problema. Dessa forma, qualquer tipo de problema complexo será reduzido ou enquadrado em modelos de respostas associativos provenientes do processamento e reprocessamento.

8 DISPOSITIVO DO DESEMPENHO

O dispositivo do desempenho é central para a realização do poder sob a forma psicopolítica. Trata-se de um conceito recorrente na obra de Han, utilizado para demarcar a transição do regime disciplinar-biopolítico para o regime psicopolítico. De fato, como afirma Han (2017d, p. 14), “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Seus habitantes também não são mais chamados de ‘sujeitos da obediência’, mas sim de ‘sujeitos de desempenho e produção’”. Portanto, denota-se que a lógica

de um regime também se transforma a partir do modo pelo qual o imperativo do poder se coloca e age sobre os sujeitos. É verdade que Han muitas vezes acentua o caráter negativo da sociedade disciplinar-biopolítica, talvez para demarcar a diferença entre o modelo foucaultiano e o modelo psicopolítico. Nesse sentido, o desempenho seria um modo genuíno da psicopolítica, pois opera pela positividade e tende a se desvincular gradualmente da negatividade visando à sua abolição: “o poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho. O plural coletivo da afirmação ‘Yes, we can’ expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade de desempenho” (HAN, 2017d, p. 14). Portanto, o desempenho também se fundamenta na sublimação do tensionamento entre negatividade e positividade, visando eliminar a negatividade.

Já discutimos que a mudança paradigmática na forma de exercício do poder decorre da necessidade de se estabelecer uma maior continuidade e estabilidade nas relações. Nesse sentido, a positividade é o principal meio empregado, pois substitui a coação externa pela interna. Desse modo, conforme afirma Han (2017d, p. 14), “o inconsciente social já habita naturalmente o desejo de maximizar a produção”, e “a partir de determinado ponto da produtividade, a técnica disciplinar ou o esquema negativo da proibição se choca rapidamente com seus limites”. O inconsciente social deve ser considerado uma criação das relações de poder dominantes, afinal, não há nada que indique que a produção infinita seja natural para um consumo que é inevitavelmente finito. Então, se, por um lado, o poder disciplinar calcado no dever tem seus limites na oposição ao dever, por outro, pode-se considerar que a necessidade de oposição ao poder disciplinar pode emergir da própria realidade da produção, pois, se as necessidades de consumo são superadas, para que produzir mais? Ou para quê aumentar a produtividade? Há sempre um limite a ser superado, e o poder mais eficiente é aquele capaz de convencer melhor, pois assim se reduzem as capacidades de resistência.

Em nossa interpretação, Han constata que a superação desse aparente limite de produção, ou mesmo da vontade de produção, é alcançada a partir do dispositivo do desempenho, que é capaz de alterar o inconsciente social do dever, realizando uma troca de registro para o registro do poder (HAN, 2017d, p. 15). Ou seja, o sujeito do desempenho não deve, mas pode. Embora dever e poder sejam igualmente internalizados pelos sujeitos, o primeiro opera na lógica do que Han chama de negatividade, enquanto o segundo opera no campo da liberdade, portanto da positividade. Assim, o sujeito de desempenho é aquele que se projeta, não sendo apenas o empresário de si, mas um projeto de si. Ele projeta a si mesmo, ou seja, “no lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação” (HAN,

2017d, p. 15). Não se trata, portanto, apenas da internalização do poder, mas de operar de tal maneira no campo afetivo, de modo a fazer com que o sujeito assujeite a si mesmo, acreditando ser autônomo, quando, na verdade, sua liberdade está sendo explorada. Isso não é trivial, porque, se houvesse de fato a liberdade, a escolha mais lógica em um mundo extremamente produtivo e capaz de suprir as necessidades humanas seria a redução do trabalho humano, e não o aumento de sua exploração. Uma exploração que é, portanto, uma autoexploração:

O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos (HAN, 2017d, p. 16-17).

Constata-se que, para Han, os deveres e as proibições situam-se no campo do poder disciplinar-biopolítico, por isso geralmente se apresentam como coativos, como uma falta de liberdade, uma limitação. Por outro lado, no regime psicopolítico, as relações de poder se tornam mais refinadas, apresentando-se como liberdade. Da mesma maneira como acontece em relação aos diferentes modelos de poder, não se trata de uma superação, mas de uma sobreposição de modelos, de modo que a forma psicopolítica se torna a mais prevalecente, como já destacamos anteriormente. Por isso, não se trata de modelos que se anulam, mas que se complementam, ainda que orientados por paradigmas distintos. Inclusive, apesar de Han defender, em diversas passagens, uma substituição dos modelos de poder, ele reconhece uma relação de continuidade ao constatar que o imperativo de “poder” não cancela o “dever”: “o sujeito de desempenho continua disciplinado. Ele tem atrás de si o estágio disciplinar” (HAN, 2017d, p. 15). E o que se almeja é o que é próprio da lógica capitalista: a acumulação de capital, que exige sua reprodução e se traduz, materialmente, no aumento da produtividade, do desempenho e da circulação. Por isso, em relação “à elevação da produtividade não há qualquer ruptura [entre o regime disciplinar-biopolítico e o psicopolítico]; há apenas continuidade” (HAN, 2017d, p. 15, inserção nossa).

Tal continuidade não significa a identidade das técnicas empregadas, pois Han insiste numa mudança paradigmática no modo de exercício de poder assentada na exploração da liberdade e no que denomina por positividade, ambos os núcleos centrais dos dispositivos psicopolíticos. Mas, ainda assim, quando considerado o desempenho, podemos notar que existe uma preocupação especial com a manipulação das forças vitais de modo a adequá-las a um

modelo mais produtivo. É como se produtividade neoliberal, baseada na circulação e sobreposição de barreiras, dependesse também de um novo corpo que não pode ser suficientemente moldado apenas com as técnicas de regime disciplinar e biopolítico.

O aumento das forças vitais e da produção são os principais objetivos do dispositivo de desempenho, o que pode ser visto a partir da aproximação que Han estabelece com os conceitos de Agamben de vida nua e *homo sacer*⁶³. Agamben (2002, p. 17) escreve sobre a necessidade de incorporar a tese de que “exclusão e inclusão”, “direito e fato” entraram em “uma zona de irreduzível indistinção. Com isso, “o estado de exceção, no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político” (AGAMBEN, 2002, p. 17). Portanto, a soberania sob a égide do Estado moderno organiza a sociedade e a vida humana de tal maneira que a manutenção da norma e a exceção à norma fazem parte, de forma inseparável, do poder soberano. Desse modo, o poder soberano no Estado moderno não se furta de suspender a norma para manutenção da ordem, mantendo um caráter duplo de “poder constituído”, isto é, que se baseia numa “ordem constitucional preestabelecida” e que, por isso, necessita “de uma moldura estatal da qual manifestam a realidade”; e de “poder constituinte”, que “situa-se fora do estado; não lhe deve nada, existe sem ele, é a fonte cujo uso que se faz de sua corrente não pode jamais exaurir” (AGAMBEN, 2002, p. 47). Esse duplo caráter do poder soberano, de estar e basear-se no Estado e estar fora dele, permite que se operacionalize a politização da vida e a constituição de um sistema de diferenciação entre vidas dignas e politicamente qualificadas (*bíos*) e vidas reduzidas à condição biológica (*zoé*), descritas como a vida nua, portanto, manipulável e aniquilável pelo poder soberano. Esse indivíduo, cuja existência é reduzida à vida nua, é denominado *homo sacer*.

Na interpretação de Han sobre Agamben, podemos concordar que “o estado de exceção é um estado de extrema negatividade, pois nele todas as normas positivas são suspensas” (HAN, 2013e, p. 130). No entanto, é um exagero afirmar que “a sociedade de soberania é um tema ultrapassado” e que “já não é possível haver estado de exceção” (HAN, 2013e, p. 132). Pois, a realidade do emprego da violência de sangue, de morte, persiste em

⁶³ Consideramos que a negativa contundente de Han ao modelo de Agamben é um de seus maiores equívocos, afinal o poder, mesmo nas sociedades contemporâneas, possui várias formas de “negatividade”, especialmente relacionadas ao poder soberano. Afinal, o “poder soberano” ainda é muito negativo, sobretudo nas “zonas cinzentas” do capitalismo, em relação às pessoas marginalizadas por diferentes fatores de exclusão.

relação a milhões de pessoas reduzidas à condição de *homo sacer* por diversos fatores (sociais, raciais, étnicos, culturais etc.), até mesmo nos países centrais do capitalismo.

No entanto, o aspecto ao qual devemos nos atentar, ao menos neste instante, é a mudança topológica do modelo de exploração. Para Han (2013e, p. 130), o estado de exceção “só é possível frente à irrupção do outro ou do exterior”, portanto, tem como marcas o “exterior”, a “transcendência” e a “soberania do poder”, que submete os sujeitos à obediência. Portanto, o “terror” do poder soberano é considerado transcendente, há uma separação clara entre dominante e dominado, entre o que exerce poder e sobre o que ele é exercido. Por outro lado, a sociedade é interpretada como uma sociedade de desempenho, na qual a topologia da soberania é transferida do outro para si mesmo. Nesse contexto, “o sujeito de desempenho distingue-se do sujeito de obediência pelo fato de ser soberano de si mesmo; de, enquanto empreendedor de si, ser livre” (HAN, 2013e, p. 132-133). Por isso, o “terror” da positividade é imanente: a liberdade e a violência, a liberdade e a coação partem do próprio sujeito que, “como soberano de si, como *homo liber*, mostra ser um *homo sacer*”, mas um “*homo sacer* de si mesmo”, pois as figuras do soberano e do *homo sacer* “se condicionam mutuamente”, sendo inclusive “idênticos” (HAN, 2013e, p. 133).

Han aprofunda essa comparação e afirma que, no esquema de negatividade de Agamben, o poder soberano se constitui precisamente “nos dois extremos de uma ordem”, tanto quando considerados a soberania e a vida desnuda, quanto quando consideramos o estado normal e o estado de exceção. Ou seja, ainda que ambos constituam e definam o poder soberano, a exceção representa um estado de negatividade fundamentado em um paradigma imunológico de exclusão. Por sua vez, na sociedade de desempenho e, portanto, um estado de positividade, não há essa dualidade, visto que a soberania e a vida desnuda coincidem, de forma que os “novos” *homines sacri* — isto é, todos os sujeitos de desempenho — não estão topologicamente localizados na exceção, em “um lugar afastado”, mas “no centro de um lugar, no miolo de uma ordem”, eles “povoam o *estado normal totalizado*” (HAN, 2013e, p. 133-134, grifo do autor).

Para tratar dessa mudança topológica da exceção, ou da absolutização da exceção na sociedade de desempenho sob outras características, Han menciona, ainda que sem muitas referências diretas, o conceito de *campo*, também utilizado por Agamben (2002, p. 180-181), que o define como o espaço de:

absoluta impossibilidade de decidir entre fato e direito, entre norma e aplicação, entre exceção e regra, que entretanto decide incessantemente sobre eles. [...] [E,] se isto é verdadeiro, se a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na consequente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em limiar

de indistinção, deveremos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independentemente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica.

Assim, o campo não necessariamente é um lugar de cometimento de crimes ou de alguma violência explícita, visto que pode acontecer 'até mesmo em um local "anódino", ou seja, nessa definição o mais importante é a existência de um "espaço no qual o ordenamento normal é de fato suspenso e que aí se cometam atrocidades não depende do direito, mas somente da civilidade e do senso ético da polícia que age provisoriamente como soberana" (AGAMBEN, 2002, p. 181).

Por sua vez, Han considera que atualmente nos sujeitamos voluntariamente à vida nua, à uma vida de trabalho e exploração. Com isso, não existe mais a separação entre "campo e lugar", pois os campos de trabalho não estão mais situados à margem de um lugar (HAN, 2013e, p. 133-134). Ou seja, o campo, no qual impera a lógica do trabalho, é internalizado e absolutizado como o normal. Isso pode ser exemplarmente reconhecido em um trecho em que Han, novamente recorrendo ao conceito de campo de Agamben, afirma que, durante a pandemia,

sob o estado de exceção viral, trancamo-nos voluntariamente na quarentena. Esta é uma variante viral do campo no qual a vida nua impera. O campo de trabalho neoliberal em tempos de pandemia se chama '*home office*'. Apenas a ideologia da saúde e a liberdade paradoxal da autoexploração o distinguem do campo de trabalho do regime despótico (HAN, 2021c, p. 21, grifo do autor).

Isso faz sentido se o campo for adotado como um *locus* de suspensão da norma. Podemos ir além e considerar que não se trata apenas de uma internalização do imperativo de desempenho, mas também de permitir que o trabalho se insira no espaço doméstico. Novos campos parecem ter sido criados a partir dos meios digitais, subjugando indivíduos ao abandono da norma por novas ferramentas. No caso das plataformas de entrega e de transporte de passageiros, as empresas não querem regras para sua atuação. Elas não poupam esforços para que os trabalhadores dessas plataformas não sejam enquadrados em nenhuma categoria de trabalho. Ou seja, as plataformas querem operar à margem das normas de trabalho convencionais, de preferência sem a sujeição a novas normas, pretendem operar em um espaço em que tenham "soberania". Por conseguinte, os trabalhadores dessas plataformas ficam expostos a novas formas de exploração em uma nova espécie de "campo" de trabalho que opera à margem da ordem. Em outras palavras, em um lugar limite em que o direito não opera, posto que não há regulamentação, mas opera a partir de uma lógica da liberdade no sentido de liberdade do "livre empreendedorismo". Paradoxalmente, esse modelo de exploração respalda-se no "Estado de Direito", no princípio da legalidade, segundo o qual "o que não é proibido é

permitido”, por exemplo, positivado no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal brasileira: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (BRASIL, 1988, n.p.). Paradoxal justamente porque, a partir de um princípio de liberdade e legalidade, cria-se um campo de exploração que está ao mesmo tempo dentro e fora da ordem.

Desse modo, para Han (2013e, p. 134), a figura do *homo sacer* não é mais criada pelo “feitiço soberano”, capaz de expor virtualmente qualquer sujeito a uma “mortalidade absoluta”, como propunha Agamben. Mas pelo “feitiço do desempenho”, no qual “o sujeito de desempenho, que se julga livre, que figura como *homo liber*, como soberano de si, está sob o encanto desse desempenho, e transforma-se em *homo sacer*” (HAN, 2013e, p. 134, grifo do autor). Ou seja, por meio da exploração da liberdade, o sujeito de desempenho deixa de se submeter a instâncias exteriores a si para se submeter a si mesmo. Com isso, a figura exterior do poder soberano é substituída pela coincidência das figuras “agressor e vítima, senhor e escravo, liberdade e violência”, de forma que “o soberano da sociedade de desempenho” é “o *homo sacer* de si mesmo” (HAN, 2013e, p. 134, grifo do autor).

Seguindo a interpretação de Han, observamos que Agamben (2002, p. 35) coloca a exceção como parte constituinte da estrutura da soberania: “ela e a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui através da própria suspensão”. Desta forma, não existe um “fora da lei”, de modo que o poder de morte soberano e a própria relação originária da lei com a vida seriam exercidos a partir da relação de “*abandono*” da lei, e não de sua aplicação. Assim, o desnudamento da vida faz parte originária da sujeição ao poder soberano, na medida em que participar da vida política exige uma incondicional sujeição a um poder de morte (AGAMBEN, 2002, p. 98). A partir disso, o *homo sacer* faz parte da estrutura essencial do “vínculo soberano”, produzido “através do abandono a um poder incondicionado de morte” (AGAMBEN, 2002, p. 98). Han (2013e, p. 135) interpreta que “a produção da vida desnuda do *homo sacer* é o desempenho originário da soberania”, ou seja, a soberania depende do desnudamento da vida, da possibilidade de torná-la desnuda para que possa ser morta a qualquer momento.

Por outro lado, o desnudamento pelo dispositivo do desempenho tem outros objetivos, relacionados muito mais à exploração das forças vitais do que à possibilidade extrema de morte: “a vida do *homo sacer* da sociedade de desempenho [...] é desnuda porque está despida de toda e qualquer transcendência do valor, porque é reduzida à imanência da função e do desempenho vitais, que devem ser maximizados com todos os recursos disponíveis” (HAN, 2013e, p. 135, grifo do autor). Portanto, a vida é desnudada para explorar suas forças vitais, sendo reduzida a um processo biológico que deve ser otimizado. Então, absolutiza-se a vida como mera

sobrevivência (HAN, 2021c, p. 21), em um esforço de prolongar a vida para explorá-la. Isso significa que a vida desnuda da sociedade de desempenho é a vida a ser explorada, não a vida a ser sujeitada a um poder de morte, ainda que virtualmente. Por isso, há uma valorização de uma vida sadia, controlada por diversos equipamentos digitais que monitoram as forças vitais (aplicativos, relógios e pulseiras inteligentes, entre outros). O paradigma de desnudamento da vida da sociedade de soberania e da sociedade de desempenho são diversos, pois, enquanto *homines sacri*, são aqueles que tiveram a vida despida para poderem ser mortos, mas não podem ser mortos: “sua vida equipara-se à vida de um morto-vivo. São por demais vivos para poder morrer, e por demais mortos para poder viver” (HAN, 2013e, p. 135-136).

Portanto, o dispositivo do desempenho se presta à exploração das forças produtivas sob a lógica da positividade. O desempenho assume diferentes formas destinadas a otimizar as forças produtivas e se refere a diferentes formas de trabalho e produção de valor. Ele refere-se à produção de mercadorias e de informações, à circulação delas e, de um modo geral, à reprodução do capital. De fato, o termo não se refere apenas ao trabalho que “transforma a natureza”, considerando outras formas de desempenho, como a otimização das forças vitais próprias e a conectividade da vida com as plataformas digitais, produzindo e consumindo conteúdos por meio delas. Ou seja, o sujeito de desempenho é sempre um sujeito-projeto engajado em multitarefas, em múltiplos projetos, é um sujeito inconcluso, incapaz de fechar os olhos, porque está em permanente estado de hipervigilância e hipervisibilidade (HAN, 2021b, p. 11). O tempo de descanso torna-se tempo de recuperação para mais desempenho.

A partir disso, concluiu-se que o aumento das forças vitais pelo dispositivo do desempenho é inalcançável no regime disciplinar-biopolítico, pois lhe falta a participação do próprio sujeito em sua autoprodução. Por esse motivo, Han associa o dispositivo de desempenho à positividade e à exploração da liberdade. A transformação do dever em liberdade opera uma mudança profunda no sujeito, invertendo a negatividade em positividade. Na realidade, espera-se suprimir a negatividade. O sujeito de desempenho está liberto da coação e do dever: “o que conforma sua máxima não é obediência, lei e cumprimento do dever, mas liberdade, prazer, inclinação. De seu trabalho ele espera, sobretudo, sentir prazer” (HAN, 2017e, p. 33). Por isso, o desempenho pressupõe uma coação autoimposta, mas de modo diferente da coação autoimposta do dever, pois não é limitante, mas estimulante. Transformando o indivíduo em um projeto sem fim a ser aperfeiçoado. Desta maneira, de modo paradoxal, Han (2018a, p. 51) reconhece que “a liberdade é, na verdade, a figura oposta da

coação”, mas o problema é que “agora, essa figura oposta produz, ela mesma, coações. Mais liberdade significa, assim, mais coação. Isso seria o fim da liberdade”⁶⁴.

Isso se desenvolve por diferentes mecanismos, que estão essencialmente ligados à positividade e, por isso, buscarão explorar as forças vitais, especialmente pelo viés da promessa de liberdade. No entanto, isso não significa efetivamente a valorização da liberdade ou da vida. Na realidade, o dispositivo do desempenho se apresenta como uma forma mais eficiente de exploração, que supera os modelos anteriores nos quais o poder soberano e disciplinar perdem força frente à própria ação do sujeito.

8.1 CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPENHO

Antes de proceder à análise do conceito de “desempenho” na perspectiva de Byung-Chul Han, é necessário definir o termo. Uma leitura extensiva da obra de Han demonstra que o termo “desempenho” (*Leistungs*), utilizado para descrever a sociedade neoliberal, é empregado em diferentes contextos, sem que haja, ao menos até o momento, uma conceituação explícita. No entanto, é possível compreender o termo como tal e, em especial, utilizá-lo na acepção que procuramos para caracterizar o conceito de “desempenho”. Após uma análise abrangente de sua obra, constatamos que o termo “desempenho” é incorporado à sua filosofia a partir da publicação de *Sociedade do Cansaço*, em 2010⁶⁵. A partir dos registros encontrados em sua

⁶⁴ Esse é um dos motivos pelos quais Han considera que o “cuidado de si” foucaultiano não pode ser considerado uma prática de liberdade, mas, ao contrário, que Foucault não teria reconhecido que o regime neoliberal de dominação se apropria completamente das tecnologias do eu, nem que a otimização permanente de si como técnica neoliberal não seja nada mais do que uma forma eficiente de dominação e exploração (HAN, 2018b, p. 43). Na verdade, Han parece desconfiar de qualquer técnica que dê alguma ênfase ao sujeito ou à liberdade, pois considera que a exploração da liberdade é um modo próprio do regime neoliberal, de tal modo que “garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade” (HAN, 2018b, p. 44). E é esse “estreitamento entre liberdade e exploração de si” que teria escapado ao pensamento de Foucault (HAN, 2018b, p. 44).

⁶⁵ Emblematicamente, o início da utilização do conceito de desempenho corrobora um ponto fundamental de transição na obra de Han e é defendido por Machado (2021), consolidando-se com a publicação de *Sociedade do cansaço*. Essa alteração é proposta sinteticamente da seguinte maneira: “A nosso ver, o que se altera no pensamento de Han não é tanto o núcleo central do que caracteriza o modo de existência econômico e o modo de existência a ele oposto, mas, sobretudo, quais seriam os modos de operação próprios à existência econômica para dar continuidade a si própria, assim como da existência afável para romper com esse modo de existência. Assim, para introduzirmos os diferentes registros da filosofia de Han, temos de compreender como, em cada um deles, se toma como paradigma conceitual que permite descrever o modo de operação da existência econômica, de um lado, e da existência afável, de outro, conceitos não apenas distintos, mas sobretudo inversos; no primeiro registro, se associando à existência econômica com a negatividade e a existência afável com a positividade, enquanto, no segundo registro, se faz a associação inversa, ou seja, da existência econômica com a positividade e da existência afável/anti-econômica com a negatividade. É essa diferença notável nos modelos descritivos desses modos de existência, e as possíveis razões para essa transição de um modelo a outro, que pretendemos expor nas próximas

obra, interpretamos que o desempenho deve ser reconhecido como o modo próprio da atividade dos seres humanos na atualidade, moldada a partir de um processo de subjetivação da sociedade capitalista de modelo neoliberal.

Para sustentar essa conclusão, é necessário empreender algumas digressões. Primeiramente, é imprescindível considerar a interpretação inaugurada por Foucault, segundo a qual o neoliberalismo deve ser descrito mais como um modelo de racionalidade do que como um sistema econômico. Em segundo lugar, é igualmente essencial reconhecer que a lógica de acumulação do capital é o que há de mais fundamental no capitalismo. Desse modo, o capitalismo neoliberal inaugura um processo de subjetivação, ou seja, um novo modelo social que dá origem a um novo sujeito cuja atividade social, produtiva, cultural e ética tem o desempenho como um de seus princípios fundamentais. Em suma, estabelece-se uma nova forma de vida pautada, em vários aspectos, pelo desempenho.

Essa premissa implica considerar que o capitalismo neoliberal tem um impacto mais abrangente sobre os seres humanos do que apenas sob a perspectiva da luta de classes, pois todos estão sujeitos a essa nova ordem, independentemente da classe social. No entanto, uma afirmação como esta pode resultar em uma igualação excessiva dos indivíduos no processo de dominação e exploração capitalista, uma vez que a disparidade financeira entre eles é decisiva para a submissão de cada um às relações de poder, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Pois, se o motor fundamental do capitalismo, ou o seu elemento mais crucial, é a lógica da acumulação de capital, o capital, ou melhor, a quantidade de capital que se possui, determinará de muitas formas o exercício de poder e a afetação dos sujeitos às relações de dominação.

Logo, é inegável que os sistemas de dominação política variam, em grande medida, de acordo com as condições socioeconômicas dos indivíduos. Em outras palavras, não se pode negar que a classe social a que cada indivíduo pertence é determinante no sistema de dominação política ao qual está sujeito. No entanto, é importante reconhecer que existem outros sistemas de diferenciação, não meramente econômicos, que também reproduzem distintas relações de poder ligadas a discursos extraeconômicos, como os de gênero, raça, diferenças etárias, entre outros. Portanto, é incorreto tanto igualar excessivamente a submissão dos indivíduos aos

sessões” (MACHADO, p. 8, grifos do original). A “existência econômica” do segundo registro é propriamente a existência sob o regime neoliberal, na qual Han observa a absolutização da “positividade”. O desempenho se inscreve, portanto, nesse registro de absolutização da positividade e como uma das formas fundamentais para a operação da lógica do capital.

modelos de relação de poder como estabelecer uma regra absoluta entre dominantes e dominados baseada apenas em critérios econômicos, sem considerar que o regime do capital submete a todos, mas de formas distintas, como será possível reconhecer a partir do dispositivo do desempenho que analisaremos.

Nesta perspectiva, concordamos com a tese de Dardot e Laval (2016, p. 21) de que uma interpretação marxista que recorra à intencionalidade dos agentes no surgimento de uma nova forma social é equivocada, precisamente porque as novas formas sociais não podem ser reduzidas à “consciência de um ou mais estrategistas” em “sua fonte ou foco genuíno”. Ou seja, o capitalismo, sob a forma neoliberal ou não, não decorre — e aqui acrescentaríamos somente — de “um grande complô nem [de] uma doutrina pré-fabricada que os políticos teriam aplicado com cinismo e determinação para satisfazer as expectativas de seus poderosos amigos do mundo dos negócios” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 23). No entanto, não se pode negligenciar a existência de eventos históricos e processos que evidenciem complôs, ou, mais precisamente, alianças estratégicas de poder entre grandes capitalistas para impor seus interesses e manter uma forma capitalista⁶⁶.

Ainda assim, de fato, a lógica de acumulação capitalista ultrapassa a intencionalidade dos agentes, o que significa que, mesmo aqueles que estão em posição econômica privilegiada, também são sujeitos da lógica capitalista. Afinal, como afirmam Dardot e Laval (2016, p. 22), “o verdadeiro motor da história continua a ser o poder do capital, que subordina o Estado e a sociedade, colocando-os a serviço de sua acumulação cega”, em um processo que, sob a forma neoliberal, equivale à “mercantilização implacável de toda a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 22), assujeitando a todos e produzindo uma sociedade e uma forma de vida neoliberais. Uma interpretação como essa, ainda que distinta de um “marxismo estreito”, “vai ao encontro de uma das intuições mais profundas de Marx, que compreendeu muito bem que um sistema econômico de produção era também um sistema antropológico de produção” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 25).

Na obra de Han, por sua vez, encontramos a associação entre capital, atividade e desempenho, no sentido de que o desempenho seria um imperativo ou um dispositivo que põe

⁶⁶ Lobismo, financiamento de campanhas, apoio direto, explícito e financeiro a determinados políticos e pautas ideológicas, apoio e manutenção de instituições políticas e culturais (associações, sindicatos, ONGs etc.), financiamento da produção cultural e domínio das mídias de massa são apenas alguns exemplos de formas de atuação política, estratégica e até mesmo “complotista” de grandes capitalistas, cujo impacto e intencionalidade não podem ser ignorados.

os sujeitos em um regime de autoexploração que, no limite, resulta na reprodução do capital. Além disso, podemos reconhecer até intuitivamente que o desempenho possui uma ligação direta com o trabalho, como um meio pelo qual o capital se reproduz, como um modo próprio de geração de riquezas. Mas não só, o desempenho implica uma forma específica de subjetivação ligada à autoexploração, que não se reflete apenas no trabalho. Isso significa que o desempenho expressa mais do que a exploração do trabalho, pois expressa a absolutização da lógica do capital (e de reprodução do capital) em todos os aspectos da vida. Em outras palavras, o desempenho, nessa perspectiva, significaria uma lógica que passa a nortear a subjetividade e, por consequência, as ações humanas em prol da reprodução do capital. Para aprofundar essa perspectiva, propomos uma breve análise da evolução da relação capital-trabalho e dos aspectos subjetivos dessa relação a partir de autores liberais e neoliberais, mais uma vez acompanhando algumas das interpretações de Foucault sobre o tema.

Não se pode ignorar que o trabalho, em maior ou menor medida, não deixa de ser considerado um fato essencial de produção de riquezas e de capital por autores liberais e neoliberais. Há um aspecto muito relevante e diferenciador nas teorias econômico-filosóficas sobre a criação, ou não, de valor a partir do trabalho. Autores liberais clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, têm no trabalho um elemento fundamental de fixação do equivalente geral de valor de mercadorias. Já diversos autores neoliberais tendem a enfatizar a teoria subjetiva do valor, segundo a qual os valores não seriam intrínsecos aos bens e nem determinados pelo trabalho exigido, mas pela avaliação subjetiva dos agentes, determinada por critérios como utilidade marginal, escassez e percepção subjetiva. Mesmo tendo isso em vista, reconhecemos que essa diferença não é meramente trivial, visto que a teoria do valor afeta, por exemplo, diversas dinâmicas de poder e subjetivação, para além dos processos ligados à reprodução do capital. Porém, entendemos também que as diferentes teorias liberais e neoliberais sobre a origem e a produção de valor, reflexamente ligadas à produção de riquezas e, portanto, de capital, não excluem a fundamental importância do trabalho (e de sua exploração).

Para chegar a essa conclusão, é importante analisar as obras de alguns autores teóricos do liberalismo e do neoliberalismo. Adam Smith (2017, p. 18) relaciona o trabalho diretamente à produção de riquezas, que se materializam em bens e serviços de uma nação: “o trabalho anual de toda nação é o fundo que originalmente lhe fornece todas as necessidades e utilidades da vida que anualmente consome, que consiste sempre ou no produto imediato desse trabalho, ou naquilo que é comprado com esse produto, das outras nações”. David Ricardo (1996, p. 23)

também segue as linhas gerais de Smith, na esteira do que é chamado de teoria do valor-trabalho: “O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho” (RICARDO, 1996, p. 23).

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault (1999) analisa as obras desses autores e ressalta diferenças entre ambas e diversas consequências no campo dos saberes em seu estudo arqueológico. Ainda que a preocupação de Foucault nessa obra não sejam as relações de poder, o destaque ao trabalho inserido nas relações de valores permite reconhecer a necessidade de sua captura pelos regimes de poder. Foucault (1999, p. 347-348) escreve que:

Certamente, para Ricardo como para Smith, o trabalho pode realmente medir a equivalência das mercadorias que passam pelo circuito das trocas [...] A diferença, porém, entre Smith e Ricardo está no seguinte: para o primeiro, o trabalho, porque analisável em jornadas de subsistência, pode servir de unidade comum a todas as outras mercadorias (de que fazem parte os próprios bens necessários à subsistência); para o segundo, a quantidade de trabalho permite fixar o valor de uma coisa, não apenas porque este seja representável em unidades de trabalho, mas primeiro e fundamentalmente porque o trabalho como atividade de produção é ‘a fonte de todo valor’. [...] Se as coisas valem tanto quanto o trabalho que a elas se consagrou, ou se, pelo menos, seu valor está em proporção a esse trabalho, não é porque o trabalho seja um valor fixo, constante e permutável sob todos os céus e em todos os tempos, mas sim porque todo valor, qualquer que seja, extrai sua origem do trabalho.

Portanto, a relação entre valor e trabalho é direta e, de forma indireta, mas ainda assim intrínseca, o trabalho acompanha a ideia de “riqueza” e de capital. Por sua vez, os teóricos do neoliberalismo, em geral, rejeitam a teoria do valor-trabalho e apontam um caráter subjetivo na formação do valor, como é possível ler de modo bastante exemplar no seguinte trecho de Carl Menger (2007, p. 117, tradução nossa):

O valor, portanto, não é algo inerente aos bens, nem uma propriedade deles, nem uma coisa independente existente por si só. É um julgamento que homens que economizam fazem sobre a importância dos bens à sua disposição para a manutenção de suas vidas e bem-estar⁶⁷.

Nessa perspectiva, é também bem conhecida a ênfase dos neoliberais em teses sobre as liberdades individuais e de mercado, na responsabilidade individual e nos interesses individuais como mecanismos de cooperação social e de aumento de capital. No entanto, existe um ponto muito relevante observado por Foucault (2008a) em *Nascimento da biopolítica*: a categoria de trabalho não desaparece da análise econômica, mas é reintroduzida de forma diferente da utilizada pelos economistas clássicos. Segundo Foucault (2008a, p. 307), “o

⁶⁷ Texto original: “Value is thus nothing inherent in goods, no property of them, nor an independent thing existing by itself. It is a judgment economizing men make about the importance of the goods at their disposal for the maintenance of their lives and well-being”

problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica não consiste em se perguntar a quanto se compra o trabalho, ou o que ele produz tecnicamente, ou qual valor o trabalho acrescenta”.

Por outro lado, trata-se de reintroduzir o trabalho sob a perspectiva de “um sujeito econômico ativo”, ou seja, daquele que trabalha. Com isso, o trabalho, “em termos econômicos”, é decomposto, por um lado, como “um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: uma ‘máquina’. E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários” (FOUCAULT, 2008a, p. 308).

A partir dessa composição, constitui-se o *homo oeconomicus* neoliberal como um empresário de si, com destaque para dois aspectos fundamentais do trabalho sob sua perspectiva: Primeiro, o *homo oeconomicus* é o seu próprio capital — um capital humano —, na medida em que é ele próprio o conjunto “de todos os fatores físicos e psicológicos” que o capacitam a ganhar “este ou aquele salário” (FOUCAULT, 2008a, p. 308). Esse capital é, portanto, “praticamente indissociável de quem o detém”, na medida em que se constitui como competência de um trabalhador-máquina (FOUCAULT, 2008a, p. 308). Em segundo, o *homo oeconomicus*, como um capital-máquina, é produtor “de fluxos de renda e não de renda, porque a máquina constituída pela competência do trabalho não é, de certo modo, vendida casualmente no mercado por certo salário” (FOUCAULT, 2008a, p. 309), uma vez que possui parâmetros variáveis, como tempo de vida, utilidade e obsolescência, que farão variar os fluxos de renda. Ou seja, os fluxos de renda variam ao longo da vida por diversos fatores, sendo o envelhecimento um deles. Outros fatores, como a otimização, por exemplo, farão com que os fluxos de renda variem positivamente.

Portanto, com base na análise de Foucault, podemos reconhecer que o trabalho permanece sendo uma categoria essencial no capitalismo, mesmo sob a perspectiva neoliberal. A lógica do capital é uma lógica de acumulação, mas também de realização e reprodução do capital, isto é, a realização do capital significa também a sua reprodução. Inclusive, esse é um dos fenômenos analisados por Marx ao tratar da transformação do dinheiro em capital, quando afirma: “‘D-D’, dinheiro que cria dinheiro – *money which begets money* – é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas” (MARX, 2013, p. 299), ou seja, o capital, intermediado por processos na esfera da circulação, é capaz de gerar mais capital. Nesse sentido, se os seres humanos forem pensados em termos de “capital”, a realização do capital se dá aumentando, ou melhor, otimizando o capital humano de modo a criar mais capital,

que se realiza no processo de venda de sua competência-trabalho, gerando fluxos variados de renda.

Com a ideia de capital humano começam a se delinear novas formas de exploração do trabalho e, sobretudo, a incorporação, nas teorias político-econômicas, de outras atividades que influenciam a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da renda. Foucault percebe com precisão essa mudança de perspectiva, proposta por autores neoliberais, que realoca o trabalho sob o ponto de vista do próprio trabalhador, concebendo-o como a atividade essencial para a geração de renda. Han, por sua vez, aprofunda esse debate ao destacar a assimilação de diversas atividades humanas à lógica do capital, incluindo muitas que, à primeira vista, parecem dissociadas de qualquer relação direta com o trabalho e a renda.

De fato, autores neoliberais possibilitam essa ampliação por meio do conceito de capital humano, à medida que passam a incluir na análise econômica aspectos da vida humana antes considerados marginais para a compreensão do capital. Dessa forma, fatores como educação (formal ou não), competências ou habilidades gerais, saúde, migração e outros elementos passam a integrar o cálculo econômico.

Para ilustrar esse tema, Foucault (2008a, p. 315-317) menciona a preocupação desses autores com “investimentos educacionais” que vão além da formação profissional, abrangendo, por exemplo, atividades educacionais gerais, o tempo que pais e mães dedicam à criação dos filhos, estímulos e formação cultural ampla. Ele também retoma outras questões levantadas por esses autores, como a migração e os cálculos de custo-benefício associados a ela, além da análise que fazem sobre os cuidados médicos como um meio de manter e aprimorar a saúde geral dos indivíduos, repensando aspectos ligados à proteção da saúde e à higiene pública. Nesse sentido, ao analisarmos especificamente os autores mencionados por Foucault, efetivamente observamos essas preocupações. Theodore Schultz, por exemplo, menciona todos os exemplos citados por Foucault:

Muito do que chamamos de consumo constitui investimento em capital humano. Os gastos diretos com educação, saúde e migração interna para aproveitar as melhores oportunidades de emprego são exemplos claros. Os ganhos perdidos por estudantes maduros que frequentam a escola e por trabalhadores que adquirem treinamento no trabalho são exemplos igualmente claros. No entanto, em nenhum lugar isso entra em nossas contas nacionais. O uso do tempo livre para aprimorar habilidades e conhecimentos é muito comum e também não é registrado. Dessas e de outras formas semelhantes, a qualidade do esforço humano pode ser bastante aprimorada e sua produtividade aumentada. Vou argumentar que esse investimento em capital humano

é responsável pela maior parte do impressionante aumento nos ganhos reais por trabalhador⁶⁸ (SCHULTZ, 1961, p. 1, tradução nossa).

De modo similar, Gary Becker (1965) analisa a “alocação de tempo em atividades distintas” e assume que as famílias são produtoras e consumidores de *commodities*, introduzindo o trabalho doméstico, o dispêndio de tempo, a qualidade da atividade doméstica realizada, os produtos criados e consumidos no âmbito doméstico no cálculo econômico de trabalho e produtividade, ou, como Becker prefere, sob a perspectiva da renda. Desta forma, o conceito de *renda* não se referiria apenas aos ganhos com o trabalho, mas também aos produtos produzidos e consumidos pelas famílias. Para tanto, são levados em consideração fatores de “produtividade de tempo e de trabalho”.

Também em *Human Capital*, uma das obras de referência no tema, Becker (1993, p. 25, tradução nossa) afirma que sua análise sobre o capital humano provém, em parte de seu desejo de “de avaliar propostas para melhorar a qualidade da força de trabalho por meio da educação, do treinamento, dos serviços médicos e do cuidado infantil”⁶⁹. Nessa perspectiva, Becker aborda esses âmbitos da vida sob a ótica do aumento da produtividade, associando o desenvolvimento do capital humano ao aumento de “rendimentos e de produtividade” (BECKER, 1993, p. 19).

Becker relaciona a renda e produtividade a diversos fatores amplos, por isso aborda a educação “formal e informal”, o treinamento no trabalho (*on-the-Job Training*) (BECKER, 1993, p. 30-50) e enfatiza o entrecruzamento de competências aprendidas e a atualização em outras formas de trabalho, o que significa um aprendizado contínuo, cumulativo e não limitado. Ele também destaca a importância da saúde física e mental para o aumento da produtividade e sugere que empresas invistam diretamente na saúde de seus empregados, por exemplo, por meio de exames médicos, alimentação ou evitando atividades de risco (BECKER, 1993, p. 54). Pois, de acordo Becker (1993, p. 57), esses investimentos seriam “financiados”, ou melhor, compensados, pelo próprio aumento da produtividade do trabalho e nos ganhos tanto da empresa e quanto do empregado.

⁶⁸ Texto original: “Much of what we call consumption constitutes investment in human capital. Direct expenditures on education, health, and internal migration to take advantage of better job opportunities are clear examples. Earnings foregone by mature students attending school and by workers acquiring on-the-job training are equally clear examples. Yet nowhere do these enter into our national accounts. The use of leisure time to improve skills and knowledge is widespread and it too is unrecorded. In these and similar ways the quality of human effort can be greatly improved and its productivity enhanced. I shall contend that such investment in human capital accounts for most of the impressive rise in the real earnings per worker”.

⁶⁹ Texto original: “I indicated earlier that human capital analysis has been motivated partly by a desire to evaluate proposals to improve the quality of the work force through schooling, training, medical services, and child care”.

Tais proposições exemplificam os modelos teóricos sobre os quais se baseia um novo tipo de subjetivação que emerge a partir do modelo neoliberal, que significa, no pensamento de Han, a absolutização do trabalho e da atividade baseados no dispositivo do desempenho. Como demonstramos, os autores neoliberais ligam essencialmente o aumento da produtividade a diversos aspectos da vida, o que significa, na prática, também a absolutização de um imperativo de produtividade e de trabalho, ou seja, a vida se torna totalmente capturada pela lógica da produtividade ou, como afirma Han, pela lógica do desempenho.

E, com isso, permanece uma questão fundamental: desempenho para quê? Na obra de Han, o conceito de “desempenho” extrapola a lógica do trabalho. Entretanto, entendemos que ele não extrapola a lógica do capital. Ou seja, o dispositivo do desempenho é essencialmente uma forma aprimorada e expansiva de absolutização do capital, por meio do qual todos os aspectos da vida tornam-se capturáveis em favor da reprodução do capital, como insiste Han, por meio da exploração da liberdade. Com isso, até mesmo a ligação direta entre renda e trabalho ou entre capital humano e renda é expandida para um tipo de exploração que coloca toda a atividade humana a serviço da lógica do capital.

Sobre a relação entre capital e desempenho, Han (2023b, p. 25) afirma:

O capital é a atividade em estado puro. Ele é a transcendência que se apodera da imanência da vida e a explora completamente. Ele reduz a vida a uma vida crua, que trabalha. O ser humano é rebaixado a um animal laborans. Também a liberdade é explorada. A livre-concorrência é, segundo Marx, nada mais do que a ‘relação do capital consigo mesmo como um outro capital’. Enquanto concorremos um com o outro na livre-competição, o capital se reproduz. Apenas o capital é livre: ‘Não são os indivíduos que são livres na livre-concorrência, mas o capital’. Os indivíduos, que se iludem pensando ser livres, são, fundamentalmente, órgãos sexuais do capital, que servem para a sua reprodução. O excesso neoliberal de liberdade e de desempenho não é nada mais do que o excesso do capital.

Com vistas a aprofundar esse tema, nos parece importante retomar, em *Grundrisse*, de Marx⁷⁰, a obra citada por Han, suas próprias considerações sobre liberdade e capital, por

⁷⁰ Não é novidade que Marx acompanha, a seu modo, a interpretação dos economistas liberais clássicos ao estabelecer uma relação direta entre valor e trabalho. No campo marxista, Lukács (2013, p. 37-38) interpreta, ainda, que Marx reconhece no trabalho uma característica “ontológica central” expressa em um “pôr teleológico”. Isso significa que “conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência e seu movimento, no conjunto e nos detalhes, devem ter um autor consciente” (LUKÁCS, 2013, p. 38). No entanto, ainda segundo Lukács (2013, p. 40), Marx não expande a teleologia, isto é, o “pôr teleológico, ao “mundo orgânico” ou ao “curso da história”, mas a limita ao trabalho (ou à práxis humana), eliminando-a de todos os outros modos do ser. E, com isso, acaba ampliando seu significado, “já que é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, e se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico” (LUKÁCS, 2013, p. 40). Isso significa que Lukács interpreta uma dimensão social fundamental no trabalho que, além de transformar a natureza, cria um mundo social.

basicamente duas razões: a primeira é que Han claramente se apropria das teses de Marx, conforme o trecho de destaque acima, para afirmar a exploração da liberdade no regime capitalista; a segunda, porque em Marx é muito claro o papel da lógica do capital na exploração humana, uma análise que, a partir de Han, deve ser lida sob a ótica do dispositivo do desempenho. Isto é, quando tratamos do dispositivo do desempenho, é necessário sempre ter em perspectiva a sua funcionalidade dentro da lógica do capital. Desse modo, ainda que se possa recusar total ou parcialmente a ideia de uma intencionalidade dos agentes na dominação de classe na ordem capitalista, não se pode perder de vista que o dispositivo do desempenho, assim como a própria psicopolítica, tem a reprodução da lógica do capital como seu objetivo mais elementar.

Ademais, na esteira dos referenciais teóricos que utilizamos, mesmo que reconheçamos que a sociedade de classes é intrínseca à dominação capitalista, a lógica capitalista, como um “sistema antropológico de produção” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 25), captura todos os seres humanos, independentemente da classe social. Com isso, em níveis e formas distintos, todos os indivíduos são “órgãos sexuais do capital” (HAN, 2023b, p. 25), e o dispositivo do desempenho representa uma das formas mais cristalinas desse processo.

Efetivamente, Marx (2013, p. 326) entende o trabalho como uma atividade humana: “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. O trabalho transforma tanto a natureza quanto o próprio ser humano, isto é, a pessoa que trabalha: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo; portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade” (MARX, 2013, p. 326). Entretanto, apesar dessa ligação “ontológica” – nas palavras de Lukács – não se pode interpretar erroneamente Marx como um defensor da absolutização do trabalho. Pelo contrário, Marx também pensa na necessidade de superar o “reino das necessidades” e, de fato, trabalhar menos, usufruindo dos processos técnicos que permitem o aumento da produtividade sem o aumento do “mais-trabalho”: “O reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas” (MARX, 2013, p. 1065). E, ainda que o trabalho concreto seja inerente à existência humana, o “metabolismo [dos seres humanos] com a natureza” deve ser dominado pelos próprios seres humanos “em vez de serem dominados por ele como por um poder cego”, de tal forma que “o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana” (MARX, 2013, p. 1065-1066). Portanto, o “verdadeiro reino da liberdade” pressupõe colocar em curso “o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo” (MARX, 2013, p. 1066). Ainda que sua base seja o “reino da necessidade”, Marx considera essencial a redução da jornada de trabalho, ou seja, menos exploração do trabalho em prol da necessidade (MARX, 2013, p. 1066). Nesse sentido, ele explicita que “a redução da jornada de trabalho é a condição básica” (MARX, 2013, p. 1066) para o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmas.

Nesse sentido, mesmo Marx reconhece que a ideia de liberdade no capitalismo existe enquanto produto do domínio do capital, ou, como diríamos, do domínio da lógica capitalista: “O domínio do capital é o pressuposto da livre concorrência, exatamente como o despotismo romano dos cézares era o pressuposto do livre ‘direito privado’ romano” (MARX, 2011, p. 873). Assim, a livre concorrência nada mais é do que o processo externalizado do capital, de modo que quem concorre não são os indivíduos, mas os capitais, que “impõem uns aos outros e a si próprios as determinações imanentes do capital” (MARX, 2011, p. 874).

Dessa forma, a liberdade individual existe apenas nos limites do domínio do capital, que passa a atuar como “princípio regulador da produção” (MARX, 2011, p. 871). Acrescentaríamos que o capital se torna o princípio regulador da vida, instrumentalizando as ações dos seres humanos em prol de sua lógica de reprodução. E é como se o sujeito de desempenho de Han espelhasse a própria lógica do capital. Curiosamente, Marx faz uma afirmação sobre o capital que muito se assemelha ao que Han poderia também escrever sobre o sujeito de desempenho. Marx (2011, p. 871-872, inserção nossa) escreve: “ele [o capital] se sente livre, sem barreiras, i.e., limitado unicamente por si mesmo, unicamente por suas próprias condições de vida”. Ora, na argumentação haniana, o sujeito de desempenho é justamente aquele que superou todas as barreiras externas que lhe são impostas e, sem coações, limites ou constrangimentos externos, concorre consigo mesmo e, com isso, explora a si mesmo até o limite. Desse modo, o sujeito de desempenho espelha a lógica autorreferencial do capital, segundo a qual este próprio definiria as suas condições de existência e reprodução. Em outras palavras, o sujeito de desempenho se expressa como um capital de si mesmo.

Tendo em vista o contexto e os fundamentos conceituais, cabe, por fim, caracterizar o que Han define por desempenho, levando em consideração a intrínseca relação entre desempenho e capital, bem como entre desempenho e trabalho. Metodologicamente, não indicaremos a aparição ou utilização do conceito de desempenho em todas as obras de Han, pois não pretendemos descrever e analisar exaustivamente aqui cada uma de suas utilizações, ainda que isso tenha sido parte de nossa pesquisa⁷¹. Propomos, por outro lado, partir dos

⁷¹ Como já mencionamos, em nenhuma obra anterior a *Sociedade do Cansaço*, Han utiliza o conceito de desempenho como um dispositivo ou mecanismo de poder. Para ser mais preciso, apenas em *Morte e Alteridade* o termo “desempenho” (HAN, 2020b, p. 34) é utilizado dentro de uma problemática de gratificação moral, muito distinta daquela empregada a partir de *Sociedade do Cansaço*.

Nas obras posteriores, vale mencionar, ainda que de modo não exaustivo, o contexto de algumas utilizações do termo. Em *Topologia da Violência*, com exceção do destaque que daremos à expansão do desempenho para além do trabalho (HAN, 2017e, p. 84 e 136), o conceito de desempenho é utilizado de forma bastante similar às ocorrências em *Sociedade do Cansaço* (vide HAN, 2017e, p. 8, 15, 32, 41, 51, 65, 128, 133, 135).

contextos e características do conceito na obra *Sociedade do Cansaço* e expandir a análise para obras posteriores quando identificarmos aprofundamentos ou perspectivas marcantes que, de fato, destoem das primeiras acepções básicas que aparecem em *Sociedade do Cansaço*.

Em *Sociedade do Cansaço*, Han escreve sobre a absolutização do trabalho, a “hiperatividade” e a “histeria do trabalho e da produção” como elementos característicos da “sociedade do trabalho” e da “sociedade do desempenho” (HAN, 2017d, p. 25). Na obra em que inaugura a utilização do conceito de desempenho, Han também já o associa à substituição do sujeito de obediência pelo sujeito de desempenho, como um modo de absolutização do paradigma da positividade: “o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder, pois, a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento” (HAN, 2017d, p. 15).

Com isso, em uma tese amplamente explorada em outras obras, o desempenho aparece como uma forma de exploração da liberdade: “o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho” (HAN, 2017d, p. 16). Essa liberdade é considerada paradoxal, pois, ao mesmo tempo que se apresenta como autonomia, constitui um modo eficiente de autoexploração e uma nova forma de coerção (HAN, 2017d, p. 16-17), na medida em que impõe aos sujeitos a exigência contínua de maximizar seu desempenho. Como consequência, o excesso de desempenho e de positividade é associado a uma nova forma de violência, responsável pelo surgimento de adoecimentos psíquicos. Afinal, a sociedade do desempenho é, essencialmente, uma sociedade do cansaço (HAN, 2017d, p. 37).

Em *Sociedade da Transparência*, o desempenho é associado à performance, exploração e exposição (HAN, 2017c, p. 19). Han também reconhece que a transparência e o desempenho operam segundo a mesma lógica da exploração da liberdade (HAN, 2017c, p. 56).

Em *Agonia do Eros*, a argumentação de Han não difere muito das anteriores. Nessa obra, ele destaca o caráter de autoexploração do sujeito de desempenho nessa nova forma de subjetividade na alteridade, ressaltando os aspectos narcisistas do desempenho e a inconclusão de um projeto de si baseado nele (vide HAN, 2017a, p. 7, 12, 21, 23, 35). Além disso, Han expande o desempenho para outros âmbitos da vida, para além do trabalho, como analisaremos.

Em *No Enxame*, Han (2018a, p. 38-40) trata do desempenho sob a ótica da gamificação da ação, no sentido de que a atividade digital se apropria do ócio, mantendo a atividade digital na produção de mais informação e comunicação, reforçando a lógica do capital e da exploração da liberdade. Na mesma obra, Han reitera que o desempenho é uma forma de exploração da liberdade, ao transformar o sujeito em um projeto constante a ser construído (HAN, 2018a, p. 51).

Nas obras *Infocracia* e *O Espírito da Esperança*, Han utiliza o termo desempenho genericamente, reforçando aspectos trabalhados em obras anteriores.

Portanto, em relação ao conceito de desempenho, podemos reconhecer, em *Sociedade do Cansaço*, três elementos fundamentais que serão retomados em outras obras: 1) A associação do desempenho à positividade e à sua violência, que resulta em uma forma específica de adoecimento psíquico; 2) O desempenho como uma forma de exploração da liberdade; 3) O desempenho como sinônimo de absolutização do trabalho e da produção, refletindo-se tanto no trabalho "exterior", produtor de objetos, produtos e informações, quanto na necessidade constante de auto-otimização, como desempenho de si próprio. Esses três elementos expressam duas acepções: Primeira: o desempenho é um dispositivo ou uma técnica disciplinar capaz de moldar a subjetividade (características "1" e "2"). Segunda: o desempenho é utilizado como uma forma de atividade, uma forma de ação específica que, em nossa concepção, serve, no limite, para manter a reprodução da lógica do capital (característica "3").

Importante destacar que utilizamos os termos "atividade" ou "ação" como tarefas ou ocupações humanas que compreendem o trabalho, mas não se limitam a ele. Han (2017d, p. 25-26) associa diretamente o desempenho ao trabalho, à absolutização do trabalho que cria uma "sociedade do trabalho". Tal associação é um tanto evidente, inclusive, quando analisamos o contexto dos textos que tratam do capitalismo e que analisamos anteriormente. Afinal, o trabalho produz renda ou riqueza, coloca a atividade humana, no caso capitalista, a serviço do capital.

Nesse sentido, nos parece necessário destacar não só que desempenho significa trabalhar mais e intensificar a produção, mas também que significa aumentar a produção pessoal, ampliar a quantidade de trabalho e elevar a performance no trabalho. Para tanto, é necessário um tipo de otimização pessoal voltada ao trabalho, como já enfatizavam teóricos neoliberais ao introduzirem o conceito de capital humano. Assim, o desempenho representa o entrecruzamento de uma espécie de produção de si pelo sujeito de desempenho, configurando-se, portanto, como uma forma de subjetivação, além de ser uma expressão de ação hiperativa que produz não apenas a si mesmo, mas também outros produtos e informações. É nesse sentido que interpretamos o dispositivo do desempenho e a própria psicopolítica como instrumentos que, em última instância, servem à lógica do capital. Em outras palavras, representam a absolutização do capital em todos os âmbitos da vida.

Essa característica do desempenho pode ser vista em outras obras de Han, quando ele aprofunda ou apresenta perspectivas diferentes sobre o tema. Como afirmamos, há uma ligação direta entre desempenho e trabalho. Porém, com o intuito de expandir o conceito de desempenho, em *Do desaparecimento dos rituais*, Han (2020a, p. 16) estabelece um paralelo

entre trabalho e desempenho como expressão da pressão para produzir, no sentido de que o desempenho é uma forma mais intensa de trabalho e produção, especialmente em razão da diferença na economia da libido. Nessa ótica, “o trabalho não precisa ser egocêntrico. Na performance, ao contrário, o *self* se refere expressamente a si mesmo. Não apenas produz um objeto, mas produz a si mesmo e, assim, ‘dá um tom’” (HAN, 2020a, p. 16, grifo do autor). Desse modo, o “objeto” e o “ego” se fundem, de tal forma que performar (ou desempenhar) torna-se um modo de produzir a si mesmo em um processo narcísico, no qual a referência ao *Outro*⁷² se perde completamente. Na ânsia pela satisfação de si, o sujeito “explora a si mesmo com vontade e paixão, até ser destruído. Ele mata para otimizar. Seu fracasso é chamado de depressão ou esgotamento, a ‘síndrome do trabalhador esgotado’” (HAN, 2020a, p. 16).

Com isso, Han ressalta a incapacidade do sujeito de terminar, de descansar, de possuir tempo livre, à medida que o desempenho totaliza a produção: “O imperativo neoliberal de otimização e desempenho não deixa nada a ser feito. Torna tudo temporário e inacabado. Nada é final ou conclusivo” (HAN, 2020, p. 20). No mesmo sentido e em conclusão: “O regime neoliberal totaliza a produção. É por isso que todas as áreas da vida se submetem a ela. A totalização da produção leva à profanação total da vida. A produção até monopoliza o repouso, degradando-o em tempo livre, parando para fazer uma pausa” (HAN, 2020, p. 40). Desse modo, há relações de paralelismo e interseção entre trabalho e desempenho, pois, ao mesmo tempo que a lógica do desempenho não pode ser reduzida ao trabalho, este foi inteiramente absorvido por essa lógica. É por isso que escrevemos sobre a captura da ação ou da atividade humana pela forma do desempenho, e não apenas pela do trabalho.

Mesmo assim, algumas das atividades que os seres humanos passaram a desempenhar, especialmente as ligadas ao capitalismo digital, podem ser interpretadas como novas formas de trabalho, ainda que não sejam remuneradas. Nessa perspectiva, autores que utilizam o conceito

⁷² Na próxima seção, veremos que o deslocamento da referencialidade do Outro para o Eu é parte constitutiva do dispositivo do desempenho, atuando como um mecanismo necessário para a internalização das coações. Por ora, apenas destacamos que, aqui, interpretamos a referencialidade no Outro como um outro-objeto, um produto ou obra que decorre do trabalho. Nesse sentido, o trabalho “não egocêntrico” seria aquele que se conclui, cujo resultado se materializa no produto final. Logo, é um trabalho não alienado, pois seu resultado permite a confrontação do criador com sua obra, como expressão de uma atividade finita. Em outros termos, o trabalho, sob a ótica do desempenho, mantém sua dimensão alienante, não necessariamente porque o sujeito perde o controle do que produz, mas porque se funde ao produto de seu trabalho. Assim, equivalendo a produção de si ao ato de trabalhar, o dispositivo do desempenho absolutiza tanto o trabalho quanto a produção: “A obra tem começo e fim. É por isso que o período de trabalho é seguido por um período de descanso. A performance, por outro lado, não tem começo nem fim. Não há período de desempenho. A performance como imperativo neoliberal perpetua o trabalho” (HAN, 2020a, p. 50).

de *tecno-feudalismo*⁷³ conseguem traçar, de maneira direta, a relação entre a reprodução do capital e determinadas atividades digitais, inclusive, evidenciando a exploração direta dessas

⁷³ O conceito de tecno-feudalismo, elaborado por teóricos como Durand (2020), Varoufakis (2023), Dean (2024) e Mazzucato (2019), é utilizado para explicar reconfigurações das relações de trabalho, poder e acumulação decorrentes das transformações do capitalismo da era digital, que estariam novamente submetidas a uma “lógica feudal”. Segundo essa perspectiva, as plataformas digitais operam como os novos “feudos” do século XXI, centralizando recursos, dados e infraestruturas essenciais para a produção econômica, enquanto impõem uma lógica de extração de valor comparável à dinâmica senhorial do sistema feudal.

A tese central do tecno-feudalismo sustenta que empresas, em especial as *Big techs*, como Google (Alphabet), Uber, Amazon, Microsoft e Meta atuam como “senhores digitais”, detendo o controle oligopolístico sobre plataformas que funcionam como espaços de produção e circulação de bens materiais e imateriais. Nesse modelo, os usuários — sejam trabalhadores da *gig economy*, comerciantes, consumidores, ou mesmo meros usuários das plataformas — assumem o papel de “servos digitais”, pois dependem dessas infraestruturas privadas para acessar mercados, ferramentas de trabalho ou redes sociais. Em troca, pagam uma “renda senhorial” (DURAND, 2020, p. 174), que pode se manifestar como comissões sobre vendas (Amazon), taxas por serviços (Uber), monetização de dados pessoais (Meta) ou assinaturas obrigatórias (Microsoft).

A analogia com o feudalismo se consolida porque essas empresas, tal como os senhores feudais, não se engajam na produção direta dos bens ou serviços que oferecem, apesar de sua renda decorrer da simples propriedade das infraestruturas essenciais. Nesse sentido, enquanto os senhores feudais detinham a propriedade das terras e cobravam tributos pelo seu uso, os “senhores digitais” lucram com a mediação algorítmica, a propriedade de dados e o monopólio de redes, claramente aliados também a estruturas físicas muitas vezes ignoradas, como data centers e redes logísticas, além de outras infraestruturas necessárias ligadas ao transporte e fornecimento de energia.

Além disso, de modo similar, estabelece-se uma relação intrínseca de dependência estrutural-econômica. Pois, assim como os camponeses medievais dependiam da terra do senhor feudal para produzir e subsistir, usuários e trabalhadores contemporâneos estão vinculados a ecossistemas digitais que controlam algoritmos, dados e redes de distribuição. Por exemplo: 1) A Google monetiza dados de busca e visualizações no YouTube para vender publicidade hiperdirecionada, transformando a atividade dos usuários em matéria-prima gratuita; 2) A Uber não possui frotas de veículos e obtém sua renda a partir da cobrança de taxas de cada corrida de motoristas, que se submetem às suas regras de trabalho; 3) A Amazon extrai comissões de vendedores e, ao mesmo tempo, compete com eles por meio de algoritmos que privilegiam seus próprios produtos; 4) A Meta não cria conteúdo, mas os dados coletados em cada interação social em suas plataformas são coletados como insumos para publicidade; e) A Microsoft lucra com licenças de software e serviços em nuvem essenciais para empresas, sem participar da produção de softwares ou produtos vendidos por terceiros.

Curiosamente, inclusive, Han (2014) comenta brevemente, em tom até despretensioso, sobre a hipótese feudal e acrescenta suas próprias considerações sobre a exploração da liberdade em entrevista à revista *ZEIT Wissen*. Nesse sentido: “Pode ser, mas em sua estrutura essa sociedade não difere do feudalismo da Idade Média. Nós nos encontramos em uma espécie de servidão. Os senhores feudais digitais, como o Facebook, nos dão terras e dizem: ‘Cultivem-nas, vocês as recebem de graça’. E nós as cultivamos freneticamente, essas terras. No fim, vêm os senhores e colhem a safra. Isso é uma exploração da comunicação. Nós nos comunicamos uns com os outros e nos sentimos livres ao fazê-lo. Os senhores extraem capital dessa comunicação. E os serviços secretos a monitoram. Esse sistema é extremamente eficiente. Não há protesto contra ele, porque vivemos em um sistema que explora a liberdade” (HAN, 2014, n.p., tradução nossa) / Texto original: “Mag sein, aber von der Struktur unterscheidet sich diese Gesellschaft nicht vom Feudalismus des Mittelalters. Wir befinden uns in einer Leibeigenschaft. Die digitalen Feudalherren wie Facebook geben uns Land, sagen: Beackert es, ihr bekommt es kostenlos. Und wir beackern es wie verrückt, dieses Land. Am Ende kommen die Lehnsherren und holen die Ernte. Das ist eine Ausbeutung der Kommunikation. Wir kommunizieren miteinander, und wir fühlen uns dabei frei. Die Lehnsherren schlagen Kapital aus dieser Kommunikation. Und Geheimdienste überwachen sie. Dieses System ist extrem effizient. Es gibt keinen Protest dagegen, weil wir in einem System leben, das die Freiheit ausbeutet” (HAN, 2014, n.p.).

Apesar de a ideia ser interessante, pois não apenas descreve, mas também lança luz sobre novas formas de exploração surgidas a partir dos desenvolvimentos tecnológicos digitais, alinhamo-nos à crítica de Morozov (2020), que argumenta que não se trata de um novo modelo econômico, mas sim do próprio capitalismo e de suas práticas “infinitas” de adaptação. Ou seja, ainda estamos diante da mesma lógica do capital, operada por relações sociais e de poder que se modificam não apenas para garantir sua perpetuação, mas também para aprimorar técnicas de exploração e dominação, reduzindo ao máximo a possibilidade de resistência. Ainda assim, reconhecemos que há ganhos teóricos nas teses “feudalistas”, especialmente ao demonstrarem como o capitalismo se apropria de

atividades por corporações específicas. Varoufakis, por exemplo, enumera algumas atividades que alimentam o que ele chama de “capital da nuvem”, pertencente às Big Techs:

Incitar milhares de milhões de pessoas não assalariadas (servos da nuvem) a trabalhar para gratuitamente (e muitas vezes inconscientemente) para reabastecer o próprio estoque do capital da nuvem (por exemplo, para fazer upload de fotos e vídeos no Instagram ou TikTok, ou enviar resenhas de filmes, restaurantes e livros)

Ajudando-nos a desligar as luzes enquanto nos recomenda livros, filmes e férias, etc., tão impressionantemente sintonizados com os nossos interesses que nos tornamos predispostos a outros bens vendidos em feudos ou plataformas de nuvem (por exemplo, Amazon.com), que estão executando exatamente na mesma rede digital que nos ajuda a desligar as luzes enquanto nos recomenda livros, filmes e férias, etc.

Utilizando IA e Big Data para comandar o trabalho dos trabalhadores (proletários da nuvem) no chão de fábrica enquanto dirigem as redes de energia, os robôs, os caminhões, as linhas de produção automatizadas e as Impressoras 3D que ignoram a fabricação convencional⁷⁴ (VAROUFAKIS, 2023, p. 198, tradução nossa).

Desse modo, não nos parece incorreto conceituar diversas atividades, em especial aquelas realizadas online, como trabalho, na medida em que são absorvidas e exploradas pela lógica do capital. Inclusive, essa conclusão não é contrária às perspectivas de Han sobre o desempenho, entendido como um dispositivo que incrementa e absolutiza essa lógica. Porém, o conceito de desempenho permite conclusões que ultrapassam os limites do trabalho.

Na realidade, o desempenho é um fenômeno difuso, com diferentes manifestações e propósitos. Isto é, a lógica do desempenho deve ser pensada a partir de múltiplos objetivos, pois envolve tanto o incremento das forças vitais para o aumento do trabalho e da produção quanto a produção de si mesmo, como parte de um dispositivo de poder voltado ao estabelecimento de uma subjetividade capaz de responder às urgências do sistema psicopolítico, inclusive reproduzindo a lógica do capital.

Compreendendo o desempenho efetivamente como um dispositivo de poder, é possível reconhecer que sua instrumentalização atende a finalidades muito amplas e não necessariamente se limita ao trabalho e à produção. Ou seja, o desempenho fornece uma lógica e um modelo de organização social. É nessa perspectiva que Han expande o conceito de

todas as atividades humanas, inserindo-as no campo do trabalho, uma vez que geram valor e são exploradas justamente segundo a lógica capitalista.

⁷⁴ Texto original: “Inciting billions of non-waged people (cloud serfs) to work for free (and often unconsciously) at replenishing cloud capital’s own stock (e.g. to upload photos and videos on Instagram or TikTok, or submit film, restaurant and book reviews)

Helping us switch off the lights while recommending to us books, films and holidays, etc., so impressively in tune with our interests that we become predisposed to other goods sold on cloud fiefs or platforms (e.g. Amazon.com), which are running on exactly the same digital network that helps us switch off the lights while recommending to us books, films and holidays, etc.

Utilising AI and Big Data to command workers’ labour (cloud proles) on the factory floor while driving the energy networks, the robots, the trucks, the automated production lines and the 3D printers that bypass conventional manufacturing”.

desempenho e o aplica à exploração da imagem, da saúde, da otimização das forças vitais e até mesmo da própria aparência, por exemplo, ao abordar a relação entre doping e desempenho.

Nesse sentido, segundo Han (2017d, p. 37), “a sociedade do cansaço, enquanto uma sociedade ativa, desdobra-se lentamente numa sociedade do doping”. Inclusive, “o doping possibilita, de certo modo, um desempenho sem desempenho” (HAN, 2017d, p. 37), ao referir-se a toda sorte de medicamentos e procedimentos de saúde que eliminam a necessidade de esforço do sujeito para atingir um patamar de desempenho. Deste modo, por doping, Han faz referência tanto a fármacos de *neuro-enhancement* (melhoramento cognitivo) quanto àqueles que objetivam a otimização estética dos corpos por meio de cirurgias e substâncias farmacológicas (como anabolizantes e botox), complementados por dietas e exercícios físicos.

Tais formas de desempenho se ligam diretamente à exploração da liberdade, de modo que o estabelecimento de uma psique e um corpo⁷⁵ otimizados passa a ser uma responsabilidade atribuída aos próprios sujeitos. Dessa forma, se analisarmos o desempenho sob a perspectiva

⁷⁵ Han sugere, sem grandes aprofundamentos, uma dicotomia psique/corpo, por exemplo, ao afirmar que, no regime psicopolítico: “em vez de superar resistências corporais, processos psíquicos e mentais são otimizados para o aumento da produção. O disciplinamento corporal dá lugar à otimização mental” (HAN, 2018b, p. 40). Ou seja, em certo sentido, o corpo teria se tornado secundário em relação à psique. Essa dicotomia é reforçada até mesmo pelas premissas apresentadas anteriormente no argumento de Han (2018b, p. 40), ao afirmar que o capitalismo atual é “determinado por modos imateriais e incorpóreos”. Logo, a força produtiva mais importante passa a ser a psique, pois seria ela a principal fonte de produção de “objetos intangíveis, como informações e programas”. Assim, a sociedade psicopolítica se distinguiria da sociedade disciplinar-biopolítica, pois, na primeira, a psique desempenha um papel central como força produtiva, enquanto, na segunda, o corpo assumiria essa função (HAN, 2018b, p. 40).

Embora não seja possível afirmar isso de modo absoluto, é possível interpretar, a partir da argumentação de Han, que, se no capitalismo da sociedade disciplinar-biopolítica a produção era majoritariamente corpórea e material, tendo como principal objeto de exploração os corpos como força produtiva, por outro lado, na sociedade psicopolítica, com a predominância de uma produção imaterial e incorpórea, a psique passaria a ser explorada, por ser considerada a fonte primária dessa nova forma de produção. Dessa maneira, haveria um deslocamento no modo de exploração dos corpos, de modo que sua função não estaria mais diretamente ligada aos processos produtivos, mas a uma nova forma de desempenho. Em suas palavras: “hoje, o corpo é liberado do processo imediato de produção e se torna um objeto de otimização estética ou técnico-sanitária. Logo, a intervenção *ortopédica* dá lugar à *estética*. O ‘corpo dócil’ proposto por Foucault já não tem lugar no processo de produção. A ortopedia disciplinar é substituída pelas cirurgias plásticas e academias. Todavia, a otimização corporal significa muito mais do que a mera prática da *estética*. Os termos *sexy* e *fitness* tornam-se recursos econômicos que devem ser multiplicados, comercializados e explorados” (HAN, 2018b, p. 40, grifo do autor).

Por outro lado, é necessário reconhecer que algumas das afirmações incisivas de Han, como a apresentada acima, sugerem a superação do regime disciplinar. Esse argumento também aparece em outras obras do autor (por exemplo, HAN, 2022c, p. 9). Todavia, é possível perceber que tais afirmações, quando consideradas isoladamente, parecem contraditórias, uma vez que, apesar de sua contundência, em outros momentos Han reconhece uma continuidade e complementariedade entre os modelos disciplinar-biopolítico e psicopolítico. Ou seja, há o que podemos chamar de uma sobreposição dos regimes de poder (por exemplo, HAN, 2017d, p. 15).

Ao considerarmos essa complementariedade e sobreposição dos regimes de poder, poderíamos concluir que a “política dos corpos” também se insere no regime produtivo psicopolítico. Isso significa que os corpos não estão apenas sujeitos a intervenções psicopolíticas de caráter “estético ou tecno-sanitário”, mas são concebidos como verdadeiras “máquinas de desempenho”, que devem ser otimizadas e aprimoradas por meio da aplicação de técnicas psicopolíticas destinadas, inclusive, ao aumento das forças vitais, de modo a capacitar os seres humanos a mais trabalho e mais produção.

estética, das forças vitais e enquanto mecanismo de subjetivação, compreenderemos que seus objetivos ultrapassam o aumento da produção e do trabalho.

Com isso, Han expande o domínio da psicopolítica como um sistema de poder que não se baseia apenas nas diferenças econômicas ou nos sistemas de dominação de classe. Essa tese enfraquece a ideia de que a manutenção da lógica do capital depende exclusivamente da intencionalidade dos agentes econômicos, pois, nesse contexto, mesmo aqueles que são economicamente mais favorecidos na sociedade neoliberal, de uma forma ou de outra, acabam sendo submetidos a outras formas de controle psicopolítico pela imposição da lógica do desempenho. É nesse sentido que a violência se torna “sistêmica”, como afirma Han, já que a dominação se estabelece de forma estrutural, por meio de práticas e exercícios difusos de poder. Sobre isso, pode-se destacar a seguinte passagem de *Topologia da violência*:

A sociedade de desempenho ocidental gera, por exemplo, uma coerção que submete não apenas mulheres e a classe desempregada, mas *todos* os membros da sociedade. Em contraposição à suposição de Žižek, não são apenas as mulheres que se submetem a operações estéticas hoje, mas também homens, para poderem se manter competitivos no mercado. A coerção para a otimização do corpo atinge a todos, indistintamente. Essa coerção não produz apenas zumbis do botox, do silicone e da estética, mas também zumbis dos músculos, dos anabolizantes e do *fitness*. A sociedade de desempenho, enquanto sociedade de doping, não estabelece diferença alguma entre classes e sexo. Tanto os *topdogs* quanto os *underdogs* são atingidos do mesmo modo pela ditadura do desempenho e da otimização. *Todos* os membros da sociedade acabam sendo atingidos pelo *burnout*; parece que nos transformamos em zumbis do desempenho e da saúde, sendo que as vítimas dessa violência sistêmica não são apenas os *homines sacri*, enquanto excluídos, mas inclusive o sujeito de desempenho *incluído* no sistema, enquanto soberano, empreendedor de si mesmo, que não está submisso a ninguém e que, nesse sentido, é livre e, ao mesmo tempo, *homo sacer* de si mesmo. A violência sistêmica não é uma violência da exclusão. Ao contrário, ela transforma todos em *incluídos*, sim; como presidiários do sistema, obrigando-os a se autoexplorarem (HAN, 2017e, p. 84, grifos do autor).

Em *Agonia do Eros*, Han também expande a ideia do desempenho para “amor e sexualidade” ao comentar o bestseller *Cinquenta Tons de Cinza*:

O princípio de desempenho, que hoje domina todos os âmbitos da vida, abarca também o amor e a sexualidade. Assim, também o protagonista do romance Bestseller *Shades of Grey* se admira de que seu parceiro se represente a relação como ‘uma oferta de emprego com jornada de trabalho definida, com uma determinação de funções claramente definida, e métodos de asseguramento e de qualidade de desempenho fartos e drásticos’. O princípio do desempenho não se coaduna com a negatividade do excesso e o exagero. Assim, dentre as ‘convenções’ a que se submete o sujeito da submissão, *sub*-estão: praticar muito esporte, alimentos saudáveis, dormir suficientemente. É proibido inclusive comer entre as refeições alguma outra coisa que não sejam frutas. O *sub* precisa inclusive deixar de lado o consumo exagerado de álcool e não pode fumar nem consumir drogas. A própria sexualidade precisa submeter-se a um mandamento da saúde. Fica proibida qualquer forma de negatividade. Fazem parte igualmente da lista das proibições o uso de excrementos. Elimina-se também a negatividade da sujeira simbólica ou real. Assim, o protagonista se compromete a ‘ser por todos os tempos limpinho, depilado e lisinho’. As práticas sadomasoquistas descritas no romance nada mais são que variantes na sexualidade. Elas estão totalmente privadas de qualquer negatividade de transgressão ou exagero,

que ainda caracteriza *Erotik der Transgression*, de Bataille. Assim, não podem ultrapassar os ‘limites estritos’ estabelecidos de antemão. Além do mais, as assim chamadas *safewords* devem assegurar que não tomem nenhuma forma excessiva. É justo o uso exagerado do adjetivo ‘delicado’ que aponta para a ditadura da positividade, que transforma tudo numa fórmula de fruição e de consumo. Assim, no *Shades of Grey* fala-se inclusive numa ‘tortura delicada’. Nesse mundo da positividade só são admitidas coisas que são consumidas. A própria dor precisa ser consumível. A negatividade, que em Hegel se manifestava como dor, não existe mais (HAN, 2017a, p. 15, grifos do autor).

Dessa forma, ao trabalhar o desempenho em relação à saúde, à estética e às relações de amor e sexualidade, Han permite uma análise mais ampla, abrangendo outros aspectos da vida para além do trabalho. Por consequência, a lógica do desempenho passa a ser um dos modelos mais predominantes das ações humanas sob o regime neoliberal, atingindo todos os indivíduos. Ou seja, todos se tornam sujeitos de desempenho, ainda que a partir de diferentes paradigmas. Assim, as diferenças econômicas entre os sujeitos influenciarão as formas de imposição do desempenho, mas não determinarão sua submissão ou não a ele.

Nesse sentido, o sujeito de desempenho é aquele que emula, internaliza e reproduz – e, com isso, promove – a lógica do capital. Sob uma perspectiva sistêmica, o desempenho atua como uma ferramenta de poder de baixa resistência e alta capacidade expansiva, além de consolidar a possibilidade de interpretá-lo como um dispositivo, na medida em que abrange tanto elementos e práticas heterogêneas quanto a estruturação em rede e a lógica estratégica das ações instrumentais de poder. Ademais, o desempenho sempre manterá uma relação intrínseca com a lógica do capital. Primeiro, porque a atividade humana, ao ser capturada pelo capital, passa a ser referenciada e ordenada conforme essa lógica. Isso é exatamente o que fazem diversos autores neoliberais ao analisarem as ações humanas sob uma lógica econômica. Em segundo lugar, o desempenho se revela como um instrumento direto de ampliação e intensificação da produção, obedecendo a estrutura da otimização produtiva. Em terceiro lugar, enquanto técnica de subjetivação e de exploração da liberdade, o desempenho contribui para a naturalização das relações de poder e da própria lógica do capital, não apenas reprimindo as resistências, mas eliminando a possibilidade de resistir, na medida em que as coações se tornam essencialmente internas.

Por fim, antes de analisar as modalidades de poder no contexto do dispositivo do desempenho, é necessário examinar o processo de internalização do desempenho, isto é, compreender como ocorre o processo topológico de internalização das coações.

8.2 O DESEMPENHO E A INTERNALIZAÇÃO DAS COAÇÕES

A absolutização da positividade é reconhecida por Han como o motor central da racionalidade neoliberal. Por isso, a positividade desempenha um papel fundamental no regime psicopolítico e em seus dispositivos de poder. Dessa forma, a subjetivação, as formas de vida, o assujeitamento e as relações de alteridade estarão sempre referenciadas ao que Han chama de excesso de positividade, ou seja, a uma tentativa de eliminar o jogo dialético entre positividade e negatividade por meio da imposição absoluta da positividade.

Diante disso, é necessário reconhecer de que forma as relações de poder baseadas na psicopolítica são capazes de assujeitar os indivíduos, gerando a internalização de coações que, por seguirem um modelo de positividade, acabam sendo confundidas com modos livres de existência. Em outras palavras, a internalização das coações desempenha um papel fundamental no sistema psicopolítico, pois estabelece uma equivalência entre liberdade e coação, criando a ilusão de autonomia enquanto consolida formas de controle.

Tendo isso em perspectiva, propomos, neste subcapítulo, uma análise mais detalhada do processo de internalização das coações psicopolíticas. Em nossa interpretação, uma das chaves de leitura possíveis para compreender a psicopolítica como um modo inédito de relação de poder – distinto das formas anteriores – está na identificação do processo de internalização das coações a partir dos paradigmas de negatividade e positividade. Para tanto, partiremos da diferenciação proposta por Han sobre os efeitos psíquicos do processo de internalização baseado nesses dois paradigmas.

Para Han, mesmo o excesso de positividade enquanto meio de agência do poder produz violência como forma de imposição e estabilização do domínio, mas trata-se de uma violência distinta daquela da sociedade pré-moderna, em que o poder se manifestava por meio de "uma violência mortífera, do sangue" (HAN, 2017e, p. 12).

Ainda que não utilize exatamente esses termos, Han reconhece que a violência psicopolítica é, de certo modo, herdeira de um processo que tem início na Idade Moderna, período em que a força bruta começa a perder legitimidade. Segundo o autor, a violência de sangue ainda está presente na sociedade, mas “em vez de uma encenação ostentatória, a violência se esconde envergonhada. É bem verdade que continua a ser exercida, mas é retirada da encenação pública” (HAN, 2017e, p. 13). Ou seja, essa forma de violência passa a atrair

menos atenção sobre si, pois lhe falta qualquer tipo de linguagem e simbologia. Inclusive, o autor cita alguns exemplos desse processo:

As execuções acontecem em espaços aos quais o público em geral não tem acesso; a violência do homicídio já não é colocada sob visibilidade. Como expressão dessa mudança topológica também podemos citar os campos de concentração, que já não são palco que encena a violência homicida, localizada principalmente nas periferias. [...] . Depois de sua deslegitimação, a violência homicida do soberano abandonou o espaço público como seu *lugar*. O campo de concentração é um *não lugar* (*Ab-ort*). Nisso ele se distingue do presídio, que continua sendo um *lugar* (HAN, 2017e, p. 13, grifo do autor).

Vale ressaltar que esse trecho se diferencia de outros escritos de Han, nos quais ele parece dar uma ênfase excessiva à positividade e, inclusive, sugerir o abandono das formas de poder soberano e disciplinar-biopolítico, que ainda utilizam, em maior ou menor medida, técnicas de poder mais violentas e explícitas se comparadas ao modelo psicopolítico. Portanto, essa passagem sugere muito mais uma sobreposição de regimes de poder do que um deslocamento absoluto entre eles, ainda que se considere que modelos de poder baseados na violência de sangue tenham sido transformados e que suas técnicas tenham se tornado mais sutis ou mais “envergonhadas”, para utilizar a expressão de Han.

Nesse sentido, segundo a argumentação haniana, a violência soberana deixa de ser o principal modelo de coação do poder, ocorrendo, a partir da modernidade, uma “mudança topológica” da violência: “o fim da sociedade pré-moderna da soberania como sociedade do sangue submeteu a violência a uma mudança topológica. Ela já não é uma parcela de comunicação política e social, mas retira-se para espaços subcomunicativos, subcutâneos, capilares, intrapsíquicos” (HAN, 2017e, p. 13). Trata-se, portanto, de uma “internalização psíquica” da violência. Isso significa que há uma semelhança entre os processos de internalização das coações na Modernidade – característicos do regime disciplinar-biopolítico – e a internalização das coações sob o regime psicopolítico, que se manifestam, por sua vez, como processos de autocoação. Nesse sentido, Han (2017e, p. 15, grifo do autor) afirma: “o sujeito de desempenho pós-moderno não está submetido a ninguém; propriamente, ele já não é sujeito, dentro do qual inabita ainda alguma subjugação (*subject to, sujet à*). Ele se positiva, ele se libera para um projeto”. Ou seja, isso expressa um processo de absolutização da internalização psíquica das coações, a ponto de transformar a coação externa em autocoerção, resultando em um tipo específico de violência no qual o sujeito de desempenho consome a si mesmo.

É digno de nota que essa argumentação aproxima os regimes disciplinar-biopolítico e psicopolítico, na medida em que ambos operam pela internalização das coações. Nesse sentido,

Han (2017e, p. 15) destaca: “a técnica disciplinar se serve da internalização psíquica da coerção. Com intervenções refinadas e discretas, ela penetra nos ductos neuronais e nas fibras musculares do indivíduo, submetendo-o à coerção e aos imperativos ortopédicos e neuropédicos”.

Portanto, ao seguirmos a leitura haniana sobre a evolução das técnicas de poder, constatamos que a internalização das relações de poder não é uma característica exclusiva da psicopolítica, mas a continuidade e o refinamento de uma técnica de poder que se desenvolveu na Modernidade, período de prevalência do regime disciplinar-biopolítico. Surge, então, a necessidade de demarcar a diferença entre os modos de internalização nos regimes disciplinar-biopolítico e psicopolítico, pois, em uma primeira abordagem, pode parecer que a psicopolítica não se distingue significativamente do regime disciplinar-biopolítico.

Afinal, sob a perspectiva disciplinar-biopolítica, é forçoso reconhecer que as regras sociais, os reforços morais e legais, por exemplo, não são técnicas que surgem com a psicopolítica, mas já operam como modos de internalização de coações com alto grau de racionalização. Por meio dessas técnicas, produzem-se determinadas ações e comportamentos no sujeito, que não os percebe como coações externas, mas internas. Portanto, é possível argumentar que, nesses casos, há também um jogo com a liberdade, no qual o sujeito, ao agir de acordo com uma lei moral, não se sente coagido, mas sim livre em sua escolha. O que, à primeira vista, parece estruturalmente semelhante à psicopolítica, pois, com a internalização da coação, esta deixa de ser percebida como tal, fazendo com que o sujeito assimile a norma e sinta-se livre em suas ações. Nesse sentido, pode-se afirmar que o sujeito disciplinado também é aquele que internalizou as regras, a disciplina e as coações.

Tendo isso em perspectiva, propomos que a forma de internalização psíquica das coações nos regimes disciplinar-biopolítico e psicopolítico se diferencia a partir das técnicas associadas à negatividade ou à positividade. Isso significa mais do que uma diferença entre procedimentos, pois a alteração paradigmática entre os polos da negatividade e da positividade impacta diretamente os efeitos e a eficácia das técnicas de poder.

Para demonstrar nossa interpretação, analisaremos o processo de internalização das coações segundo a perspectiva de Han, com base em sua leitura de algumas obras freudianas. Han parte da concepção estrutural do psiquismo em Freud e identifica que “o aparato psíquico freudiano é um sistema de negatividade” (HAN, 2017e, p. 29), o que permite considerá-lo um modelo representativo do sistema disciplinar-biopolítico, na medida em que expressa a internalização das coações que ganham a forma de Super-eu ou superego (*Über-Ich*).

O Super-eu possui um caráter de “resistência, negação e repressão”, logo, no modelo freudiano, o aparelho psíquico “se encontra permanentemente na tensão antagonista entre motões pulsionais e repressão” (HAN, 2017e, p. 29). Assim, o Super-eu se configura como uma instância reguladora, caracterizada por ordens e proibições rigorosas, cujo principal verbo modal é “dever”, impondo ao eu um estado de obediência. Por isso, é estabelecida uma relação precisa entre a estrutura psíquica freudiana e os mecanismos de controle da sociedade soberana ou da sociedade disciplinar:

O aparato psíquico freudiano é um aparato de domínio e de coerção repressivo, que opera com ordens e proibições, que subjuga e oprime. Ele é precisamente como a sociedade disciplinar perpassada de muros, barreiras, portais, células, delimitações e postos de vigia de fronteira. Assim, a psicanálise de Freud também só é possível numa tal sociedade repressiva, como é o caso da sociedade da soberania ou da sociedade disciplinar, que baseiam sua organização na negatividade das ordens e das proibições. (HAN, 2017e, p. 31).

Trata-se de uma correlação interessante, pois os textos freudianos utilizados por Han apontam para a internalização de coações e repressões, evidenciando a importância da repressão no processo de subjetivação e até mesmo na constituição das ações cotidianas. Nesse sentido, Freud (2011c, p. 176) trata o Super-eu como um substituto do complexo de Édipo e o associa ao imperativo categórico de Kant, inscrevendo-o em uma rede de influências que se estende dos pais aos “professores, autoridades, modelos escolhidos pelo indivíduo e heróis socialmente reconhecidos” (FREUD, 2011c, p. 176), de forma que “a derradeira figura desta série que principia com os pais é o obscuro poder do destino, que pouquíssimos de nós conseguem apreender de forma impessoal” (FREUD, 2011c, p. 176).

Por um lado, no processo de formação do indivíduo torna-se efetivamente impossível delimitar com exatidão cada influência na constituição da norma. No entanto, sob a perspectiva das relações de poder, percebe-se que a figura do Super-eu não é meramente acidental, pois é possível estabelecer uma conexão direta entre sua formação social e os objetivos e técnicas de poder. Nessa ótica, Han defende que o processo descrito por Freud carrega uma forte carga de negatividade, pois se estrutura em regras, ordens, limitações e repressões:

O Super-eu conservará o caráter do pai, e quanto mais forte foi o complexo de Édipo tanto mais rapidamente (sob influência de autoridade, ensino religioso, escola, leituras) ocorreu sua repressão, tanto mais severamente o Super-eu terá domínio sobre o Eu como consciência moral, talvez como inconsciente sentimento de culpa (FREUD, 2011c, p. 31).

O processo de internalização das coações apresenta traços sutis e profundos, pois atua diretamente nos processos inconscientes. Afinal, o Eu constitui apenas uma parte especial e modificada do Id (FREUD, 2011c, p. 36). Com base em Freud, podemos constatar que o Super-eu se configura como uma figura mediadora entre o Eu e o Id, isto é, entre o sujeito que age no

mundo real e seus impulsos libidinais oriundos do mundo psíquico. Em outras palavras, o Super-eu exerce a mediação entre o mundo exterior e o mundo interior:

O ideal do Eu é, portanto, herdeiro do complexo de Édipo e, desse modo, expressão dos mais poderosos impulsos e dos mais importantes destinos libidinais do Id. Estabelecendo-o, o Eu assenhorou-se do complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, submeteu-se ao Id. Enquanto o Eu é essencialmente representante do mundo exterior, da realidade, o Super-eu o confronta como advogado do mundo interior, do Id. Conflitos entre Eu e ideal refletirão em última instância — agora estamos preparados para isso — a oposição entre real e psíquico, mundo exterior e mundo interior (FREUD, 2011c, p. 33).

Por sua vez, Han (2017e, p. 29) afirma que Freud descreve o Id, o ego e o superego “como campos de guerra, formando um front de batalha unívoco. Ocasionalmente, também fazem tratados de paz, mas estes repousam em uma relação de forças muito instável”. Ou seja, no esquema freudiano, haveria uma “permanente tensão antagonista entre moções pulsionais e repressão” e o inconsciente “deve sua existência à repressão” (HAN, 2017e, p. 29). De fato, Freud (2011b, p. 63) descreve uma “extensa correlação entre repressão e inconsciente”, mas parece excessivo afirmar que o inconsciente deriva exclusivamente da repressão. Afinal, o próprio Freud parece conceber o inconsciente não apenas como resultado da repressão, mas como parte estrutural do psiquismo humano. Isso fica evidente quando Freud menciona uma “transmissão hereditária” ou “filogenética” de determinados conteúdos do Id, e a ideia de um “Id hereditário [que] alberga os resíduos de incontáveis existências de Eu” (FREUD, 2011c, p. 35).

No entanto, é inegável que, ao constituir o Super-eu, o Eu resgata conteúdos do Id, conforme Freud observa: “quando o Eu cria o Super-eu a partir do Id, talvez apenas faça aparecer de novo formas anteriores de Eu, lhes proporcionando uma ressurreição” (FREUD, 2011c, p. 35-36). Mesmo que não adotemos a ideia de uma transmissão “genética” do inconsciente, as conclusões de Freud nos levam a considerá-lo historicamente constituído, no sentido de que seu conteúdo deriva, pelo menos em parte, de um processo histórico-coletivo e não apenas individual.

Desse modo, o Super-eu, enquanto derivado do Id, também reflete essa dimensão histórica. Ao complementar Freud com uma leitura das relações de poder, podemos argumentar que o inconsciente não apenas se constitui como instância psíquica individual, mas também a partir das relações coletivas de poder. Isso significa que o poder, ao se internalizar profundamente no sujeito, encontra no Super-eu uma de suas expressões, embora suas raízes estejam profundamente enraizadas no inconsciente.

Seja como for, a relação entre inconsciente e repressão permanece central. Por isso, Han associa o sistema psíquico freudiano à negatividade, que produz “uma instância de domínio internalizada, que representa Deus, o soberano ou o pai. É o *outro* dentro do si-mesmo. Aqui, a violência é de negatividade apenas à medida que vai ao encontro do outro” (HAN, 2017e, p. 31). Se interpretarmos essa noção de “outro” de maneira mais ampla, veremos que ele nem sempre se manifesta como uma instância de domínio, ou seja, como um outro que reprime. Han descreve o sistema freudiano como um “campo de batalha” entre Eu, o Id e o Super-eu. Ou seja, mesmo no nível psíquico, o Eu não é uma entidade unificada, mas uma figura fragmentada e em constante relação com um outro – seja o Id, o Super-eu ou ambos.

Dito isso, o Eu existe sempre de forma decomposta e dual, pois a experiência subjetiva pressupõe uma relação constante com um outro, seja o Id, o Super-eu ou até mesmo a própria autoimagem do sujeito. Isso se verifica mesmo sem considerarmos a experiência do Eu em relação a outros seres existentes, que, por si só, colocam o Eu em contraste com alteridades externas. Essa também é a conclusão à qual chega Rimbaud (2010, p. 113, 116), expressa na célebre sentença “o Eu é um outro”.

Por isso, para Han (2017e, p. 31), “a cura das enfermidades psíquicas reside na completa apropriação do id pelo ego”. Ou seja, a “cura” do sujeito depende de sua adequação e apropriação de um outro (Id) pelo Eu/ego, o que implica gerenciá-lo de forma equilibrada, conciliando as pulsões e as exigências da realidade. Nesse sentido, a psicanálise funciona como “um instrumento que deve possibilitar ao Eu a conquista progressiva do Id” (FREUD, 2011c, p. 53). Porém, há uma explícita tensão nesse processo de apropriação, pois ele encontra resistência nos limites impostos pelo Super-eu.

Em razão disso, Han (2017e, p. 31) interpreta que “o aparato psíquico de Freud está tomado pela negação e repressão, como também pelo medo de ultrapassar os limites”, isto é, os limites fixados pelo Super-eu. Dessa forma, a possibilidade de atender às demandas da libido do Id está condicionada à adequação necessária entre a psique e o mundo, uma mediação que se dá por meio do Super-eu. Essa tensão se confirma na obra de Freud (2011c, p. 53): “vemos esse Eu como uma pobre criatura submetida a uma tripla servidão, que sofre com as ameaças de três perigos: do mundo exterior, da libido do Id e do rigor do Super-eu”. O Eu, portanto, é

concebido como uma “entidade fronteira”, “a sede da angústia [ou do medo]⁷⁶” (FREUD, 2011c, p. 53, inserção nossa), “ele tem medo do grande outro” (HAN, 2017e, p. 31).

Em vista disso, Han considera o aparato freudiano um modelo de poder estruturado em domínio, coerção, medo, dever e repressão, o que o torna compatível com a sociedade disciplinar. Trata-se de um sistema fundamentado na negatividade, uma vez que o trabalho do Eu exige a regulação das libidos do inconsciente de modo a ajustá-las ao mundo por meio da mediação ou conciliação do Super-eu. Portanto, nessa interpretação o Eu aparece como a instância responsável por internalizar as diferentes formas de domínio representadas na figura do Super-eu, o qual assume o papel de consciência moral. Assim, “o trabalho oferecido pelo ego freudiano consiste sobretudo no cumprimento do dever” (HAN, 2017e, p. 31), isto é, na obediência às imposições da consciência moral e ao *dever* moral⁷⁷.

Por isso, Han considera que o modelo freudiano já não seria adequado para explicar o sujeito de desempenho, pois seu processo de formação e sua psique não se orientam mais pelo cumprimento de deveres, mas sim pela realização de pulsões e prazeres. O modelo psicopolítico, por sua vez, altera essa dinâmica ao fazer coincidir liberdade e coação: o sujeito de desempenho “não segue nenhum trabalho voltado ao dever. O que conforma sua máxima não é obediência, lei e cumprimento do dever, mas liberdade, prazer, inclinação. De seu trabalho ele espera, sobretudo, sentir prazer”, o que representa uma “psique totalmente diferente” (HAN, 2017e, p. 32-33). Logo, a internalização das relações de poder não estaria mais estruturada pela repressão, ou seja, a conciliação entre os desejos e o mundo já não estaria mediada pelo Super-eu. Ao contrário, segundo Han, o sujeito de desempenho se guia pela liberdade e pelo prazer, sem uma instância mediadora da negatividade, função antes desempenhada pela figura do *grande outro*:

⁷⁶ Sobre essa afirmação a respeito do Eu, vale destacar a nota do tradutor brasileiro: “O leitor deve ter presente que em alemão há uma só palavra para 'medo' e 'angústia', de modo que *Angststätt*, o termo aqui usado por Freud, também poderia ser vertido por ‘sede (ou, mais poeticamente, ‘morada’) do medo’, e *Todesangst*, que aparece nos parágrafos seguintes, é traduzido tanto por ‘medo da morte’ como por ‘angústia da (ou diante da) morte’” (FREUD, 2011c, p. 53, nota do tradutor). Seguindo a leitura de Han, o uso do termo *Angststätt* parece remeter mais ao sentido de medo do que ao de angústia, porque expressa a ideia de um temor em relação ao “grande outro”. Isso ocorre porque o Eu é descrito como uma entidade vulnerável, constantemente ameaçada e, portanto, submetida ao medo diante dos “três perigos” identificados por Freud (o mundo exterior, a libido do Id e o rigor do Super-eu).

⁷⁷ É necessário, mais uma vez, destacar que, nesse caso, Han se apropria da teoria freudiana de maneira particular, enfatizando apenas o aspecto da negatividade desse modelo. Por outro lado, é possível identificar até mesmo um aspecto dialético no modelo em que a positividade e a negatividade coexistem no Super-eu: ao passo que a repressão representa a negatividade, ela também desempenha um papel fundamental na formação da identidade e da moralidade, possibilitando o equilíbrio entre os desejos inconscientes, a realidade material e as exigências do mundo exterior. Dessa forma, a repressão não é apenas limitadora, mas também exerce uma função estruturante e positiva.

[O sujeito de desempenho] ouve sobretudo a *si mesmo*; ele deve ser um autoempreendedor. Assim, se desonera da negatividade do *outro que ordena*. Mas essa liberdade do outro não tem apenas efeito emancipador e libertador, haja vista que a dialética da liberdade consiste em desenvolver novas coerções. A liberdade do outro se converte, assim, em autorrelação narcisista, responsável por inúmeras perturbações psíquicas⁷⁸, próprias do sujeito de desempenho (HAN, 2017e, p. 33, inserção nossa).

Assim, interpretamos que a transição da internalização das coações do paradigma da negatividade para o da positividade ocorre por meio da sublimação necessária da instância do outro. Essa sublimação se faz necessária porque o outro desempenha o papel de instância da negatividade, ou seja, atua como agente de repressão e limitação, o que contraria a lógica de acumulação de capital e de desempenho. O outro não se restringe a um terceiro, mas também inclui esse outro dentro do si-mesmo. É nesse sentido que, no paradigma freudiano, o Super-eu, ao mesmo tempo que exerce uma função opressora, também atua como mediador entre o Eu e o outro dentro de si. Inclusive, muitas vezes, “o Super-eu desempenha a mesma função protetora e salvadora que tinha antes o pai, depois a Providência ou o Destino” (FREUD, 2011c, p. 56).

⁷⁸ Um aspecto relevante na obra de Han é a recorrente ênfase nas doenças ou perturbações “neurais”, as quais seriam consequência das novas formas de violência impostas pelas técnicas de poder psicopolíticas. As doenças neurais citadas por Han são “depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe (TPL) ou a síndrome de burnout (SB)” (HAN, 2017d, p. 7). A essas, podemos ainda acrescentar outras, como a *Information Fatigue Syndrome* (IFS), patologia cuja causa é atribuída ao excesso de informações, ou mesmo o transtorno dismórfico corporal (TDC), caracterizado pela preocupação excessiva com a aparência. Enfim, trata-se de uma ampla variedade de doenças psíquicas que expressam a “paisagem patológica do começo do século XXI” (HAN, 2017d, p. 7) e que são associadas à violência do “excesso de positividade”, derivada das formas de exploração próprias da psicopolítica.

Han atribui o surgimento ou a multiplicação dessas novas patologias à autoexploração imposta pelo regime psicopolítico. Segundo argumenta, como as técnicas psicopolíticas eliminam instâncias externas de coação ao explorar a liberdade, os sujeitos passam a explorar a si mesmos até a exaustão, desenvolvendo assim doenças “neurais”. Esse processo ocorre tanto pelo esgotamento das forças vitais quanto pela incapacidade de suportar as exigências autoimpostas. Portanto, a sociedade “da positividade”, “do desempenho”, “da transparência”, “da informação”, “paliativa”, entre outras denominações presentes na obra de Han, caracteriza-se essencialmente como uma “sociedade do cansaço”. Uma das maiores expressões disso seria justamente o aumento das doenças neurais causadas ou intensificadas pelo “hiperdesempenho, hipercomunicação e hiperestimulação” (HAN, 2023b, p. 58). Ainda que seja um tema importante e recorrente na obra de Han, não nos aprofundaremos nele, uma vez que isso exigiria um desvio significativo do tema central desta tese e, possivelmente, até da metodologia adotada. Dentre os desafios a serem enfrentados destacamos a multiplicidade de patologias, o que exigiria uma análise rigorosa de cada uma delas. Por exemplo, se a síndrome de burnout pode ser mais diretamente associada ao esgotamento decorrente da atividade excessiva, a depressão, enquanto estrutura clínica, é até mesmo rejeitada por algumas correntes da psicanálise (MEDEIROS; MATOS, 2018).

No caso do TDAH, há considerável debate sobre suas causas. Enquanto alguns estudos associam essa condição a fatores genéticos, outros, de modo conjugado ou independente, atribuem sua origem a fatores ambientais variados. Entre eles, citam-se “agentes psicossociais” que afetam a saúde emocional da criança, como discórdia marital severa, classe social baixa e criminalidade dos pais, além de complicações durante a gestação ou o parto, danos cerebrais, e até mesmo o uso de álcool e tabaco na gravidez (ROHDE; HALPERN, 2004).

Além disso, a necessidade de distinguir e justificar as doenças neurais como sendo causadas especificamente pela sociedade do “cansaço”, em oposição a outros males psíquicos, permanece um ponto controverso. Inclusive, Han (2017e) faz uma diferenciação entre depressão, melancolia e luto, negando que estes dois últimos estados psíquicos possam ser diretamente associados ao regime psicopolítico. Assim, em resumo, há uma ampla gama de temas e argumentos que precisariam ser confrontados para uma análise aprofundada das “doenças neurais” na perspectiva haniana, mas que fogem ao escopo desta tese.

Por essa razão, a ausência do Super-eu gera, para Han, “uma crise de gratificação”, na medida em que o Eu, apesar de seu desempenho constante, torna-se incapaz de reconhecer em si mesmo o cumprimento do dever vinculado ao Super-eu, o que reforça a necessidade de mais desempenho. Segundo Han (2017e, p. 33-34), a relação com o outro é uma condição essencial para que o sujeito possa “recompensar-se ou se autorreconhecer”, aspecto fundamental para a experiência de conclusão e fechamento. Ou seja, o outro funciona como a instância de gratificação que encerra a ação, estabelece limites e valida o ato do sujeito. Assim, em “perturbação da estrutura da gratificação o sujeito de desempenho se vê obrigado a produzir e a desempenhar cada vez mais”, trabalhando em um “horizonte aberto” no qual “faltam as formas conclusivas que possuem um começo e um fim” (HAN, 2017e, p. 33-34). Isso é um elemento central do dispositivo do desempenho, pois mantém a produção sempre inconclusa, convertendo o sujeito em um projeto contínuo de desenvolvimento e otimização.

A falta de relação com o outro aponta para um problema recorrente na obra de Han: a supressão da alteridade⁷⁹. Han descreve a condição em que as vivências deixam de se relacionar com a alteridade e se tornam meros prolongamentos do ego no outro e no mundo como uma “perturbação narcísica” que cria uma “igualação” e faz desaparecer completamente a negatividade da alteridade (HAN, 2017e, p. 34). Han caracteriza o distúrbio narcísico como um “mergulho dentro de si” no qual não há instâncias mediadoras capazes de definir limites internos e permitir a fixação de imagens sobre si mesmo. Desse modo, Han associa o narcisismo à lógica aberta da necessidade de “crescimento pessoal”, mantendo o sujeito preso a ciclos de

⁷⁹ O dispositivo do desempenho participa, assim como os outros, de um processo que Han (2017d, p. 8) descreve como o “desaparecimento da alteridade e da estranheza”, no qual se destaca constantemente a absolutização da positividade e seus diversos efeitos – como igualação, transparência, circulação e inacabamento. Assim, o tema da alteridade pode ser encarado como uma das possibilidades e, talvez, até mesmo como condição fundamental de oposição ao regime neoliberal. Afinal, o desaparecimento da alteridade é interpretado como um processo que individualiza e conduz a um mergulho narcísico para dentro de si (HAN, 2017e, p. 34). Com isso, qualquer possibilidade de resistência exige necessariamente uma oposição à ótica individualista e individualizante da sociedade psicopolítica.

A importância desse tema encontra ressonância nos trabalhos de Pinto e Chevitarese (2021; 2024a; 2024b), que enfatizam a necessidade de uma “ética da alteridade” a partir da obra de Han, compreendendo-a como uma resposta ao regime psicopolítico. O tema também chamou a atenção de De Oliveira Bernabé e De Oliveira Marques (2022), que exploram a necessidade de uma “ética do cuidado” como reação à “perda da alteridade” na sociedade do cansaço, sob a perspectiva haniana. Machado (2021) analisa, inclusive, uma mudança na forma como Han concebe a alteridade em diferentes momentos de sua obra.

Dessa forma, a oposição ao regime psicopolítico tem no restabelecimento da alteridade uma de suas condições essenciais ou, talvez, seu principal motor. Se, rigorosamente, a alteridade pressupõe uma relação com um terceiro, é possível considerar também uma reconfiguração do “outro” que habita em nós, o que abriria espaço para novas formas de subjetivação e resistência.

repetição e inconclusão infinitos, o que pode gerar diversos males psíquicos: “o sentimento de ter alcançado uma meta jamais chega a se estabelecer. Não é que o sujeito narcisista não queira chegar à conclusão, ele não é capaz disso; ele se perde no aberto” (HAN, 2017e, p. 35).

É precisamente na relação com o outro que se estabelece a transição psíquica do paradigma da negatividade para o da positividade. No modelo negativo, a relação de tensionamento e satisfação ocorre sempre em referência a um outro, o que implica limitações, pois exige acordos efêmeros entre as partes. Esse modelo pressupõe o estabelecimento de regras e deveres, de modo que a satisfação ou insatisfação decorre do cumprimento ou descumprimento dessas normas. Tal relação se configura como um jogo concorrente, isto é, uma dinâmica simultânea de cooperação e competição, convergência e disputa entre o Eu e o outro.

Assim, o modelo da negatividade mantém o outro como referencial, percebido ao mesmo tempo como competidor e aliado. A partir dessa interpretação e com base no modelo freudiano, a “cura” psíquica significa não apenas a conquista do Id pelo Eu, mas, mais precisamente, o equilíbrio e a conciliação entre Id, Eu e Super-eu. Do ponto de vista político, a liberdade também pressupõe uma relação intrínseca com o outro, pois se define dentro do jogo das relações de poder. No modelo negativo, o tensionamento ocorre na relação com um outro que coage, constrange e estimula, isto é, que age sobre as ações possíveis dos sujeitos.

Já no modelo da positividade, não há um outro internalizado como instância própria da concorrência. O Eu narcísico da sociedade positiva torna-se autorreferente, pois “o que conforma sua máxima não é obediência, lei e cumprimento do dever, mas liberdade, prazer, inclinação. De seu trabalho ele espera, sobretudo, sentir prazer. Tampouco se trata de ouvir o apelo do outro” (HAN, 2017e, p. 33). Desse modo, trata-se de um processo distinto de internalização da coação, pois a coação torna-se autorreferente e, com isso, o sujeito se sente livre. Esse tipo de internalização não se estrutura na negação e na repressão, nem no conflito intersíquico dentro do sujeito, mas na promessa de uma estrutura aberta que garante a satisfação de suas pulsões. Nesse caso, o que parece mais importante não é a satisfação real das pulsões, prazeres e desejos, mas a manutenção da promessa de que eles nunca serão limitados e que dependem exclusivamente do sujeito para serem alcançados. Esse modelo de desempenho é o que sustenta a figura do “empresário de si”, colocando o sujeito não em confronto com o inconsciente ou com o Super-eu, mas consigo mesmo, diante da promessa de um Eu ideal a ser alcançado. Entre o Eu real e o Eu idealizado não há filtros ou limitações, apenas a exigência de desempenho contínuo para atingir esse ideal inatingível. Nesse sentido, Han complementa:

O problemático não é a concorrência individual em si, mas sua autorreferencialidade, que a intensifica em uma concorrência absoluta. O sujeito de desempenho concorre consigo e se vê submetido à coerção destrutiva de ter de superar-se. Aqui o desempenho não é colocado em relação ao outro. Já não se trata de suplantar e vencer outros; a luta se torna autorreferente. A tentativa de se suplantar, de querer vencer-se, finalmente se mostra fatal, pois é uma autoconcorrência, equiparando-se à proposição de *querer ultrapassar a própria sombra* (HAN, 2017e, p. 41, grifo do autor).

Com isso, “na transição da sociedade de disciplina para a sociedade de desempenho, o superego positiva-se para o ego ideal” (HAN, 2017e, p. 41). Para explicar essa transição do modelo de poder, Han (2011, p. 51; 2017e, p. 41) estabelece um jogo conceitual entre os termos Super-eu (*Über-Ich*) e ideal do Eu (*Ich-Ideal*): o Super-eu é identificado como mais próximo da sociedade disciplinar e o ideal do Eu como o representante da sociedade psicopolítica. Mais precisamente, no modelo da sociedade disciplinar, o Eu ainda está submetido ao outro da repressão e da negação, psiquicamente representado pelo Super-eu. Já sob o regime psicopolítico, o Eu não estaria mais reprimido, mas projetado na construção de um Eu ideal, voltado aos prazeres e insubmisso a qualquer instância, exceto à sua própria vontade e liberdade. Ou seja, o Eu ideal não possui a concretude do Super-eu e não se apresenta como um outro, mas como um Eu a ser construído, uma figura aberta e projetada. Dessa forma, o Eu se encontra só, pois sua referencialidade é apenas ele mesmo — e por isso é narcísico —, em busca de realizar-se em uma imagem intrinsecamente ausente.

Assim, apesar da promessa de liberdade o modelo psicopolítico se impõe como uma autocoação, tornando a violência autorreferente. De fato, nenhum dos modelos de poder (soberano, disciplinar-biopolítico ou psicopolítico) tratados é isento de violência, conforme exposto nos textos de Han. Pelo contrário, o que Han descreve na transição entre os modelos (da negatividade e da positividade) é a modificação da forma da violência. Desse modo, retomando os argumentos iniciais deste subcapítulo, concluímos que o modelo de violência soberano representa uma forma externalizada de poder negativo, pois controla os atos e ações de modo literal e simbólico, valendo-se da repressão e da opressão como formas básicas de imposição. O poder disciplinar-biopolítico já é menos evidente, pois as coações são internalizadas e se expressam a partir do sujeito, mas ainda seguem um modelo de negatividade, na medida em que se baseiam no antagonismo interno do sujeito

No modelo psicopolítico também há a internalização das coações, mas de forma afirmativa e, por isso, positiva: “a positivação da sociedade não elimina a violência. Esta não parte apenas da negatividade do antagonismo ou do conflito, mas também da positividade do consenso. A totalidade do capital, que ora parece absorver tudo, apresenta uma violência consensual” (HAN, 2017e, p. 41). Isso significa que ambos os processos são, ao final, violentos:

o primeiro, sujeito à coerção negativa do outro; o segundo, à coerção positiva do Eu. Como afirma Han (2017e, p. 42), “a negatividade do superego restringe a liberdade do ego, mas o projetar-se para o eu ideal, ao contrário, é visto como um ato de liberdade”. Entretanto, a coerção de si orientada pelo imperativo de desempenho torna o ideal do Eu inalcançável, pois este é, na realidade, ausente; o que existe é apenas o projeto. Portanto, são dois modelos distintos de internalização das coações nas relações de poder: o primeiro, orientado pelo *dever* e pela submissão; o segundo, pelo *poder* e pela projeção.

Desse modo, a partir da caracterização do desempenho e dos mecanismos de internalização das coações e da exploração da liberdade, cabe, por fim, classificar e descrever seus modos específicos a partir das categorias foucaultianas de análise do poder.

8.3 DISPOSITIVO DO DESEMPENHO A PARTIR DAS CATEGORIAS FOUCAULTIANAS

Em vista dos objetivos do dispositivo do desempenho, os sistemas de diferenciação estarão primordialmente alinhados à performance e ao atendimento dos diferentes objetivos traçados. Desse modo, performance e produtividade são macro-objetivos que produzem os principais sistemas de diferenciação para o desempenho. Inclusive, a diferença econômica adquire funções especialmente classificadoras, influenciando o tipo de performance ou o tipo de atividade na qual o sujeito se engaja como resultado das técnicas de poder.

Também no desempenho permanecem mantidas lógicas de inclusão e exclusão, relegando à margem do sistema aqueles considerados improdutivos ou ineficientes. Entretanto, ainda que isso seja verdade, a principal característica do desempenho é garantir a continuidade da atividade humana. Por isso, como um dispositivo psicopolítico, opera primordialmente buscando novas formas de inclusão ou novas formas de atividade que respondam à exigência de exploração da atividade humana em favor do capital.

Desse modo, sob o paradigma da positividade, a quantidade de atividade e o grau de engajamento do sujeito são modos importantes de hierarquização e classificação, com o objetivo de estimular especialmente o autodesempenho e a dedicação aos objetivos traçados. Assim, seguindo a argumentação de Han, as diferenças econômicas não definem propriamente a submissão ou não dos sujeitos, tendo em vista que o paradigma da positividade é orientado à inclusão e ao domínio. O poder, com isso, adquire características sistêmicas. Por outro lado,

obviamente, isso não significa que a diferença econômica não seja uma das formas definidoras do desempenho, pois, como expusemos, o desempenho também afeta o trabalho e se vale de outras técnicas de normalização e controle, por exemplo, por meio de controles e hierarquizações algorítmicas, conforme analisaremos a seguir.

Destacamos que a exploração da liberdade é um dos mecanismos mais relevantes do desempenho. Em vista disso, um dos principais sistemas de diferenciação é a classificação dos sujeitos pelo seu grau de engajamento ou de “esforço” pessoal em uma ou outra atividade. Esse modelo se expressa de diferentes formas e serve a diversos objetivos, como na otimização corporal (estética ou não), no grau de atividade e no respeito aos critérios e regras estabelecidas. Dessa forma, até mesmo a diferenciação entre “normal” e “anormal” ganha novos contornos no sentido de que a normalidade deixa de ser o objetivo final, sendo substituída por um ideal. Ou seja, na esteira do imperativo da positividade, o normal passa a ser um critério a ser superado.

Desta forma, os sistemas de diferenciação do dispositivo do desempenho têm como característica comum o estabelecimento de formas ideais e projetivas, situando os sujeitos no centro da responsabilidade pela otimização de si. São exemplos de sistemas de diferenciação a partir de seus critérios:

1) Diferenciação econômica e produtiva: a capacidade econômica permite a hierarquização daqueles capazes de pagar por mais técnicas de otimização (*wearables*, suplementos, cirurgias estéticas, tempo disponível). Em sentido correlato, a produtividade pode ser medida objetivamente pelo atingimento de metas, por exemplo, no trabalho e em testes educacionais padronizados.

2) Em outro sentido, a produtividade também adquire características comportamentais ao se equivar à performance, classificando os sujeitos a partir de seu comprometimento com o sistema de poder, por meio de categorias como motivado e desmotivado, feliz e triste, ativo e inativo, ativo e sedentário, saudável e não saudável, ou ainda, segundo o grau de atividade dos sujeitos (produtivo e improdutivo, ativo e inerte, proativo e indiferente).

3) Diferenciações corporais e estéticas: a partir delas criam-se padrões e, mais importante, ideais corporais, de beleza e de saúde, baseados na otimização, na superação de limites e na centralidade do sujeito nesses processos. Dessa forma, categorias como belo e feio, saudável e não saudável, capaz e incapaz incorporam pressupostos que se baseiam no

comprometimento do próprio sujeito, por exemplo, em dietas, exercícios, cirurgias plásticas e outras formas de intervenção.

4) Diferenciação tecnológica e de vigilância: classificação a partir do engajamento e do uso de tecnologias que permitem o monitoramento constante e o estabelecimento de métricas de controle, além da criação de sistemas baseados na aptidão ou competência em utilizar ferramentas tecnológicas. A assimetria entre usuário e controlador de tecnologia também sustenta relações de poder que têm o desempenho como objetivo.

Os tipos de objetivos identificam as finalidades da prática do poder. Ao descrever o dispositivo do desempenho destacamos ao menos dois de seus propósitos relacionados à formação subjetiva e à reprodução da lógica do capital. Tais objetivos estratégicos podem ser aprofundados e incluem:

1) Estabilização das relações de poder e naturalização das diferenças econômicas: ao explorar a liberdade, o desempenho favorece a estabilidade das relações de poder ao justificar as assimetrias, principalmente as econômicas, através da responsabilização individual. O discurso meritocrático é um dos principais exemplos dessa prática ao justificar assimetrias com base nas práticas e escolhas individuais.

2) Captura da vida e exploração das atividades humanas como capital e mercadoria: ao estabelecer o desempenho como um modo paradigmático de vida e de ação, as ações humanas passam a reproduzir a lógica do capital e servir à sua exploração. Desse modo, atividades como lazer, alimentação, exercícios e descanso tornam-se economicamente exploradas sob a perspectiva da máxima performance.

3) Internalização das coações: a autoexploração e a internalização das coações são traços fundamentais do dispositivo do desempenho, como já analisamos. Assim, a internalização e a autoresponsabilização são mecanismos centrais do dispositivo do desempenho para aumentar a produtividade e minimizar as capacidades de resistência.

4) Aumento das forças vitais: o aumento da produção exige o preparo de corpos capazes de suportar fisiologicamente o aumento da atividade. Assim, o desempenho também se refere ao aperfeiçoamento corporal, seja por meio de técnicas biomédicas, seja pela ação dos próprios sujeitos, como através de atividades físicas e dietas.

As *modalidades instrumentais* representam os meios empregados para o exercício do poder que, de modo mais direto, permitem o reconhecimento das técnicas utilizadas. Dentre elas, destacamos:

1) Eliminação de limites ao trabalho: Um dos principais motes do neoliberalismo é a eliminação de normas e regras que estabeleciam limites ao trabalho, seja da jornada de trabalho ou de normas trabalhistas que, de algum modo, representavam garantias ou direitos aos trabalhadores. Inclusive, a rigor, não se trata de uma desregulamentação do trabalho, mas de sua absolutização a partir da lógica do desempenho.

Para tanto, pode-se destacar estratégias como a eliminação das fronteiras temporais do trabalho, que ocorre principalmente por meio de diferentes dispositivos tecnológicos (celulares, relógios, pulseiras, computadores, etc.), que mantêm os sujeitos sempre conectados e acessíveis. Também se destaca a intensificação do trabalho por meio de plataformas digitais que, além de estimularem a ideia de liberdade e flexibilidade, permitem que o trabalho seja realizado a qualquer hora.

2) Autocontrole e automonitoramento algorítmico da vida por meio de plataformas e aplicativos: Os celulares e outros produtos *wearables* propiciaram a criação de diversos modos digitais de controle da vida, os quais expressam de modo exemplar a expansão dos mecanismos que permitem o automonitoramento e, com isso, a promessa de otimização de diversos aspectos da vida.

Mais especificamente, pode-se destacar:

2.1) As plataformas e aplicativos como RescueTime, Toggl e Clockify propõem o monitoramento do tempo de seus usuários, planejando e rastreando com quais atividades ocupam as horas do dia. Essas três plataformas citadas propõem expressamente o rastreamento do tempo com a finalidade de otimizar seu uso e aumentar a produtividade e a renda.

2.2) Monitoramento corporal: Han enfatiza o movimento Quantified Self, que promete o autoconhecimento baseado em dados biométricos, corporais e emocionais. Contudo, ao se analisar as diferentes formas de automonitoramento existentes, rapidamente se percebe que elas nem sempre estão necessariamente ligadas a um movimento ou a uma crença na possibilidade de conhecimento integral de si por meio dos dados.

Atualmente, existem diversas formas de monitoramento das funções vitais, e é inegável que muitos desses equipamentos servem ao tratamento de doenças. Por outro lado, o monitoramento corporal supera, e muito, as funções destinadas ao controle e tratamento de doenças. Isso se comprova pela grande quantidade de equipamentos com tecnologia *wearable* que objetivam monitorar diferentes funções corporais e, como ressalta Han, aumentar o desempenho.

A título exemplificativo, pode-se enumerar: 1) *Smartwatches* e pulseiras inteligentes: oferecem variadas funções de medição, como batimentos cardíacos, nível de oxigenação no sangue (SpO2), eletrocardiograma (ECG), monitoramento do sono, estresse e detecção de quedas; 2) *Wearables* destinados a mulheres: além de monitorar funções biológicas gerais, como os *smartwatches*, também rastreiam ciclos menstruais, fertilidade e ovulação (p. ex., Ava Bracelet e Tempdrop); 3) Sensores de ondas cerebrais de uso não clínico: sensores de eletroencefalograma (EEG) voltados à meditação e monitoramento da atenção e do sono (p. ex., Muse 2 / Muse S e NeuroSky MindWave). Também há sensores EEG destinados à neuromodulação autorregulatória (neurofeedback) e ao treinamento mental, que prometem melhorar a atenção, reduzir o estresse e medir a atividade cerebral (p. ex., Neurofeedback Myndlift Versus Headset e Mendi Neurofeedback); 4) Monitoramento do sono: sensores EEG específicos para análise do sono, com mecanismos de sugestões e feedback personalizado ao usuário (p. ex., Dreem 2 e Sleep Shepherd Blue); 5) Biotecnologias e fármacos como meios de otimização: As técnicas médico-hospitalares, as tecnologias da saúde e as políticas populacionais foram amplamente analisadas sob a perspectiva disciplinar-biopolítica por Foucault e outros autores. A gestão da saúde das populações e a manipulação biológica dos corpos são reconhecidas como uma das técnicas disciplinar-biopolíticas mais evidentes.

3) Biotecnologias e fármacos como meios de otimização: As técnicas médico-hospitalares, as tecnologias da saúde e as políticas populacionais foram amplamente analisadas sob a perspectiva disciplinar-biopolítica por Foucault e outros autores. A gestão da saúde das populações e a manipulação biológica dos corpos são reconhecidas como uma das técnicas disciplinar-biopolíticas mais evidentes.

Quando analisadas sob a perspectiva da psicopolítica e do desempenho, buscamos evidenciar determinadas técnicas que se diferenciam das técnicas biopolíticas, especialmente em relação a seus objetivos e funcionamento. Isso não é uma tarefa simples, pois não é incorreto pensar na continuidade da biopolítica, de modo que a estrutura ou modelo de poder permaneça essencialmente o mesmo, com a alteração apenas progressiva de tecnologias.

Não se pode ignorar a complementariedade e sobreposição das técnicas de poder que, em muitos casos, perseguem essencialmente o mesmo objetivo geral, como o aumento das forças vitais. Esse fato pode ser reconhecido em relação aos psicofármacos, situados

historicamente na passagem entre os regimes disciplinar-biopolítico e psicopolítico⁸⁰, pois, de certo modo, não se trata apenas de expurgar o que é anormal, mas de intensificar determinadas características.

Mais especificamente, os antidepressivos são paradigmáticos nesse sentido já que são substâncias por meio das quais se busca eliminar sintomas ligados à negatividade, como a dor, a indiferença, o pessimismo e o cansaço — portanto, sintomas neuronais decorrentes do regime psicopolítico. Ao mesmo tempo, operam a partir de instituições, regimes e discursos inaugurados com a psiquiatria, relativos ao “normal” e “anormal”, “saúdável” e “doente”, sendo uma tecnologia que também pode ser reconhecida como disciplinar e, conseqüentemente, normalizadora.

Logo, não há fronteiras claras entre técnicas de poder, especialmente quando se observa uma continuidade, uma herança e um aproveitamento mútuo entre tecnologias e técnicas de modelos distintos. Ainda assim, existem características ou objetivos que, se não são novos, são intensificados sob o regime psicopolítico.

Sob a perspectiva do desempenho, as biotecnologias e os fármacos passam a ter um papel muito mais acentuado no (auto)melhoramento do que propriamente na correção de desvios. Nesse sentido, autores como Mota, Melo e Oliveira (2021, p. 8) propõem uma

⁸⁰ De modo relativamente consensual, o surgimento da psicofarmacologia “moderna” é situado no final da década de 1940, quando se iniciou a utilização de fármacos com efeitos psicotrópicos e objetivos terapêuticos (GORENSTEIN; SCAVONE, 1999). Esse processo ocorreu de modo mais alinhado à ciência contemporânea, seguindo experimentos e critérios metodológicos-científicos, aliados ao desenvolvimento de técnicas bioquímicas, permitindo o aprofundamento de estudos comportamentais que relacionam diretamente determinados efeitos psíquicos aos fármacos utilizados (GORENSTEIN; SCAVONE, 1999).

Nos anos 1950, já haviam sido descobertos fármacos de diferentes naturezas com o objetivo de tratar “transtornos psiquiátricos”, como antipsicóticos (clorpromazina, haloperidol), antidepressivos tricíclicos (imipramina), antidepressivos IMAO (iproniazida), ansiolíticos (meprobamato e clordiazepóxido) e medicamentos antimania (lítio) (GORENSTEIN; SCAVONE, 1999).

Desse modo, é possível associar o papel desses primeiros fármacos ao sistema disciplinar, pois eles tinham essencialmente a função de adequação à norma, controlando determinadas ações neuroquímicas do cérebro e suprimindo características reconhecidas como anormais. Nesse sentido, destacam-se seus modos de ação (STAHL, 2014): 1) Os antipsicóticos, utilizados principalmente no tratamento da esquizofrenia, atuam especialmente no bloqueio da ação da dopamina no cérebro. Dentre os efeitos esperados destacam-se a redução ou eliminação de delírios, alucinações e agitação psicomotora; 2) Os antidepressivos são utilizados no tratamento dos sintomas da depressão; 3) Os ansiolíticos tratam a ansiedade, cujos sintomas incluem nervosismo, preocupação ou medos intenso; 4) Os medicamentos antimania estão especialmente relacionados ao tratamento do transtorno bipolar. Seu efeito esperado é tornar o paciente “estável” em seus polos de humor, apesar de haver diferentes definições para a “estabilização do humor”, que pode englobar, por exemplo, a “inclinação para a depressão” ou a “inclinação para a mania”.

Nessa medida, observa-se que essas substâncias têm em comum o objetivo de restabelecer o sujeito a uma condição de normalidade, corrigindo os desvios. Entretanto, no regime psicopolítico, os mesmos medicamentos continuam sendo amplamente utilizados para tratar males cujas causas também estão associadas ao imperativo do desempenho, como reconhece Han.

aproximação entre o conceito de farmacologização e o conceito de sociedade do desempenho de Han, para descrever um movimento de *self-enhancement* (autoaprimoramento). Outros autores, como Williams, Martin e Gabe (2011) usam de modo similar a expressão *self-improvement* (autoaperfeiçoamento) para descrever, na atualidade, o uso de técnicas biomédicas para fins “não médicos” entre “pessoas saudáveis”, com o intuito de aperfeiçoar determinadas características.

Expandindo esse conceito, Conrad (2007, p. 87-89) classifica três formas de aprimoramento (*enhancement*): 1) *normalização*: procedimentos biomédicos utilizados para alinhar os corpos aos padrões que o médico ou o paciente consideram “normais” ou ao que é socialmente esperado; 2) *reparação*: técnicas utilizadas para rejuvenescer os corpos ou restaurá-los a uma condição prévia; 3) *performance limite* (*performance edge*): quando se objetiva aumentar alguma característica, algum aspecto das forças vitais, inclusive alterando o corpo, com vistas fornecer uma vantagem competitiva, com enfoque no aumento da performance/desempenho. Sobre esse tema, Conrad (2007, p. 70-71, tradução nossa, grifo do autor) acrescenta:

Um gênero específico de *self-improvement* [autoaperfeiçoamento] na sociedade moderna é o ‘aprimoramento biomédico’. Isso inclui medicamentos, cirurgia e outras intervenções médicas destinadas a melhorar a mente, o corpo ou o desempenho de uma pessoa. A cirurgia estética, incluindo lipoaspiração, lifting facial, aumento dos seios e ‘plásticas no nariz’ (Sullivan, 2001), tornou-se um caminho biomédico comum para a melhoria corporal. Drogas que melhoram o desempenho, como esteróides, hormônios e medicamentos estimulantes, frequentemente usadas por atletas competitivos, causaram polêmica. Mais recentemente, Peter Kramer (1993) conceituou certos medicamentos como o Prozac como tendo as qualidades potenciais da ‘psicofarmacologia cosmética’, tornando os indivíduos ‘melhores ainda’⁸¹.

Portanto, é possível pensar as biotecnologias e o uso de fármacos de maneira muito ampla sob a perspectiva do desempenho, uma vez que se pode reconhecer técnicas multifacetadas de melhoramento. O que há de novidade no processo psicopolítico é a participação ativa dos sujeitos, não só como receptáculos da manipulação biomédica, mas como agentes e autores dela. Como ressalta Han, não se trata do desenvolvimento “só” dos corpos, mas também do fato de que “o homem como um todo se transforma numa máquina de desempenho, que pode funcionar livre de perturbações e maximizar seu desempenho” (HAN,

⁸¹Texto original: “One particular genre of self-improvement in modern society is ‘biomedical enhancements.’ These include drugs, surgery, and other medical interventions aimed at improving one’s mind, body, or performance. Cosmetic surgery, including lipo-suction, face lifts, breast augmentation, and “nose jobs” (Sullivan, 2001), has become a common biomedical road to bodily improvement. Performance-enhancing drugs such as steroids, hormones, and stimulant medications, often used by impetitive athletes, have caused controversy. More recently, Peter Kramer (1993) conceptualized certain drugs like Prozac as having the potential qualities of ‘cosmetic psychopharmacology,’ making individuals ‘better than well.’”.

2017d, p. 37). Paradoxalmente, essa espécie de “desenvolvimento integral” nada mais faz do que reduzir o ser humano à sua vitalidade, isto é, à sua “função vital”, tomada como “um desempenho vital” (HAN, 2017d, p. 37), o que, com outros objetivos, se assemelha muito à “vida nua” de Agamben.

Assim, as biotecnologias e os fármacos representam, na atualidade, importantes modalidades instrumentais da técnica de desempenho, pois garantem a emergência de novos corpos, capazes de maior desempenho e empenhados nessa tarefa.

4) Regramento de hábitos e cuidados com a saúde: Dietas, exercícios, rotinas de sono e descanso também passam a ser meios de intervenção corporal importantes do dispositivo do desempenho. O autocuidado e a preservação biológica do corpo tornam-se amplamente contaminados pela lógica do desempenho e explorados economicamente como mercadoria e como ideal.

Com isso, instrumentalizam-se os hábitos, elevando “a saúde a um fim em si mesma” (HAN, 2021c, p. 21). Assim, segundo Han (2021c, p. 21), “a sobrevivência é absolutizada, como se nos encontrássemos em um estado permanente de guerra. Todas as forças da vida são usadas para prolongar a vida”, perdendo-se “inteiramente” o sentido de “boa vida”.

Sobre as *formas de institucionalização*, os exemplos apresentados já ilustram algumas das maneiras pelas quais as atividades humanas são capturadas com vistas a aumentar o desempenho. Exemplificativamente, pode-se destacar:

1) *Big techs e a captura da atenção*: Como destacamos, o desempenho envolve também a captura da atividade humana, incluindo a realização de trabalho não remunerado, por exemplo, ao se utilizar diversas plataformas digitais. Nesse sentido, empresas de tecnologia como Google e Meta, também controladoras de múltiplas plataformas digitais, operam pela lógica da captura da atenção, promovendo a intensa atividade online dos sujeitos, enquanto dados são coletados e utilizados para retroalimentar o controle algorítmico, aumentando sua eficiência. Da mesma forma, o monitoramento de toda a atividade nas redes fornece às empresas controladoras amplas quantidades de dados, que também podem ser comercializados.

2) *Empresas proprietárias de plataformas de intermediação do trabalho*: Além da captura sutil da atividade humana pelo uso de plataformas e redes sociais, os novos modelos de trabalho e de prestação de serviços por meio de plataformas digitais representam um dos paradigmas mais evidentes das novas relações de trabalho na atualidade. Referimo-nos

especificamente à exploração do trabalho por meio de infraestruturas privadas e digitais que prometem liberdade e flexibilidade nas relações laborais.

3) *Plataformas de monitoramento e autorregulamentação da vida:* como expusemos, o aumento de desempenho está ligado ao engajamento ativo dos sujeitos nos processos de otimização das forças vitais e de regulação e hábitos e atividades. Com isso, uma das principais formas de institucionalização ocorre por meio da regulamentação algorítmica da vida por meio de aplicativos e plataformas digitais.

4) *Medicina, Biotecnologia e indústria farmacêutica:* As instituições médicas tradicionais, inclusive aquelas reguladas pelo Estado, passam por transformações para absorver novas tecnologias capazes de instrumentalizar o desempenho e a otimização corporal. Desse modo, desenvolvem-se fármacos, terapias (inclusive gênicas) e tratamentos estéticos ou clínicos voltados para o aumento do desempenho.

5) De modo correlato, outros cuidados com a saúde, como dietas, exercícios e terapias diversas integram-se às instituições médicas e à indústria de biotecnologia como meios de intensificar seus efeitos e colaborar com os objetivos de otimização das forças vitais..

6) *Instituições educacionais:* Escolas e universidades passam por transformações adotando sistemas de avaliação continuada e métricas de desempenho como funcionalidades essenciais para testar sua efetividade. Soma-se a isso uma série de instituições de educação formal e informal que se apresentam como promessas de aprimoramento e atualização constante. Essas práticas educacionais são instrumentalizadas, por exemplo, por meio de cursos “livres”, instruções de *coaches*, livros, vídeos e cursos de autoajuda.

Por fim, por se basear na exploração da liberdade e na internalização das coações, o dispositivo do desempenho atinge um sofisticado *grau de racionalização*. Isso ocorre porque, como já amplamente discutido, o desempenho envolve a participação ativa dos sujeitos, de modo que o controle e a coação se tornam autorreferenciados. Além disso, a coleta de dados e a automação de escolhas por meio da aplicação de parâmetros e dados processados algoritmicamente eliminam a aparência coercitiva das técnicas de poder, tornando os sujeitos agentes de sua própria exploração, o que viabiliza um tipo de controle menos visível e, por isso, mais eficiente.

A racionalização do dispositivo do desempenho também se concretiza por meio de outros dispositivos de poder, como o controle da informação, pois, através da coleta de dados e da quantificação máxima da vida, estabelecem-se parâmetros de eficiência e desempenho a serem seguidos pelos sujeitos. Inclusive, devido à grande quantidade de dados disponíveis e à

capacidade de reconhecimento de padrões, os sistemas algorítmicos tornam-se capazes de autocalibrar seus parâmetros para garantir, por um lado, as padronizações esperadas, por meio de técnicas que assumem características microfísicas. Assim, ao mesmo tempo que os sujeitos respondem a estímulos normalizadores, as ferramentas de estímulo ao desempenho reforçam o sentimento de liberdade e autenticidade.

Após apresentar o que entendemos ser três dispositivos de poder basilares para a psicopolítica, propomos, na conclusão, algumas análises críticas e perspectivas possíveis a partir do modelo de psicopolítica apresentado por Byung-Chul Han.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente tese, propusemos a análise do conceito de psicopolítica a partir da obra de Han. Para tanto, na primeira parte, apresentamos uma análise histórico-filosófica das relações de poder a partir de Foucault, Deleuze e Han. Nessa exposição, abordamos o modelo de poder apresentado por Foucault, inclusive a evolução de seus conceitos e posições a partir dos modelos disciplinar e biopolítico, além de suas análises sobre o neoliberalismo e a governamentalidade, que parecem já indicar sua percepção, senão de uma passagem paradigmática de um modelo de poder a outro, ao menos a emergência de novas formas e técnicas de poder.

Em seguida, reconhecemos o conceito deleuziano de sociedade de controle como um intermediário entre o regime disciplinar-biopolítico e a psicopolítica, já que o texto de Deleuze representa a percepção sobre a modificação paradigmática do regime de poder, ao passo que são reconhecidas novas técnicas e agências de poder menos rígidas e mais “modulares”. Por fim, apresentamos a análise de Han sobre o poder e a conceituação, em caráter geral, da psicopolítica, concluindo que ela representa uma nova forma de poder cujo objeto é a psique, e cuja principal forma de atuação é a exploração da liberdade.

Na segunda parte, identificamos três dispositivos de poder que consideramos paradigmáticos da psicopolítica: da transparência, da informação e do desempenho. Percorremos o mesmo caminho na análise de cada um deles, primeiro explicitando sua forma de ação, mantendo um debate com interlocutores citados pelo próprio Han e por outros pensadores e pensadoras que tratam de temas afetos à discussão proposta. Ao final de cada

subcapítulo, realizamos um trabalho de natureza mais empírica, ao identificar os dispositivos de poder com as categorias foucaultianas de análise do poder.

A partir desse percurso, entendemos que cumprimos o principal objetivo central deste trabalho, que é reconhecer a validade e a atualidade do conceito de psicopolítica como um modelo próprio de poder que emerge com a ascensão do capitalismo neoliberal. E, com isso, avançar em ao menos quatro constatações: 1) que a psicopolítica representa uma nova forma de poder e, como tal, também se estabelece como uma forma de subjetivação que permite concluir pelo estabelecimento de um “sujeito neoliberal”; 2) o conceito de psicopolítica permite o estudo de novas tecnologias, especialmente as digitais, como instrumentos de técnica de poder que atuam explorando a liberdade, o que significa reduzir elementos de coação, substituindo-os pela criação e captura dos desejos e vontades dos sujeitos; 3) que existe um avanço em relação ao modelo disciplinar-biopolítico ao mostrar ou intensificar o papel dos sujeitos na própria manutenção da relação de poder, como agentes, como partícipes ou mesmo como cúmplices da própria exploração, ainda que Foucault, dentre outros, já tivesse reconhecido tal fato; 4) com a psicopolítica, abre-se um horizonte de pesquisas de um poder que tem essencialmente a psique como objeto, pois, apesar de não ter sido descoberta pela psicopolítica, foi pouco ou menos explorada nos modelos biopolíticos. Com isso, os processos psíquicos – que incluem o inconsciente (individual e coletivo), a consciência, os processos pré ou semi-reflexivos, os desejos e afetos etc. – apresentam-se como elementos mais centrais no estudo do poder, precisamente porque tornam-se objetos dele. Em outras palavras, acentua-se o fato de que as relações de poder possuem uma dimensão psíquica que lhes é inerente.

Considerando essas conclusões ou constatações que obtivemos sobre a psicopolítica a partir da obra de Byung-Chul Han, propomos ainda duas breves discussões finais, não propriamente com o intuito de encerrar o tema, mas como abertura a pesquisas futuras ainda a serem exploradas. Apresentaremos esta discussão em dois subtópicos, com a finalidade de melhor organizá-la.

Ambos os temas estão relacionados, ainda que de formas distintas, ao núcleo da psicopolítica em sua relação intrínseca com a liberdade e sua exploração: primeiramente, trata-se de responder à seguinte questão: existe a compatibilidade da psicopolítica com o que Han chamou de negatividade? Isso porque, ainda que consideremos a sobreposição de regimes de poder, não teria Han exagerado no caráter positivo, amigável e inteligente do poder, de modo a deixar pouca margem à sua dimensão negativa e coativa?

O segundo tema também decorre do caráter positivo do poder e da ligação essencial entre poder e liberdade: que tipo de resistência é possível frente a um poder que sequer é percebido como tal? Esta questão suscita um problema oculto e inevitável, que podemos considerar uma questão filosófica mais ampla: se reconhecermos o caráter de subjetivação do poder, que faz com que o poder anteceda e suceda o sujeito, identificaremos na psicopolítica o estabelecimento de uma ambivalência entre a limitação de um campo possível de ação — afinal, exercer poder significa também agir não só sobre a ação, mas sobre o campo possível de ação — e, ao mesmo tempo, a colocação do sujeito como projeto, ou seja, sempre em direção à ação, sempre em direção a reestabelecer-se, remodelar-se, colocar-se como um projeto aberto a si, de tal forma que suas ações são virtualmente abertas. Esse é precisamente o sujeito de desempenho. Com isso, o estabelecimento de uma resistência — termo que não é utilizado por Han — ao regime neoliberal se coloca como uma questão filosófica relevante, com dificuldades e problemas que lhe são próprios, em vista do estabelecimento do modelo psicopolítico. Apresentaremos algumas breves reflexões, ao final desta conclusão, sobre a resistência mais como a ideia de uma possível pesquisa futura do que com o intuito de esgotar o tema.

9.1 PSICOPOLÍTICA E O PROBLEMA DA NEGATIVIDADE DO PODER

Como já apontamos ao longo deste trabalho, Han é, em muitas passagens, categórico ao afirmar a substituição do modelo disciplinar-biopolítico pelo modelo psicopolítico, ressaltando que este segundo modelo de poder é orientado para a positividade e, com isso, não está orientado à negatividade das coações, proibições etc. Realizamos uma interpretação considerando a sobreposição de regimes de poder, consentindo que a psicopolítica é orientada à positividade. Contudo, há, intrinsecamente, um problema na filosofia de Han que nos parece incontornável, relativo às formas negativas de poder mesmo sob o capitalismo neoliberal. Em outras palavras, o modo pelo qual a psicopolítica é construída reduz excessivamente o peso da negatividade do poder no neoliberalismo. Isso, se considerarmos não só os argumentos sobre a substituição entre regimes de poder, mas também o (quase⁸²) total silêncio de Han sobre as formas “negativas” de poder.

⁸² Identificamos na obra de Han uma referência direta à fome e à miséria como efeitos do sistema capitalista global: “Arendt teria de se despedir daquela ideia sublime do político a fim de reconhecer que escravidão, fome e miséria remontam, em primeiro lugar, a causas políticas e econômicas, que questões sociais são sempre de natureza política, que os seres humanos, que hoje são explorados ou morrem de fome, são vítimas da violência estrutural

Em um sentido, poderíamos encarar a problemática analisando o estilo de escrita de Han. Sobre isso, Bösel (2022, p. 559, tradução nossa) o descreveu como “um mestre do exagero e da polêmica, mas não necessariamente da diferenciação”⁸³. De modo relativamente similar, Chevitarese (2023, p. 31) reconhece em Han um “estilo de escrita retórica”, “que recorre a tons enfáticos e alarmantes, como forma de mobilizar a discussão de questões filosóficas contemporâneas”. É um fato que Han possui uma escrita bastante incisiva e, talvez, muitas vezes até mesmo hiperbólica ao apresentar seus argumentos. Desse modo, a reticência de Han poderia ser justificada por seu estilo de escrita, no sentido de que sua ênfase na psicopolítica seria um recurso para destacar o tema e singularizar sua produção filosófica. A mesma justificativa poderia ser dada à sua insistência em defender a superação das formas de poder disciplinar-biopolíticas.

Contudo, essa justificativa não nos parece satisfatória, pois, a partir dela, incorreríamos em um problema ainda maior, que é fiar nossa interpretação em um aspecto subjetivo do leitor, que especula sobre a intencionalidade do autor, de modo a quase se dissociar plenamente da objetividade do que, de fato, foi escrito. Por exemplo, qual seria a interpretação mais correta: a de que Han reconhece uma continuidade e uma sobreposição dos regimes de poder (como ele apenas sugere pontualmente), ou a de que ele defende que o paradigma disciplinar-biopolítico foi substituído, como por vezes afirma mais enfaticamente? Ou seja, estamos diante de uma escolha interpretativa entre aquilo que o autor pretende afirmar e uma leitura literal e direta de suas declarações. Nossa solução é o resultado desta tese, na qual apresentamos uma interpretação que buscou não perder a fidelidade ao seu texto filosófico, ao mesmo tempo em que revelou tensionamentos internos em sua filosofia, além de preencher lacunas e desenvolver problemáticas que, por diversas vezes, não são profundamente trabalhadas pelo autor.

Por outro lado, isso não resolve o problema das formas negativas de poder, nem mesmo o fato de Han ser insensível a elas. Inclusive, o acirramento da exploração humana na fase capitalista neoliberal, baseada no discurso da autossuficiência e da autorresponsabilização radical, pode ser motor da exclusão social e econômica, na medida em que há aqueles que

em um sistema dominado pelo capitalismo global. Assim escreve Jean Ziegler de maneira lapidar: ‘Uma criança que morre de fome é assassinada’. Fome e miséria retratam relações de dominação globais que desenvolvem uma violência assassina. A utopia do político de Arendt é cega diante das relações de poder e de dominação pelas quais o espaço econômico é atravessado. O espaço político como ‘palco’ do ‘alguém’ acaba se mostrando como um construto apolítico” (HAN, 2023b, p. 75-76).

Ainda assim, são afirmações e críticas genéricas — para não dizer que é um grande lugar-comum ser “contra” a fome. Afinal, quem é capaz de se declarar a favor da fome e da miséria?

⁸³ Texto original: “Han ist ein Meister der Zuspitzung und der Polemik, aber nicht unbedingt der Differenzierung”.

sucumbem à lógica do desempenho — por exemplo, adoecendo — ou que permanecem economicamente excluídos. Isso sequer é oposto ao discurso neoliberal, já que, por um lado, a positividade impele o indivíduo ao máximo desempenho e, por outro, justifica a exclusão social e econômica daquele que é considerado improdutivo ou economicamente irrelevante. Em resumo, é possível reconhecer na psicopolítica uma lógica da exclusão que se baseia essencialmente em aspectos econômicos. Entretanto, a realidade nos mostra que a exclusão e a marginalização social nem sempre são “apenas” econômicas, por exemplo, ao identificarmos correlações entre violência e marcadores sociais de diferença que extrapolam critérios econômicos. E como uma forma de poder atrelada essencialmente à positividade poderia explicar essas formas dispositivas do poder? Ou ainda: como explicar o uso da violência como uma técnica de poder, ainda muito presente socialmente, a partir do regime psicopolítico?

O fato é que a forma como a psicopolítica é descrita por Han deixa pouca, ou nenhuma, margem para explicar as formas negativas de poder, ligadas à coação e mesmo à violência. Por outro lado, o modelo disciplinar-biopolítico foucaultiano dá margem a ambas as facetas do poder, se considerarmos seus aspectos coativos e produtivos. Afinal, em um extremo, não é possível defender a superação de políticas de morte que podem ser amplamente deduzidas a partir da biopolítica de Foucault, como ele próprio fez com o conceito de tanatopolítica, e mesmo a partir de outros pensadores, como Agamben (2002), ao teorizar sobre o poder soberano, ou Mbembe (2018), de modo bastante incisivo e preciso, a partir do conceito de necropolítica. Tais formas políticas de poder que se utilizam da violência extrema não foram extintas com a ascensão do neoliberalismo. O exemplo mais radical e documentado de nosso tempo é o genocídio praticado pelo Estado de Israel, e seus apoiadores, desde 7 de outubro de 2023, contra os palestinos da Faixa de Gaza. Lá não há positividade.

Entretanto, sequer é necessário recorrer às políticas mais extremas de violência, como práticas genocidas ou coloniais, para reconhecer a incompatibilidade da psicopolítica com a negatividade do poder. Para citar um exemplo: em *Sociedade do cansaço*, Han, ao discutir o paradigma imunológico, afirma que os “imigrantes são vistos mais como um peso do que como uma ameaça” (HAN, 2017d, p. 9). Ora, ainda que admitamos como correta sua análise, o fato de os imigrantes serem considerados um “peso” econômico não induz a políticas menos violentas, nem mesmo exclui a existência de outros discursos — por exemplo, racializantes — que concorrem para a imposição de políticas antimigratórias. Basta reconhecer que a aceitação ou não de “estrangeiros” está essencialmente ligada a diferentes formas de racialização. No contexto europeu — portanto, onde Han vive —, a imigração intra-europeia, ou seja, entre

“povos europeus” que são multiétnicos, não é um problema, enquanto a maioria dos outros povos do mundo sofre diversas restrições para se estabelecer nesses países. Ou seja, nos parece que Han suaviza acriticamente as questões raciais, excluindo essa negatividade do poder ao identificar o discurso do “peso” econômico dos imigrantes. Além disso, ignora que os *sans-papiers*, em especial, estão sujeitos a muitas outras técnicas negativas e violentas de poder, como prisão, deportação, negação do direito à moradia, ausência de proteção jurídica etc.

Destaco ainda que, enquanto pesquisador brasileiro e ao analisar a nossa realidade, seria, no mínimo, cínico (no sentido vulgar do termo) defender uma absolutização plena da positividade do poder e, até mesmo, da psicopolítica. Inclusive, em nosso contexto, é possível identificar de modo bastante exemplar a sobreposição dos diferentes regimes de poder e de técnicas psicopolíticas amplamente presentes na consecução da exploração e da concentração de riqueza: no contexto brasileiro, observamos a presença do regime psicopolítico em vista da submissão e intensificação de pautas neoliberais, cujos discursos de “desregulamentação” e empreendedorismo foram cruciais, por exemplo, na aprovação das contrarreformas trabalhistas de 2017 (Lei nº 13.467/2017, BRASIL, 2017) e previdenciária de 2019 (Emenda Constitucional nº 103/2019, BRASIL, 2019), que, na prática, intensificam a necessidade de mais trabalho e desempenho, acirrando a exploração do trabalho, da terra e a concentração de riqueza⁸⁴. Isso sem considerar outras formas de desempenho relativas à atividade online, que possuem efeitos similares: por exemplo, o Brasil está entre os cinco países com maior população com acesso à internet em números absolutos (BRASIL, 2021, n.p.), além de ser o segundo país em maior tempo médio de uso diário da internet e o terceiro no uso de redes sociais (DIGITAL, 2024, n.p.). Ao mesmo tempo, e apesar disso, outros dados brasileiros expressam modalidades e técnicas de poder que estão distantes do regime psicopolítico ou de qualquer faceta de positividade do poder, manifestando-se em sistemas de diferenciação que induzem a políticas e práticas de poder extremamente violentas, ligadas a diferentes marcadores sócio-históricos, como os de raça e de gênero⁸⁵.

⁸⁴ Sucessivos relatórios de instituições distintas vêm apontado não só aumento da desigualdade social, mas também a aceleração desse processo (NAÇÕES UNIDAS, 2020; OXFAM, 2025).

⁸⁵ Estudos e dados são evidências empíricas de correlações entre violência e marcadores sociais de diferença, o que depõe a favor da existência de dispositivos de poder não relacionados ou, no mínimo, não exclusivamente relacionados a fatores econômicos. Nesse sentido, é possível citar alguns dados sobre vítimas de violência na realidade brasileira a partir dos recortes de raça e de gênero, conjugados ou não: 1) 73% dos homicídios contabilizados entre 2012 e 2022 foram contra pessoas negras, o que representa um número 2,7 vezes maior quando comparado ao de pessoas não negras (DW BRASIL, 2025, n.p.); 2) a taxa de homicídios de pessoas negras em 2023 foi de 28,9 por 100 mil habitantes, enquanto a de pessoas não negras foi de 10,6, também em 2023 (CERQUEIRA; BUENO, 2025, p. 74); 3) “no plano nacional, 68,9% dos homicídios de mulheres tiveram vítimas negras, enquanto essa população representa 55,7% do total de mulheres no país [...] De outro lado, apresentando

Em suma, apesar de os esforços neste trabalho se concentrarem na psicopolítica como um modelo de relação de poder, parece-nos necessário explicitar um dos limites que consideramos mais fundamentais desse conceito e da própria filosofia de Han⁸⁶, o qual não deve ser ignorado.

Apesar disso, concluímos que existem ganhos teóricos a partir da análise do funcionamento do poder pelo modelo psicopolítico. Um dos modos de não ignorar o aspecto coativo, violento ou “negativo” do poder foi a leitura que adotamos nesta tese, no sentido de reconhecer a sobreposição e até mesmo a integração — nem contraditória, nem anulativa — de diferentes regimes e técnicas de poder. Isso permitiria, inclusive, pensar sobre uma dimensão “psi” da biopolítica e uma dimensão “bio” da psicopolítica⁸⁷: expressão que resumiria, de certo modo, a análise que fizemos sobre a integração de regimes no aumento das forças vitais.

No campo de estudos da psicopolítica, poderíamos sugerir uma outra opção, que abriria uma linha alternativa de análise: recusar a ligação essencialista entre psicopolítica e positividade. Mas isso exigiria uma rearticulação do próprio conceito, na medida em que implicaria: 1) ou o abandono das categorias de positividade e negatividade; 2) ou a possibilidade de pensar uma psicopolítica da negatividade. Ambas as possibilidades apresentam suas dificuldades e soluções próprias: a primeira representaria um distanciamento mais acentuado das propostas de Han, mantendo, no entanto, o núcleo da exploração da psique como estratégia de poder — o que foi realizado, por exemplo, por Rau (2010) e Stiegler (2008c).

quase que um padrão inverso, está a representatividade do homicídio de mulheres não negras em relação a essa população. [...] No Brasil como um todo, mulheres não negras representam 44,3% da população feminina, mas apenas 31,1% das vítimas de homicídio” (CERQUEIRA; BUENO, 2025, p. 63); 4) “em 76,6% dos registros de violências doméstica, sexual e/ou outras violências contra mulheres, o agressor é do sexo masculino [...] [e] em 2023, cerca de 71,6% das notificações de violência contra mulheres ocorreram dentro de casa” (BRASIL, 2024, p. 104); 5) “mulheres representaram 91,5% do total de notificações de violência por parceiro íntimo” (BRASIL, 2020, p. 2).

⁸⁶ Philipson (2020, p. 169) apresenta uma crítica ainda mais incisiva à filosofia de Han, a quem acusa de realizar generalizações ou universalizações que partem das “regiões de países abastados” e que, ao reproduzir “esse ‘assombroso provincialismo’ universalizante”, “sugere que não haveria ‘sofrimento verdadeiro no mundo’”. E ainda acrescenta: “de certo modo, Han nunca deixa de ter em vista uma escritura filosófica que não tenha algo de *patriota alemão*, de *bom europeu*, de herdeiro da Europa, como diria Nietzsche, que não seja, no limite, um *exponente da filosofia alemã*. Sua abordagem de aspectos da filosofia oriental se dá desde essa perspectiva. Nesse sentido, reproduzindo sua *formação filosófica acadêmica alemã*, sem pô-la em questão quanto à sua própria técnica e aos modos de operação, se mostra um efeito do seu sistema de notação. É desde esse lugar que pode falar de uma nova era do poder positivo, em que relações de violência do poder já não seriam mais a regra. Fora preciso antes, além disso, também borrar as relações de subalternidade no interior da própria filosofia ‘oriental’ – ou, pior, ‘não-europeia’. Pois a gente pode apenas imaginar, por exemplo, como seria a abordagem de BCH de propostas como as de Viveiros de Castro (2015) de uma ‘metafísica selvagem’, ou de reflexões como as de Mbembe sobre a ‘necropolítica’” (PHILIPSON, 2020, p. 169, grifos do autor).

⁸⁷ Expressão que reproduzo a partir da arguição da profa. dra. Cassiana L. Stephan em meu exame de qualificação de tese.

Na segunda hipótese, pensar em uma psicopolítica da negatividade teria como consequência a descaracterização desse sistema como explorador da liberdade, o que a dissociaria de seus núcleos centrais, uma vez que a negatividade é associada a limitações, sanções e obrigações. Com isso, cria-se um outro problema possivelmente incontornável: se a psicopolítica é caracterizada pela exploração da liberdade e pela absolutização da positividade, a negatividade poderia ser pensada como contraponto à positividade psicopolítica — ou seja, como um instrumento de resistência à psicopolítica, capaz de criar tensionamentos, rupturas, pausas ou, como preferem Pinto e Chevitarese (2024b), como um elemento vetor da “inflexão” de uma “ética da alteridade”. Em outras palavras, a ligação essencial entre psicopolítica e positividade não permitiria, nesse sentido, a elaboração de uma psicopolítica da negatividade, uma vez que a própria negatividade seria uma das formas de resistência à psicopolítica.

9.2 PSICOPOLÍTICA E A RESISTÊNCIA AO REGIME NEOLIBERAL

A primeira pergunta que se deve responder ao se falar em resistência é o que ela própria poderia significar. Seguimos as leituras que compreendem as relações de poder como expressões efetivas de uma ação sobre ações, o que implica o estabelecimento de diferentes práticas condicionantes das ações dos sujeitos — inclusive, como formadoras de uma subjetividade que necessariamente implica em uma ambivalência entre ação livre e ação condicionada. Isso resulta em uma verdadeira impossibilidade de se separar, em campos distintos e ascéticos, as ações livres das ações condicionadas. Butler (2017, p. 26) resume bem esse impasse:

O fato de a ação estar implicada na subordinação não é sinal de que existe uma contradição interna fatal no núcleo do sujeito e, por conseguinte, uma prova adicional de seu caráter pernicioso ou obsoleto. Mas tampouco retoma aquela ideia antiga de sujeito, derivada de alguma formulação liberal-humanista clássica, em que sua ação é sempre e exclusivamente oposta ao poder. A primeira perspectiva caracteriza formas politicamente hipócritas de fatalismo; a segunda, formas ingênuas de otimismo político. Espero ficar longe das duas alternativas.

Portanto, se as relações de poder e dominação preexistem em relação ao sujeito e, se são formativas, a ideia de resistência e liberdade manterá um tensionamento constante e intrínseco às próprias relações de poder. Contudo, isso não significa afirmar nem o caráter absoluto e inescapável das relações de poder, nem que a liberdade represente um completo “para além” dessas relações.

Esse problema também foi abordado por Foucault. Ao falar sobre processos de libertação, ele expressa sua desconfiança com o tema da libertação geral e aponta o risco de se remeter “à ideia de que existe uma natureza ou uma essência humana que, após um certo número de processos históricos, econômicos e sociais, foi mascarada, alienada ou aprisionada em mecanismos, e por mecanismos de repressão” (FOUCAULT, 2004, p. 265). Com isso, a libertação significaria simplesmente “romper esses ferrolhos repressivos para que o homem se reconcilie consigo mesmo, reencontre sua natureza ou retome contato com sua origem e restaure uma relação plena e positiva consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 265). Por esse e outros motivos, vale recordar que Foucault (1995) fala de uma relação agonística entre as relações de poder e a insubmissão da liberdade.

Entretanto, essa problemática não chega a ser diretamente encarada por Han. Han (2018b, p. 9) chega a tratar da liberdade (ou do sentimento de liberdade) como um episódio que “se instaura na passagem de uma forma de vida a outra”, de modo que “uma nova forma de submissão sucede à libertação”, e seria “esse o destino do sujeito, que literalmente significa ‘estar submetido’”. Ou seja, nesse caso, a libertação e a submissão seriam estados plenamente distintos e opostos? O problema da liberdade e da resistência em Han se aprofunda ainda mais pelo fato de ele inflacionar a proximidade entre liberdade e poder. Em outras palavras: que liberdade é possível, se ela é (quase) equivalente ao poder? Nesse sentido, concordamos com a tese já bastante difundida de que o estabelecimento de uma resistência ao regime neoliberal não implica, de fato, no pleno estabelecimento de estados de libertação ou de submissão, mas sim no constante tensionamento entre poder e liberdade.

Há também um outro risco ao se pensar a resistência ao regime neoliberal: o de valorizar aspectos do passado em detrimento do presente e da possibilidade de um futuro distinto. Em outras palavras, considerar que a resistência implica adotar uma postura nostálgica ou até saudosista em relação a uma imagem idealizada das formas de vida do passado. Colocamos especificamente esse problema porque Han, por vezes, adota um tom nostálgico — ou até saudosista — ao apresentar comparações e discursos de tonalidades elogiosas sobre um tempo que passou, ao tratar de formas de vida, hábitos, sentimentos etc. que teriam sido perdidos na sociedade “atual”⁸⁸.

⁸⁸ Não ignoramos que, especialmente nas obras mais recentes, Han tem adotado discursos que apontam para saídas ou possíveis formas de oposição ao regime neoliberal, inclusive com abertura ao que seriam novas formas de vida, novas relações, novas maneiras de existir etc., que não são nostálgicas nem fazem referência ao passado, mas à necessidade de se estabelecer um futuro a partir da própria mobilização e ação dos indivíduos.

Esse problema deve ganhar especial atenção ao se pensar a resistência, uma vez que identificamos as tecnologias digitais — embora não apenas elas — como ferramentas próprias da psicopolítica, como já definimos. Ou seja, a resistência à psicopolítica deve levar em consideração as técnicas de poder baseadas na tecnologia digital, sem que isso signifique um mero retorno à “vida analógica”, à semelhança de um ludismo do século XXI. Primeiro, porque a tecnologia digital não serve apenas como técnica de poder, mas também é essencial, por exemplo, aos processos produtivos de bens necessários à vida. Em segundo lugar, porque a resistência à evolução tecnológica é inócua e incapaz de impedi-la. Por fim, porque a tecnologia digital, como partícipe dos processos de assujeitamento, integra a vida humana, de modo que um processo de resistência exigiria mais uma rearticulação do uso da tecnologia digital do que uma mera oposição a ela. Inclusive, permanece aberta a possibilidade de que a tecnologia digital também possa servir como instrumento de resistência à lógica neoliberal — por exemplo, como ferramenta de reunião e consolidação de grupos, apresentação e difusão de ideias e discursos contra-hegemônicos, criação de redes sociais descentralizadas, uso de plataformas e softwares de criptografia e privacidade de dados que impeçam a captura e o registro de informações, dentre outras formas.

Nesse exercício provisório e reflexivo, já se vislumbra a dificuldade de se pensar a resistência em um período em que as vias de ação parecem estar bloqueadas, ou em que os movimentos de resistência que, em maior ou menor medida, existem e se colocam, permanecem atônitos diante da força do regime neoliberal. O fato é que a consolidação do neoliberalismo

Ainda assim, é possível encontrar na obra de Han tons nostálgicos. Podemos citar ao menos dois exemplos: 1) Em *A crise da narração*, Han (2023a) aborda a crise da verdade factual e narrativa. A conclusão poderia ser que, de fato, o mundo povoado por verdades narrativas chegou ao fim? E mais: Han não problematiza o fato de que as narrativas — que também poderíamos chamar de discursos — são, elas próprias, técnicas passíveis de instrumentalização nas relações de poder. Ou seja, ainda que a verdade narrativa possa dar coesão social, ela o fará segundo determinadas lógicas que não necessariamente estarão assentadas em modelos de liberdade.

2) Na obra *O desaparecimento dos rituais*, no capítulo “Do duelo à guerra de drones”, também nos parece problemática a comparação entre as guerras e duelos pré-modernos e as guerras modernas. Han (2020a, p. 63) idealiza excessivamente os combates e batalhas do passado e afirma que “a guerra, como um duelo ritual, restringe a violência, impondo-lhe um traje formal feito de regras estritas do jogo. A violência dá lugar à paixão pelo jogo”. Por outro lado, “as guerras modernas são completamente desprovidas de caráter lúdico. Aqui também pode ser aplicada a fórmula básica de que a pressão para produzir destrói o jogo. As guerras modernas são uma batalha de produção” (HAN, 2020a, p. 65, grifos do autor). Contudo, essas colocações de Han ignoram completamente o caráter das guerras e a ampla história de massacres e assassinatos em massa, mesmo nas guerras do “passado”, inclusive no período medieval (exemplo utilizado por Han).

É verdade que podemos, mais uma vez, interpretar as generalizações e afirmações incisivas de Han como um recurso retórico para chamar atenção a determinados temas. Contudo, ainda assim, nesses casos, não se pode ignorar que esses recursos retóricos colocam em comparação dois tempos: um passado (com determinadas características) e um presente (necessariamente pior que o passado), em que se perderam elementos considerados importantes e positivos.

demonstrou que uma transformação social genuína é impossível como um movimento interno e contencioso ao capitalismo, pois isso seria contrário à própria lógica do capital, que exige sua perpétua acumulação e reprodução.

Em meio à violenta *Pax* neoliberal, parece-nos que a atividade filosófica se coloca como fundamental para a crítica enquanto tal, e que pensar a resistência implica, necessariamente, pensar a abertura ao “ainda-nunca-sido” (HAN, 2024, p. 58). O que denominamos crítica poderia, de certo modo, remeter ao que Han (2023b) escreve sobre a necessidade de uma *vita contemplativa*, que representaria uma espécie de ruptura da ação, da produção e do desempenho, através de uma “dialética da inatividade” que torna possível transformar a atividade “em um limiar, em uma zona de indeterminação que nos torna capazes de produzir algo *que ainda não existia*” (HAN, 2023b, p. 22, grifos do autor). Pois, “se hoje nenhuma revolução parece mais ser possível, talvez isso seja porque não temos tempo para pensar. Sem tempo, sem uma inalação profunda, segue-se repetindo o igual” (HAN, 2023b, p. 22).

REFERÊNCIAS

LIVROS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

ALLEN, Amy (ed.); MENDIETA, Eduardo (ed.). *The Cambridge Habermas Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

BECKER, Gary Stanley. *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1993.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. Org. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Nova Iorque: Zone Books: 2015.

- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CASTRO, Edgar. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CONRAD, Peter. *The medicalization of society : on the transformation of human conditions into treatable disorders*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2007.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *La nouvelle raison du Monde : essai sur la société néolibérale*. Paris : La Découverte, 2020.
- DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris : Éditions Gallimard, 1992.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1995*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Claudia Sant' Anna Martins; revisão da tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013a.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- DELEUZE, Gilles. *Pourparlers, 1972-1990*. Paris : Les Éditions De Minuit, 2013b.
- DERRIDA, Jacques. *Voyous*. Paris : Éditions Galliée, 2003.
- DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade*. Tradução: Antonio Romane. São Paulo: Editora Escuta, 2003.
- DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por An- 97 tonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia, Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- DUARTE, André. *Vidas em risco: uma crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DURAND, Cédric. *Techno-féodalisme : Critique de l'économie numérique*. Paris, Éditions La Découverte, 2020.
- ESPINOSA, Luciana. Melancolías. In: ESPINOSA, Luciana et al. (Org.). *¿Por qué (no) leer a Byung-Chul Han?*. 1. ed. Buenos Aires: Ubu Ediciones, 2018. p. 101–120.
- ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Tradução: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A Coragem da Verdade: o Governo de Si e dos Outros - Curso no Collège de France, 1983-1984*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. tradução Roberto Cabral de Meio Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Col. Ditos e Escritos, Vol. VII. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2011b.

- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências*. Tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits* 1976-1979 v. III, Paris: Gallimard, 1994a.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits* 1980-1988 v. IV, Paris: Gallimard, 1994b.
- FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. Organização de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011c.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão revisada por Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o Poder*. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por An- 97 tonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia, Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão revisada por Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas vol 16*. Tradução de Paulo César de Souza, vol. 16, pp. 9-64. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas vol. 13*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas vol. 15*. Tradução de Paulo César de Souza, vol. 15, pp. 8-70. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Maria Goes. Lisboa: Gradiva, 1992.
- GRECO, María Beatriz. Subjetividades. In: ESPINOSA, Luciana et al. (Org.). *¿Por qué (no) leer a Byung-Chul Han?*. 1. ed. Buenos Aires: Ubu Ediciones, 2018. p. 79–100.
- GREENBLATT, Milton. *Psychopolitics*. Nova Iorque: Grune & Stratton, 1978.
- HAN, Byung-Chul. *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Tradução de Lucas Machado – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022a.
- Han, Byung-Chul. *A crise da narração*. Tradução de Daniel Guilhermino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023a.

- HAN, Byung-Chul. *A Salvação do Belo*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2016a.
- HAN, Byung-Chul. *Agonia do Eros*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017a.
- HAN, Byung-Chul. *Bom entretenimento: uma desconstrução da história da paixão ocidental*. Tradução de Lucas Machado. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019a.
- HAN, Byung-Chul. *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. Tradução Gabriel Salvi Philipson. – 1. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2021a.
- HAN, Byung-Chul. *Do desaparecimento dos rituais*. Tradução de Alberto Ciria. Barcelona: Helder Editorial, 2020a.
- HAN, Byung-Chul. *Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo*. Tradução de Lucas Machado. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2021b.
- HAN, Byung-Chul. *Filosofia do zen-budismo*. Tradução de Lucas Machado – Petrópolis, RJ : Vozes, 2019b.
- HAN, Byung-Chul. *Hegel e o poder: um ensaio sobre a amabilidade*. tradução de Gabriel S. Philipson. – Petrópolis: Vozes, 2022b.
- HAN, Byung-Chul. *Hiperculturalidade: cultura e globalização*. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2019c.
- HAN, Byung-Chul. *Infocracia : digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2022c.
- HAN, Byung-Chul. *Morte e alteridade*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ : Vozes, 2020b.
- HAN, Byung-Chul. *Não-coisas : reviravoltas do mundo da vida*. Tradução de Rafael Rodrigues Garcia. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2022d.
- HAN, Byung-Chul. *No enxame: reflexões sobre o digital*. Tradução de Lucas Machado. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2018a.
- HAN, Byung-Chul. *O Aroma do Tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2016b.
- HAN, Byung-Chul. *O espírito da esperança: contra a sociedade do medo*. Tradução de Milton Camargo Mota. Petrópolis: Vozes, 2024.
- HAN, Byung-Chul. *O que é o poder?*. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Rio de Janeiro: Vozes, 2019d.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – Neoliberalismo e novas técnicas de poder: um ensaio filosófico sobre a arte da demora*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2015.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2018b.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017c.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017d.

- HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Tradução Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021c.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017e.
- HAN, Byung-Chul. *Topologie der Gewalt*. Berlim: Matthes & Seitz, 2011.
- HAN, Byung-Chul. *Vita contemplativa ou sobre a inatividade*. Tradução de Lucas Machado. Revisão de Daniel Guilhermino. Petrópolis: Vozes, 2023b.
- HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus. Uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, M. La société mondiale de contrôle. In: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze, une vie philosophique*. Paris: Synthélabo, 1998. p.359-376.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado, SJ. 2. ed., ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2003.
- HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Edição em alemão e português. Tradução e organização Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2009.
- KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KEYES, R. *The post truth era: dishonesty and deception in contemporary life*. Londres: Macmillan, 2004.
- KNEPPER, Seteven; STONEMAN, Ethan, WYLLIE, Robert. *Byung-Chul Han: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity Press, 2024.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ, 2002.
- KOVÁCS, Zsolt László. *Redes neurais artificiais*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006.
- KUFFER, Paula. ¿Por qué traducir (a Byung-Chul Han)? In: ESPINOSA, Luciana et al. (Org.). *¿Por qué (no) leer a Byung-Chul Han?*. 1. ed. Buenos Aires: Ubu Ediciones, 2018. p. 139–142.
- LAVAL, Cristian. *L'homme économique Essai sur les racines du néolibéralisme*. Paris: Éditions Gallimard, 2017.
- LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. Tradução de Mariana Sérvulo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LEMKE, Thomas. *Biopolitics: An Advanced Introduction*. Traduzido para a língua inglesa por: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011.

- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, 2 [recurso eletrônico]. Tradução Nélío Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2013.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MAGRANI, E. *A Internet das Coisas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia* Tradução Mario Duayer, Nélío Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Tradução e notas de Nélío Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. Edição de Friedrich Engels. tradução Rubens Enderle. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAVRAKIS, Nicolás. *Byung-Chul Han y lo político*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2022.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MCINTYRE, Lee C. *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.
- MENGER, Carl. *Principles of Economics*. Tradução para a língua inglesa de James Dingwall e Bert F. Hoselitz. Auburn : Ludwig von Mises Institute, 2007.
- MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. Tradução de Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Traduzido por Claudio Marcondes. - São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. *A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia*. Traduzido por Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Tradução de Rafael Abraham. 1. ed. Santo André, SP : Editora Rua do Sabão, 2020.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital. Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PENCHASZADEH, Ana Paula. Hospitalidades. In: ESPINOSA, Luciana et al. (Org.). *¿Por qué (no) leer a Byung-Chul Han?*. 1. ed. Buenos Aires: Ubu Ediciones, 2018. p. 121–138.
- PRECIADO, Paul. *Testo junkie*. Tradução de Maria Paula Guegel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RAU, Alexandra. *Psychopolitik*. Frankfurt do Meno: Campus Verlag GmbH, 2010.
- RAUBER, Thomas Walter. *Redes Neurais Artificiais*. Departamento de Informática. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES. Brasil. 2008.
- RHEINGOLD, Howard. *Smart Mobs: The Next Social Revolution*. Nova York : 2002.

- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo, Editora Nova Cultura, 1996.
- RIMBAUD. *Œuvres complètes*. Paris: Éditions Flammarion, 2010.
- RUIZ DEL FERRIER, María Cristina. Poderes. In: ESPINOSA, Luciana et al. (Org.). *¿Por qué (no) leer a Byung-Chul Han?*. 1. ed. Buenos Aires: Ubu Ediciones, 2018. p. 29–60.
- SANTAELLA, Lucia. *A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.
- SCHMITT, Carl. Teologia política. Tradução de Elisete Antonluk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- SEDWICK, Peter. *PsychoPolitics*. Londres: Pluto Press, 2022.
- SFERCO, Senda. Temporalidades. In: ESPINOSA, Luciana et al. (Org.). *¿Por qué (no) leer a Byung-Chul Han?*. 1. ed. Buenos Aires: Ubu Ediciones, 2018. p. 61–78.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Tradução Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2017.
- STAHL, Stephen M. *Psicofarmacologia: bases neurocientíficas e aplicações práticas*. Tradução de Patricia Lydie Voeux; revisão técnica Irismar Reis de Oliveira. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- STIEGLER, Bernard. *For a new critique of political economy*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- STIGLER, Bernard. *Prendre soin - De la jeunesse et des générations*. Paris: Flammarion, 2008c.
- VAROUFAKIS, Yanis. *Techno-feudalism: what killed capitalism*. Londres, The Bodley Head, 2023.
- VICHI, L. P. Presídios digitais: infocracia e controle psicopolítico na sociedade da informação. *Aoristo - International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 65–78, 2023. DOI: 10.48075/aoristo.v6i1.31567. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/aoristo/article/view/31567>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da guerra*. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2017.
- ZUBOFF, Shoshana. *Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

- ALMENDROS, Lola S. Byung-Chul Han y el problema de la transparencia. *Isegoría*, n. 58, p. 175-183, 2018.
- THOMAS, P. Psycho politics, neoliberal governmentality and austerity, In: *Self & Society*, 44(4), pp. 382–393, 2016. Disponível em doi: 10.1080/03060497.2016.1192905. Acesso em 03/04/2025.
- RECIO SASTRE, A. Análisis crítico sobre las nociones de poder y psicopolítica en el pensamiento de Byung-Chul Han. *Revista Científica*, 4(13), 240–260, 2019. Disponível em

<https://doi.org/10.29394/Scientific.issn.2542-2987.2019.4.13.12.240-260>. Acesso em 06/04/2025.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. *Revista Cinética*, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2008.

PEREIRA, Luiz Ismael; LUIZ CALDAS, Camilo Onoda. O fenômeno Shitstorm: Internet, intolerância e violação de direitos humanos. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 123–134, 2017. DOI: 10.17564/2316-3801.2017v6n1p123-134. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/3540>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PINTO, C. B. S.; CHEVITARESE, L. P. Inflexões da ética da alteridade em Byung-Chul Han: modos de enfrentamento à catástrofe do dataísmo. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. e85933, 2024a. DOI: 10.5902/2179378685933. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/85933>. Acesso em: 1 jun. 2024.

PINTO, C.B. S.; CHEVITARESE, L.P. Considerações sobre a Sociedade do Desempenho e o problema da alteridade em Byung-Chul Han. *Revista Sísifo*. Nº 14, Julho/Dezembro 2021. ISSN 2359-3121. www.revistasisifo.com

PINTO, C.B. S.; CHEVITARESE, L.P. Virada ritual e a ética da alteridade em Byung-Chul Han: a reinserção da arte da atenção, da escuta e do olhar na vida em comunidade. *Revista Poiesis*, [S. l.], v. 27, n. 2, 2024b. DOI: 10.46551/2448-30952023v27n210. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis/article/view/7621>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ANDRADE, Daniel Pereira . O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado* , v. 34 , p. 211 - 239 , 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?lang=pt#>. Acesso em 26/04/2023.

AVARO, Dante. La posverdad. Una guía introductoria. *Andamios*, Ciudad de México , v. 18, n. 46, p. 117-142, agosto 2021. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632021000200117&lng=es&nrm=iso. Acesso em 29 agosto 2024.

AZIZE, R. L. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro. *Mana*, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 7-30, Apr. 2008 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/pd86Ft4MqvKnWRCLtm7CkWN/?lang=pt> . Acesso em 16/07/2024.

BECKER, Gary S. A Theory of the Allocation of Time. *The economic journal*, Oxford, v. 75, n. 299, p. 493-517, 1965.

BERG, Sebastian; STAEMMLER, Daniel; THIEL, Thorsten. Political theory of the digital constellation. *Zeitschrift für Politikwissenschaft*, v. 32, n. 2, p. 251-265, 2022.

BÖSEL, Bernd. Der psychotechnologische Komplex–Die Automatisierung mentaler Prozesse als demokratietheoretisches Problem. *Zeitschrift für Politikwissenschaft*, v. 32, n. 2, p. 551-571, 2022.

CARCANHOLO, Marcelo. D. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 9, n. 2 (14), p. 17-43, 1998.

CASTRO, M. DA G. DE .; ANDRADE, T. M. R.; MULLER, M. C.. Conceito mente e corpo através da História. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 1, p. 39–43, jan. 2006.

CHEVITARESE, Leandro Pinheiro. Infocracia e Psicopolítica em Byung-Chul Han: Perspectivas ético-políticas diante da digitalização da vida. In: *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v.31, n.53, p.25-51, jul-dez.2023. Disponível em <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/972>. Acesso em 17 de novembro de 2024.

COSTA, Camila Mattos da. É preciso estar atento: economia política da informação em tempos de capitalismo de vigilância. In: *CIÊNCIA & LUTA DE CLASSES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7/8, jan-dez. 2022. Disponível em <https://doi.org/10.54025/clc.v5i7/8.98>. Acesso em 27/07/2024.

CUNHA FILHO, M.. Post-Truth and Authoritarianism: Reflections about the Antecedents and Consequences of Political Regimes Based on Alternative Facts. *Brazilian Political Science Review*, v. 13, n. 2, p. e0010, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/Ksj9n4pJT9rXqzVdp7Mt3Cr/#>. Acesso em 29 agosto 2024.

DE LANDÁZURI, Manuel Cruz Ortiz. De la biopolítica a la psicopolítica en el pensamiento social de Byung-Chul Han. *Athenea digital*, v. 17, n. 1, p. 187-203, 2017.

DE LANDÁZURI, Manuel Cruz Ortiz. Psychopolitics and power in contemporary political thought. *Journal of Political Power*, v. 12, n. 1, p. 4-15, 2019.

DE OLIVEIRA BERNABÉ, M.; DE OLIVEIRA MARQUES, V. H. Ética do cuidado e alteridade na sociedade do cansaço de Byung-Chul Han. *Revista Aurora*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 115–130, 2022. DOI: 10.36311/1982-8004.2022.v15.n1.p115-130. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/12865>. Acesso em: 1 jun. 2024.

DEAN, Jodi. Same As It Ever Was?. In: *New Left Review*. n. s/n, Maio, 2022. Disponível em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/same-as-it-ever-was>. Acesso em 26 de junho de 2024.

DOMECQ, M. Sobre a noção de transparência em Byung-Chul Han e a defesa de nossa desacreditada opacidade. *Griot : Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 342–361, 2020. DOI: 10.31977/grifi.v20i3.1860. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/1860>. Acesso em: 5 nov. 2023.

FERREIRA, Gabriel Bonesi. A sociedade da informação e o niilismo do século XXI. *Griot : Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 66–78, 2023. DOI: 10.31977/grifi.v23i3.3423. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/3423>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FLECK, Leandro et al. Redes neurais artificiais: Princípios básicos. *Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia*, Curitiba, v. 1, n. 13, p. 47-57, 2016.

FONSECA, T. V. M. DA . As origens do capitalismo monopolista: teoria e história (sécs. XIX-XX)*. *Economia e Sociedade*, v. 33, n. 2, p. e276807, 2024. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n2.276807>. Acesso em 03/07/2024.

GALPARSORO, J. I. Big Data y Psicopolítica. Vía de escape: de la vida calculable a la vida como obra de arte. *Dilemata*, [S. l.], n. 24, p. 25–43, 2017. Disponível em: <https://www.dilemata.net/revista/index.php/dilemata/article/view/412000099>. Acesso em: 23 ago. 2024.

GARCIA, José Luís. Uma crítica da economia da informação na era das mídias digitais. *Revista Novos Olhares*. USP: São Paulo, v.4, n.1, 2015. Disponível em: . DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2015.102233. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/102233>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GENESINI, Silvio. A pós-verdade é uma notícia falsa. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 116, p. 45–58, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i116p45-58. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/146577>. Acesso em: 25 out. 2024.

GORENSTEIN, Clarice; SCAVONE, Cristóforo. Avanços em psicofarmacologia - mecanismos de ação de psicofármacos hoje. *Brazilian Journal of Psychiatry [online]*. 1999, v. 21, n. 1 [Acessado 17 Julho 2024], pp. 64-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000100012>>. Epub 27 Jun 2000. ISSN 1809-452X. <https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000100012>.

HARSIN, Jayson. Post-Truth and Critical Communication Studies. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. 20 de dezembro de 2018. Disponível em <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-757>. Acesso em 28/0/2024.

LINDEN, R.. Terapia gênica: o que é, o que não é e o que será. In: *Estudos Avançados*, v. 24, n. 70, p. 31–69, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/nmhVC8mrYSr9v68gRYRsPBS/>. Acesso em 21/07/2024.

LORENZINI, Daniele. Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito, de Daniele Lorenzini. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 37, p. 192–204, 2020. DOI: 10.11606/issn.1517-0128.v2i37p192-204. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/172518>. Acesso em: 2 out. 2024.

LOSURDO, Domênico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica Marxista*, n. 17, 2003, Campinas. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/issue/view/1042> . Acesso em 07 de outubro de 2024.

MACHADO, L. N. “Da afabilidade ao inferno do igual: uma introdução crítica à filosofia de Byung-Chul Han”. *Revista Sísifo*, v. 14, p. 1-29, 2021. Disponível em <https://www.revistasisifo.com/2022/03/da-afabilidade-ao-inferno-do-igual-uma.html>. Acesso em 02/06/2024.

MACHADO, Lucas Nascimento. To Know Is To Be – Wisdom in Philosophy as a Way of Life and Its Implications for our Understanding of Knowledge. *Eidos. A Journal for Philosophy of Culture*, Varsóvia, v. 8, n. 4, p. 43–67, dez. 2024. DOI: 10.14394/eidos.jpc.2024.0023. Disponível em: <https://eidos.uw.edu.pl/to-know-is-to-be/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder, pp. I-XXIII, in: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2004.

MAYER-SCHONBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. 2013. *Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. New York: Houghton Mifflin Harcourt.

MAZZUCATO, Mariana. Impedir o feudalismo digital. In *Project Syndicate*. Londres, 02 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.project-syndicate.org/commentary/platform-economy-digital-feudalism-by-mariana-mazzucato-2019-10/portuguese>. Acesso em 09/07/2024.

MEDEIROS, Alberto Antunes; MATOS, Roberto Pires Calazans. A depressão como posição subjetiva: contribuições lacanianas. *Rev. Subj.*, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 80-92, ago. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692018000200008&lng=pt&nrm=iso. acessos em 25 jul. 2024.

- MOORE, G. E. Cramming more components onto integrated circuits, Reprinted from *Electronics*, volume 38, number 8, April 19, 1965, pp.114 ff.," in *IEEE Solid-State Circuits Society Newsletter*, vol. 11, no. 3, pp. 33-35, Sept. 2006, doi: 10.1109/N-SSC.2006.4785860. Disponível em <https://ieeexplore.ieee.org/document/4785860>. Acesso em 21/10/2024.
- MOROZOV, Evgeny. Critique oh techno-feudal reason. In: *New Left Review*. n. 133/134, Jan-Abril, 2022. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii133/articles/evgeny-morozov-critique-of-techno-feudal-reason>. Acesso em 26 de junho de 2024.
- MOTA, T. C.; MELO, R. B. DE; OLIVEIRA, F. B. DE. A dicotomia entre mente e corpo e sua influência no uso crescente de psicofármacos na atualidade. *Revista Scientiarum Historia*, v. 1, p. 9, 26 jul. 2021.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 2, p. 219–232, abr. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/#>. Acesso em 16/07/2024.
- PHILIPSON, G. S.. Poder, hipercultura e amabilidade em Byung-Chul Han? um ensaio sobre o sucesso da filosofia. *Revista Sísifo*, v. 14, p. 148-12, 2022.
- PROZOROV, Sergei. Foucault and the birth of psychopolitics: Towards a genealogy of crisis governance. In: *Security Dialogue*, v. 52, n. 5, p. 436-451, 2021.
- RADAELLI, V. Etapas evolutivas da indústria farmacêutica: da formação à consolidação, expansão e hegemonia das grandes empresas. *Pensamento & Realidade*, [S. l.], v. 20, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8345>. Acesso em: 15 maio. 2024.
- ROHDE, L. A.; HALPERN, R.. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: atualização. *Jornal de Pediatria*, v. 80, n. 2, p. 61–70, abr. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/jped/a/vsv6yydfR59j8Tty9S8J8cq/>. Acesso em 25/07/2024.
- ROMELE, Alberto; GALLINO, Francesco Gallino; EMMENEGGER, Camilla; GORGONE, Daniele. Panopticism is not Enough: Social Media as Technologies of Voluntary Servitude. *Surveillance & Society*. V. 15, n. 2 p. 204-221, 2017. Disponível em <http://library.queensu.ca/ojs/index.php/surveillance-and-society/index> | ISSN: 1477-7487. Acesso em 28/07/2024.
- SCHEMBERA, B., DURÁN, JM Dark. Data as the New Challenge for Big Data Science and the Introduction of the Scientific Data Officer. In: *Philos. Technol.* v. 33, p. 93–115, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s13347-019-00346-x>. Acesso em 24/11/2024.
- SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. *The American economic review*, Pittsburg, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.
- SIEBERT, S.; PEREIRA, I. V. A pós-verdade como acontecimento discursivo. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 20, n. 2, p. 239–249, maio 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ld/a/vykt83t8h8874gJT7ys46sy#>. Acesso em 11/09/2024.
- STECKER, Matias. CASTEL, Mauricio Dal. Uma Breve Genealogia das Técnicas de Poder e Controle desde Michel Foucault a Byung-Chul Han. *Revista Opinião Filosófica*, [S. l.], v. 13, p. 1–22, 2022. DOI: 10.36592/opiniaofilosofica.v13.1048. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1048>.. Acesso em: 20 mar. 2025.

STIEGLER, Bernard. Biopower, psychopower and the logic of the scapegoat. *Ars Industrialis*, 2008a, disponível em <https://arsindustrialis.org/node/2924>. Acesso em 20/04/2025.

STIEGLER, Bernard. L'époque du psychopouvoir... entre la honte et le mépris. *La pensée de midi*, 2008/2 N° 24-25, p.59-69, 2008b. DOI : 10.3917/lpm.024.0059. Disponível em : <https://shs.cairn.info/revue-la-pensee-de-midi-2008-2-page-59?lang=fr>. Acesso em 20/04/2025.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, v. 12, n. 2, 2014. p. 197-208. Disponível em: <https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/datafication>. Acesso em 27/07/2024.

VAN CAMP, Nathan. From Biopower to Psychopower: Bernard Stiegler's Pharmacology of Mnemotechnologies. *CTheory*, p. 5/9/2012-5/9/2012, 2012.

WILLIAMS, S.J.; MARTIN P.; GABE J. The pharmaceuticalisation of society? A framework for analysis. *Sociol Health Illn*. 2011 Jul;33(5):710-25. Disponível em: doi: 10.1111/j.1467-9566.2011.01320.x. Acesso em 18/07/2024.

OUTRAS (RELATÓRIOS, ESTUDOS E LEGISLAÇÕES)

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 157, n. 221-A, ed. extra, p. 1, 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 154, n. 134, p. 1, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. *Brasil está entre os cinco países do mundo que mais usam internet*. 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/04/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-do-mundo-que-mais-usam-internet>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Violência por parceiro íntimo contra homens e mulheres no Brasil: dados da Vigilância de Violências e Acidentes. *Boletim Epidemiológico*, Brasília, v. 51, n. 49, p. 1-7, dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 11 de jun. de 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. *Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM*. Ano 7, mar. 2025. Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coords). *Atlas da violência 2025*. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 11 de jun. de 2025.

DE COCK BUNING, Madeleine. *A multi-dimensional approach to disinformation: Report of the independent high level group on fake news and online disinformation*. Publications Office

of the European Union, 2018. Disponível em https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/70297/DeCockB_2018?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 31/10/2024.

MELÉNDEZ, Marcela (Org). Presos em uma armadilha: alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe. *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional*, 2021.

ARTIGOS, NOTÍCIAS E ENTREVISTAS PUBLICADAS EM JORNAIS, REVISTAS E SITES

ANDERSON, Chris. The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete. In: *Wired Magazine*, 23 jun. 2008. Disponível em: <https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>. Acesso em: nov. 2022.

BADSHAH, Nadeem. Tom Watson on payroll of tech firm Palantir in NHS privacy row. In: *The Times*, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www.thetimes.com/uk/politics/article/tom-watson-labour-peer-palantir-nhs-privacy-row-bfmvsrj59>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL DE FATO. WikiLeaks revelou espionagem dos EUA sobre Dilma Rousseff e integrantes de seu governo. In: *Brasil de Fato*. 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/25/relembre-wikileaks-revelou-a-espionagem-dos-eua-sobre-dilma-rousseff-e-integrantes-de-seu-governo>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Governo Federal. *O que é o gov.br?*. [Brasília: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/sobre>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BROOKS, David. The Philosophy of Data. In: *The New York Times*, 4 fev. 2013. [Versão eletrônica].

CARTA CAPITAL. Ministra da Igualdade Social de Israel se diz ‘orgulhosa’ das ruínas na Faixa de Gaza. In: *Carta Capital*. São Paulo, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/ministra-da-igualdade-social-de-israel-se-diz-orgulhosa-das-ruinas-na-faixa-de-gaza/>. Acesso em: 19 maio 2024.

COURY, Rafaella. Seis meses de um genocídio de Israel em Gaza que é notícia diária. In: *Brasil de Fato*, São Paulo, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/12/seis-meses-de-um-genocidio-que-e-noticia-diaria>. Acesso em: 19 maio 2024.

DW BRASIL. Em 11 anos, 73% dos homicídios no Brasil foram contra negros. In: *DW BRASIL*. 28 fev. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/em-11-anos-73-dos-homic%C3%ADdios-no-brasil-foram-contra-negros/a-69411417>. Acesso em: 25 jun. 2025.

G1. TikTok processa governo dos EUA após assinatura da lei que obriga a venda da companhia. In: *G1*. 7 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/05/07/tiktok-processa-o-governo-dos-eua-apos-assinatura-da-lei-que-obriga-a-venda-da-companhia.ghtml>. Acesso em: 3 jul. 2024.

GELLMAN, Barton; POITRAS, Laura. U.S., British intelligence mining data from nine U.S. Internet companies in broad secret program. In: *The Washington Post*, Nova Iorque, 7 jun. 2013. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/investigations/us-intelligence-mining-data-from-nine-us-internet-companies-in-broad-secret-program/2013/06/06/3a0c0da8-cebf-11e2-8845-d970ccb04497_story.html. Acesso em: 12 dez. 2024.

GIONAVAZ, Daniel. Motorista de aplicativo: entenda decisões de 5 países que começam a garantir direitos. In: *Brasil de Fato*, 1 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/01/motorista-de-aplicativo-entenda-decisoes-de-5-paises-que-comecam-a-garantir-direitos>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GREENWALD, Glenn; MacASKILL, Ewen. NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others. In: *The Guardian*, Londres, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>. Acesso em: 7 abr. 2024.

HAN, Byung-Chul: “Tut mir leid, aber das sind Tatsachen”. Entrevista de Byung-Chul Han, concedida a Von Niels Boeing e Andreas Lebert. *ZEIT Wissen*, Hamburgo, nr. 5/2014, 19, 7 de setembro de 2014.

McMAHON, Liv. US TikTok ban: When and why could the app be outlawed?. In: *BBC*, 6 dez. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-53476117>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Desigualdade está crescendo para mais da metade do mundo, alerta relatório. *ONU News*, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701331>. Acesso em: 6 jul. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Número de migrantes internacionais atinge 272 milhões, superando crescimento da população mundial. In: *ONU News*, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701331>. Acesso em: 25 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Relatora da ONU vê “motivos razoáveis” para apontar genocídio em Gaza. In: *ONU News*, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/03/1829706>. Acesso em: 19 maio 2024.

NORMAN, M. Whoever wins the US presidential election, we’ve entered a post-truth world - there’s no going back now. In: *The Independent*, 8 nov. 2016. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/voices/us-election-2016-donald-trump-hillary-clinton-who-wins-post-truth-world-no-going-back-a7404826.html>. Acesso em: 14 set. 2024.

OXFAM. Concentração de renda entre os mais ricos cresceu R\$ 12 tri em 2024. In: *UOL*, 20 jan. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/deutsche-welle/2025/01/20/oxfam-concentracao-de-renda-entre-os-mais-ricos-cresceu-r-12-tri-em-2024.htm>. Acesso em: 16 jun. 2025.

POST-TRUTH. In: OXFORD LANGUAGES. *Dicionário online*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/post-truth>. Acesso em: 17 set. 2024.

REUTERS. Pentagon awards \$480 million deal to Palantir for 'Maven' prototype. In: *Reuters*. 29 maio 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/palantir-wins-480-million-us-army-deal-maven-prototype-2024-05-29>. Acesso em: 12 dez. 2024.

THE ECONOMIST. Art of the lie. In: *The Economist*. 10 set. 2016. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21706525-politicians-have-always-lied-does-it-matter-if-they-leave-truth-behind-entirely-art>. Acesso em: 14 set. 2024.

THE ECONOMIST. Global Food Security Index 2022. In: *The Economist* 2022. Disponível em: <https://impact.economist.com/sustainability/project/food-security-index>. Acesso em: 24 abr. 2024.

UBER. Dirija quando quiser e ganhe de acordo com suas necessidades. In: *Uber*. 10 jul. 2024. Disponível em: https://www.uber.com/br/pt-br/drive/?uclick_id=987f9c75-eeb1-4948-a665-a68e782ad583. Acesso em: 10 jul. 2024.

UOL. 'Estamos lutando contra animais e agindo de acordo', diz ministro da Defesa de Israel. In: São Paulo, 9 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas->

noticias/afp/2023/10/09/ministro-israelense-da-defesa-ordena-cerco-da-faixa-de-gaza.htm. Acesso em: 19 maio 2024.

UOL. Spotify ultrapassou 600 milhões de usuários em 2023. In: *UOL*. São Paulo, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/02/06/spotify-ultrapassou-600-milhoes-de-usuarios-em-2023.htm>. Acesso em: 3 jul. 2024.

VILLA, Santiago. El orientalista de Oriente: Las fracturas en el texto viral de Byung-Chul Han. *El Estornudo*, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://revistaelestornudo.com/virus-confucionismo-occidente-byung-chul-han/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

WATERS, Richard. Uber tem primeiro lucro operacional depois de perder mais de US\$ 31,5 bilhões. In: *Folha UOL*, São Paulo, 1º ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/uber-tem-primeiro-lucro-operacional-depois-de-perder-mais-de-us-315-bilhoes.shtml>. Acesso em: 3 jul. 2024.

WE ARE SOCIAL; MELTWATER. Digital 2024: 5 billion social media users. In: *We Are Social*. 2024. Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2024/01/digital-2024-5-billion-social-media-users/>. Acesso em: 25 jun. 2025.